

ISSN 1676-661



CF0013

Conflitos no Campo BRASIL

2002



Comissão Pastoral da Terra



Conflitos no Campo BRASIL

2002

Comissão Pastoral da Terra

Goiânia, abril de 2003



Expediente

Conflitos no Campo – Brasil 2002

É uma responsabilidade da Secretaria Nacional da CPT

Rua 19, no 35, 1º andar - Centro - 74030-090
Caixa Postal 749 - 74001-970 – Goiânia-GO
Telefone: (62) 212 6466 - Fax: (62) 212 0421
Endereço eletrônico: cptnac@cultura.com.br
Sítio: www.cptnac.com.br

A Comissão Pastoral da Terra é um organismo
ligado à Linha 6
Pastoral Social da CNBB.

A CPT é membro da Pax Christi International e da
Right Livelihood Foundation

Goiânia, julho de 2002

Conflitos no Campo – Brasil. 2002. [Coordenação: Antonio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz]
- [Goiânia]: CPT Nacional - Brasil, 2002. ???p.

ISSN 1676-661

Anexado na Geodados

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga
04216-000 São Paulo, SP
Caixa Postal 42.335 – 04218-970 – São Paulo, SP
☎: (0**11) 6914-1922
☎: (0**11) 6163-4275
Home page e vendas: www.loyola.com.br
Editorial: loyola@loyola.com.br
Vendas: vendas@loyola.com.br

ISBN: 85-15-02717-8

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2003

Coordenação

Antonio Canuto
Cássia Regina da Silva Luz

Documentaristas CPT Nacional

Cássia Regina da Silva Luz
Inez Ethne Gontijo Neiva
José Marcelo Oliveira da Luz
Múria Carrijo Viana

Endereço eletrônico: cptdoc@cultura.com.br

Documentaristas Regionais

Ana Alice Brito – Amazonas
Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá
Célio Lima Silva – Acre
Dagmar Pereira da Silva – Goiás
Eliana Santos – Mato Grosso
Graciete Rodrigues da Silva – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Ivone de Duarte de Moraes – Santa Catarina
Jaqueline Cordeiro - Roraima
Lucimara das G. C. de Oliveira – Paraná
Luiz Antonio Pasinato – Rio Grande do Sul
Mª dos Anjos R. de Souza – Araguaia/Tocantins
Marcilene Aparecida Ferreira – Minas Gerais
Marcos Lemke – Rondônia
Maria Alves Lima – Ceará
Pedro Albuquerque da Costa Marinho / Ronilson Costa – Maranhão
Regirlaine Maria Silva Nascimento – Piauí
Raimunda Regina Ferreira Barros – Pará
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia
Silvana Vittore – Espírito Santo/Rio de Janeiro

Assessoria

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo - Unesp

Programa DATACPT

Adriano Bailão
Cientista da Computação - UnB
Fabiano de Moura Parente
Analista de Sistema

Revisão

Secretaria Nacional

Foto da Capa

Ronaldo Bernardi

Mapas e Gráficos

Prof. Anderson Antonio da Silva
Geógrafo – Unesp

Editoração, Impressão e Acabamento

Edições Loyola (11) 6914-1922

Dedicatória

A Dom José Gomes e Luís Orio.
Homens que dedicaram a vida
animando a esperança do povo,
por fidelidade “ao Deus dos pobres,
à terra de Deus e aos pobres da terra”.

Sumário

Dedicatória	3
Apresentação	7
Entre a euforia e a realidade	8
Quadro comparativo (1993-2002)	13
Conflitos por terra: situações	14
Luta pela terra: resultados e possibilidades	27
Conflitos por terra: ocorrências	31
A contra-reforma agrária no Estado do Amapá	72
Ocupações de terra	74
Brasil – Ocupações de terra. Número de famílias	80
Avançando nas ocupações e acampamentos	81
Geografia das ocupações de terras. Brasil - 2002	83-84
Acampamentos	85
Depoimento de trabalhadores rurais despejados dos povoados Pai Mané, Simão e Barroão, no município de São Mateus do Maranhão	88
Violência contra a ocupação e a posse	89
TRABALHO ESCRAVO. Persistência e alastramento	91
Trabalho escravo	96
Conflitos trabalhistas	100
A vez da água	101
Conflitos pela água	103
Conflitos em tempo de seca	104
A criminalização do direito à vida em nome da defesa do direito de propriedade	105
Assassinatos	109
Tentativas de assassinato	112

Ameaçados de morte	114
Violência contra a pessoa: detalhamento	120
Violência contra a pessoa	123
Manifestações de luta: uma forma de efetivação do direito e da democracia	124
Notas emitidas pela CPT e outros documentos	143
Nota de solidariedade ao MST	144
O julgamento de Eldorado dos Carajás	145
O escandaloso julgamento do massacre de Eldorado	147
Resultado do julgamento de Eldorado dos Carajás confirma a farsa anunciada	148
Carta ao ministro da Justiça	149
Ano 2002: Ação do Grupo Móvel no sul do Pará	150
Combate ao trabalho escravo.	
Continuando assim perderemos a batalha	151
Solicitação urgente	154
BLABLABLÁ	156
7ª Reunião da Comissão Especial	157
Julho-outubro de 2002: três meses de agravamento da situação no front do trabalho escravo no Brasil	159
Final de ano: Uma experiência inovadora e animadora (a Vara Itinerante da Justiça do Trabalho no caso da fazenda Estrela de Alagoas-PA)	161
Metodologia	163
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	167
Fontes de pesquisa	170
CPT no Brasil	173

Apresentação

Dom Tomás Balduino
Presidente da CPT

Em meio à paixão e à esperança

O presente Caderno de Conflitos no Campo, elaborado pela CPT, vem a lume, neste momento histórico, sob o duplo signo da paixão e da esperança. Paixão no sentido bíblico-litúrgico e esperança conforme o imaginário do nosso povo.

É paixão com referência à data de 17 de abril, do massacre dos camponeses em Eldorado dos Carajás, que, no calendário litúrgico cristão deste ano, coincide com o Tríduo Pascal, os três dias sagrados: a Quinta-feira, da ceia e testamento do Senhor, a Sexta-feira, da sua paixão e morte, e o Sábado Santo, da grande Vigília preparatória ao Dia do Senhor, o Domingo da Páscoa.

Eldorado dos Carajás não é um caso isolado. Está em continuidade com os massacres que marcaram a história das lutas dos pobres do nosso país, índios, negros e camponeses, em busca da Terra sem males ou da Terra prometida de morar, conviver e trabalhar.

As sangrentas destruições dos povos indígenas guarani, no Sul, dos negros quilombolas de Palmares, em Pernambuco, e dos camponeses de Canudos, no sertão baiano, são exemplos maiores de séculos de repressão sistemática e cruel, a forma habitual de tratamento dispensada pela política das elites, instaladas no poder, às diversas tentativas de estabelecimento e organização popular no campo.

“Se o grão de trigo, ao cair na terra, não morrer ele fica sozinho. Se, ao contrário, ele morrer dará fruto em abundância” (Jo 12,24). Essa profecia de Jesus revela o misterioso projeto de Deus de vencer a morte, mesmo a mais hedionda, dela tirando vida em abundância. Isso se cumpriu em Jesus, isso se cumpre nos pobres, os prediletos do Pai.

É assim que fazemos a leitura dos massacres acima, confrontando-os com os sinais de ressurreição existentes no fato das inúmeras organizações populares mobilizadas e articuladas hoje em vista da libertação de todos os oprimidos. Em outras palavras, Eldorado dos Carajás não ficou sozinho, ao contrário, está produzindo frutos de reconstrução do nosso país.

É esperança com relação à chegada de Lula ao poder, como oportunidade única da realização da mudança em nosso país. O povo organizado, responsável por este evento de repercussão continental e mundial, está buscando novos instrumentos de continuar a luta, visto que há muito caminho pela frente. Libertamo-nos do Faraó, mas ainda temos de caminhar no deserto. Há contradições, desinformações, oposição cerrada da mídia a tudo o que neste governo sinaliza quebra do continuísmo e do *status quo*. Há também apreensões e decepções no meio do povo. Contudo a esperança não morre nunca.

Na oficina sobre trabalho escravo, acontecida no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, ficamos surpresos e entusiasmados com o testemunho dos servidores públicos, ligados ao Grupo Móvel, relatando o sucesso das operações contra o trabalho escravo realizadas já nos dois primeiros meses deste governo.

Por outro lado, no início de março de 2003 houve ocupações de terra e de prédios do Incra pelo MST. Os porta-vozes da elite cobraram imediatamente na mídia a mais rigorosa repressão policial. A resposta, entretanto, do presidente do Incra, Marcelo Rezende, foi de abertura para o diálogo. Eis aí a nova e esperançosa realidade de hoje, advinda com o Governo Lula. Não estamos diante de gestos de inimigos do presidente. São homens e mulheres do povo, sem dúvida impacientes, mas no cumprimento do seu legítimo direito de cobrar a agilização da efetiva mudança no campo, a Reforma Agrária.

Se há grande esperança sobre Lula, há maior esperança ainda no fortalecimento das organizações populares, ao exercerem sua autonomia, sua mística de luta e até oferecendo, com liberdade, ao governo a contribuição que se faz necessária no dia-a-dia da nossa conjuntura e desta caminhada popular, que prossegue firme e ininterrupta entre a paixão e a esperança.

Entre a euforia e a realidade

Antônio Canuto*

2002 foi um ano em que o povo brasileiro viveu momentos de grande euforia. A seleção de futebol, que chegou ao extremo oriente totalmente desacreditada, saiu do Japão aclamada numa campanha invejável, tendo vencido todos os jogos que disputou na competição. Logo em seguida os brasileiros e brasileiras se envolveram na campanha eleitoral, a maior já vivida no país. A vitória de Lula fez prorromper manifestações de alegria e entusiasmo, desde as grandes capitais dos Estados até os minúsculos povoados deste imenso Brasil. A mídia deu cobertura a algumas delas, a maior parte, porém, só foi conhecida por aqueles que as viveram. A esperança venceu o medo.

Esse clima de vibração e entusiasmo pode ter deixado obscurecidas questões antigas que se repetem com monótona resistência a cada ano, como o caso dos conflitos pela terra. Por isso, fatos que já estejam indo para o

baú do esquecimento precisam ser lembrados. O último ano do mandato de FHC foi particularmente violento para os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Essa violência, porém, quase não apareceu na mídia. Alguns pontos merecem nossa reflexão:

- O crescimento do número de assassinatos no campo.
- O crescimento do trabalho escravo.
- A diminuição de acampamentos e ocupações.
- A queda brusca dos conflitos em tempo de seca.
- Alguns outros fatos que marcaram o ano.

Assassinatos no campo – 48,3% maior que em 2001

Segundo os dados que a CPT registrou, durante o ano de 2002 o número de assassinatos foi de 43. Um percentual 48,3% maior que em 2001,

quando foram registrados 29¹. Em conflitos por terra, nos últimos dez anos o número de assassinatos só é inferior ao de 1996, 46, ano em que ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás. O Pará continua ostentando o primeiro lugar com 20 assassinatos, seguido pelo Espírito Santo, que registrou 6 mortes (todas de uma mesma família). Depois vêm os Estados de Rondônia, com 4 assassinatos, e Pernambuco e Piauí, cada um com 3 mortes. O percentual de crescimento, porém, é inferior ao registrado pela Ouvidoria Agrária Nacional que registrou 22 mortes, em 2002, contra 14, em 2001. Portanto, um crescimento de 57%.

A diferença de números salta aos olhos. Os números faziam parte da estratégia de marketing do governo anterior, sobretudo do ex-ministro do MDA Raul Jungmann. Ao mesmo tempo em que se inflavam os números das desapropriações e dos supostos assentamentos, como bem demonstraram reportagens da *Folha de S. Paulo*², os números da violência eram diminuídos,

pela adoção de critérios que ainda não conhecemos bem. No início de 2002, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, utilizando-se fartamente dos recursos da publicidade, paga pelos cofres públicos, veiculou, nos intervalos comerciais das TVs brasileiras, propaganda que creditava à política de reforma agrária do governo a queda nos números da violência nos conflitos pela terra nos últimos dezesseis anos, de 180 assassinatos, em 1985, para 14, em 2001. Ocultava, porém, um crescimento de 40% no número das mortes registradas pela própria Ouvidoria Agrária Nacional, se comparado ao ano anterior, 14 assassinatos em 2001, 10, em 2000.

Até 1999, o ministério e o Incra utilizavam os números da CPT para mostrar a violência no campo. A partir de 2000, a Ouvidoria Agrária Nacional começou a fazer esse registro.

Inventário do Pará

A diferença nos números fica ainda mais gritante quando o enfoque é o Pará.

No final do ano de 2002, a Secretaria Especial de Estado de Defesa Social, do governo do Estado do Pará, publicou o “*Inventário de Registros e Denúncias de Mortes Relacionadas com a Posse e Exploração de Terra no Estado do Pará – 1980-2001*”. A publicação chama a atenção por ser do próprio governo estadual. O Pará é o Estado com o maior número de assassinatos no campo, envolvendo inclusive auto-

Ano	Dados da CPT – Nº de assassinatos	Inventário Nº de Ocorrências	Inventário Nº de Vítimas
1995	14	17	22
1996	33	22	51
1997	12	39	54
1998	12	53	57
1999	9	42	50
2000	5	45	49
2001	8	43	45
TOTAL	93	261	328

ridades do Estado, entre elas o próprio governador Almir Gabriel, no caso do massacre de Eldorado dos Carajás. O *Inventário* não procurou esconder ou escamotear a realidade, antes mostrou uma situação muito mais trágica e grave do que se imaginava.

Entre 1985 e 2001, segundo os registros da CPT, ocorreram no Pará 38% do total dos assassinatos de trabalhadores rurais – 472 mortes, do total de 1.237. O *Inventário* para o mesmo período registra 500 ocorrências com 804 vítimas (595 ocorrências, com 857 vítimas de 1980 a 2001). Até 1995, o *Inventário* utilizou fundamentalmente os dados da CPT e de algumas outras fontes. A partir de 1995, o Estado criou a Delegacia Especializada em Conflitos Agrários. O número de “mortes relacionadas com posse e exploração da terra” que constam dos arquivos policiais são muito

maiores do que os que a CPT conseguiu registrar. Entre 1995 e 2001, a CPT registrou 93 assassinatos. A Delegacia registrou no mesmo período 261 ocorrências, com 328 vítimas. Uma diferença de 352,6%.

Essa brutal diferença tem duas explicações: a primeira é que os critérios de registro são diferentes. Não conhecemos os critérios utilizados pela Delegacia, mas ela apresenta assassinatos como “Mortes Relacionadas com a Posse e Exploração da Terra”. Segundo o professor Osmar Arouck, que foi o organizador do *Inventário*, “em muitos episódios não foi possível comprovar o envolvimento direto do fato com a disputa pela posse ou exploração da terra. Esta análise caberá a estudos posteriores”⁴. A segunda é que a CPT não consegue cobrir a realidade de um Estado tão imenso e complexo como o Pará.

* Membro da Coordenação Nacional da CPT.

1. Cabe ressaltar que a CPT só registra os casos de assassinatos em conflitos que envolvem trabalhadores rurais. Não faz o registro de conflitos em que a disputa pela posse da terra se dá entre fazendeiros, como é o caso que aconteceu em 26/10/02 na fazenda Natália, município de São Desidério, BA, onde ocorreu a chacina de quatro pessoas. A área de 80 mil alqueires era disputada por um comerciante de Cravinhos, SP, que a adquiriu, em 1989, e por outro fazendeiro de Pernambuco que, em agosto de 2002, chegou à região dizendo-se proprietário da terra e conseguiu liminar na justiça para tomar posse dela, destruindo o que existia. O fazendeiro paulista obteve reintegração de posse e quando, no dia 26 de outubro, chegou à área com dez trabalhadores de Cravinhos, SP, foram surpreendidos por rajadas de metralhadoras, fuzis e espingardas. Quatro pessoas morreram e seus corpos nunca foram localizados. Os sobreviventes dizem que, pelo ruído das motosserras, os corpos devem ter sido serrados, e, certamente, depois queimados. Os números de assassinatos em conflitos de terra, portanto, vão muito além dos que a CPT registra.

2. Um conjunto de onze reportagens produzidas pelos jornalistas Eduardo Scolese e Rubens Valente, publicadas entre abril e setembro de 2002, na *Folha de S. Paulo*, mostrou as fraudes nos balanços anuais da reforma agrária. Houve um inchaço numérico porque o Incra contabilizava como assentamentos terrenos vazios ou sem nenhuma infra-estrutura básica.

As reportagens levaram o Ministério do Desenvolvimento Agrário a rever os balanços. Mas em vez de “desinflar” as estatísticas, o órgão preferiu avalizar os “fantasmas”. Baixou portaria redefinindo conceitos em que terrenos baldios podiam ser contabilizados como assentamentos e pessoas que nem sequer se encontravam nas terras como assentadas.

As reportagens receberam o “Grande Prêmio Folha de Jornalismo 2002”.

3. A tabela faz parte do meu texto “Um documento importante que pede ação conseqüente”, publicado in “*Inventário de Registros e Denúncias de Mortes Relacionadas com a Posse e Exploração de Terra no Estado do Pará – 1980 – 2001*” – Belém 2002 - Governo do Estado do Pará – Secretaria Especial de Estado de Defesa Social – pág. 35.

4. Arouck, Osmar – Registros de homicídios: fontes e pesquisa documental – In “*Inventário de Registros e Denúncias de Mortes Relacionadas com a Posse e Exploração de Terra no Estado do Pará – 1980 – 2001*” – Belém 2002 - Governo do Estado do Pará – Secretaria Especial de Estado de Defesa Social – pág. 19.

Os dados da Ouvidoria Agrária se tornam irrisórios diante dos números da Delegacia de Conflitos Agrários do Pará. É só olhar o quadro abaixo:

Ano	Dados da CPT		Dados da Ouvidoria		Dados Delegacia
	Brasil	Pará	Brasil	Pará	Pará
2000	21	5	10	01	49
2001	29	8	14	07	45
2002	43	20	22	03	*

* Não conseguimos obter os dados relativos ao ano de 2002.

Aumento assustador de trabalhadores escravos

O que mais chama a atenção nos dados de 2002 é o crescimento, pode-se dizer assustador, do número de trabalhadores em situação de escravidão. Foi o maior número de ocorrências, 147 casos, desde que a CPT começou o registro: 326% a mais do que em 2001, quando foram registrados 45 casos. No ano passado, 5.559 pessoas foram submetidas a essa condição. Em 2001, 2.416 pessoas. Como nos anos anteriores, o Pará concentra o maior número de casos, 116, com

4.227 trabalhadores escravos. Em seguida vem o Maranhão com 12 casos, envolvendo 432 pessoas, e o Mato Grosso, com 11 ocorrências, atingindo 723 trabalhadores.

O impressionante é que o aumento do número de ocorrências e de pessoas submetidas à condição de escravidão aconteceu no mesmo ano em que o governo criou a Comissão Especial de Combate ao Trabalho Escravo e Infantil do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ligado ao Ministério da Justiça. A criação dessa Comissão, apesar da boa vontade e do empenho das pessoas nela envolvidas, não foi capaz de deter o

avanço dessa triste realidade. Como também não o foram o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e o Gertraf — Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, formado por diversos ministérios. Os recursos e o apoio que o Grupo Móvel, de destacada ação, recebe não são suficientes. Faz falta uma declarada vontade política que enfrente os desmandos destes novos escravocratas. O governo encontrou formas de deter o avanço dos movimentos sociais do campo, criminalizando suas ações, porém nunca quis encontrar formas adequadas para barrar o trabalho escravo.

A impunidade é um dos principais fatores para a continuidade do trabalho escravo no Brasil. As fazendas, depois de terem sido flagradas nesse tipo de exploração, não se sentem de forma alguma intimidadas com a ação das autoridades governamentais. Voltam a praticar os mesmos atos, com a maior tranquilidade do mundo, pois as “punições” que recebem não ferem profundamente seus interesses. O quadro abaixo mostra algumas das fazendas com reincidência de trabalho escravo.

Fazendas com reincidência de trabalho escravo

MUNICÍPIO	UF	FAZENDA	PROPRIETÁRIO	Nº de REINCIDÊNCIA
Rio Maria	PA	São Pedro	Carioca	2
Cumaru do Norte	PA	Estrela de Maceió	Lima Araújo Agrop. Dr. Gerson	3
Cumaru do Norte	PA	Rio Dourado	Romeiro Albuquerque Maranhense	6
Sapucaia	PA	Ouro Verde	Marco Antonio	2
Água Azul do Norte	PA	Surucucu	Aurélio Piazza	2
Sapucaia	PA	Rio Vermelho	Grupo Quagliato	9
Sapucaia	PA	Acapulco	Carmo Guimarães	3
Água Azul do Norte	PA	Alvorada	Antonio Barbosa de Melo	6
Santa Maria das Barreiras	PA	Forkilha	Jairo Andrade	10
Marabá	PA	Cabeceiras	Evandro Mutran	2
Bom Jesus da Selva /Bacabal	MA	Lagoinha	Antonio das Graças Murta	2

Alguns julgam que o crescimento do número de casos identificados em 2002 é sinal de que a ação do Estado foi mais eficaz que nos anos anteriores. Segundo documento elaborado pela Coordenação da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo, encaminhado ao ministro do Trabalho, porém, em 2002, menos da metade das propriedades denunciadas, com fundamentação, foi fiscalizada pelo Grupo Móvel. O grupo fiscalizou no Pará somente 36% das fazendas denunciadas (42 sobre 117) e libertou somente 31% dos trabalhadores (1.346 sobre 4.333)⁵.

Acampamentos e ocupações

Os registros sobre acampamentos e ocupações apresentam leve queda em relação a 2001. Os acampamentos registrados, em 2002, são 64, contra 65, em 2001. Da mesma forma as ocupações, que em 2001 chegaram a 194, em 2002, foram 184. A partir do momento em que foram criminalizadas, pela MP que impede a vistoria por dois anos de áreas ocupadas, as ocupações de terra sofreram um declínio acentuado. Os números de 2001 e 2002 apontam, porém,

para uma estabilização nessa estratégia de luta.

O que mais chama a atenção na análise comparativa dos dados é a presença diferenciada dos dois maiores movimentos sociais do campo nessa batalha, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais — MSTR⁶ e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.

Tanto o MSTR, quanto o MST, em 2002, apostaram na eleição de Lula à Presidência. Só que as táticas definidas por cada entidade para chegar a esse objetivo foram diferentes. O MSTR adotou a postura de evitar ao máximo qualquer ação que pudesse ser usada para atacar a campanha de Lula. Já o MST entendeu que, para a vitória de Lula, o movimento deveria continuar mantendo e até intensificando as mesmas formas de pressão de sempre.

Os números estão aí evidenciando as diferentes posturas. Em 2001, dos 65 acampamentos registrados, 29 eram do MSTR e 30 do MST. Já em 2002, dos 64 acampamentos, só 8 foram ações do MSTR. O mesmo acontece quanto às ocupações. Das 194 ocupações registradas, em 2001, 53 foram lideradas pelo MSTR e 83 pelo MST. Em 2002, das 184 ocupações, 102 foram feitas pelo MST e só 6 pelo MSTR.

Quadro comparativo de Acampamentos e Ocupações por Movimentos

	ANO	TOTAL	MSTR	MST	OUTROS
ACAPAMENTOS	2001	65	29	30	6
	2002	64	8	45	11
OCUPAÇÕES	2001	194	53	83	58
	2002	184	6	102	76

5. Coordenação da Campanha contra o Trabalho Escravo — Nota para o dr. Jacques Wagner, ministro do Trabalho e Emprego: Avaliação e propostas da coordenação da Campanha da Comissão Pastoral da Terra de combate ao trabalho escravo. Os números desta nota não batem com a nossa tabela de Trabalho Escravo, porque na conferência final dos dados percebeu-se a duplicação de uma informação, que por isto foi retirada.
6. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais — MSTR é formado pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, as federações dos trabalhadores na agricultura — Fetagris e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.

Conflitos em tempo de seca

Um outro dado muito significativo de 2002 é a queda mais que brusca no número de conflitos em tempos de seca. Em 2001, foram registrados 129 conflitos. Em 2002, somente 5.

À primeira vista a diferença faz entender que em 2002 não houve seca no Nordeste, ou que esta não tenha sido tão grave. Realmente foi a chamada seca verde, em que há precipitação pluviométrica, porém muito inconstante e desigual. Mas a seca foi grande e acabou castigando bastante a região. Em Pernambuco, 70% da safra se perdeu. No Ceará, 63 municípios declararam estado de emergência e dois de calamidade pública. Por que não houve os já conhecidos saques e outras formas de luta? Alguns fatores ajudam a entender esta diminuição. Em 2002, os municípios afetados foram beneficiados com a ampliação dos programas bolsa-escola e também o bolsa-renda, que é um tipo de seguro-safra concedido às famílias com perda superior a 60% da safra. O seguro libera até R\$ 600,00 por ano, por família. Esses programas, aliados ao fato de 2002 ter sido ano eleitoral, em que os políticos se esmeram no atendimento clientelista aos eleitores, evitaram que os conflitos eclodissem. Ainda funcionou o velho esquema do uso político-eleitoral da seca.

Outros fatos

O ano de 2002 foi marcado também por alguns acontecimentos que repercutiram na imprensa, tanto nacional quanto internacional.

O primeiro foi a ocupação da fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis, Minas Gerais. A ocupação se revestiu, pelo lado dos ocupantes, de lances pitorescos que mereceram críticas dos próprios companheiros do MST. Os sem-terra entraram na casa do presidente, ocuparam seu quarto, beberam dos vinhos de sua adega. A desocupação da fazenda, porém, não foi nada pitoresca. Depois de os negociadores da parte do governo, os ouvidores agrários, desembargador Gercino José da Silva Filho e Maria de Oliveira, terem negociado a desocupação pacífica do imóvel com a promessa de que não sofreriam represálias, diante dos olhos espantados dos próprios ouvidores, os trabalhadores foram selecionados, presos e submetidos a tratamento humilhante, como se fossem elementos perigosos, envolvidos no crime organizado. Foram jogados com o rosto na lama e sofreram agressões físicas e morais. Depois foram colocados em prisão onde passaram alguns dias. O ex-ministro Raul Jungmann classificou a ocupação como terrorismo e o ministro da Justiça disse que a ação de desocupação foi normal. O que o governo queria punir não era aquele grupo de sem-terra, mas todo o MST e tentar desmoralizá-lo perante a opinião pública. O episódio deixou claro que a palavra do governo FHC não merecia confiança.

Outro fato que marcou o país foi o julgamento dos policiais envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás. Apesar das denúncias de diversas entidades e movimentos de que o julga-

mento, da forma como vinha sendo encaminhado o processo, seria mais uma farsa, pois não haveria a necessária isenção, o julgamento aconteceu assim mesmo. E as denúncias se confirmaram. Somente dois comandantes foram condenados e os demais acusados absolvidos. Os condenados ainda deixaram o tribunal em liberdade, aguardando julgamento da apelação.

Os trabalhadores e trabalhadoras do Pará ainda hoje sentem que os policiais acusados saíram fortalecidos e confirmados. A truculência pode ser usada que nada lhes acontecerá. Alguns despejos efetuados no início de 2003 comprovam essa sensação. A impunidade continua a grande marca registrada dos crimes contra os trabalhadores do campo.

Com o novo governo, a violência diminuirá?

Tudo indica que a violência no campo, com a posse do governo Lula, não vai diminuir. A possibilidade de Lula se eleger já colocou os latifundiários de sobreaviso. No final de 2002, a imprensa anunciou que os fazendeiros de Mato Grosso haviam criado uma associação para se protegerem contra possíveis invasões. O jornal *O Estado de S. Paulo* de 26/11/02 destaca que a entidade, que já tinha 98 associados, previa ajuda mútua em caso de invasões e admitia o uso de armas, se preciso, para afastar os sem-terra. O vice-presidente da associação, Bento Ferraz Pacheco, disse que “se a fazenda de um associado estiver sob ameaça, a associação assumirá a defesa dela”.

O mesmo tem acontecido em outros Estados. A UDR volta à cena com força. No Pontal do Paranapanema, SP, ela tenta caracterizar as ações dos sem-terra e de suas lideranças como fora da lei. O presidente, Luiz

Antonio Nabhan Garcia, declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo* de 18/02/2003 que existem cerca de mil boletins de ocorrência registrados em delegacias de cidades do Pontal por fazendeiros que se dizem ameaçados por ações dos sem-terra. “Estamos agindo rigorosamente dentro da lei e não vamos negociar de jeito nenhum com criminosos”, disse.

Produtores agropecuários criaram, no final de 2002, o Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil — Rural Brasil, uma entidade que congrega as diversas entidades do setor agropecuário. Elaboraram documento, entregue ao presidente Lula, contendo as propostas e reivindicações do setor. Entre as reivindicações, a manutenção da Medida Provisória 2.183, que define que os imóveis ocupados por trabalhadores rurais não podem ser vistoriados no período de dois anos.

A nomeação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, foi criticada por vários agropecuaristas. O presidente da UDR chegou a afirmar que a nomeação significa “um retrocesso na reforma agrária e que pode provocar uma tragédia no campo”.

Como se dará a ação do governo? O *Jornal do Brasil* de 14/01/03 traz a notícia de que os órgãos de inteligência do governo começam a investigar milícias organizadas por latifundiários para combater os sem-terra. Se essa notícia se confirmar, pelo menos, temos aí a sinalização de que um novo quadro se desenha para o campo. Também os pronunciamentos do novo presidente do Incra, Marcelo Resende, que tem uma histórica ligação com os movimentos sociais e com a pastoral da terra, apontam para outra atitude, diametralmente oposta à que vinha sendo adotada no governo anterior.

Quadro comparativo (1993-2002)

Conflitos de Terra*										
Nº de Conflitos	361	379	440	653	658	751	870	556	681	743
Assassinatos	42	36	39	46	29	38	27	20	29	43
Pessoas Envolvidas	252.236	237.501	318.458	481.490	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780
Hectares Conflitivos	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436
Conflitos Escravo										
Nº de Conflitos	29	28	21	19	17	14	16	21	45	147
Assassinatos		1		4						
Pessoas Envolvidas	19.940	25.193	26.047	2.487	872	614	1.099	465	2.416	5.559
Hectares Conflitivos										
Conflitos Trabalhistas**										
Nº de Conflitos					49	56	28	33	25	22
Assassinatos					1	5		1		
Pessoas Envolvidas					24.788	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586
Hectares Conflitivos										
Nº de Conflitos	155	78	93	78	12	279	69	50	129	14
Assassinatos	10	10	2	4		4				
Pessoas Envolvidas	118.952	45.925	36.581	451.157	3.288	109.162	164.909	62.319	106.104	14.352
Hectares Conflitivos										
Nº de Conflitos	545	485	554	750	736	1.100	983	660	880	925
Assassinatos	52	47	41	54	30	47	27	21	29	43
Pessoas Envolvidas	391.128	308.619	381.086	935.134	506.053	1.139.086	706.361	556.030	532.772	451.277
Hectares Conflitivos	3.221.252	1.819.963	3.250.731	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra

*O número de Conflitos é a soma das ocorrências de Conflitos por Terra (495), Ocupações (184) e Acampamentos (64).

**Conflitos Trabalhistas referem-se ao desrespeito à Legislação Trabalhista e a casos de superexploração do trabalho.

*** Outros: até 1996 estão incluídos os conflitos Trabalhistas. Após 1996 registra-se Conflitos em Tempos de Seca, Conflitos pela Água, Sindicais, em Áreas de Garimpo.

***Em 2002, está registrado a soma dos Conflitos pela Seca(5), Conflitos pela Água(8) e Garimpo(1).

Conflitos por terra

SITUAÇÕES

ARQUIVO CPT NACIONAL



Conflitos por terra: situações

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
Acre				
	Plácido de Castro	Seringal Monte Alegre	300	7500
	Porto Acre/Boca do Acre	Seringal Floresta e Santa Maria	150	100000
	Rio Branco	Ramal Jarinal/Ass.Figueira	60	
Subtotal:	3		510	107500
Alagoas				
	Arapiraca	Acampamento na Estação Experimental	500	
	Arapiraca	Fazenda Folhas	150	400
	Atalaia	Fazenda Ouricuri	240	1592
	Branquinha	Assentamento Eldorado dos Carajás		
	Flexeiras	Fazenda Prazeres	123	900
	Joaquim Gomes	Fazenda Sumaré	120	
	Joaquim Gomes	Usina Serrana	120	3400
	Maceió	Acampamento no Distrito de Saúde	135	
	Maceió	Povoado de Riacho Doce /AL-101	150	
	Maragogi	Assentamento Pau Amarelo	1500	
	Maragogi	Fazenda Aquidabam	100	1200
	Messias	Fazenda Flor do Bosque	68	480
	Messias	Usina Bititinga	250	
	Murici	Fazenda Bota Velha	0	
	Murici	Fazenda São Geraldo	120	900
	Novo Lino	Fazenda Belo Horizonte-Onça	349	1600
	Novo Lino	Fazenda Amapá	44	
	Novo Lino	Fazenda Apito	50	
	Novo Lino	Fazenda Niterói	37	
	Olho D'Água do Casado	Fazenda Costa II	150	1100
	Palmeira dos Índios	Fazenda Cachoeira do Tamanduá	120	
	Paripueira	Praia Mirante da Sereia/Distrito de Ipioca	30	
	Porto de Pedras	Fazenda Tipiri	60	
	Porto de Pedras	Usina Santana	500	
	Quebrangulo	Fazenda Boa Vista	35	
	São Brás	Fazenda Carvalinho	200	348
	São Luís do Quitunde	Fazenda Luzia do Riacho	27	
	São Luís do Quitunde	Fazenda Papuan	120	800
	São Luís do Quitunde	Fazenda Caldeirões	55	
	São Miguel dos Milagres	Fazenda Bom Jardim/Cabocla	50	775
	São Miguel dos Milagres	Fazenda Jaguarana		
	União dos Palmares	Fazenda Gordo/Bebida/Sueca	43	800
	União dos Palmares	Fazenda Sementeira	30	195
	União dos Palmares	Fazenda Serra da Imbira		
Subtotal:	34		5476	14490
Amapá				
	Amapá	Ass.Piquiá/Retiro Bacaba	1	50
	Amapá	Fazenda Itapoã	34	65573
	Ferreira Gomes	Lote 77/Gleba Tartarugal Grande	1	100
	Itaubal do Piririm	Fazenda Fênix	11	2050
	Macapá	Assentamento do Corre Água	34	4000
	Macapá	Gurupora	12	

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
AP	Porto Grande	Amcel	87	7500
	Tartarugalzinho	Aporema	6	2000
	Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de Itaubal	6	
	Subtotal:	9	192	81273
Bahia				
	Alcoçaba/Prado	Assentamento Rosa do Prado	17	
	Amélia Rodrigues	Usina Itapetingui	360	20000
	Barra	Acampamento às margens da BR 242	59	
	Barra	Fazenda Lagoa das Pedras		
	Barra	Fazenda Murici	59	12500
	Barra do Choça	Fazenda Cangussu/Fazenda Monte Alto	60	
	Barra do Choça	Fazenda Monte Alto	60	500
	Cotegipe	Fazenda Beija Mão	9	2000
	Gongogi	Fazenda Santa Irene	70	1190
	Guaratinga	Fazenda Itatiaia	90	1680
	Ibirapitanga	Fazenda Dois Riachões	25	
	Itabela	Fazenda Jacarandá	120	417
	Itacaré	Fazenda Ouro Preto	36	
	Ituberá	Fazenda Conjunto Inferno Verde		
	Juazeiro	Fazenda do Banco do Brasil	70	400
	Mucuri	Fazenda Canadá	110	1300
	Muquém de São Francisco	Fazenda Sempre Viva	17	28000
	Pau Brasil	Fazenda Braço da Dúvida		
	Prado	Assentamento do Corumbau	80	2741
	Santa Luzia	Conjunto Dom Evaldo	30	286
	Teofilândia	Fazenda Caraíba	45	1300
	Ubaitaba	Fazenda Cocos	25	
	Várzea do poço	Fazenda Pampulha	20	
Subtotal:	23		1362	72314
Ceará				
	Acaraú	Fazenda Cachoeira	120	4800
	Caucaia	Fazenda Bela Vista	100	667
	Fortaleza	Barragem Castanhão	635	
	Icó	Fazenda Bom Lugar	80	150
	Monsenhor Tabosa	Fazenda Vaca Brava	120	3000
	Quixeramobim	Assentamento Parelhas	70	2428
	Quixeramobim	Fazenda Mucheré Novo	100	6000
Subtotal:	7		1225	17045
Espírito Santo				
	Aracruz	Comunidades Quilombolas	1700	
	Cachoeiro do Itapemirim	Assentamento Nova Safra	41	
	Jaguaré	Fazenda Beta Norte/Acampamento Terra Livre	120	100
	Jaguaré	Parque do Tancredão BR 101Norte/ Distrito de Paulista	120	
	Muqui	Fazenda Fundão	110	362
	Ponto Belo	Fazenda Ipiranga	98	1132
	Santa Leopoldina	Chacina de Cocal	1	100
Subtotal:	7		2190	1694
Goiás				
	Amaralina	Fazenda Cristo Rei	110	4200
	Aruanã	Fazenda Santa Luzia/Viplan	1100	36000
	Baliza	Acampamento Próximo à Fazenda Bandeirantes	300	
	Cezarina	Área em Cezarina	89	
	Chapadão do Céu	Área em Chapadão do Céu	80	

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
GO	Cocalzinho de Goiás	Fazenda Santa Felicidade	150	
	Crixás	Acampamento às margens da GO-156	900	
	Diorama/Arenópolis/Rio Verde	Estrada para Rio Verde	50	
	Diorama/Arenópolis/Rio Verde	Fazenda Velhos Tempos/São Pedro/Pedra Bonita	300	2968
	Edéia	Fazenda Santa Maria	80	
	Itaberaí	Área em Itaberaí	25	
	Jussara	Fazenda Palmeiras	107	4000
	Morrinhos	Fazenda São Domingos dos Olhos D'Água	85	3446
	Niquelândia	Acampamento às margens do Rio Maranhão	70	
	Niquelândia	Fazenda Forquilha II	350	8416
	Paranaiguara	Área em Paranaiguara	60	
	Vila Propício	Área em Vila Propício	80	
	Subtotal:	18	3936	59030
Maranhão				
	Alcântara	Base Espacial	372	64000
	Alto Alegre do Maranhão	Povoado Sembal	85	3200
	Alto Parnaíba	Fazenda Inhumana/Brejinho/Brejo da Onça	10	3200
	Anapurus	Pov.Cocal/Guariba/Água de Lupe/Gregório	0	5000
	Araioses	Ilha do Bananal	60	1500
	Arari	Povoado Bonfim	80	100
	Arari	Povoado Pacas	26	508
	Arari/Vitória do Mearim	Gleba Data Santa Inês	72	810
	Balsas	Boa Esperança	23	22000
	Balsas	Fazenda São José	34	1414
	Balsas	Lagoa Preta	21	938
	Balsas	Ribeirão da Areia/Data Nazaré	12	7000
	Barreirinhas	Fazenda Santa Cruz	53	3000
	Benedito Leite	Data Espinho	30	30000
	Bom Jardim	Fazenda Rio dos Bois/Caru Anil	300	9000
	Bom Jardim	Fazenda Canaã	100	2700
	Bom Jesus das Selvas	Gleba Vila Esperança/P.A São Francisco/Fazenda Orumasa	75	3000
	Brejo	Povoado Santa Tereza	60	1000
	Buritirana	Fazenda Chapada Grande	400	3500
	Buritirana	Fazenda Ferrugem	200	2000
	Cajari	Povoado Camaputua		350
	Carolina	Vale do Jenipapo		
	Chapadinha	Barroca da Vaca	62	
	Chapadinha	Povoado Sangue	59	
	Fortuna	Moita do Coco	19	
	Lago do Junco	Povoado Centro do Aguiar/Fazenda Nova Olinda	22	556
	Lago Verde	Fazenda Marfim	100	4000
	Loreto	Marinho/Vão Medonho	3	
	Magalhães de Almeida	Em frente à Fazenda São Jorge	55	
	Magalhães de Almeida	Fazenda São Jorge/Data St Agostinho/Gleba Cipoal2/Croa	55	3000
	Matões do Norte	Fazenda Cantanhede	200	2500
	Miranda do Norte	Povoado Água Preta/Fazenda Poderosa	45	1500
	Morros	Povoado Mato Grosso	80	3000
	Parnarama	Povoados Guerreiro/Tipiás e Lages	92	4000
	Peritoró	Fazenda Boa Esperança	100	4600
	Peritoró	Povoado Rocinha	50	1185
	Presidente Vargas	Canapum	57	3750
	Riachão	Barra do Corrente e Progresso	11	

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
MA	Riachão	Coro Danta	10	1200
	Sambaíba	Povoado Candeias	5	
	Santa Helena	Mocambo dos Pretos		
	Santa Helena	Pau Pombo dos Pretos	132	2000
	Santa Luzia do Tide	Povoado Pimenta	65	940
	São Benedito do Rio Preto	Olho D'Água dos Diniz	60	5000
	São Bernardo	Madeira Cortada/Corada		
	São João do Paraíso	Gleba Chico Lopes	20	1280
	São Mateus do Maranhão	Pov.Curva/Data Timbaúba	20	150
	São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barroco e Simão	123	5000
	São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	50	2426
	São Mateus do Maranhão	Projeto Salangô	100	3216
	São Mateus do Maranhão	Salão Paroquial	123	
	Tasso Fragoso	Gleba Brejão/Fazenda Brasília/Data S.Pedro	19	275000
	Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	1	14000
	Timbiras	Povoado Abundância e Santa Vitória	26	23000
	Urbano Santos	Fazenda São Paulo/Pov.Mangueira/Estiva	60	1000
	Urbano Santos	Gleba Mangabeira/Pov.Mangabeira	80	966
	Vargem Grande	Povoado Bacuri dos Pires	42	1930
	Vitorino Freire	Data Matinha	80	50000
Subtotal:	58		4039	579419
Mato Grosso				
	Cáceres	Assentamento Jatobá	1	
	Cáceres	Assentamentos em Cáceres	14	
	Cáceres	Fazenda Facão Bom Jardim/Róseli Nunes	120	6000
	Cáceres	Fazenda Katira	80	
	Cáceres	Fazenda Mata Comprida	60	
	Cáceres	Fazenda Melado/Gleba Baio	31	4000
	Cáceres	Fazenda Vida Nova	60	
	Campinópolis	Assentamento Noidorinho Vitória	210	17400
	Campo Verde	Fazenda Nossa Senhora Aparecida/Pingo de Ouro	200	700
	Chapada dos Guimarães	Área de Furnas	400	4600
	Chapada dos Guimarães	Gleba Jangada Roncador	254	15000
	Chapada dos Guimarães	Us. de Manso/Mamede/Campestre/Água Branca/Bom Jardim/Quilombo	1033	42000
	Confresa/Vila Rica	Fazenda Bridão Brasileiro	180	
	Cuiabá	Cinturão Verde do Pedra 90	2	
	Cuiabá	Gleba Rio dos Couros	50	2300
	Cuiabá	Recanto das Siriemas	250	550
	Cuiabá	Sítio Barro Branco/Comunidade Conceição do Açu	3	92
	Jauru/Pontes e Lacerda	Fazenda Adriana/Bananal/Santa Margarida	800	
	Mirassol do Oeste	Fazenda Prata/Pré-assentamento Roseli Nunes		10531
	Mirassol do Oeste	Fazenda São Paulo/Acampamento Silvío Rodrigues/Caeté	1200	7000
	Nortelândia	Fazenda Barreirão	245	8000
	Nossa Senhora do Livramento	Assentamento Capão das Antas	3	
	Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	300	11700
	Nova Mutum/Lucas do Rio Verde	Assentamento Ribeirão Grande	100	18500
	Nova Olímpia	Fazenda Monte Alegre	700	20000
	Nova Ubitatã	Assentamento Boa Esperança/Gleba Entre Rios	436	45000
	Pedra Preta	Assentamento Madre Cristina	1	
	Pedra Preta	Assentamento Padre Ezequiel Ramin	1	
	Pedra Preta	Assentamento Wilson Medeiros	108	
	Pedra Preta	Fazenda Santo Antônio do Jurique	600	3500

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
MT	Peixoto de Azevedo	Gleba Belmonte/Santa Madalena	65	16314
	Planalto da Serra	Gleba Maritaca	2	
	Pontes e Lacerda	Ameaças no Vale do Guaporé	5	
	Rosário do Oeste	Gleba Marzagão/Sucupira	90	
	Santo Antônio do Leverger	Área no Morro de Sto. Antônio	2	413
	Santo Antônio do Leverger	Gleba Resistência	3	
	São Félix do Araguaia	Assentamento Dom Pedro	482	30370
	Tangará da Serra	Assent. Antônio Conselheiro/Fazenda Tapirapuã	930	47500
	Tesouro	Área em Tesouro	7	10000
	Vera/Nova Ubitatã	Vale do Rio Ferro/Gleba Sackmann	400	30000
Subtotal:	40		9428	351470
Mato Grosso do Sul				
	Angélica	Acamp.na frente da Fazenda Cerejo	200	5200
	Corumbá	Fazenda Piratiniga	150	1300
	Dois Irmãos do Buriti	Acampamento às margens da BR-262	30	
	Dourados	Acampamento às margens da BR-463	1500	
	Eldorado	Fazenda Laguna Peru	70	2200
	Iguatemi	Em frente à Fazenda Cachoeira Bonita	90	
	Itaquiraí	Acampamento às margens da BR-163	200	
	Itaquiraí	Fazenda Nova Espadilha	200	2892
	Japorã	Fazenda Agrolake	28	1837
	Japorã	Próximo à Fazenda Agrolake	28	
	Maracaju	Acamp.na frente da Fazenda Recordação	26	
	Naviraí	Fazenda Graúna	89	4540
	Novo Horizonte do Sul	Fazenda Ponteio		898
	Ponta Porã	Fazenda Bonanza	150	940
	Ponta Porã	Fazenda São Jorge	85	
	Rio Brilhante	Acampamento às margens da Estrada Municipal	150	
	Sidrolândia	Estância Belém	240	2480
	Sidrolândia	Rodovia Próxima ao Assentamento Vacaria	35	
Subtotal:	18		3271	22287
Minas Gerais				
	Almenara	Fazenda Santa Helena	53	
	Arinos	Assentamento Carlos Lamarca	4	
	Arinos	Assentamento Chico Mendes	1	
	Arinos	Fazenda Ipoeira/Imaculada Conceição	76	
	Betim	Fazenda Ponte Nova/Vinhático	60	1780
	Buritis	Fazenda Barriguda	10	4642
	Buritis	Fazenda Córrego da Ponte	120	1300
	Campina Verde	Fazenda Inhumas/Sanharão	23	
	Campo do Meio	Fazenda Ariadnópolis/ Acamp. Vitória da Conquista	120	6000
	Carmo da Mata	Faz. Experimental Semente/Mártires Carajás/Epamig	150	100
	Carmo do Cajuru	Fazenda da Mata	30	
	Diogo de Vasconcelos	Hidrelétrica de Fumaça	93	
	Felisburgo	Área em Felisburgo	300	
	Felisburgo	Fazenda Aliança/Nova Alegria/Terra Prometida	300	2400
	Frei Inocência	Acampamento Padre Gino/BR-116	40	
	Frei Inocência	Fazenda Eldorado/Acamp. Padre Gino	700	2880
	Grão Mogol	Fazenda Americana	120	1219
	Guapé	Fazenda Usina Passos Maia	105	5000
	Guarda Mor	Fazenda Buraco	40	
	Itacarambi	Fazenda Eustáquio Cruzeiro	150	
	Itacarambi	Fazenda Malhadinha/São Francisco	50	5800

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
MG	Itacarambi	Fazenda Yapasa/Yasmina/Monvep	90	
	Janaúba	Fazenda Sapé	1	
	Janaúba/Verdelândia	Fazenda Corgão	25	
	João Pinheiro	Fazenda Sid. Itatiaia/S. Geron	200	
	José Gonçalves de Minas	Quilombo de Porto Coris/Usina de Irapé	850	
	Machacalis	Área em Machacalis	120	
	Manga	Fazenda Marilândia	63	
	Matias Cardoso	Acampamento Calindó	40	
	Matias Cardoso	Fazenda Santa Idália	300	
	Monte Alegre de Minas	Fazenda Bacuri	40	
	Montes Claros	Fazenda Agrivale	100	
	Montes Claros	Fazenda Guiné	30	1936
	Montes Claros	Fazenda Senharó/Sanharó	50	780
	Novo Cruzeiro	Fazenda Gravatá/Córrego Fundo/Acamp. Nova Vida	150	
	Olhos D'Água	Fazenda Rocinha	114	17000
	Paracatu	Fazenda Frederico	6	
	Paracatu	Fazenda Saco da Onça	60	
	Patos de Minas	Fazenda Guimarães/Barreira	67	
	Pequi	Fazenda Brenha/Acamp. Roseli Nunes	120	908
	Perdizes	Fazenda Antinha/Anth/Sapecado	100	
	Perdizes	Fazenda Bom Sucesso	47	
	Pompeu	Assentamento 26 de Outubro/Fazenda Olhos D'Água	2	5300
	Porteirinha	Fazenda Santa Cláudia	12	3400
	Porteirinha	Fazenda Santa Maria	0	1700
	Porteirinha	Fazenda São Miguel	70	2700
	Raul Soares	Usina Hidrelétrica Cachoeira do Empoque	94	300
	Rio Pardo de Minas	Fazenda Riacho dos Cavalos	40	
	Rubim	Fazenda Iracema/Acamp. Provisório	300	3291
	Salto da Divisa	Hidrelétrica de Itapebí	48	
	Santa Cruz do Escalvado	Hidrelétrica de Candonga	1	
	Santa Fé de Minas	Fazenda Galinhas	140	
	Santa Vitória	Fazenda Capoeira	83	
	Santa Vitória	Fazenda Catigueira/Acamp. Canudos	60	
	São Francisco	Fazenda Caatinga	200	3431
	São João da Ponte	Comunidade Brejo dos Crioulos	1	
	Tarumirim	Área da Escola Agrícola	5	
	Teófilo Otoni	Faz. Colorado/Córrego São Pedro/Irmãos Frich	45	
	Tiros	Fazenda Santa Cecília	400	
	Uberaba	Fazenda Turbante do Cedro	30	
	Uberlândia	Acampamento às margens da BR-365	70	
	Uberlândia	Fazenda das Pedras/Ferub	80	550
	Uberlândia	Fazenda Santa Fé/Acampamento Eldorado dos Carajás	150	
	Uberlândia	Fazenda Tangará/Parque Florestal Douradinho/CIF	718	5029
	Unai	Área em Barreirinho	0	9000
	Unai	Fazenda Porteira	30	1100
	Uruana de Minas	Faz. Vereda do Leitão/Pasto dos Bois/Oziel Alves	400	1800
	Vargem do Peão	Fazenda Estirinha/Varjão	40	
	Verdelândia	Fazenda Ipiranga/Vitória	100	1140
Subtotal:	69		8237	90486
	Abetetuba	Localidade Rio Tucumanduba	2	
	Abel Figueiredo	Complexo dos Morais	80	9000
	Abel Figueiredo	Fazenda Gaúcha	100	20000

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
MG	Afuá	Água Preta	4	250
	Afuá	Igarapé São Paulo	3	180
	Afuá	Região das Ilhas/Igarapé São Paulo	1	60
	Afuá	Rio Morceguinho	1	70
	Água Azul do Norte	Fazenda São Cosme e Damião	32	1500
	Altamira/Novo Progresso	Gleba Gorotire/Big Vale	100	22500
	Anapu	Gleba Bacajá	60	2800
	Anapu	Lote 78/Gleba Bacajá	2	
	Baião	Assentamento Zumbi dos Palmares	1	
	Baião	Fazenda Carioca	60	4600
	Baião	Fazenda Petrópolis	56	3000
	Baião	Fazenda Santo Antônio	17	1000
	Baião	Igarapé Preto	1	
	Baião	Loteamento Joana Peres	60	200000
	Bannach	Acampamento ao lado da Fazenda Serra Negra	11	
	Bannach	Área em Pista Branca	1	
	Bannach	Fazenda Santa Cruz/Colônia Araguaxim II	2	121
	Bannach/Rio Maria	Fazenda Bannach	150	2956
	Belém	Fazenda Sucurujupara	120	
	Belém	Fazenda Tabá/Acampamento Elizabeth Teixeira	150	800
	Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Natal	1	
	Brejo Grande	Fazenda Tabocão	60	2500
	Breu Branco	Fazenda Água Azul II	120	
	Bujaru	Vila no Km 20 da PA-140	12	240
	Castanhal	Acamp. Roseli Nunes/Complexo Bacuri	130	
	Castanhal	Fazenda Cupiúba/Cachoeira	250	
	Castanhal	Fazenda Josemar/Acampamento Roseli Nunes	30	550
	Cumaru do Norte	Assentamento Hermínio Brito/Serra Azul	80	4356
	Curionópolis	Fazenda Macaxeira/Assentamento 17 de Abril	2	
	Curionópolis/Eldorado dos Carajás	Fazenda Alvorada	35	1985
	Dom Eliseu	Fazenda Bandeirantes	150	5000
	Dom Eliseu	Fazenda Cruzeiro do Sul	14	
	Eldorado dos Carajás	Atentado contra Simão Pedro		
	Eldorado dos Carajás	Vila Limão/Gameleira	6	
	Gurupá	Área da Coomag/Comunidade N. Sra. da Conceição	350	100
	Irituia	Fazenda Maria Bonita	200	
	Irituia	Fazenda Santa Bárbara	150	
	Marabá	Fazenda Arapari	80	3000
	Marabá	Fazenda Bandeirantes	150	5000
	Marabá	Fazenda Cabaceira/Acampamento 26 de Março	300	10000
	Marabá	Fazenda Três Poderes/Santa Rosa	320	11835
	Marabá	Fazenda Remanso/Talismã	45	1800
	Marabá/Parauapebas	Fazenda Taboqueira	95	5000
	Medicilândia	Área no KM-75 Sul	5000	12000
	Moju	Barro Alto/Cajueirinho		700
	Moju	Fazenda Beiradão	22	600
	Moju	Praquiá	16	60
	Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passe Bem/Mamona	400	22000
	Novo Repartimento	Assentamento Tuerê I e II	1	
	Novo Repartimento	Fazenda Abrolho Verde	1500	63000
	Novo Repartimento/Marabá	Fazenda Gameleira	24	1210
	Ourlândia do Norte	Fazenda Serra Dourada	65	1200

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
PA	Parauapebas	Ameaças contra Antônio Rodrigues da Silva	1	
	Piçarra	Assentamento Djalma Castro		
	Piçarra	Fazenda Castanhal	100	10000
	Porto de Moz	Área do Rio Quati	200	20000
	Porto de Moz	Área no Rio Acaraí	500	50
	Porto de Moz	Área no Rio Guajará	1000	100000
	Redenção	Colônia Tiradentes/Gleba Nova Glória	20	500
	Redenção	Gleba 09		
	Rio Maria	Fazenda Barra Mansa	1	
	Rio Maria	Fazenda Marajoara/Dona Vânia	20	1500
	Rondon do Pará	Área em Rondon do Pará	21	
	Rondon do Pará	Fazenda Tulipa Negra/Gleba Água Azul	60	3000
	Salvaterra	Quilombo Salvar Mangueiras	1	
	Santa Maria das Barreiras	Fazenda Prainha	1	
	Santa Maria das Barreiras	Fazenda Santa Elisa	23	
	Santa Maria das Barreiras	Fazenda Mata Azul/P. A. Serra Azul/Gleba 22	11	
	Santana do Araguaia	Fazenda Marajó/Vila Mandi	30	
	Santana do Araguaia	Fazenda Vale do Rio Cristalino	1500	139000
	São Domingos do Araguaia/Parauapebas	Fazenda Boa Sorte	40	1200
	São Domingos do Capim/Aurora do Pará	Fazenda Chão de Estrelas/Chão Preto/Campo Maior	300	16612
	São Félix do Xingu	Assentamento Lindoeste/Fazenda Flor da Mata	40	11770
	São Félix do Xingu	Fazenda Barra do Triunfo	300	
	São Félix do Xingu	Fazenda Tibórnia	43	290400
	São Félix do Xingu/Xinguara	Projeto Casulo/Gleba Maguari/Três Colônias	40	100
	São Geraldo do Araguaia/Eldorado dos Carajás	Fazenda Bamerindus/Ass.Oziel Alves Pereira	2000	58000
	São João do Araguaia	Fazenda Prata	100	3094
	São João do Araguaia	Fazenda Santa Helena	32	
	São João do Araguaia	Fazenda São Paulo	26	
	Sapuçaia/Xinguara	P. A. Escalada do Norte	20	24200
	Tailândia	Fazenda Agropisa	70	2500
	Tomé-Açu	Fazenda Águas Brancas	200	1250
	Uruará	Fazenda Pedra Roxa	30	3000
	Vigia	Fazenda São Caetano	60	
	Xinguara	Atentado contra o juiz Cristiano Arantes e Silva	1	
	Xinguara	Fazenda Mandasaia/Santa Maria/StaTeresa	5	5900
	Xinguara/Rio Maria	Assentamento Diutá/Colônia Tupã	3	
Subtotal:	91		17421	1113049
Paraíba				
	Alagoa Nova	Fazenda Olho D'Água	100	
	Araçagi	Assentamento Tainha e Mulugunzinho	283	
	Aroeiras	Barragem Acauã	400	
	Itabaiana	Fazenda Tanques		
	Jacaraú	Fazenda São José	52	400
	Mari	Fazenda Olho D'Água	52	400
	Mogeiro	Fazenda Mendonça	93	1400
	Mogeiro	Sítio Barro Alto/Fazenda Riacho Verde	4	70
	Paulista	Fazenda Pachicú	200	1253
	Pedras de Fogo	Fazenda Santa Emília	20	100
	Pedras de Fogo	Fazenda Riacho D'Água	3	0
	Pitimbu	Engenho Palmeira	22	147
	Rio Tinto	Área do Rio da Draga	65	100
	Santa Rita	Fazenda Tambauzinho	38	300
	Sobrado	Fazenda Antas	85	939

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
Subtotal:	15		1417	5109
Paraná				
	Guaratuba	Comunidade Rasgadinho		
	Lapa	Fazenda Cerrito		730
	Luiziana	Acampamento PR 549	140	
	Pinhão	Fazenda Fundão / Invernada Paiol de Telha	30	
	Reserva do Iguaçu	Fazenda das Bicas	40	
	Rio Bonito do Iguaçu/ Quedas do Iguaçu	Área da empresa Araupel S/A	300	
	Santa Tereza do Oeste	Ocupação Área da União	6	40
Subtotal:	7		516	770
Pernambuco				
	Água Preta	Engenho Araruna	100	520
	Água Preta	Engenho Dois Braços	36	
	Água Preta	Engenho Milharal	18	380
	Águas Belas	Fazenda Caiçara	80	2800
	Águas Belas	Fazenda Mata Escura	100	
	Aliança	Engenho As Areias	150	600
	Aliança	Engenho Caricé	25	
	Aliança	Engenho Oiteiro Alto	11	
	Angelim	Fazenda Cachoeira	50	320
	Barreiros/Tamandaré	Fazenda Mamucaba/Mambucaba	150	1400
	Cabrobó	Fazenda Barra	70	1800
	Caruaru	Fazenda Macambira/Borba	100	
	Escada	Engenho Martelo/Bela Vista	30	500
	Exu	Fazenda São Félix	100	2000
	Floresta	Baixa da Faveleira/Capoeira Barro	35	400
	Glória do Goitá	Fazenda Briosa/Brilhosa	25	
	Gravatá	Assentamento Santa Helena	56	540
	Gravatá	Fazenda Santo Antônio	60	450
	Iati/Águas Belas	Engenho Barra Nova	150	
	Igaraci	Fazenda Socorro	160	3000
	Ipojuca	Engenho Queluz	28	350
	Ipojuca	Engenho Soledade/Amparo/Us. Massauassu	87	1200
	Itaíba	Fazenda Cachoeira Grande	60	1200
	Itambé	Engenho São Vicente	300	640
	Itaquitinga	Engenho Jacarapina	60	400
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Caxito	180	642
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Palmeira	100	
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Pedra Lavrada	50	
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Penaduba	50	
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Suassuna	150	
	Lagoa Grande	Assentamento Alto da Areia	120	
	Manari	Fazenda João do Leite	50	700
	Maraial	Engenho Florestal	120	
	Petrolina	Fazenda Caatinginha	300	
	Rio Formoso	Engenho Laranjeiras	37	393
	Rio Formoso	Engenho Mato Grosso	70	428
	Sanharó	Fazenda Santa Maria	50	
	Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Farm Frutty	200	1200
	São Caitano	Fazenda Pau Ferro	400	130
	São Caitano	Fazenda Santa Isabel	320	5000
	São José do Belmonte	Fazenda Pedra Bonita	120	425
	São José do Belmonte	Fazenda Fabiano	50	100
	São José do Belmonte	Fazenda Pajeú	300	300

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
PE	São José do Egito	Fazenda Lagoa D'Outra Banda	12	
	São Lourenço da Mata/Paudalho	Engenho Camurim/Quizanza/Us. Petribu	5	
	Sertânia	Acampamento no Sertão do Pajeú	600	
	Tamandaré	Engenho Brejo/Mascatinho/Iundiá	38	453
	Tamandaré	Engenho Cocal Grande	50	500
	Tamandaré	Engenho Cocalzinho	28	400
	Tamandaré	Engenho Coqueiro	150	400
	Tamandaré	Engenho Mascotinho	32	
	Tamandaré	Engenho Saué Grande	58	800
	Tamandaré	Engenho Sauezinho	68	875
	Tracunhaém	Engenho Prado	300	
	Vitória de Santo Antão	Engenho Campo Alegre	100	
	Vitória de Santo Antão	Engenho Livramento	45	900
	Vitória de Santo Antão	Engenho Pedreiras	70	
	Vitória de Santo Antão	Engenho São João	30	
Subtotal:	58		6294	32146
Piauí				
	Altos	Assentamento Alecrim		
	Barras	Canto Fundo Maribondo	17	559
	Benedictinos	Cacimba	40	2100
	Buriti dos Lopes	Fazenda Iracema	120	
	Buriti dos Lopes	Fazenda Tinguís	120	3000
	Canto do Buriti	Fazenda Vão	38	870
	Luis Correia	Comunidade Mexeriqueira	50	175
	Miguel Alves	Assentamento Tamanduá	93	3348
	Piripiri	Poço	53	479
	Porto	Fazenda Estanhado/Lagoa do Boi	86	7436
Subtotal:	10		617	17967
Rio de Janeiro				
	Bom Jesus do Itabapoana	Fazenda São José	230	5800
	Campos dos Goytacazes	Fazenda Santa Rita/Ass.Antônio Farias	93	
	Campos dos Goytacazes	Fazenda Santa Maria	250	5400
	Casimiro de Abreu/Silva Jardim/Araruama	Acampamento Sebastião Lan	82	1300
	Conceição de Macabu	Fazenda Zé Pureza/Progresso	120	700
	Itatiaia	Fazenda Santa Rosa	200	50
	Mangaratiba	Ilha de Marambaia	91	
	Resende	Fazenda Itatiaia/Acampamento 1º de Maio	120	58
	São Francisco do Itabapoana	Fazenda São Diogo/Dandara dos Palmares	250	300
	São Francisco do Itabapoana	Fazenda São João	110	
Subtotal:	10		1546	13608
Rio Grande do Norte				
	Apodi	Empresa de Pesquisa Agrop. do RN(EMPARN)	200	
	Lagoa de Pedras	Fazenda Mandacaru	430	600
	Serra do Mel	Fazenda Lajedo	480	2500
Subtotal:	3		1110	3100
Rio Grande do Sul				
	Aceguá/Hulha Negra	Estância da Invernada / Ana Paula Agropastoril	160	14800
	Alvorada/Viamão	Acampamento às margens da RS 118	260	
	Bagé	Área SEDAI	120	35
	Bagé	Passo do Neto	110	
	Capão do Cipó	Fazenda Inhacapetum		1830
	Capão do Leão	Acampamento às margens da BR- 293	115	
	Júlio de Castilhos	Fazenda Bom Retiro	550	2800
	Pontão	Fazenda Mattei	100	1430

Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
RS	Salto do Jacuí	Assentamento da Área Borboleta	45	31
	Santana do Livramento	Estação Experimental Fepagro	15	
	São Jerônimo	Fazenda Santa Bárbara	700	2400
	Uruguaiana	Estação Experimental Fepagro	15	680
Subtotal:	12		2190	24006
Rondônia				
	Alto Alegre do Parecis	Fazenda Sol Nascente	150	
	Ariquemes	Fazenda Barlat	130	
	Ariquemes	Fazenda Arrobas	100	
	Buritis	Assentamento Jatobá	77	8000
	Buritis	Assentamento Rio Pardo	3000	
	Buritis	Floresta Nacional Bom Futuro	300	191000
	Cacaulândia	Lt.Burareiro Licitação/Acamp.Cristo Rei	120	1000
	Candeias do Jamari	Fazenda Rio Candeias	50	33000
	Corumbiara	Assentamento Vitória da União		
	Corumbiara	Fazenda Guarajus	300	5000
	Governador Jorge Teixeira	Próximo ao Seringal São Francisco	280	
	Governador Jorge Teixeira	Seringal São Francisco/Acamp.Antônio Conselheiro	325	12000
	Jaru	FazendaGalo Velho/Seringal 70	30	6277
	Nova Brazilândia do Oeste	Fazenda Gladys Willians	300	6400
	Nova Mamoré	Fazenda Gainzá	74	94000
	Nova Mamoré	P. A. Jacinópolis		
	Nova União/Mirante da Serra	Assent. Margarida Alves/Palmares e Pe.Ezequiel	900	11000
	Presidente Médici	Fazenda Mariana/Acamp.Emerson Rodrigues	120	1100
	Presidente Médici	Fazenda Jamaica	122	
	Theobroma/Vale do Anari	Fazenda Limajuti	60	25000
Subtotal:	21		6438	393777
Santa Catarina				
	Chapecó	Agropecuária Paraíso	200	500
	Curitibanos	Área em Curitibanos	80	800
	Curitibanos	Fazenda Nossa Senhora do Gurada Mor	150	520
	Gaspar	Acampamento às margens da BR-470	100	
	Lebon Régis	Área em Lebon Régis		350
	Palhoça	Acampamento às margens BR-101	100	
Subtotal:	6		630	2170
São Paulo				
	Andradina	Fazenda Timboré	230	3393
	Bragança Paulista	Fazenda Capuava	400	1200
	Caieiras/São Paulo	Acampamento Irmã Alberta/Área da Sabesp	720	250
	Caiuá	Fazenda Angical	50	
	Caiuá	Fazenda Malu	50	
	Castilho	Lateral da Fazenda Cafeeira	50	
	Castilho	Acampamento próximo à Fazenda Santa Amélia	50	
	Castilho	Porteira da Fazenda Tremembé	60	
	Dracena	Fazenda Santo Antônio		
	Euclides da Cunha	Assentamento Chico Mendes	40	
	Euclides da Cunha	Fazenda Guaná Mirim	34	250
	Franco da Rocha	Faz. São Roque/D. Tomás Balduino/Terra Sem Males	180	850
	Gália	Acampamento às margens da Rodovia SP-331	14	
	Guarantã	Fazenda Coqueirão	150	8964
	Mirante do Paranapanema	Fazenda Odessa/Nova Odessa/Inhacá	2	
	Panorama	Fazenda São Jorge		
	Paulicéia	Assentamento Boa esperança	140	2900
	Pereira Barreto	Pré-Assentamento Dourado	28	641

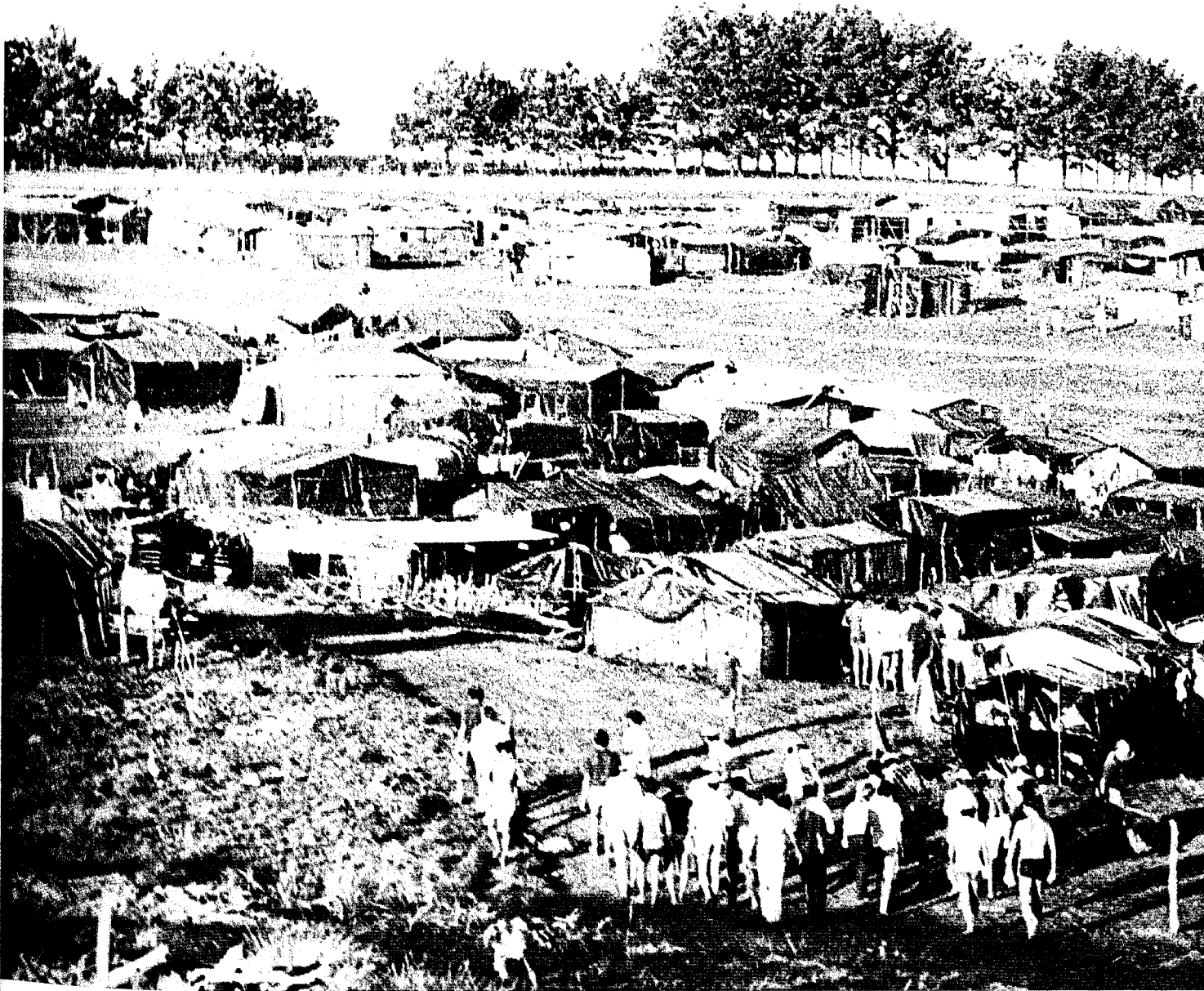
Estado	Município	Nome do Conflito	Famílias	Área
SP	Presidente Bernardes	Fazenda Oito e Meio		
	Presidente Epitácio	Fazenda Alvorada		
	Presidente Epitácio	Fazenda Nossa Senhora de Fátima		
	Presidente Epitácio	Fazenda Santo Antônio		
	Presidente Venceslau	Fazenda da Posse		
	Rosana	Fazenda Santa Rita do Pontal	275	2798
	Sandovalina	Fazenda Santa Fé/Margarida Alves	450	1320
	Sandovalina	Acampamento nas proximidades da Fazenda dos Barbos	450	
	Serra Azul	Fazenda Santa Clara	120	1150
	Taubaté	Fazenda Abrahão	180	79
	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria/Acampamento Fusquinha	300	5554
	Teodoro Sampaio	Fazenda Galpão de Zinco	36	
	Teodoro Sampaio	Fazenda Margarete	80	
	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria/Fusquinha	300	5554
	Teodoro Sampaio	Fazenda São João	600	
	Teodoro Sampaio	Gleba 15 de Novembro	138	15000
	Subtotal:	34	5127	49903
Sergipe				
	Itaporanga da Ajuda	Acampamento São João	40	
	Carira	Fazenda Limpos	430	
	Lagarto	Fazenda Lombo	480	
	Riachão do Dantas	Fazenda Grotão	150	
	Simão Dias	Fazenda Bom Jardim	700	
	Subtotal:	5	1800	0
Tocantins				
	Ananás	Fazenda São Francisco	30	6424
	Araguaína	Fazenda Bela Vista	25	700
	Araguanã	Fazenda Sagarana	80	
	Campos Lindos	Fazenda Sussuarana	40	2864
	Darcinópolis	Fazenda Palmeiras do Santo Antônio/Mata Verde	30	1800
	Nova Olinda	Acampamento em frente à Fazenda Estrela Dalva	0	
	Nova Olinda	Área em Remansão	43	
	Nova Olinda	Acampamento em frente à Fazenda Vargem Grande	25	
	Pugmil	Acampamento às margens da Estrada, em frente à Fazenda	70	
	Subtotal:	9	343	11788
	TOTAL :	567	85315	3064401

Fonte: Setor de Documentação Comissão Pastoral da Terra

Luta pela terra: resultados e possibilidades

Leonilde Servolo de Medeiros*

ARQUIVO CPT NACIONAL



* Professora e pesquisadora do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A constituição, nos últimos 50 anos, de um forte movimento social de luta por terra, com vertentes organizativas distintas e momentos de descontinuidade, deu destaque no cenário político ao debate sobre o lugar econômico, social e político da propriedade fundiária. O processo de organização dos trabalhadores do campo trouxe para o espaço público novas demandas, novos interlocutores, atualizou velhas bandeiras, mas, principalmente, desnudou e questionou diferentes formas de exercício de dominação. Acampamentos, ocupações de terra e de canteiros de obras em áreas de projetos hidrelétricos, *empates*, romarias da terra, marchas em direção às grandes cidades, ocupações de órgãos públicos para pressionar os centros de onde emanam decisões, foram situações em que esses trabalhadores dramatizaram suas carências e as tornaram objeto de atenção.

Se esse processo foi acompanhado por um aumento da violência, por meio de milícias privadas, ou pela da ação policial, ele, no entanto, não pode ser resumido a isso. Há outras facetas da luta em torno da propriedade da terra a ser apontadas: ao longo das últimas décadas os trabalhadores do campo conseguiram colocar algumas de suas questões na agenda política e a continuidade e intensidade dos conflitos fundiários impulsionou desapropriações de terras pelos governos federais, em algumas situações, pelos estaduais, valendo-se dos mecanismos legais disponíveis.

Os assentamentos gerados por essas intervenções trazem em si a marca da política que os constituiu: são espacialmente dispersos, sua implementação não obedeceu a um plano voltado

para produzir transformações fundiárias substantivas e ocorreu ao sabor dos conflitos que iam eclodindo e da maior ou menor capacidade de pressão e de amealhar apoios de que as organizações de trabalhadores dispunham. Apesar desse quadro, eles envolveram, até o final de 2002, um expressivo número de famílias: cerca de 600 mil assentadas pelo governo federal¹, além de um outro número menor, mas difícil de calcular, assistidas pelos governos estaduais. Em diversos casos, a própria dinâmica das lutas acabou gerando uma certa concentração de assentamentos em determinadas áreas, motivada pela priorização, pelas organizações de trabalhadores, do investimento em regiões caracterizadas, por exemplo, por situações de crise econômica (como a zona canavieira nordestina nos anos 90, a área cacauzeira da Bahia) ou irregularidades de titulação (como o Pontal do Paranapanema em São Paulo). Nessas condições, as primeiras desapropriações motivaram novas ocupações, que, por sua vez, produziram outras desapropriações, acabando por fazer com que surgissem vários assentamentos em um mesmo município e/ou região, constituindo como que “áreas reformadas *a posteriori*” (Heredia et alii, 2002).

Torna-se, pois, importante indagar sobre os efeitos da luta por terra e os resultados da experiência dos assentamentos. Pode-se apontar, entre outros, dois planos em que eles se evidenciam: o institucional-legal e o das mudanças produzidas na vida das famílias que lograram acesso à terra e no entorno das áreas onde os assentamentos se inserem.

No que se refere ao plano institucional-legal, de alguma forma o Esta-

do brasileiro acabou por trazer a demanda por terra para dentro de sua estrutura, criando instituições voltadas ao tema, reinterpretando as demandas, gerando novos campos de disputa e reconhecendo, embora pontualmente, a legitimidade das reivindicações. Essa dimensão não deve ser subestimada, visto que cada vez mais a luta pela terra se dá dentro dos parâmetros institucionais e legais. Apesar de suas vicissitudes nas últimas décadas, o tema da reforma agrária foi incorporado à letra da Constituição e à legislação brasileiras, garantindo as bases legais que permitem a legitimidade e continuidade dessa luta. Além disso, foram instituídos canais por onde fluem e são processadas as demandas, eles próprios constituindo-se em espaço de disputa sobre o “dever ser” da política de reforma agrária e de assentamento de novas famílias. É nesse quadro que se inserem as vicissitudes dos programas de apoio às famílias assentadas (como é o caso das políticas de crédito e assistência técnica).

Sob diferentes ângulos, apesar de pouco terem significado para a dimensão do problema fundiário brasileiro, essas novas unidades têm se constituído em um verdadeiro laboratório de experiências sociais e vêm dinamizando o debate sobre alternativas de desenvolvimento e sobre o lugar da reforma agrária e da agricultura familiar como base para um novo modelo de desenvolvimento sustentável da agricultura.

A rigor, a criação dos assentamentos não gerou mudanças no quadro de concentração da propriedade fundiária no plano nacional, estadual, ou mesmo nas regiões em que eles se

inserem. Mas se não é possível classificar a política de assentamentos rurais implantada no país como um profundo processo de reforma da estrutura fundiária, não há como negar que eles vêm produzindo alterações locais, no plano do perfil produtivo das regiões, da reorganização das famílias, das condições de vida, dos fluxos demográficos, da participação na vida política local etc.

Pesquisas recentes (Heredia et alii, 2002; Medeiros e Leite, 2002; Garcia et alii, 2003) indicam que os assentamentos têm se constituído em alternativa para pessoas que escolhem o acesso à terra como possibilidade de vida e que têm escassas oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal: trata-se de famílias com escolaridade bastante baixa ou mesmo nula, descapitalizadas do ponto de vista econômico e cuja inserção no mercado de trabalho, urbano ou rural, encontrava sérias dificuldades. Essa situação de precariedade implicou até a ruptura de laços familiares, ocasionando migração para outros municípios ou regiões em busca de melhores oportunidades. Os assentamentos parece atuarem como mecanismos de recomposição dessas famílias, tanto contribuindo para a reconstituição de laços antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento de filhos, pais, irmãos, em busca de alternativas de sobrevivência, quanto funcionando como uma forma temporária de amparo para familiares em situação precária (Heredia et alii, 2002). O movimento gerado pelos assentamentos também tem dinamizado áreas, antes em crise, aumentando o fluxo populacional, gerando a criação de distritos e até mesmo de novos municípios (Medeiros e Leite, coord., 2002).

Do ponto de vista produtivo, há fortes indicadores de que muitos as-

sentamentos vêm ativando a vida econômica local em várias regiões, diversificando a produção, introduzindo novos cultivos, em especial quando se trata de áreas de monocultura ou de criação extensiva. Gera-se aí uma produção que, via de regra, não é contabilizada nas estatísticas, uma vez que é pequena e nem sempre passa por mecanismos formais de comercialização; mas nem por isso é menos importante, quando se atenta para seus efeitos na ativação e diversificação do comércio agrícola local, no enriquecimento da dieta alimentar, na recomposição de solos desgastados pela monocultura ou pela pecuária. Entre os produtos cultivados, as pesquisas mostram que há alguns recorrentes em quase todos os assentamentos, como aipim (mandioca ou macaxeira, conforme a denominação local), feijão, milho. É também bastante comum a criação de galinhas e de gado bovino, este para produção de leite. São produtos que têm múltiplas funções: alimentação da família, venda nos mercados locais e, no caso dos produtos agrícolas, alimentação de animais domésticos. A presença desses cultivos e criações indica um outro elemento constitutivo dos assentamentos: a garantia, no seu interior, da produção de pelo menos parte do que é necessário para subsistência, permitindo sensível melhoria nas condições de alimentação das famílias assentadas. Aliás, esse é um dos aspectos que os assentados sempre ressaltam quando instados a comparar suas condições de vida antes e depois do assentamento.

Em muitos casos, a esses produtos se conjuga uma produção de caráter mais estritamente comercial (algodão, cana-de-açúcar, abacaxi, soja etc.). Em que pese o uso ainda predominante dos canais tradicionais de comercialização, com a presença frequente dos *atravessadores*, são diver-

sas as experiências de cooperativas de produção e comercialização que, em alguns casos, vêm se mostrando mecanismos eficazes de garantia de melhores ganhos para os produtores e de exercício de autogestão.

A condição de assentado também possibilitou a essa população, na maior parte dos casos pela primeira vez na vida, o acesso ao crédito para produção, ainda que essa integração ao mercado financeiro esteja marcada por um conjunto significativo de dificuldades (entraves burocráticos, demora no recebimento dos recursos, endividamento). O volume de crédito mobilizado em função dos assentamentos vem repercutindo no comércio local, em especial nas pequenas cidades, dinamizando-o pelo aumento da demanda de instrumentos agrícolas, insumos, sementes, material de construção etc.

Os assentamentos vêm criando também oportunidades de trabalho agrícola e não-agrícola. A implementação dos projetos, de forma geral, possibilitou para uma população, no momento anterior vivendo uma instável e precária inserção no mundo do trabalho, a centralização de suas estratégias de reprodução familiar no próprio lote, embora, na maior parte dos casos, recorrendo a outras fontes complementares de renda e trabalho fora dele (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, merendeiras, surgimento de transporte alternativo etc.). Dessa forma, a renda das famílias é produto de uma complexa combinação de diferentes contribuições, sendo a proveniente das atividades do lote uma delas, embora, na maioria das vezes, a mais importante (Medeiros e Leite, 2002). As situações estudadas também oferecem pistas para uma reflexão mais profunda sobre o significado de assentamentos rurais, em especial nas áreas mais urbanizadas, com

1. Os números de famílias assentadas foram objeto de polêmica ao longo dos últimos anos. Se é verdade que muitos dos que constam dos cadastros como *assentados* já estavam na terra objeto de intervenção como *posseiros*, *parceiros*, *moradores*, também não há como negar que, ganhando o estatuto de *assentado*, por um lado, são afastados os riscos mais imediatos de expulsão da terra; de outro, as famílias passam a ter acesso a recursos, por meio de créditos, dos quais estiveram sempre alijadas, como é o caso dos créditos específicos (habitação, custeio).

disponibilidade de estradas e facilidade de transporte. Mais do que recriar um modo camponês de vida, os assentamentos apontam para formas de junção entre atividades urbanas e rurais, agrícolas e não-agrícolas, revelando estratégias de inserção no mercado de produtos e de trabalho que se diferenciam de uma série de idealizações correntes sobre o que significam os assentamentos rurais e trazendo impasses tanto a muitas das propostas das suas organizações de representação quanto à formulação de políticas públicas.

A maior estabilidade e as possibilidades de rearranjos nas estratégias de reprodução familiar em geral resultaram em uma melhoria nas condições de vida dos assentados, aumentando sua capacidade de consumo não só de gêneros alimentícios, mas também de bens em geral, como roupas, calçados, móveis, eletrodomésticos etc. Com isso, eles acabam potencializando o comércio local, tendência que se acentua nos casos de elevada concentração de assentamentos. No geral, as pesquisas indicam uma percepção, por parte dos assentados, de uma melhoria de suas condições de vida, em que pese a precariedade do meio em que se inserem: falta de estradas para escoar a produção, dificuldade de transportes, falta de energia elétrica, ausência de saneamento básico, algumas vezes dificuldade de acesso à água potável.

Mas não é só no plano da geração de renda, emprego e melhoria de condições de vida que os assentamentos podem ser olhados. Em muitos lugares, os assentados conseguiram obter reconhecimento social e político ante os demais grupos sociais, superando uma tensão que aparecia inicialmente,

muitas vezes marcada por uma visão de que eram *forasteiros* ou *arruaceiros* (especialmente nas áreas onde os assentamentos foram resultado de ocupações de terra). Foram também comuns depoimentos sobre o sentido do que é ser assentado, principalmente nas áreas onde predominaram as monoculturas e as relações de poder que as marcam. Não pagar renda da terra, sentir-se *liberto*, senhor de seus passos e capacitado para controlar sua vida, deixar de ser *escravo*, foram elementos recorrentes nas falas dos assentados quando contrastavam o passado com o presente.

Os assentamentos também vêm alterando em maior ou menor medida as relações de poder local, especialmente em municípios de pequeno porte, onde os assentados ganham maior importância relativa e onde a crise econômica tem mostrado faces extremamente perversas. Nessas situações, o aparecimento de novos atores, a disputa política, que se produz tendo em vista a representatividade populacional (e eleitoral) dos assentados, fazem com que sua presença promova rearranjos de relações que precisam ser mais bem conhecidos e discutidos. Esses rearranjos atingem inclusive áreas de agricultura familiar, que vêm incorporando rapidamente algumas das experiências reivindicativas e organizativas dos assentamentos, tais como associações e cooperativas. A precariedade identificada na infra-estrutura, aliada às dificuldades de estabelecimento na terra e àquelas mais gerais de reprodução da agricultura familiar, faz com que a criação do assentamento, em vez de ser um ponto final de um longo processo de lutas, seja um ponto de partida para novas demandas para

sua viabilização econômica e social. A nova situação obriga os assentados a vivenciar experiências que na sua situação de vida anterior dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim, um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política.

Os elementos brevemente expostos acima indicam que, em que pese seus limites, os assentamentos apontam para uma alteração sensível em diversos planos da vida das famílias que se envolveram de alguma forma em lutas por terra. Não por acaso, apesar dos riscos que os envolvem, os acampamentos e as ocupações não cessam.

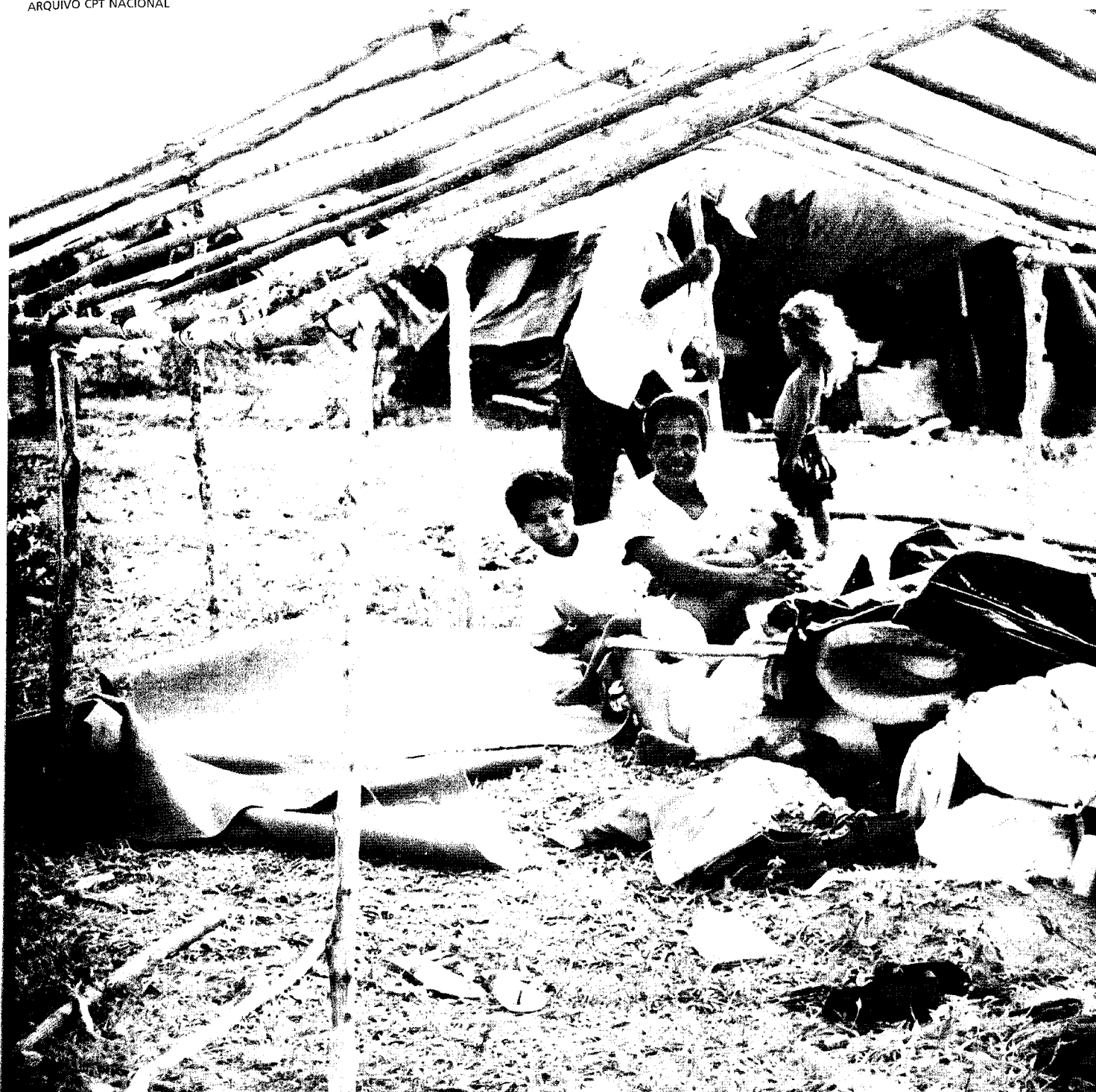
Bibliografia

- BRUNO, Regina e MEDEIROS, Leonilde Servolo de (2001). *Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais*. Brasília, Convênio FAO/Incrá.
- GARCIA JR., Afrânio et alii. (2003). *Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, política e ambiental*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ; CPDOC/FGV, CRBC/EHESS. Relatório de pesquisa.
- HEREDIA, Beatriz et alii (2001). *Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ e NUAP/MN/UFRJ. Relatório de pesquisa.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de (1997). *Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O papel dos trabalhadores rurais*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ. Relatório de pesquisa.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio (2002). *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ. Relatório de pesquisa, 7 volumes.

Conflitos por terra

OCORRÊNCIAS

ARQUIVO CPT NACIONAL



Conflitos por terra: ocorrências

Estado	Município	Nome do conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	tipo de conflito	tipo de Propriedade	Situação jurídica
Acre								
	Plácido de Castro	Seringal Monte Alegre	31/out/02	300	7500	Posseiros	Particular	Litígio
	Porto Acre/Boca do Acre	Seringal Floresta e Santa Maria	25/fev/02	150	100000	Posseiros	Área de posse	Litígio
	Rio Branco	Ramal Jarinal/Ass.Figueira	16/jun/02	60		Assentados	Particular	Desapropriada
Subtotal:	3			510	107500			
Alagoas								
	Arapiraca	Acampamento na Estação Experimental	21/mar/02	500		Sem Terra	Pública	Sem Informação
	Atalaia	Fazenda Ouricuri	2/dez/02	240	1592	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Branquinha	Assentamento Eldorado dos Carajás	25/jul/02			Assentados	Pública	Desapropriada
	Flexeiras	Faz. Prazeres	7/fev/02	123	900	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Joaquim Gomes	Fazenda Sumaré	19/mar/02	120		Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Joaquim Gomes	Usina Serrana	7/fev/02			Sem Terra	Particular	Litígio
	Joaquim Gomes	Usina Serrana	19/mar/02	120	3400	Sem Terra	Particular	Litígio
	Maceió	Acampamento no Distrito de Saúde	20/fev/02	135		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Maragogi	Assentamento Pau Amarelo	26/jul/02	1500		Assentados	Particular	Desapropriada
	Messias	Faz. Flor do Bosque	21/set/02	68	480	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Novo Lino	Faz. Belo Horizonte-Onça	21/mar/02	349	1600	Posseiros	Área de posse	Processo desapropriação
	Novo Lino	Fazenda Amapá	7/fev/02	44		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Novo Lino	Fazenda Apito	10/mar/02	50		Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Novo Lino	Fazenda Niterói	7/fev/02	37		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Porto de Pedras	Usina Santana	12/jun/02	500		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Quebrangulo	Fazenda Boa Vista	7/fev/02	35		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	São Brás	Faz. Carvalinho	17/out/02	200	348	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	São Luís do Quitunde	Faz. Luzia do Riacho	7/fev/02	27		Sem Terra	Particular	Sem Informação
	São Luís do Quitunde	Faz. Papuan	7/fev/02	120	800	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	São Luís do Quitunde	Fazenda Caldeirões	7/fev/02	55		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	São Miguel dos Milagres	Faz. Bom Jardim/Cabocla	28/abr/02	50	775	Sem Terra	Particular	Sem vistoria

	Ameaça de Expropriação	Desapropriação	Ameaça de Desapropriação	Áreas Desapropriadas	Áreas Desapropriadas	Famílias Desapropriadas	Assentados Públicos	Assentados Particulares	Tipos de Violência
			300						
	150								Ameaça de morte
							60		
	150		300				60		
							500		
								240	
									Assassinato
			123						
			120						
	120							120	
			135						
								1500	
								68	Assassinato
	349						349		
			44						
		50							
			37						
								500	
			35						
200								200	
			27						
			120						
			55						
	50								

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
AL	União dos Palmares	Fazenda Gordo/Bebida/Sueca	21/mar/02	43	800	Posseiros	Área de posse	Sem Informação
	União dos Palmares	Fazenda Serra da Imbira	21/mar/02			Posseiros	Área de posse	Sem Informação
Subtotal:	23			4316	10695			
Amapá								
	Amapá	Ass.Piquiá/Retiro Bacaba	20/fev/02	1	50	Assentados	Particular	Litígio
	Amapá	Fazenda Itapoã	31/mar/02	34	65573	Posseiros	Particular	Litígio
	Ferreira Gomes	Lote 77/Gleba Tartarugal Grande	20/jun/02	1	100	Pequenos proprietários	Particular	Sem Informação
	Itaubal do Piririm	Fazenda Fênix	28/fev/02	11	2050	Posseiros	Devoluta Grilada	Sem vistoria
	Macapá	Assentamento do Corre Água	14/mar/02	34	4000	Assentados	Pública	Processo desapropriação
	Macapá	Gurupora	28/fev/02	12		Posseiros	Área de posse	Litígio
	Porto Grande	Amcel	31/mar/02	87	7500	Posseiros	Área de posse	Litígio
	Tartarugalzinho	Aporema	28/fev/02	6	2000	Posseiros	Área de posse	Litígio
	Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de ItaubaI	09/mai/02	6		Posseiros	Sem Informação	Sem Informação
Subtotal:	9			192	81273			
Bahia								
	Alcoçaba/Prado	Assentamento Rosa do Prado	08/jun/02	17		Assentados	Área de posse	Desapropriada
	Amélia Rodrigues	Usina Itapetingüi	24/abr/02	360	20000	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Barra	Fazenda Lagoa das Pedras	07/jun/02			Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Barra	Fazenda Murici	08/jul/02	59	12500	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Barra do Choça	Fazenda Monte Alto	23/dez/02	60	500	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Cotegipe	Fazenda Beija Mão	30/abr/02	9	2000	Posseiros	Área de posse	Sem Informação
	Gongogi	Fazenda Santa Irene	10/nov/02	70	1190	Ocupantes	Particular	Processo desapropriação
	Guaratinga	Faz. Itatiaia	14/mai/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Guaratinga	Faz. Itatiaia	12/jul/02	90	1680	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Itabela	Fazenda Jacarandá	09/out/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Itabela	Fazenda Jacarandá	31/out/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Itabela	Fazenda Jacarandá	13/nov/02	120	417	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Itacaré	Fazenda Ouro Preto	12/jul/02	36		Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Ituberá	Fazenda Conjunto Inferno Verde	22/abr/02			Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Ituberá	Fazenda Conjunto Inferno Verde	15/ago/02			Assentados	Particular	Sem Informação
	Mucuri	Fazenda Canadá	30/mai/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Mucuri	Fazenda Canadá	27/jun/02	110	1300	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Muquém de São Francisco	Fazenda Sempre Viva	04/fev/02			Sem Terra	Particular	Sem Informação

Famílias Envolvidas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruídas	Rochas Destruídas	Pertences Destruídos	Ausência de Pol Públicas	Má Gestão Pol Pub	Tipo de Violência
	43								
	1								
200	563	50	696				849	2628	
			1						
	34								
	1								
8	3								
34								34	
	12								
	87								
	6								
	6								
42	149		1					34	
	17								Agressão
		360							
		59							
60				60					Agressão
	9								
	70								Intimidação
		80			80				
		80							
			120						
		120							
		120							
				36		36			
		110							
		110							
	17								

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
BA	Muquém de São Francisco	Fazenda Sempre Viva	25/abr/02			Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Muquém de São Francisco	Fazenda Sempre Viva	29/mai/02	17	28000	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Pau Brasil	Fazenda Braço da Dúvida	30/jun/02			Ocupantes	Área indígena	Litígio
	Prado	Assentamento do Corumbau	13/jan/02			Assentados	Área de posse	Litígio
	Prado	Assentamento do Corumbau	20/set/02	80	2741	Assentados	Área de posse	Litígio
	Teofilândia	Fazenda Caraíba	30/abr/02	45	1300	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
Subtotal:	24			1073	71628			
Ceará								
	Caucaia	Fazenda Bela Vista	31/mai/02	100	667	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Fortaleza	Barragem Castanhão	23/dez/02	635		Sem Terra	Indefinida	Processo desapropriação
	Icó	Fazenda Bom Lugar	27/mar/02	80	150	Sem Terra	Pública	Sem vistoria
	Quixeramobim	Assentamento Parelhas	24/set/02	70	2428	Assentados	Particular	Desapropriada
Subtotal:	4			885	3245			
Espírito Santo								
	Aracruz	Comunidades Quilombolas	10/jul/02	1700		Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Não passível de desapropriação
	Cachoeiro do Itapemirim	Assentamento Nova Safra	27/mar/02	41		Assentados	Particular	Desapropriada
	Jaguaré	Fazenda Beta Norte	8/jun/02	120	100	Sem Terra	Particular	Litígio
	Muqui	Fazenda Fundão	24/set/02	110	362	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Ponto Belo	Fazenda Ipiranga	2/out/02	98	1132	Sem Terra	Particular	Litígio
	Santa Leopoldina	Chacina de Cocal	15/ago/02	1	100	Pequenos arrendatários	Particular	Sem Informação
Subtotal:	6			2070	1694			
Goiás								
	Amaralina	Fazenda Cristo Rei	24/nov/02	110	4200	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Aruanã	Faz.Santa Luzia/Viplan	15/out/02	1100	36000	Sem Terra	Particular	Indefinida
	Diorama/Arenópolis/RioVerde	Faz.Velhos Tempos/São Pedro/Pedra Bonita	16/abr/02			Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Diorama/Arenópolis/RioVerde	Faz.Velhos Tempos/São Pedro/Pedra Bonita	16/jul/02	300	2968	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Edéia	Fazenda Santa Maria	8/jul/02	80		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Jussara	Fazenda Palmeiras	8/mar/02	107	4000	Sem Terra	Particular	Desapropriação Suspensa
	Morrinhos	Faz.São Domingos dos Olhos D'Água	18/jul/02			Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Morrinhos	Faz.São Domingos dos Olhos D'Água	23/jul/02	85	3446	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Niquelândia	Fazenda Forquilha II	18/abr/02	350	8416	Sem Terra	Particular	Sem Informação
Subtotal:	9			2132	59030			

	Assentados Desapropiados	Assentados de Despejo	Casas Desmoradas	Terreiros Desmorados	Períodos Desmorados	Ausência de Políticas Públicas	Má Gestão Pol.Púb.	Tipo de Violência
		17						
		17	17					
	80							
56								
		45						
116	193	1101	137	113	80	36		
		100						
							80	
	3							
	3		100				80	
	1700					1700		
						41	41	
		120				120		
		110						
			98					
								Assassinato
	1700	230	98			1861	41	
		110						
		1100						
			300					
								Intimidação
		80		80	80			
							107	
								Tentativa de Assassinato
	85							
		350						
	85	1640	300	80	80		107	

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
Maranhão								
	Alcântara	Base Espacial	14/jan/02	372	64000	Remanescentes Quilombos	Pública	Litígio
	Alto Alegre do Maranhão	Povoado Sembal	30/dez/02	85	3200	Posseiros	Particular	Indefinida
	Alto Parnaíba	Faz.Inhuma/Brejinho/Brejão da Onça	30/out/02	10	3200	Posseiros	Particular	Litígio
	Anapurus	Pov.Cocal/Guariba/Água de Lupe/Gregório	6/dez/02	0	5000	Posseiros	Particular	Litígio
	Araioses	Ilha do Bananal	5/jul/02	60	1500	Posseiros	Devoluta Grilada	Processo desapropriação
	Arari	Povoado Bonfim	31/jul/02	80	100	Posseiros	Devoluta Grilada	Processo desapropriação
	Arari	Povoado Pacas	3/jan/02	26	508	Posseiros	Particular	Litígio
	Arari/Vitória do Mearim	Gleba Data Santa Inês	27/mai/02	72	810	Posseiros	Devoluta Grilada	Processo desapropriação
	Balsas	Boa Esperança	15/dez/02	23	22000	Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	Balsas	Fazenda São José	30/mai/02	34	1414	Posseiros	Particular	Litígio
	Balsas	Lagoa Preta	1/mai/02	21	938	Posseiros	Particular	Litígio
	Balsas	Ribeirão da Areia/Data Nazaré	30/ago/02	12	7000	Posseiros	Particular	Litígio
	Barreirinhas	Fazenda Santa Cruz	27/abr/02	53	3000	Remanescentes Quilombos	Particular	Litígio
	Benedito Leite	Data Espinho	25/mai/02	30	30000	Posseiros	Particular	Vistoria Suspens
	Bom Jardim	Faz.Rio dos Bois/Caru Anil	7/mar/02	300	9000	Sem Terra	Pública	Litígio
	Bom Jardim	Fazenda Canaã	11/mai/02			Posseiros	Devoluta Grilada	Processo desapropriação
	Bom Jesus das Selvas	Gleba V.Esperança/P.A S.Francisco/Fz.Orumasa	1/jun/02	75	3000	Assentados	Particular	Desapropriada
	Brejo	Povoado Santa Tereza	2/fev/02	60	1000	Posseiros	Sem Informação	Sem Informação
	Buritirana	Fazenda Chapada Grande	23/abr/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Buritirana	Fazenda Chapada Grande	5/jun/02	400	3500	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Buritirana	Fazenda Ferrugem	26/abr/02	200	2000	Sem Terra	Particular	Litígio
	Cajari	Povoado Camaputiua	25/fev/02		350	Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Litígio
	Carolina	Vale do Jenipapo	26/mai/02			Posseiros	Sem Informação	Sem Informação
	Chapadinha	Barroca da Vaca	26/mai/02	62	2721	Posseiros	Particular	Desapropriada
	Chapadinha	Povoado Sangue	26/mai/02	59		Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	Fortuna	Moita do Coco	9/set/02	19		Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	Lago do Junco	Povoado Centro do Aguiar/Faz.Nova Olinda	25/mai/02	22	556	Sem Terra	Particular	Litígio

Famílias Envolvidas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruidas	Rocas Destruidas	Perfences Destruidos	Ausência de Pol Públicas	Má Gestão Pol Púb	Tipo de Violência
	372								
	85						85		
	10								
60					60				
							80		
			26						
	72								
	23								
	34								
			21						
	12								
			53			1			Ameaça de morte
17	13								
	300								
		100							
			75						
			60						
			400						
		400							Prisão
			200						
									Ameaça de Prisão
	62								
	59								
2	17								
			22						

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
MA	Lago Verde	Fazenda Marfim	24/jul/02	100	4000	Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	Loreto	Marinho/Vão Medonho	13/jun/02	3		Posseiros	Área de posse	Litígio
	Magalhães de Almeida	Faz São Jorge/Data St Agostinho/Gleba Cipoal2/Croa	15/jan/02			Sem Terra	Área de posse	Processo desapropriação
	Magalhães de Almeida	Faz São Jorge/Data St Agostinho/Gleba Cipoal2/Croa	3/mai/02			Sem Terra	Área de posse	Processo desapropriação
	Magalhães de Almeida	Faz São Jorge/Data St Agostinho/Gleba Cipoal2/Croa	16/jul/02	55	3000	Sem Terra	Área de posse	Processo desapropriação
	Matões do Norte	Fazenda Cantanhede	6/jan/02			Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Matões do Norte	Fazenda Cantanhede	26/nov/02	200	2500	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Miranda do Norte	Povoado Água Preta/Faz.Poderosa	30/jul/02	45	1500	Posseiros	Particular	Desapropriação Suspensa
	Morros	Povoado Mato Grosso	30/jun/02	80	3000	Posseiros	Sem Informação	Desapropriada
	Parnarama	Povoados Guerreiro/Tipiás e Lages	13/mai/02	92	4000	Posseiros	Área de posse	Litígio
	Peritoró	Fazenda Boa Esperança	22/mai/02	100	4600	Posseiros	Particular	Processo desapropriação
	Peritoró	Povoado Rocinha	25/mai/02	50	1185	Posseiros	Particular	Litígio
	Presidente Vargas	Canapum	31/ago/02	57	3750	Posseiros	Particular	Processo desapropriação
	Riachão	Barra do Corrente e Progresso	30/set/02	11		Posseiros	Particular	Litígio
	Riachão	Coro Danta	2/dez/02	10	1200	Posseiros	Particular	Litígio
	Sambaíba	Povoado Candeias	12/jun/02	5		Posseiros	Particular	Litígio
	Santa Helena	Mocambo dos Pretos	30/jan/02			Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Litígio
	Santa Helena	Pau Pombo dos Pretos	30/jan/02	132	2000	Remanescentes Quilombos	Devoluta Grilada	Não passível de desapropriação
	Santa Luzia do Tide	Povoado Pimenta	26/mai/02	65	940	Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	São Benedito do Rio Preto	Olho D'Água dos Diniz	1/dez/02	60	5000	Posseiros	Particular	Litígio
	São Bernardo	Madeira Cortada/Corada	25/mai/02			Posseiros	Sem Informação	Sem Informação
	São João do Paraíso	Gleba Chico Lopes	22/nov/02	20	1280	Posseiros	Particular	Litígio
	São Mateus do Maranhão	Pov.Curva/Data Timbaúba	31/out/02	20	150	Posseiros	Área de posse	Sem vistoria
	São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barrocão e Simão	30/jun/02			Posseiros	Devoluta Grilada	Sem vistoria
	São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barrocão e Simão	23/out/02			Posseiros	Devoluta Grilada	Sem vistoria
	São Mateus do Maranhão	Povoados Pai Mané/Barrocão e Simão	15/nov/02	123	5000	Posseiros	Devoluta Grilada	Sem vistoria

Ameaças de Evulsão	Insegurança	Ameaças de Despejo	Casas Destruídas	Rochas Destruídas	Perfences Destruídas	Ausência de Serviços Públicos	Matrícula no Cartório	Tipo de Violência
		100						Ameaça de morte
3								
		55						
	55		55	55	55			
								Tortura
								Humilhação
	200		200	200	200			
45								
80								
92								
						100		
50								
						57		
11								Agressão
10								
	5				5			
132								
65								
		60						
	20							
20						20		
		123						
	123		123	123	123			Ameaça de morte
								Ameaça de morte

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
MA	São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	7/jan/02			Posseiros	Particular	Litígio
	São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	13/jul/02			Posseiros	Particular	Litígio
	São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	28/jul/02	50	2426	Posseiros	Particular	Litígio
	São Mateus do Maranhão	Projeto Salangô	16/fev/02	100	3216	Assentados	Particular	Desapropriada
	Tasso Fragoso	Gleba Brejão/Fazenda Brasília/Data S.Pedro	14/dez/02	19	275000	Pequenos proprietários	Particular	Litígio
	Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	19/ago/02	1	14000	Posseiros	Particular	Sem Informação
	Timbiras	Povoado Abundância e Santa Vitória	17/jun/02	26	23000	Posseiros	Particular	Processo desapropriação
	Urbano Santos	Faz.São Paulo/Pov.Mangueira/Estiva	27/mai/02	60	1000	Posseiros	Propriedade Estatal	Processo desapropriação
	Urbano Santos	Gleba Mangabeira/Pov.Mangabeira	27/mai/02	80	966	Posseiros	Particular	Processo desapropriação
	Vargem Grande	Povoado Bacuri dos Pires	26/mai/02	42	1930	Remanescentes Quilombos	Devoluta Grilada	Não passível de desapropriação
	Vitorino Freire	Data Matinha	6/jul/02	80	50000	Sem Terra	Devoluta Grilada	Desapropriada
Subtotal:	64			3761	579440			
Mato Grosso								
	Cáceres	Assentamento Jatobá	19/fev/02	1		Assentados	Particular	Desapropriada
	Cáceres	Assentamentos em Cáceres	19/fev/02	14		Assentados	Particular	Desapropriada
	Cáceres	Fazenda Facão Bom Jardim/Roseli Nunes	3/abr/02	120	6000	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Cáceres	Fazenda Katira	3/abr/02	80		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Cáceres	Fazenda Mata Comprida	3/abr/02	60		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Cáceres	Fazenda Melado/Gleba Baio	3/abr/02	31	4000	Posseiros	Particular	Processo desapropriação
	Cáceres	Fazenda Vida Nova	3/abr/02	60		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Campinápolis	Assentamento Noidorinho Vitória	14/abr/02	210	17400	Assentados	Particular	Desapropriada
	Campo Verde	Faz. Nossa Senhora Aparecida/Pingo de Ouro	26/jul/02	200	700	Sem Terra	Particular	Litígio
	Chapada dos Guimarães	Gleba Jangada Roncador	1/ago/02	254	15000	Assentados	Particular	Desapropriada
	Chapada dos Guimarães	Us. de Manso/Mamede/Campestre/Água Branca/Bom Jardim/Quilombo	7/mai/02	1033	42000	Atingidos por barragens	Indefinida	Litígio
	Confresa/Vila Rica	Fazenda Bridão Brasileiro	30/jul/02			Sem Terra	Particular	Litígio

Famílias Envolvidas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruidas	Rochas Destruidas	Partes Destruidas	Ausência de Pol. Públicas	Má Gestão Pol. Pub.	Tipo de Violência
	50								
	50								Ameaça de morte
									Ameaça de morte
								100	
	19								
	1								
	26								
	60						60		
	80						80		
			42						
			80						
79	1853	903	1317	378	438	384	482	100	
1									
14								14	
							120		
							80		
							60		
							31		
							60		
							210	210	
		200					200		
							254		
							1033	1033	Ameaça de morte
			180						

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
MT	Confresa/Vila Rica	Fazenda Bridão Brasileiro	9/dez/02	180		Sem Terra	Particular	Litígio
	Cuiabá	Cinturão Verde do Pedra 90	4/set/02	2		Assentados	Indefinida	Litígio
	Cuiabá	Gleba Rio dos Couros	22/jul/02	50	2300	Posseiros	Área de posse	Litígio
	Cuiabá	Recanto das Siriemas	14/fev/02	250	550	Posseiros	Área de posse	Litígio
	Cuiabá	Sítio Barro Branco/Comunidade Conceição do Açu	13/jan/02		0	Pequenos proprietários	Particular	Sem Informação
	Cuiabá	Sítio Barro Branco/Comunidade Conceição do Açu	6/jul/02	3	92	Pequenos proprietários	Particular	Nenhum
	Jauru/Pontes e Lacerda	Fazendas Adriana/Bananal/Santa Margarida	6/mar/02	800		Posseiros	Área de posse	Litígio
	Mirassol do Oeste	Faz. São Paulo/Acampamento Sílvio Rodrigues/Caeté	26/abr/02	1200	7000	Sem Terra	Particular	Litígio
	Mirassol do Oeste	Fazenda Prata/Pré-assentamento Roseli Nunes	20/mai/02		10531	Sem Terra	Indefinida	Processo desapropriação
	Nortelândia	Faz. Barreirão	5/mar/02	245	8000	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Nossa Senhora do Livramento	Assentamento Capão das Antas	13/jul/02	3		Assentados	Particular	Desapropriada
	Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	4/abr/02			Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Litígio
	Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	2/out/02			Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Litígio
	Nossa Senhora do Livramento	Sesmaria Boa Vista/Quilombo Mata Cavalo/Mutuca	5/dez/02	300	11700	Remanescentes Quilombos	Particular	Litígio
	Nova Mutum/Lucas do Rio Verde	Assentamento Ribeirão Grande	29/jan/02	100	18500	Assentados	Devoluta Grilada	Indefinida
	Nova Olímpia	Faz. Monte Alegre	19/fev/02	700	20000	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Nova Uiratã	Assentamento Boa Esperança/Gleba Entre Rios	6/fev/02	436	45000	Assentados	Particular	Desapropriada
	Pedra Preta	Assentamento Madre Cristina	29/jul/02	1		Assentados	Particular	Desapropriada
	Pedra Preta	Assentamento Padre Ezequiel Ramin	29/jul/02	1		Assentados	Particular	Desapropriada
	Pedra Preta	Assentamento Wilson Medeiros	29/jul/02	108		Assentados	Particular	Desapropriada
	Pedra Preta	Faz. Santo Antônio do Jurique	29/abr/02	600	3500	Assentados	Particular	Litígio
	Peixoto de Azevedo	Gleba Belmonte/Santa Madalena	1/ago/02	65	16314	Assentados	Particular	Desapropriada

	Assentados Quilombos	Despejadas	Assentadas de Despejo	Casas Destruídas	Rocas Destruídas	Pequenos Destruídos	Assentados de PA Búlicas	Pequenos de PA	Tipo de Situação
		180					14	180	
			1					2	
	50							50	
		250							
	3								Tentativa de Assassinato
	3								Tentativa de Assassinato
			800				800		
			1200				1200		Prisão
							328		
							245		
									Assassinato
	200			7	1	7	200	200	Omissão/Conv ência
	300			2					Prisão
				18					
	100							100	Ameaça de morte
			700				700		
							436		
							1	1	
							1	1	
							108	108	
			600				600		
							65	65	

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
MT	Planalto da Serra	Gleba Maritaca	3/abr/02	2		Sem Terra	Área de Proteção Ambiental	Processo desapropriação
	Pontes e Lacerda	Ameaças no Vale do Guaporé	1/abr/02	5		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Rosário do Oeste	Gleba Marzagão/Sucupira	22/fev/02	90		Sem Terra	Particular	Litígio
	Santo Antônio do Leverger	Área no Morro de Sto. Antônio	12/jul/02	2	413	Sem Terra	Particular	Litígio
	Santo Antônio do Leverger	Gleba Resistência	1/out/02	3		Assentados	Particular	Desapropriada
	São Félix do Araguaia	Assentamento Dom Pedro	4/mai/02	482	30370	Assentados	Particular	Desapropriada
	Tangará da Serra	Assentamento Antônio Conselheiro/Fazenda Tapirapuã	30/abr/02	930	47500	Assentados	Particular	Desapropriada
	Tesouro	Área em Tesouro	18/mai/02	7	10000	Sem Terra	Indefinida	Litígio
	Vera/Nova Uiratã	Vale do Rio Ferro/Gleba Sackmann	12/mai/02	400	30000	Pequenos proprietários	Particular	Indefinida
Subtotal:				43				
Mato Grosso do Sul								
	Angélica	Acamp.na frente da Fazenda Cerejo	8/mai/02	200	5200	Sem Terra	Particular	Indefinida
	Corumbá	Fazenda Piratininga	30/jul/02	150	1300	Sem Terra	Pública	Litígio
	Eldorado	Faz. Laguna Peru	10/mar/02	70	2200	Sem Terra	Particular	Vistoria Suspensa
	Japorã	Fazenda Agrolake	17/jan/02	28	1837	Sem Terra	Área indígena	Não passível de desapropriação
	Maracaju	Acamp.na frente da Fazenda Recordação	17/mar/02	26		Sem Terra	Pública	Sem Informação
	Naviraí	Fazenda Graúna	2/jun/02	89	4540	Sem Terra	Particular	Desapropriação Suspensa
	Sidrolândia	Estância Belém	20/mar/02	240	2480	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
Subtotal:				7				
Minas Gerais								
	Almenara	Fazenda Santa Helena	4/set/02	53		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Arinos	Assentamento Carlos Lamarca	27/mar/02	4		Assentados	Particular	Desapropriada
	Arinos	Assentamento Chico Mendes	27/mar/02	1		Assentados	Particular	Desapropriada
	Arinos	Faz. Ipoeira/Imaculada Conceição	4/set/02	76		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Betim	Faz. Ponte Nova/Vinhático	5/set/02	60	1780	Sem Terra	Particular	Litígio
	Buritís	Faz. Barriguda	27/mar/02	10	4642	Sem Terra	Particular	Desapropriada
	Buritís	Faz. Córrego da Ponte	24/mar/02	120	1300	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Campo do Meio	Fazenda Ariadnópolis/ Acamp. Vitória da Conquista	2/fev/02	120	6000	Sem Terra	Particular	Litígio

Famílias Envolvidas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruidas	Rochas Destruidas	Peritencos Destruidos	Ausência de Pol. Públicas	Mã Gestao Pol Pub	Tipo de Violência
								2	
		90							Prisão
			2						
							3	3	
								482	
	930								
6				6	6				Intimidação
	400							400	
21	1986	720	3483	33	7	7	6749	2851	
	200								
			150						
			70						
							28		
26				11		11			
		89							
								240	
26	200	89	220	11		11	28	240	
			53						
	4								
	1								
		76							
			60						
	10								
		120							Prisão
			120				120		

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
MG	Carmo da Mata	Faz. Experimental Semente/17 de Abril/Mártires de Carajás/Epamig	1/jun/02		100	Sem Terra	Pública	Não passível de desapropriação
	Carmo da Mata	Faz. Experimental Semente/17 de Abril/Mártires de Carajás/Epamig	4/set/02	150	100	Sem Terra	Pública	Não passível de desapropriação
	Diogo de Vasconcelos	Hidrelétrica de Fumaça	13/mar/02	93		Atingidos por barragens	Indefinida	Litígio
	Felisburgo	Área em Felisburgo	4/set/02	300		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Felisburgo	Faz. Aliança/Nova Alegria/Terra Prometida	23/set/02	300	2400	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Frei Inocência	Acampamento Padre Gino/BR-116	23/abr/02	40		Sem Terra	Pública	Não passível de desapropriação
	Frei Inocência	Fazenda Eldorado	18/jun/02	700	2880	Sem Terra	Particular	Litígio
	Grão Mogol	Faz. Americana	1/mar/02	0		Sem Terra	Particular	Litígio
	Grão Mogol	Faz. Americana	5/nov/02	120	1219	Sem Terra	Indefinida	Litígio
	Guarda Mor	Fazenda Buraco	4/set/02	40		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Itacarambi	Faz. Malhadinha/São Francisco	4/set/02	50	5800	Sem Terra	Indefinida	Litígio
	Itacarambi	Fazenda Eustáquio Cruzeiro	4/set/02	150		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Itacarambi	Fazenda Yapasa/Yasmina/Monvep	4/set/02	90		Sem Terra	Particular	Litígio
	Janaúba	Fazenda Sapé	12/dez/02	1		Sem Terra	Particular	Litígio
	Janaúba/Verdelândia	Fazenda Corgão	12/dez/02	25		Sem Terra	Particular	Litígio
	João Pinheiro	Fazenda Sid. Itatiaia/S. Geron	4/set/02	200		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	José Gonçalves de Minas	Quilombo de Porto Coris/Usina de Irapé	3/mai/02	850		Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Litígio
	Machacalis	Área em Machacalis	4/set/02	120		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Manga	Fazenda Marilândia	4/set/02	63		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Matias Cardoso	Acampamento Calindó	4/set/02	40		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Matias Cardoso	Fazenda Santa Idália	4/set/02	300		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Montes Claros	Faz. Senhoró/Sanharó	22/dez/02	50	780	Sem Terra	Particular	Litígio
	Montes Claros	Fazenda Agrivale	23/mar/02	100		Sem Terra	Propriedade Estatal	Indefinida
	Montes Claros	Fazenda Guiné	25/abr/02	30	1936	Sem Terra	Particular	Sem vistoria

Famílias Envolvidas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruidas	Rochas Destruidas	Perenes Destruidos	Ausência de Pol. Públicas	Má Gestão Pol. Pub	Tipo de Violência
			150						
		35							
							93		
			300						
	300								Intimidação
			40						
			700						Intimidação
		3		3	3	3			Intimidação
	100						100		Intimidação
			40						
			50						
			150						
			90						
			1						
			25						
			200						
	850						850	850	
			120						
			63						
			40						
			300						
	50								Tentativa de Assassinato
							100		
			30						

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
MG	Novo Cruzeiro	Faz. Gravatá/Córrego Fundo/Acamp. Nova Vida	4/set/02	80		Sem Terra	Particular	Litígio
	Olhos D'Água	Fazenda Rocinha	4/set/02	114	17000	Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Paracatu	Fazenda Frederico	4/set/02	6		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Paracatu	Fazenda Saco da Onça	4/set/02	60		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Patos de Minas	Fazenda Guimarães/Barreira	4/set/02	67		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Pequi	Faz. Brenha/Acamp. Roseli Nunes	30/ago/02	120	908	Assentados	Particular	Desapropriada
	Perdizes	Faz. Antinha/Anthia/Sapecado	4/set/02	100		Sem Terra	Particular	Litígio
	Perdizes	Fazenda Bom Sucesso	4/set/02	47		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Pompeu	Assentamento 26 de Outubro/Faz. Olhos D'Água	27/jul/02	2	5300	Assentados	Particular	Desapropriada
	Raul Soares	Usina Hidrelétrica Cachoeira do Empoque	13/mar/02	94	300	Atingidos por barragens	Indefinida	Litígio
	Rio Pardo de Minas	Fazenda Riacho dos Cavalos	4/set/02	40		Sem Terra	Particular	Litígio
	Salto da Divisa	Hidrelétrica de Itapebi	22/abr/02	48		Atingidos por barragens	Particular	Nenhum
	Santa Cruz do Escalvado	Hidrelétrica de Candonga	13/mar/02	1		Atingidos por barragens	Indefinida	Litígio
	Santa Fé de Minas	Fazenda Galinhas	4/set/02	140		Sem Informação	Sem Informação	Litígio
	Santa Vitória	Fazenda Capoeira	4/set/02	83		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	São Francisco	Fazenda Caatinga	4/dez/02	200	3431	Sem Terra	Indefinida	Litígio
	São João da Ponte	Comunidade Brejo dos Crioulos	25/out/02	1		Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Não passível de desapropriação
	Teófilo Otoni	Faz. Colorado/Córrego São Pedro/Irmãos Frich	4/set/02	45		Posseiros	Indefinida	Litígio
	Tiros	Fazenda Santa Cecília	4/abr/02	400		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Uberaba	Fazenda Turbante do Cedro	4/set/02	30		Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Uberlândia	Faz. das Pedras/Ferub	14/jun/02	80	550	Sem Terra	Pública	Não passível de desapropriação
	Uberlândia	Faz. Tangará/Parque Florestal Douradinho/CIF	5/mar/02	718	5029	Sem Terra	Particular	Litígio

Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruídas	Rodas Destruídas	Perfences Destruídos	Ausência de Pol Públicas	Má Gestão Pol Pub	Tipo de Violência
		80						
		114						
		6						
		60						
		67						
								Prisão
		100						
		47						
								Assassinato
						94		
		40						
48								
						1		
		148						
		83						
		200						
1					1			Intimidação
	45							
		2000						
		30						
						80		
		718				718		Ameaça de Prisão

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
MG	Uberlândia	Fazenda Santa Fé/Acamp. Eldorado dos Carajás	4/set/02	80		Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Unai	Fazenda Porteira	7/ago/02	30	1100	Sem Terra	Particular	Litígio
	Uruana de Minas	Faz. Vereda do Leitão/Pasto dos Bois/Oziel Alves	10/jun/02	400	1800	Sem Terra	Particular	Litígio
	Verdelândia	Faz. Ipiranga/Vitória	30/mar/02	100	1140	Sem Terra	Particular	Litígio
Subtotal:	58			7342	65495			
Pará								
	Abaetetuba	Localidade Rio Tucumanduba	9/jul/02	2		Posseiros	Indefinida	Sem Informação
	Abel Figueiredo	Complexo dos Moraes	1/mar/02	80	9000	Posseiros	Particular	Sem Informação
	Abel Figueiredo	Gaúcha	1/fev/02	100	20000	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Afuá	Água Preta	30/dez/02	4	250	Ribeirinhos	Sem Informação	Sem Informação
	Afuá	Igarapé São Paulo	5/nov/02	3	180	Ribeirinhos	Sem Informação	Litígio
	Afuá	Região das Ilhas/Igarapé São Paulo	20/out/02	1	60	Ribeirinhos	Área de posse	Sem Informação
	Afuá	Rio Morceguinho	12/mai/02	1	70	Ribeirinhos	Pública	Litígio
	Água Azul do Norte	Faz. São Cosme e Damião	30/jan/02	32	1500	Sem Terra	Particular	Litígio
	Altamira/Novo Progresso	Gleba Gorotire/Big Vale	1/jun/02			Sem Terra	Devoluta Grilada	Litígio
	Altamira/Novo Progresso	Gleba Gorotire/Big Vale	6/jul/02			Sem Terra	Devoluta Grilada	Litígio
	Altamira/Novo Progresso	Gleba Gorotire/Big Vale	21/jul/02	100	22500	Sem Terra	Devoluta Grilada	Litígio
	Anapu	Gleba Bacajá	28/out/02	60	2800	Posseiros	Área de posse	Litígio
	Anapu	Lote 78/Gleba Bacajá	18/out/02	2		Posseiros	Indefinida	Litígio
	Baião	Assentamento Zumbi dos Palmares	20/out/02	1		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Baião	Fazenda Carioca	26/dez/02	60	4600	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Baião	Igarapé Preto	16/dez/02	1		Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Sem Informação
	Baião	Loteamento Joana Peres	17/set/02	60	200000	Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Não passível de desapropriação
	Bannach	Área em Pista Branca	1/nov/02	1		Assentados	Particular	Sem Informação
	Bannach	Fazenda Santa Cruz/ Colônia Araguaxim II	3/ago/02	2	121	Posseiros	Área de posse	Litígio
	Bannach/Rio Maria	Faz. Bannach	29/jul/02	150	2956	Sem Terra	Particular	Litígio
	Belém	Fazenda Taba/Acampamento Elizabeth Teixeira	13/ago/02			Sem Terra	Devoluta Grilada	Litígio

	Ameaçadas de Despejo	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruídas	Rocas Destruídas	Perifoneas Destruídas	Ausência de Pol. Públicas	Má Gestão Pol. Pub.	Tipo de Violência
			80						
			30						
			400						Tentativa de Assassinato
			100				100		
	1364	279	6835	3	3	4	2256	850	
									Assassinato
									Assassinato
	100								Intimidação
4									Intimidação
3									
1					1	1			Assassinato
	1				1	1			
	32								
	100								Prisão
			100				100		Ameaça de morte
									Assassinato
	60					60			Intimidação
			2	1		2			Intimidação
							1		Assassinato
	60								Ameaça de morte
	1								Intimidação
	60						60		Não houve
							1	1	Assassinato
	2		2				2		Tentativa de Assassinato
	118						118		Ameaça de morte
		150					150		Ferimento em consequência de conflito

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
PA	Belém	Faz. Taba/Acampamento Elizabeth Teixeira	15/ago/02	150	800	Sem Terra	Particular	Litígio
	Bom Jesus do Tocantins	Faz. Natal	30/dez/02	1		Sem Terra	Indefinida	Processo desapropriação
	Bujaru	Vila no Km 20 da PA-140	13/jul/02	12	240	Posseiros	Área de posse	Litígio
	Castanhal	Acamp. Roseli Nunes/Complexo Bacuri	14/nov/02	130		Posseiros	Particular	Litígio
	Castanhal	Faz. Cupiúba/Cachoeira	23/jul/02	250		Assentados	Particular	Desapropriada
	Castanhal	Faz. Josemar/Acampa-mento Roseli Nunes	20/fev/02	30	550	Sem Terra	Particular	Litígio
	Cumaru do Norte	Assentamento Hermínio Brito/Serra Azul	7/out/02			Assentados	Particular	Desapropriada
	Cumaru do Norte	Assentamento Hermínio Brito/Serra Azul	10/out/02	80	4356	Assentados	Particular	Desapropriada
	Curionópolis	Faz. Macaxeira/Assen-tamento 17 de Abril	24/mai/02	2		Assentados	Particular	Desapropriada
	Dom Eliseu	Fazenda Cruzeiro do Sul	1/set/02	14		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Eldorado dos Carajás	Atentado contra Simão Pedro	1/mai/02			Assentados	Sem Informação	Sem Informação
	Eldorado dos Carajás	Vila Limão/Gameleira	24/jul/02	6		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Gurupá	Área da Coomag/Comunidade N. Sra. da Conceição	2/ago/02	350	100	Pequenos proprietários	Particular	Litígio
	Irituia	Fazenda Maria Bonita	27/jun/02	200		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação
	Marabá	Faz. Cabaceira/Acampa-mento 26 de Março	30/jun/02	300	10000	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Marabá	Faz. Três Poderes/Santa Rosa	31/dez/02	320	11835	Sem Terra	Indefinida	Litígio
	Marabá	Faz. Remanso/Talismã	24/ago/02	45	1800	Sem Terra	Particular	Litígio
	Marabá/Parauapebas	Faz. Taboqueira	30/dez/02	95	5000	Sem Terra	Devoluta Grilada	Litígio
	Medicilândia	Área no KM-75 Sul	30/dez/02	5000	12000	Posseiros	Pública	Litígio
	Maju	Barro Alto/Cajueirinho	2/dez/02		700	Posseiros	Devoluta	Sem Informação
	Maju	Fazenda Beiradão	11/nov/02	22	600	Posseiros	Devoluta	Não passível de desapropriação
	Maju	Praquiá	1/jul/02	16	60	Posseiros	Devoluta	Litígio
	Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passe Bem/Mamona	26/abr/02			Assentados	Particular	Desapropriada

	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruídas	Rochas Destruídas	Perfences Destruídos	Ausência de Pol. Públicas	Má Gestão Pol. Pub	Tipo de Violência
									Prisão
	1								
	12								Ameaça de morte
	130								Ameaça de morte
	250						250	250	
		30					30		
	80								
									Ameaça de morte
									Ameaça de morte
		14							
									Ameaça de morte
	6						6		Tentativa de Assassinato
	350								Ameaça de morte
		200							Assassinato
			300						
								320	
	45						45		Assassinato
	95								
			5000						
	21				21				Intimidação
	22								Ameaça de morte
	16				16				Intimidação
11				11		11			Intimidação

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Família Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
PA	Nova Ipixuna	Ass. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passo Bem/Mamona	3/ago/02	400	22000	Assentados	Particular	Desapropriada
	Novo Repartimento	Assentamento Tuerê I e II	25/dez/02	1		Assentados	Particular	Sem Informação
	Novo Repartimento	Fazenda Abrolho Verde	6/nov/02	1500	63000	Posseiros	Indefinida	Processo desapropriação
	Novo Repartimento Marabá	Faz. Gameleira	19/out/02	24	1210	Sem Terra	Particular	Indefinida
	Ourilândia do Norte	Fazenda Serra Dourada	30/set/02	60		Sem Terra	Particular	Litígio
	Parauapebas	Ameaças contra Antônio Rodrigues da Silva	15/ago/02	1		Sem Terra	Indefinida	Nenhum
	Piçarra	Assentamento Djalma Castro	25/set/02			Assentados	Particular	Desapropriada
	Piçarra	Fazenda Castanhal	19/set/02	100	10000	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Porto de Moz	Área do Rio Quati	30/dez/02	200	20000	Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	Porto de Moz	Área no Rio Acaraí	30/dez/02	500	50	Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	Porto de Moz	Área no Rio Guajará	30/dez/02	1000	100000	Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	Redenção	Colônia Tiradentes/Gleba Nova Glória	30/dez/02	20	500	Sem Terra	Sem Informação	Litígio
	Rio Maria	Faz. Marajoara/Dona Vânia	30/dez/02	20	1500	Sem Terra	Indefinida	Litígio
	Rio Maria	Fazenda Barra Mansa	30/dez/02	1		Pequenos proprietários	Particular	Litígio
	Rondon do Pará	Área em Rondon do Pará	8/ago/02	21		Posseiros	Particular	Indefinida
	Rondon do Pará	Faz. Tulipa Negra/Gleba Água Azul	10/set/02			Sem Terra	Particular	Litígio
	Rondon do Pará	Faz. Tulipa Negra/Gleba Água Azul	11/set/02	60	3000	Sem Terra	Particular	Litígio
	Salvaterra	Quilombo Salvar Mangueiras	16/dez/02	1		Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Litígio
	Santa Maria das Barreiras	Faz. Mata Azul/P.A Serra Azul/Gleba 22	30/dez/02	11		Assentados	Particular	Desapropriada
	Santa Maria das Barreiras	Fazenda Prainha	17/jun/02	1		Posseiros	Área de posse	Litígio
	Santa Maria das Barreiras	Fazenda Santa Elisa	10/out/02	23		Posseiros	Área de posse	Sem Informação
	Santana do Araguaia	Faz. Vale do Rio Cristalino	30/dez/02	1500	139000	Assentados	Particular	Desapropriada
	Santana do Araguaia	Fazenda Marajó/Vila Mandi	10/out/02	30		Posseiros	Área de posse	Sem Informação

	Ameaças de expulsão	Despejadas	Ameaças de despejo	Casas destruídas	Rozas destruídas	Permanentes destruídos	Ausência de Políticas Públicas	Mãe Gestor(a) do Pub	Tipo de Ameaça
1				1		1			Ameaça de morte
	1								Assassinato
	1500								Assassinato
	24			2		2	24		Ameaça de morte
			60						
							1		Ameaça de morte
	350								Ameaça de morte
	100								Tentativa de Assassinato
			200						
			500						
			1000						
20									
			20						
	1								
21				21					
									Assassinato
									Ameaça de morte
			1						
	11					11			
	1								
	23								Intimidação
							1500	1500	Ameaça de morte
	30								Intimidação

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
PA	São Domingos do Araguaia/Parauapebas	Faz. Boa Sorte	15/jul/02	40	1200	Posseiros	Particular	Processo desapropriação
	São Domingos do Capim/Aurora do Pará	Faz. Chão de Estrelas/Chão Preto/Campo Maior	28/jan/02	300	16612	Sem Terra	Particular	Litígio
	São Félix do Xingu	Assentamento Lindoeste/Fazenda Flor da Mata	14/jun/02	40	11770	Sem Terra	Particular	Desapropriada
	São Félix do Xingu	Fazenda Barra do Triunfo	27/ago/02	300		Sem Terra	Indefinida	Sem vistoria
	São Félix do Xingu	Fazenda Tibórnia	24/fev/02			Sem Terra	Indefinida	Processo desapropriação
	São Félix do Xingu	Fazenda Tibórnia	13/jun/02	43	290400	Sem Terra	Indefinida	Sem vistoria
	São Félix do Xingu/Xinguara	Projeto Casulo/Gleba Maguari/Três Colônias	22/mar/02	40	100	Assentados	Devoluta Grilada	Litígio
	São Geraldo do Araguaia/Eldorado dos Carajás	Faz. Bamerindus/Ass.Oziel Alves Pereira	25/nov/02	2000	58000	Assentados	Particular	Desapropriada
	São João do Araguaia	Faz. Prata	24/jul/02	100	3094	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	São João do Araguaia	Faz. Santa Helena	1/fev/02	32		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	São João do Araguaia	Faz. São Paulo	30/abr/02	26		Sem Terra	Particular	Litígio
	Sapucaia/Xinguara	P.A Escalada do Norte	30/jun/02	20	24200	Assentados	Particular	Desapropriada
	Tomé-Açu	Fazenda Águas Brancas	30/dez/02	200	1250	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Uruará	Faz. Pedra Roxa	30/dez/02	30	3000	Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	Xinguara	Atentado contra o juiz Cristiano Arantes e Silva	25/set/02	1		Sem Informação	Sem Informação	Sem Informação
	Xinguara	Faz. Mandasaia/Santa Maria/Sta Teresa	1/jun/02	5	5900	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Xinguara/Rio Maria	Assentamento Diutá/Colônia Tupã	23/fev/02	3		Assentados	Particular	Desapropriada
Subtotal:	84			16337	1087864			
Paraíba								
	Alagoa Nova	Fazenda Olho D'Água	12/abr/02	100		Sem Terra	Particular	Indefinida
	Araçagi	Assentamento Tainha e Mulugunzinho	26/nov/02	283		Assentados	Particular	Desapropriada
	Aroeiras	Barragem Acauã	24/fev/02	400		Atingidos por barragens	Particular	Processo desapropriação
	Itabaiana	Fazenda Tanques	29/jun/02			Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Jacaraú	Faz. São José	12/set/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Jacaraú	Faz. São José	15/set/02	52	400	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Mari	Fazenda Olho D'Água	24/set/02	52	400	Sem Terra	Particular	Sem vistoria

	Ameaças Expulsão	Desperdiças	Ameaças de Despejo	Casas Destruídas	Rochas Destruídas	Perfences Destruídos	Ausência de Pol Públicas	Má Gestão Pol Pub	Tipo de Violência
	40			40					Intimidação
		22					22		Prisão
20				20		40	40	20	
	300								
43				43		43			Assassinato
	43								Assassinato
40					40		40		Prisão
								2000	
			100						
								32	Prisão
	26								
								20	
	200								Ameaça de morte
			30						
									Tentativa de Assassinato
5							5		Assassinato
	3						3		Assassinato
	4215	416	7315	139	79	172	2398	4143	
100									
							283		
								400	
		52						52	
	52			52		52			Intimidação
	52								

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
PB	Mogeiro	Faz. Mendonça	22/mai/02	93	1400	Posseiros	Área de posse	Sem Informação
	Mogeiro	Sítio Barro Alto/Faz. Riacho Verde	1/abr/02	4	70	Posseiros	Área de posse	Sem Informação
	Pedras de Fogo	Faz. Santa Emília	12/fev/02	20	100	Posseiros	Área de posse	Sem vistoria
	Pedras de Fogo	Fazenda Riacho D'Água	30/abr/02	3		Posseiros	Área de posse	Sem Informação
	Pitimbu	Engenho Palmeira	14/out/02			Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Pitimbu	Engenho Palmeira	25/nov/02			Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Pitimbu	Engenho Palmeira	5/dez/02	22	147	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Rio Tinto	Área do Rio da Draga	5/abr/02			Posseiros	Particular	Sem Informação
	Rio Tinto	Área do Rio da Draga	10/out/02	65	100	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Santa Rita	Faz. Tambauzinho	15/mar/02			Posseiros	Área de posse	Sem vistoria
	Santa Rita	Faz. Tambauzinho	5/jun/02			Posseiros	Área de posse	Sem vistoria
	Santa Rita	Faz. Tambauzinho	13/jun/02			Posseiros	Área de posse	Sem vistoria
	Santa Rita	Faz. Tambauzinho	30/jul/02	38	300	Posseiros	Área de posse	Sem Informação
	Sobrado	Faz. Antas	4/mai/02	85	939	Posseiros	Área de posse	Sem Informação
Subtotal:	21			1217	3856			
Paraná								
	Guaratuba	Comunidade Rasgadinho	27/nov/02			Posseiros	Área de posse	Sem Informação
	Lapa	Fazenda Cerrito	30/dez/02		730	Sem Terra	Particular	Sem Informação
	Luiziana	Acampamento PR 549	18/jan/02	140		Sem Terra	Pública	Sem vistoria
	Pinhão	Fazenda Fundão / Invernada Paiol de Telha	22/jan/02	30		Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Não passível de desapropriação
	Reserva do Iguaçu	Fazenda das Bicas	16/ago/02	40		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Santa Tereza do Oeste	Ocupação Área da União	23/jul/02	6	40	Sem Terra	Pública	Sem vistoria
Subtotal:	6			216	770			
Pernambuco								
	Água Preta	Engenho Dois Braços	30/dez/02	36		Assentados	Particular	Desapropriada
	Água Preta	Engenho Milharal	22/mai/02	18	380	Assentados	Pública	Desapropriada
	Aliança	Engenho Caricé	22/mai/02	25		Assentados	Pública	Desapropriada
	Aliança	Engenho Oiteiro Alto	22/mai/02	11		Assentados	Pública	Desapropriada
	Caruaru	Fazenda Macambira/Borba	21/mai/02	100		Assentados	Pública	Desapropriada
	Escada	Engenho Martelo/Bela Vista	7/ago/02	30	500	Assentados	Particular	Desapropriada

	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruídas	Rochas Destruídas	Perfences Destruídas	Ausência de Pol. Públicas	Ma Gestão Pol. Pop.	Tipo de Violência
	95								Intimidação
	4				4				
	20			3				20	
	3			3		3			
	22								
		22				22		22	
		22				22		22	
	65								
	65				65				Intimidação
	38			1		1			Ferimento em consequência de conflito
7				7	7				Intimidação
	31								Ameaça de morte
	38								Ameaça de morte
	85				85		85		Agressão
	570	96		66	161	100	368	516	
	20			1					Ameaça de morte
160									
		140				140			
30						30			
	40								Intimidação
6							6		
	60	140		1		170	6		
								36	
								18	
								25	
								11	
								100	Prisão
								30	

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
PE	Floresta	Baixa da Faveleira/Capoeira Barro	13/mai/02	35	400	Assentados	Pública	Desapropriada
	Glória do Goitá	Faz. Brisa/Brilhosa	22/mai/02	25		Assentados	Pública	Desapropriada
	Gravatá	Assentamento Santa Helena	7/ago/02	56	540	Assentados	Particular	Desapropriada
	Ipojuca	Engenho Queluz	22/mai/02	28	350	Assentados	Pública	Desapropriada
	Ipojuca	Engenho Soledade/ Amparo/Us. Massauassu	22/mai/02	87	1200	Assentados	Pública	Desapropriada
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Caxito	10/jul/02	180	642	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Palmeira	21/mai/02	100		Sem Terra	Pública	Desapropriada
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Pedra Lavrada	21/mai/02	50		Sem Terra	Pública	Desapropriada
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Penaduba	21/mai/02	50		Sem Terra	Pública	Desapropriada
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Suassuna	21/mai/02			Sem Terra	Pública	Processo desapropriação
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Suassuna	22/dez/02	150		Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Lagoa Grande	Assentamento Alto da Areia	29/nov/02	120		Assentados	Particular	Desapropriada
	Rio Formoso	Engenho Laranjeiras	22/mai/02	37	393	Assentados	Pública	Desapropriada
	Rio Formoso	Engenho Mato Grosso	22/mai/02	70	428	Assentados	Particular	Desapropriada
	Sanharó	Faz. Santa Maria	22/mai/02	50		Assentados	Pública	Desapropriada
	São Caitano	Fazenda Pau Ferro	15/mai/02	400	130	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	São Caitano	Fazenda Santa Isabel	13/abr/02	0		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	São Caitano	Fazenda Santa Isabel	15/mai/02	320	5000	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	São José do Belmonte	Faz. Pedra Bonita	5/ago/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	São José do Belmonte	Faz. Pedra Bonita	11/ago/02	120	425	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	São Lourenço da Mata/Paudalho	Engenho Camurim/Quizanza/Us. Petribu	3/jan/02	5		Posseiros	Sem Informação	Sem Informação
	Tamandaré	Engenho Brejo/ Mascatinho/Jundiá	22/mai/02	38	453	Assentados	Pública	Desapropriada
	Tamandaré	Engenho Cocal Grande	22/mai/02	50	500	Assentados	Pública	Desapropriada
	Tamandaré	Engenho Cocalzinho	22/mai/02	28	400	Assentados	Pública	Desapropriada
	Tamandaré	Engenho Coqueiro	12/mar/02			Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Tamandaré	Engenho Coqueiro	22/mai/02	150	400	Assentados	Pública	Desapropriada
	Tamandaré	Engenho Mascotinho	7/ago/02	32	0	Posseiros	Particular	Desapropriada
	Tamandaré	Engenho Saué Grande	22/mai/02	58	800	Assentados	Pública	Desapropriada
	Tamandaré	Engenho Saezinho	22/mai/02	68	875	Assentados	Pública	Desapropriada
	Tracunhaém	Engenho Prado	6/dez/02	300		Sem Terra	Particular	Sem vistoria

Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruidas	Ruas Destruidas	Perfences Destruidos	Ausência de Pol Públicas	Má Gestão Pol Pub	Tipo de Violência
							35	
							25	
							56	
							28	
							87	
	180							
							100	
							50	
							50	
							150	
150								Assassinato
							120	
							37	
							70	
							50	
	400							
320								
	320							
120								
120								Assassinato
5								Ameaça de morte
							38	
							50	
							28	
								Assassinato
							44	
							32	
							58	
							68	
						300		Morte em consequência

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
PE	Vitória de Santo Antão	Engenho Campo Alegre	22/mai/02	100		Assentados	Pública	Desapropriada
	Vitória de Santo Antão	Engenho Livramento	22/mai/02	45	900	Assentados	Pública	Desapropriada
	Vitória de Santo Antão	Engenho Pedreiras	7/ago/02	70		Assentados	Particular	Desapropriada
	Vitória de Santo Antão	Engenho São João	27/ago/02	30		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
Subtotal:	40			3072	14716			
Piauí								
	Altos	Assentamento Alecrim	19/jan/02			Assentados	Particular	Desapropriada
	Barras	Canto Fundo Maribondo	27/fev/02	17	559	Sem Terra	Particular	Litígio
	Beneditinos	Cacimba	28/jan/02	40	2100	Posseiros	Devoluta Grilada	Litígio
	Buriti dos Lopes	Fazenda Tinguís	26/mai/02		0	Sem Terra	Particular	Litígio
	Buriti dos Lopes	Fazenda Tinguís	12/jun/02	120	3000	Sem Terra	Particular	Litígio
	Luís Correia	Comunidade Mexeriqueira	1/abr/02			Posseiros	Pública	Litígio
	Luís Correia	Comunidade Mexeriqueira	15/abr/02	50	175	Posseiros	Pública	Litígio
	Miguel Alves	Assentamento Tamanduá	7/fev/02			Assentados	Particular	Desapropriada
	Miguel Alves	Assentamento Tamanduá	17/fev/02			Assentados	Particular	Desapropriada
	Miguel Alves	Assentamento Tamanduá	27/fev/02	93	3348	Assentados	Particular	Desapropriada
	Piripiri	Poço	26/fev/02	53	479	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Porto	Fazenda Estanhado/Lagoa do Boi	18/jan/02			Posseiros	Particular	Processo desapropriação
	Porto	Fazenda Estanhado/Lagoa do Boi	25/jan/02			Posseiros	Particular	Processo desapropriação
	Porto	Fazenda Estanhado/Lagoa do Boi	26/jan/02			Posseiros	Particular	Processo desapropriação
	Porto	Fazenda Estanhado/Lagoa do Boi	15/mai/02	86	7436	Posseiros	Particular	Processo desapropriação
Subtotal:	15			459	17097			
Rio de Janeiro								
	Campos dos Goytacazes	Faz. Santa Rita/Ass. Antônio Farias	25/jul/02	93		Assentados	Particular	Desapropriada
	Casimiro de Abreu/Silva Jardim/Araruama	Acampamento Sebastião Lan	31/mai/02	82	1300	Assentados	Área de Proteção Ambiental	Desapropriação Suspensa

	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruidas	Rochas Destruidas	Perfences Destruidos	Ausência de Pol Públicas	Mã Gestão Pol Pub	Tipo de Violência
								100	
								45	
								70	
		30							
	715	930					300	1611	
	17								
		40		24	40				
			120						
		120							Ameaça de morte
									Assassinato
									Ameaça de morte
									Ameaça de morte
									Assassinato
									Intimidação
	53								Ameaça de morte
			86						
		86			86	86			
									Assassinato
									Ameaça de morte
	70	246	206	24	126	86			
							93		
			82					82	

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica	Ameaçadas Exulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruidas	Rocas Destruidas	Perfences Destruidos	Ausência de Pol. Públicas	Mat. Gest. Pol. Púb.	Índice de Violência
RI	Conceição de Macabu	Fazenda Zé Pureza/Progresso	25/jul/02	120	700	Sem Terra	Indefinida	Sem vistoria							120		
	Itatiaia	Fazenda Santa Rosa	3/mai/02	200	50	Sem Terra	Particular	Litígio		200							
	Mangaratiba	Ilha de Marambaia	6/mar/02	91		Remanescentes Quilombos	Área quilombola	Não passível de desapropriação	91								
	São Francisco do Itabapoana	Fazenda São Diogo/Dandara dos Palmares	21/fev/02	250	300	Sem Terra	Particular	Litígio		250							
	São Francisco do Itabapoana	Fazenda São João	20/jun/02	110		Sem Terra	Particular	Litígio		110							
Subtotal:	7			946	2350				91	560	82				213	82	
Rio Grande do Sul																	
	Aceguá/Hulha Negra	Estância da Invernada / Ana Paula Agropastoril	3/mai/02			Sem Terra	Particular	Litígio	160								
	Aceguá/Hulha Negra	Estância da Invernada / Ana Paula Agropastoril	15/mai/02			Sem Terra	Particular	Litígio			160						
	Aceguá/Hulha Negra	Estância da Invernada / Ana Paula Agropastoril	17/mai/02	160	14800	Sem Terra	Particular	Litígio		160							
	Capão do Cipó	Fazenda Inhacapedum	11/dez/02		1830	Sem Terra	Particular	Litígio									
	Capão do Leão	Acampamento às Margens da BR 293	12/fev/02	18		Sem Terra	Pública	Sem vistoria			18						
	Júlio de Castilhos	Faz. Bom Retiro	15/abr/02			Sem Terra	Particular	Processo desapropriação			550						
	Júlio de Castilhos	Faz. Bom Retiro	14/mai/02	550	2800	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação		150							
	Pontão	Fazenda Mattei	8/jan/02			Assentados	Particular	Litígio			127					127	
	Pontão	Fazenda Mattei	5/jul/02			Assentados	Particular	Litígio			80						
	Pontão	Fazenda Mattei	17/jul/02			Assentados	Particular	Litígio		80							
	Pontão	Fazenda Mattei	1/nov/02			Assentados	Particular	Litígio			100					100	
	Pontão	Fazenda Mattei	15/nov/02	127	1430	Assentados	Particular	Litígio		100							
	Salto do Jacuí	Assentamento da Área Borboleta	28/jul/02	45	31	Sem Terra	Particular	Litígio	45								
	São Jerônimo	Faz. Santa Bárbara	12/abr/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria			200						
	São Jerônimo	Faz. Santa Bárbara	22/nov/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria			60						
	São Jerônimo	Faz. Santa Bárbara	5/dez/02	700	2400	Sem Terra	Particular	Sem vistoria		60							
Subtotal:	16			1600	23291				205	550	1295					227	
Rondônia																	
	Alto Alegre do Parecis	Fazenda Sol Nascente	16/mai/02	150		Sem Terra	Particular	Sem Informação			150						
	Ariquemes	Faz. Barlat	4/jul/02	130		Sem Terra	Particular	Sem vistoria		130			130	130			
	Ariquemes	Fazenda Arrobas	4/jul/02	100		Sem Terra	Sem Informação	Sem Informação	100			100					
	Buritis	Assentamento Jatobá	13/jul/02	77	8000	Assentados	Devoluta Grilada	Litígio								77	Assassinato
	Buritis	Assentamento Rio Pardo	31/jul/02	3000		Assentados	Particular	Desapropriada	3000								
	Buritis	Floresta Nacional Bom Futuro	18/mar/02	300	191000	Posseiros	Pública	Não passível de desapropriação			300						
	Cacaulândia	Lt. Burareiro Licitação/ Acamp. Cristo Rei	21/nov/02	120	1000	Posseiros	Área de posse	Litígio	120								Assassinato

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica	Famílias Ameaçadas de Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Pertences Destruidos	Ausência de Pol. Públicas	Má Gestão Pol. Pub	Tipo de Violência
RO	Candeias do Jamari	Fazenda Rio Candeias	2/ago/02			Sem Terra	Devoluta Grilada	Litigio							50		
	Candeias do Jamari	Fazenda Rio Candeias	10/out/02	50	33000	Sem Terra	Devoluta Grilada	Litigio	20								
	Corumbiara	Assentamento Vitória da União	15/fev/02			Assentados	Particular	Desapropriação									Agressão
	Corumbiara	Fazenda Guarajus	25/mar/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria									Prisão
	Corumbiara	Fazenda Guarajus	28/mar/02	300	5000	Sem Terra	Particular	Sem vistoria		300							
	Governador Jorge Teixeira	Seringal São Francisco/Acamp. Antônio Conselheiro	17/jul/02	325	12000	Sem Terra	Particular	Litigio			325						
	Jaru	Faz. Galo Velho/Seringal 70	4/mar/02	30	6277	Sem Terra	Indefinida	Desapropriação			30						
	Nova Brazilândia do Oeste	Faz. Gladys Willians	21/mai/02	300	6400	Sem Terra	Particular	Litigio		300		300	300	300			
	Nova Mamoré	Fazenda Gainzá	5/jul/02	74	94000	Posseiros	Pública	Desapropriação								74	
	Nova Mamoré	P.A Jacinópolis	30/jul/02			Assentados	Particular	Desapropriação									Assassinato
	Nova Mamoré	P.A Jacinópolis	27/nov/02			Assentados	Particular	Desapropriação									Assassinato
	Nova União/Mirante da Serra	Ass.Margarida Alves/Palmares e Pe.Ezequiel	14/jan/02	900	11000	Assentados	Particular	Desapropriação	300					7			Prisão
	Presidente Médici	Faz. Mariana/Acamp.Emerson Rodrigues	25/out/02	120	1100	Sem Terra	Particular	Sem vistoria			120						
	Presidente Médici	Fazenda Jamaica	15/set/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria			122						
	Presidente Médici	Fazenda Jamaica	25/set/02	122		Sem Terra	Particular	Sem vistoria		122							
	Theobroma/Vale do Anari	Fazenda Limajuti	14/jun/02	60	25000	Posseiros	Particular	Sem Informaç		60		60	60				
Subtotal:	23			6158	393777				3420	912	1047	460	490	437	50	151	
Santa Catarina																	
	Chapecó	Agropecuária Paraíso	24/abr/02	200	500	Sem Terra	Particular	Sem vistoria			200						
	Curitibanos	Fazenda Nossa Senhora do Guarda Mor	24/abr/02	150	520	Sem Terra	Particular	Sem vistoria			150						
Subtotal:	2			350	1020						350						
São Paulo																	
	Andradina	Faz. Timboré	27/mar/02	230	3393	Assentados	Particular	Desapropriação			230						
	Bragança Paulista	Fazenda Capuava	28/jun/02	400	1200	Sem Terra	Pública	Litigio			400						
	Caieiras/São Paulo	Acampamento Irmã Alberta/Área da Sabesp	30/jul/02	720	250	Sem Terra	Pública	Litigio			720						
	Caiuá	Fazenda Angical	30/mai/02	50		Sem Terra	Particular	Sem vistoria	50								Intimidação
	Caiuá	Fazenda Malu	30/mai/02	50		Sem Terra	Particular	Sem vistoria			50						
	Euclides da Cunha	Assentamento Chico Mendes	2/abr/02	40		Posseiros	Particular	Desapropriação								40	Prisão
	Euclides da Cunha	Fazenda Guaná Mirim	21/mai/02	34	250	Sem Terra	Devoluta não Ocupada	Processo desapropriação								34	Prisão

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Famílias Envolvidas	Área	Tipo de Conflito	Tipo de Propriedade	Situação Jurídica
SP	Franco da Rocha	Faz. São Roque/D. Tomás Balduino/Terra Sem Males	18/jun/02	180	850	Sem Terra	Pública	Não passível de desapropriação
	Guarantã	Faz. Coqueirão	30/mar/02	150	8964	Assentados	Indefinida	Desapropriação Suspensa
	Mirante do Paranapanema	Fazenda Odessa/Nova Odessa/Inhacá	28/mar/02	2		Sem Terra	Indefinida	Indefinida
	Paulicéia	Assentamento Boa esperança	11/mar/02	140	2900	Assentados	Particular	Desapropriação Suspensa
	Pereira Barreto	Pré-Assentamento Dourado	25/abr/02	28	641	Sem Terra	Particular	Litígio
	Rosana	Fazenda Santa Rita do Pontal	19/jan/02	275	2798	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Sandovalina	Fazenda Santa Fé/Margarida Alves	27/abr/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Sandovalina	Fazenda Santa Fé/Margarida Alves	8/set/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Sandovalina	Fazenda Santa Fé/Margarida Alves	17/set/02	450	1320	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Serra Azul	Faz. Santa Clara	4/jul/02	120	1150	Sem Terra	Propriedade Estatal	Indefinida
	Taubaté	Fazenda Abrahão	19/nov/02	180	79	Sem Terra	Particular	Litígio
	Teodoro Sampaio	Faz. Santa Maria/Acampamento Fusquinha	27/mar/02	300	5554	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Teodoro Sampaio	Fazenda Galpão de Zinco	27/abr/02	36		Assentados	Particular	Sem vistoria
	Teodoro Sampaio	Fazenda Margarete	30/abr/02	80		Sem Terra	Sem Informação	Processo desapropriação
	Teodoro Sampaio	Gleba 15 de Novembro	27/mar/02	138	15000	Assentados	Particular	Desapropriada
Subtotal:	22			3603	44349			
Sergipe								
	Itaporanga da Ajuda	Acampamento São João	10/set/02	40		Sem Terra	Particular	Sem Informação
Subtotal:	1			40	0			
Tocantins								
	Ananás	Fazenda São Francisco	8/fev/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Ananás	Fazenda São Francisco	12/abr/02			Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Ananás	Fazenda São Francisco	14/mar/02	30	6424	Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Araguaína	Fazenda Bela Vista	20/nov/02	25	700	Sem Terra	Particular	Processo desapropriação
	Araguanã	Fazenda Sagarana	2/ago/02	80		Sem Terra	Particular	Sem vistoria
	Campos Lindos	Fazenda Sussuarana	30/ago/02	40	2864	Posseiros	Particular	Litígio
	Darcinópolis	Faz. Palmeiras do Santo Antônio/Mata Verde	2/mar/02	30	1800	Sem Terra	Pública	Sem Informação
	Nova Olinda	Área em Remansão	16/ago/02	43		Assentados	Pública	Desapropriada
Subtotal:	8			248	11788			
Total:	495			66358	2945305			

Famílias Envolvidas	Ameaçadas Expulsão	Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Pertences Destruidos	Ausência de Pol Públicas	Ma Gestão Pol Pub	Tipo de Violência
							180		
			150						
							2		Intimidação
			140	126				126	
			28						
	275							275	Tentativa de Assassinato
			40						
	450								Intimidação
		450							
	120						120	120	
			180						
		300					300		
			36						
							80		
									Prisão
	845	750	1974	126			682	595	
			40						
			40						
	30	30							Intimidação
		30							
				25					
			80						
	40								
30									
		43							
	70	103	80	25					
156	18507	9715	25876	1459	1384	1487	16302	14256	

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra.

A contra-reforma agrária no Estado do Amapá

Alessandro Gallazzi,
coordenador da CPT Amapá

ARQUIVO CPT NACIONAL



O Incra do Amapá é responsável por uma verdadeira e inexplicável contra-reforma agrária.

Entre 1994 e 1998, o INCRA criou 17 assentamentos, ocupando quase 400.000 hectares de floresta primária, para distribuir cerca de 5.000 lotes, em boa parte nunca ocupados. Os assentamentos tornaram-se uma verdadeira indústria para malversação ou mau uso de dinheiro público. O Tribunal de Contas da União comprovou os desvios e as irregularidades e o Ministério Público Federal, após denúncias da CPT, abriu uma dúzia de processos que, em sua maioria, ainda estão em andamento.

A partir de 1999, quando o governo federal proibiu a criação de assentamentos em áreas de floresta, o INCRA do Amapá começou a transformar em Projetos de Assentamento as comunidades de posseiros já cadastrados no setor fundiário.

A maioria desses posseiros residem e trabalham há muitos anos em posses cuja área costuma ser de aproximadamente 100 ha. Muitos têm a Licença de Ocupação dada pelo Incra e pagam regularmente o ITR. É uma regularização fundiária que nada tem a ver com a Reforma Agrária.

Ao criar os Projetos de Assentamento, porém, o INCRA abusou de seu poder legal e reduziu pela metade as antigas posses, as atravessou com novas demarcações, remanejou os posseiros e introduziu novos, tornando-se, assim, causador de conflitos.

Alguns dos antigos posseiros, após a divisão de suas posses, nem sequer tiveram o direito de escolher em qual das partes ficar.

A decisão de tirar dos posseiros terras ocupadas há décadas mostra uma incapacidade de discernimento que nos preocupa muito. Esperamos que isso não tenha sido feito para

manter a indústria da corrupção ligada à distribuição de créditos de instalação, que, estranhamente, foram concedidos a posseiros que há anos estão instalados e trabalham no local.

Por outro lado, o Incra do Amapá não toma nenhuma atitude para impedir a ocupação ilegal de muitas posses e até de lotes de assentamentos por profissionais liberais, funcionários públicos que não vivem da agricultura e até por pessoas jurídicas.

Ao lado do PA Corre Água — onde as posses antigas foram divididas duas ou, em alguns casos, até três vezes —, encontra-se, por exemplo, uma grilagem de mais de 10.000 hectares — quase o dobro do assentamento todo — chamada fazenda Parabrilho, adquirida pela Champion em 1995.

No Amapá,
a Reforma Agrária
não se faz eliminando
o latifúndio ilegal
e improdutivo, mas
reduzindo as posses dos
agricultores familiares

Essa e outras grilagens — cerca de 144.000 hectares — feitas por essa empresa de capital estrangeiro e plantadora de eucalipto foram denunciadas pela CPT sem que o Incra e o Ministério Público Federal tomassem as medidas necessárias.

A realidade da Reforma Agrária no Amapá não pára aqui. Outra consideração precisa ser feita.

Doze projetos de assentamento — num total de 200.000 hectares — foram criados contíguos às terras da Champion, em vários casos, atrás e até no meio destas terras.

A maioria desses assentamentos foi criada em área de floresta primária.

Quem quiser pode visitar os assentamentos e verificar — como fez recentemente o procurador da República — que não há nenhuma possibilidade de eles se desenvolverem. Em muitos casos, a atividade dos poucos assentados que ainda ficaram é de simples subsistência, e não há nenhuma previsão de crescimento, seja pelas condições das estradas impraticáveis ou completamente ausentes, seja pela falta de transporte, bem como pela assistência técnica precária ou inexistente.

Mesmo assim, o Incra já está distribuindo os títulos definitivos dos lotes que, daqui a dez anos, poderão ser legalmente vendidos ao melhor oferente.

Não gostaríamos que os projetos de assentamento tenham como resultado final a concentração das terras — agora já antropizadas e por isso agricultáveis — nas mãos do latifúndio, ainda por cima estrangeiro. Ou, na melhor das hipóteses, os agricultores se vejam obrigados a plantar eucaliptos em suas terras para poder sobreviver.

Se a Reforma Agrária tem como objetivo a vida digna do agricultor familiar, no Amapá isso ainda não é verdade. E, sem dúvida nenhuma, o grande responsável por tudo isso é o INCRA.

A CPT, ao fazer essa denúncia, insiste que o Incra:

1. Ao criar Projetos de Assentamento em áreas já ocupadas por posseiros, demarque os lotes respeitando as dimensões originais das posses.
2. Regularize todas as demais posses dos agricultores dando-lhes, como de direito legal, seus títulos definitivos.
3. Cancele e retome para o patrimônio da União todas as posses ilegais adquiridas ou griladas por pessoas físicas, não trabalhadores rurais, e pelas empresas.

Ocupações de terra

Estado	Município	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Movimento
Alagoas						
	Arapiraca	Fazenda Folhas	04-fev-02	400	150	MST
	Maragogi	Fazenda Aquidabam	04-abr-02			MST
	Maragogi	Fazenda Aquidabam	04-jul-02	1200	100	MST
	Murici	Fazenda Bota Velha	24-abr-02			CPT
	Murici	Fazenda São Geraldo	04-fev-02	900	120	MST
	Olho D'Água do Casado	Fazenda Costa II	04-fev-02	1100	150	MST
	Palmeira dos Índios	Fazenda Cachoeira do Tamanduá	23-out-02		120	MST
	Porto de Pedras	Fazenda Tipiri	12-ago-02		60	CPT
	São Miguel dos Milagres	Fazenda Bom Jardim	25-mar-02	755	50	CPT
	São Miguel dos Milagres	Fazenda Jaguarana	13-fev-02		50	CPT
	União dos Palmares	Fazenda Sementeira	14-jul-02	195	30	SI
Subtotal:	11			4550	830	
Bahia						
	Amélia Rodrigues	Usina Itapetingui	14-mai-02	20000	360	MST e CETA
	Barra do Choça	Fazenda Monte Alto	18-dez-02	500	60	MST
	Gongogi	Fazenda Santa Irene	10-nov-02	1190	70	CETA
	Itabela	Fazenda Jacarandá	15-set-02			MST
	Itabela	Fazenda Jacarandá	01-nov-02	417	120	MST
	Ituberá	Fazenda Conjunto Inferno Verde	06-abr-02			MST
	Ituberá	Fazenda Conjunto Inferno Verde	15-ago-02			MST
	Juazeiro	Fazenda do Banco do Brasil	09-nov-02	400	70	MST
	Mucuri	Fazenda Canadá	01-jun-02	1300	110	MST
	Santa Luzia	Conjunto Dom Evaldo	19-nov-02	286	30	RACAA-SUL/CETA
Subtotal:	10			24093	820	
Ceará						
	Acarau	Fazenda Cachoeira	15-abr-02	4800	120	MST
	Caucaia	Fazenda Bela Vista	15-abr-02	667	100	MST
	Monsenhor Tabosa	Fazenda Vaca Brava	15-abr-02	3000	120	MST
	Quixeramobim	Fazenda Mucheré Novo	11-dez-02	6000	100	MST
Subtotal:	4			14467	440	
Espírito Santo						
	Jaguare	Fazenda Beta Norte/ Acampamento Terra Livre	26-mai-02	100	120	MST
	Muqui	Fazenda Fundão	09-set-02	362	110	MST
	Ponto Belo	Fazenda Ypiranga/Assentamento Otaviano Rodrigues de Carvalho	21-abr-02	1132	98	MST
Subtotal:	3			1594	328	
Goiás						
	Amaralina	Fazenda Cristo Rei	01-set-02	4200	110	Fetaeg
	Aruanã	Faz. Santa Luzia/Viplan	30-ago-02	36000	1100	MST
	Cocalzinho de Goiás	Fazenda Santa Felicidade	23-nov-02		150	MST
	Diorama/Arenópolis/ Rio Verde	Faz. Velhos Tempos/São Pedro/Pedra Bonita	13-abr-02	2968	300	MST
	Edéia	Fazenda Santa Maria	12-mai-02		80	Fetaeg
	Niquelândia	Fazenda Forquilha II	13-abr-02	8416	350	MST

Estado	Município	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Movimento
Subtotal:	6			51584	2090	
Maranhão						
	Bom Jardim	Fazenda Canaã	30-abr-02	2700	100	SI
	Buritirana	Fazenda Chapada Grande	17-abr-02	3500	400	MST
	Buritirana	Fazenda Ferrugem	17-abr-02	2000	200	MST
	Matões do Norte	Fazenda Cantanhede	06-jan-02	2500	200	MST
Subtotal:	4			10700	900	
Mato Grosso						
	Chapada dos Guimarães	Área de Furnas	18-mai-02	4600	400	MAB
	Mirassol do Oeste	Fazenda São Paulo/Acampamento Sílvia Rodrigues	22-abr-02	7000	1200	MST
Subtotal:	2			11600	1600	
Mato Grosso do Sul						
	Itaquiraí	Faz. Nova Espadilha	25-mai-02	2892	200	MST
	Novo Horizonte do Sul	Fazenda Ponteio	01-mai-02	898	200	MST
	Ponta Porã	Fazenda Bonanza	27-jan-02	940	150	MST
Subtotal:	3			4730	550	
Minas Gerais						
	Buritis	Fazenda Córrego da Ponte	23-mar-02	1300	120	MST
	Campina Verde	Fazenda Inhumas/Sanharão	20-set-02		23	STR
	Carmo da Mata	Fazenda Experimental Semente/17 de Abril/Mártires	17-abr-02	100	150	MST
	Carmo do Cajuru	Fazenda da Mata	23-out-02		30	MST
	Felisburgo	Fazenda Aliança/Nova Alegria/Terra Prometida	01-mai-02	2400	300	MST
	Frei Inocência	Fazenda Eldorado/Acamp. Padre Gino	23-mai-02	2880	700	MST
	Guapé	Fazenda Usina Passos Maia	30-out-02	5000	105	MST
	Itacarambi	Fazenda Yapasa/Yasmina/Monvep	07-jul-02		36	
	Janaúba/Verdelândia	Fazenda Corgão	09-ago-02		25	LCPNM
	Monte Alegre de Minas	Fazenda Bacuri	11-mar-02		40	CLST
	Montes Claros	Fazenda Agrivale	02-abr-02		100	LOC
	Montes Claros	Fazenda Guiné	21-abr-02	1936	30	LOC
	Novo Cruzeiro	Fazenda Gravatá/Nova Vida	14-abr-02		150	MST
	Perdizes	Faz. Antinha/Anthá/Sapecado	23-mar-02		100	CCL
	Porteirinha	Fazenda Santa Cláudia	08-nov-02	3400	12	LOC
	Porteirinha	Fazenda Santa Maria	09-dez-02	1700	0	LOC
	Porteirinha	Fazenda São Miguel	16-out-02	2700	70	LOC
	Rio Pardo de Minas	Fazenda Riacho dos Cavalos	25-jul-02		18	STRPMP/MST/Fetaemg
	Rubim	Fazenda Iracema/Acamp. Provisório	10-set-02	3291	300	MST
	Rubim	Fazenda Iracema/Acamp. Provisório	20-jul-02			SI
	Santa Vitória	Fazenda Catingueira/Acamp. Canudos	01-ago-02		60	MST
	Tarumirim	Área da Escola Agrícola	30-set-02		5	ASTT
	Uberlândia	Fazenda Santa Fé	14-abr-02		150	MST
	Unai	Área em Barreirinho	08-dez-02	9000		MST
	Unai	Fazenda Porteira	12-jul-02	1100	30	MST
	Uruana de Minas	Faz. Vereda do Leitão/Pasto dos Bois/Oziel Alves	09-mar-02			MST/CPT
	Uruana de Minas	Faz. Vereda do Leitão/Pasto dos Bois/Oziel Alves	10-jun-02	1800	400	MST/CPT
	Vargem do Peão	Fazenda Estirinha/Varjão	16-mar-02	0	40	MLT
Subtotal:	28			36607	2994	

Estado	Município	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Movimento
Pará						
	Abel Figueiredo	Fazenda Gaúcha	30-jan-02	20000	100	SI
	Altamira/Novo Progresso	Gleba Gorotire/Big Vale	01-mai-02	22000	100	SI
	Baião	Fazenda Carioca	02-nov-02	4600	60	SI
	Baião	Fazenda Petrópolis	18-abr-02	3000	56	SI
	Baião	Fazenda Santo Antônio	01-mai-02	1000	17	SI
	Belém	Fazenda Sucurujupara	27-nov-02		120	SI
	Brejo Grande	Fazenda Taboão	25-jul-02	2500	60	SI
	Breu Branco	Fazenda Água Azul II	01-fev-02		120	SI
	Curionópolis/Eldorado dos Carajás	Fazenda Alvorada	01-mai-02	1985	35	SI
	Dom Eliseu	Fazenda Bandeirantes	31-dez-02	5000	150	
	Dom Eliseu	Fazenda Cruzeiro do Sul	17-abr-02		14	SI
	Eldorado dos Carajás	Vila Limão/Gameleira	24-mai-02		6	SI
	Irituia	Fazenda Maria Bonita	03-mai-02		120	MST
	Irituia	Fazenda Santa Bárbara	15-fev-02		150	SI
	Marabá	Fazenda Arapari	17-abr-02	3000	80	SI
	Marabá	Fazenda Bandeirantes	01-mar-02	5000	150	SI
	Ourilândia do Norte	Fazenda Serra Dourada	31-out-02	1200	65	SI
	Piçarra	Fazenda Castanhal	01-jun-02	10000	100	Fetagri
	Redenção	Colônia Tiradentes/Gleba Nova Glória	30-jun-02	500	20	SI
	Redenção	Gleba 09	01-mai-02	500	20	SI
	São Félix do Xingu	Fazenda Tibórnia	18-fev-02			SI
	São Félix do Xingu	Fazenda Tibórnia	26-jun-02	290400	43	SI
	Tailândia	Fazenda Agropisa	25-jul-02	2500	70	SI
	Tomé-Açu	Fazenda Águas Brancas	17-abr-02	1250	200	SI
	Vigia	Fazenda São Caetano	17-abr-02		60	SI
Subtotal:	25			374435	1916	
Paraíba						
	Alagoa Nova	Fazenda Olho D'Água	12-abr-02		100	MST
	Paulista	Fazenda Pachicú	18-ago-02	1253	200	CPT
Subtotal:	2			1253	300	
Paraná						
	Lapa	Fazenda Cerrito	30-dez-02	730		MST
	Pinhão	Fazenda Fundão / Invernada	21-fev-02		30	SI
	Reserva do Iguaçu	Telha	16-ago-02		40	SI
	Rio Bonito do Iguaçu/ Quedas do Iguaçu	Fazenda das Bicas			40	SI
	Rio Bonito do Iguaçu/ Quedas do Iguaçu	Área da empresa Araupel S/A	01-nov-02		300	MST
	Santa Tereza do Oeste	Área da União	22-jul-02	40	6	SI
Subtotal:	5			770	376	
Pernambuco						
	Água Preta	Engenho Araruna	13-abr-02	520	100	MST
	Águas Belas	Fazenda Caiçara	13-abr-02	2800	80	MST
	Águas Belas	Fazenda Mata Escura	25-nov-02	0	100	MST
	Aliança	Engenho As Areias	16-abr-02	600	150	CPT
	Angelim	Fazenda Cachoeira	01-mai-02	320	50	CPT
	Barreiros/Tamandaré	Fazenda Mamucaba/Mambucaba	16-abr-02	1400	150	MST
	Cabrobó	Fazenda Barra	13-abr-02	1800	70	MST
	Exu	Fazenda São Félix	13-abr-02	2000	100	MST
	Gravatá	Fazenda Santo Antônio	13-abr-02	450	60	MST

Estado	Município	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Movimento
PE						
	Iati/Águas Belas	Engenho Barra Nova	25-nov-02		150	MST
	Iguaraci	Fazenda Socorro	13-mar-02			CPT
	Iguaraci	Fazenda Socorro	27-dez-02	3000	160	CPT
	Itaíba	Fazenda Cachoeira Grande	13-abr-02	1200	60	MST
	Itambé	Engenho São Vicente	13-abr-02	640	300	MST
	Itaquitinga	Engenho Jacarapina	13-abr-02	400	60	MST
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Caxito	13-abr-02	642	180	MST
	Manari	Fazenda João do Leite	13-abr-02	700	50	MST
	Maraial	Engenho Florestal	16-abr-02		120	MST
	Petrolina	Fazenda Caatinguinha	14-abr-02		300	MST
	Santa Maria da Boa Vista	Fazenda Farm Frutty	13-abr-02	1200	200	MST
	São Caitano	Fazenda Santa Isabel	03-abr-02	5000	320	Fetape
	São Caitano	Fazenda Pau Ferro	15-abr-02	130	400	MST
	São José do Belmonte	Fazenda Pajeú	13-abr-02	300	300	MST
	São José do Belmonte	Fazenda Fabiano	15-ago-02	100	50	SI
	São José do Egito	Fazenda Lagoa D'Outra Banda	23-dez-02		12	CPT
Subtotal:	25			23202	3522	
Piauí						
	Buriti dos Lopes	Fazenda Tinguís	26-mai-02			MST
	Buriti dos Lopes	Fazenda Tinguís	07-dez-02	3000	120	MST
	Canto do Buriti	Fazenda Vão	13-abr-02	870	38	MST
Subtotal:	3			3870	158	
Rio de Janeiro						
	Bom Jesus do Itabapoana	Fazenda São José	01-jun-02	5800	230	SI
	Campos dos Goytacazes	Fazenda Santa Maria	12-abr-02	5400	250	MST
	Conceição de Macabu	Fazenda Zé Pureza/Progresso	05-mai-02	700	120	MST/CPT
	Itatiaia	Fazenda Santa Rosa	01-mai-02	50	200	MST/STR
	Resende	Fazenda Itatiaia/Acampamento 1º de Maio	01-mai-02	58	120	MST
	São Francisco do Itabapoana	Fazenda São Diogo/Dandara dos Palmares	31-jan-02	300	250	MST
	São Francisco do Itabapoana	Fazenda São João	21-mai-02		110	MST
Subtotal:	7			12308	1280	
Rio Grande do Norte						
	Apodi	Empresa de Pesquisa Agrop. do RN(EMPARN)	16-set-02		200	CPT
	Lagoa de Pedras	Fazenda Mandacaru	16-abr-02	600	430	MST
	Serra do Mel	Fazenda Lajedo	28-set-02	2500	480	MST
Subtotal:	3			3100	1110	
Rondônia						
	Ariquemes	Fazenda Barlat	30-jan-02		130	MSTR
	Candeias do Jamari	Fazenda Rio Candeias	02-ago-02	33000	50	MCC
	Corumbiara	Fazenda Guarajus	04-mar-02	5000	300	LCC
	Nova Mamoré	Fazenda Gainzá	05-jul-02	94000	74	MCC
	Presidente Médici	Faz. Mariana/Acamp.Emerson Rodrigues	24-out-02	1100	120	MST
	Presidente Médici	Fazenda Jamaica	02-set-02		122	MST
Subtotal:	6			133100	796	
Rio Grande do Sul						
	Aceguá/Hulha Negra	Estância da Invernada / Ana Paula Agropastoril	03-mai-02	14800	160	SI
	Bagé	Área SEDAI	14-ago-02	35	120	MST
	Júlio de Castilhos	Fazenda Bom Retiro	15-abr-02	2800	550	MST
	Pontão	Fazenda Mattei	08-jan-02			SI

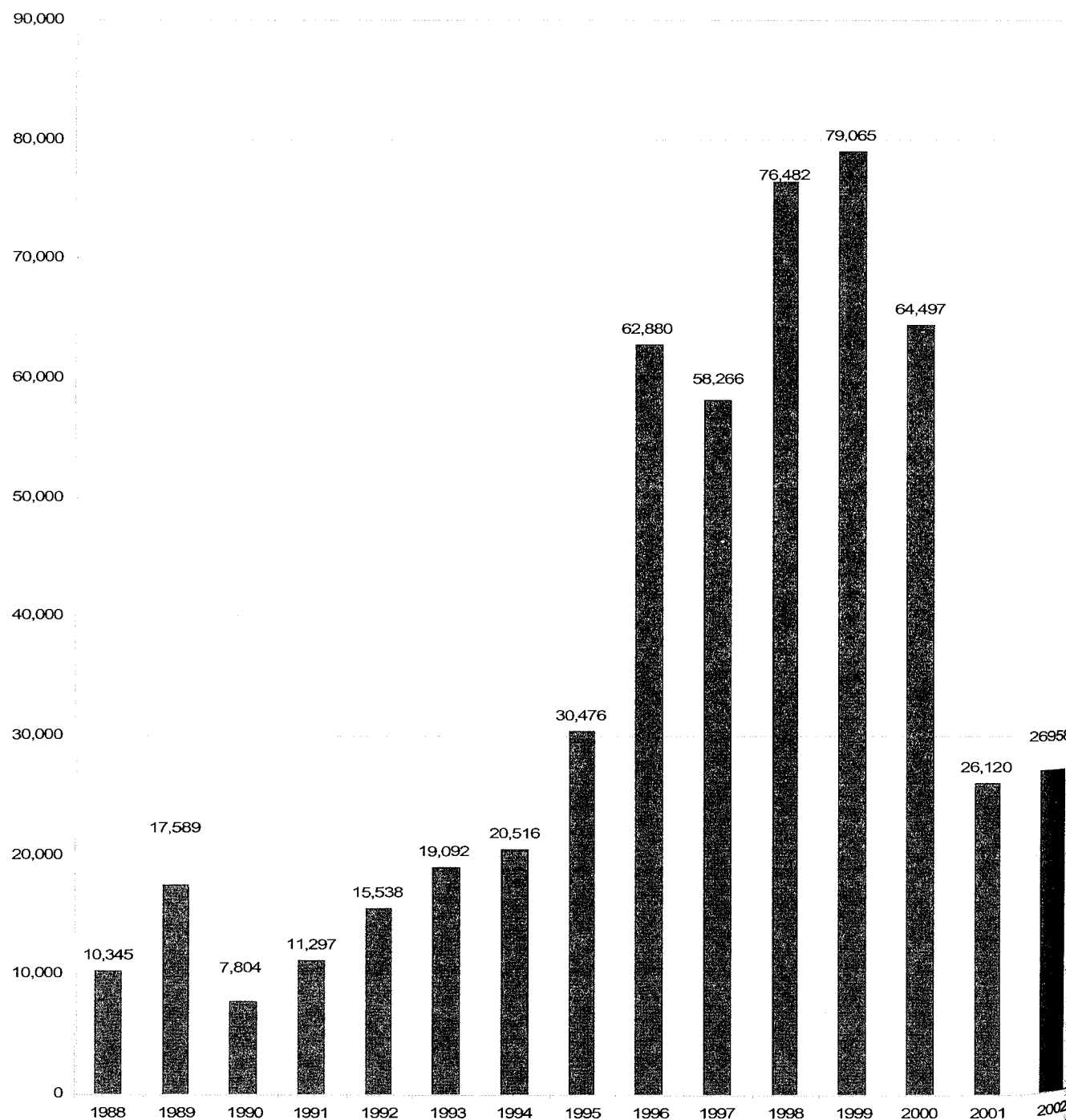
Estado	Município	Nome do Imóvel Ocupado	Data	Área	Famílias	Movimento
RS	Pontão	Fazenda Mattei	03-jul-02			SI
	Pontão	Fazenda Mattei	31-out-02	1430	127	SI
	Santana do Livramento	Estação Experimental Fepagro	23-mai-02		15	USST
	São Jerônimo	Fazenda Santa Bárbara	12-abr-02			MST
	São Jerônimo	Fazenda Santa Bárbara	20-nov-02	2400	700	MST
	Uruguaiana	Estação Experimental Fepagro	11-fev-02	680	15	SI
Subtotal:	10			22145	1687	
Santa Catarina						
	Chapecó	Agropecuária Paraíso	23-abr-02	500	200	MST
	Curitibanos	Área em Curitibanos	24-abr-02	800	80	MST
	Curitibanos	Fazenda Nossa Senhora do Gurada Mor	24-abr-02	520	150	MST
	Lebon Régis	Área em Lebon Régis	23-abr-02	350	150	MST
Subtotal:	4			2170	580	
São Paulo						
	Bragança Paulista	Fazenda Capuava	13-abr-02	1200	400	MST
	Caieiras/São Paulo	Acampamento Irmã Alberta/Área da Sabesp	20-jul-02	250	720	MST
	Caiuá	Fazenda Angical	30-mai-02		50	MAST
	Caiuá	Fazenda Malu	30-mai-02		50	MST
	Dracena	Fazenda Santo Antônio	30-mai-02		50	MAST
	Panorama	Fazenda São Jorge	30-mai-02		50	MAST
	Presidente Bernardes	Fazenda Oito e Meio	30-mai-02		50	MAST
	Presidente Epitácio	Fazenda Alvorada	30-mai-02		50	MAST
	Presidente Epitácio	Fazenda Nossa Senhora de Fátima	30-mai-02		50	MAST
	Presidente Epitácio	Fazenda Santo Antônio	30-mai-02		50	MST
	Presidente Venceslau	Fazenda da Posse	30-mai-02		50	MAST
	Rosana	Fazenda Santa Rita do Pontal	19-jan-02	2798	275	MST
	Sandovalina	Fazenda Santa Fé/Margarida Alves	27-abr-02			MST
	Sandovalina	Fazenda Santa Fé/Margarida Alves	07-set-02	1320	450	MST
	Taubaté	Fazenda Abrahão	09-nov-02	79	180	MST
	Teodoro Sampaio	Fazenda Galpão de Zinco	27-abr-02		36	MST
	Teodoro Sampaio	Fazenda Santa Maria/Fusquinha	25-mar-02	5554	300	MST
Subtotal:	17			11201	2811	
Sergipe						
	Carira	Fazenda Limpos	17-abr-02		430	MST
	Lagarto	Fazenda Lombo	17-abr-02		480	MST
	Riachão do Dantas	Fazenda Grotão	17-abr-02		150	MST
	Simão Dias	Fazenda Bom Jardim	17-abr-02		700	MST
Subtotal:	4			0	1760	
Tocantins						
	Ananás	Fazenda São Francisco	27-jan-02	6424	30	SI
	Araguanã	Fazenda Sagarana	01-ago-02		80	SI
Subtotal:	2			6424	110	
Total:	184			753903	26958	

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra.



Brasil – Ocupações de terra

NÚMERO DE FAMÍLIAS – 1988-2002



Fonte: CPT, 2002

Avançando nas ocupações e acampamentos

Francisco Amaro Gomes de Alencar,
José Levi Furtado Sampaio¹

Presenciamos no Brasil, do final do século XX ao início do XXI, o avanço e a diversidade dos movimentos sociais e sindicais como representantes das classes subalternas do campo, bem como de entidades, organismos de apoio, prestação de serviços e assistência técnica. O avanço desses movimentos e dos organismos, ao se diversificar, criou redes locais, regionais, nacionais e transnacionais que consolidaram e legitimaram as reivindicações da luta pela reforma agrária, alimentando assim o sonho da terra de trabalho, com água, com liberdade e qualidade de vida (Medeiros, 2002).

Por outro lado, o bloco hegemônico das classes dominantes, para tentar frear ou minimizar esse poder social, no dizer de Medeiros, implementa um conjunto de medidas, por exemplo: emancipação dos assentamentos e transformação destes em agricultura familiar, descentralização da reforma agrária, a partir da qual se priorizam as novas reformas agrárias, como a reforma agrária pelo correio, e as reformas agrárias de mercado, com os programas Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário. Além disso, instituiu a judicialização da questão agrária, mediante o uso de instrumentos jurídicos que coibiram as ocupações de terras no país, apenando

as entidades que participam das ocupações ou as apóiam, e os servidores federais. Ao mesmo tempo verificou-se redução significativa no orçamento do Incra (MDA, Incra, 2003). No entanto, todas essas medidas e diretrizes políticas do governo federal não foram suficientes para fragilizar os movimentos sociais, os sindicatos rurais e as organizações de apoio, pois estes reagiram mantendo as ocupações e criando a geografia dos acampamentos nas estradas.

Nesse contexto, o levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra em 2002 registrou a presença de 17 movimentos e entidades distribuídos no território brasileiro que realizaram ocupações e acampamentos. Aqui, sobressai o MST, presente em 22 Estados, indicando ser um movimento de abrangência nacional, enquanto os demais movimentos e entidades têm atuação regional ou local. Para Fernandes (2001: 69), o que ocorre é um processo de “espacialização e territorialização” que garante a reprodução do movimento; dessa forma, as ocupações e os acampamentos avançaram, como mostram as tabelas referentes às “Ocupações de terras 2002” e “Acampamentos 2002”.

A existência dessas organizações/movimentos demonstra que há heterogeneidade na luta pela reforma

agrária, cujo fim e início são sempre a conquista da terra, da água e o direito a uma vida digna. Diante do exposto, percebe-se que as ocupações estão imbuídas de um processo de territorialização política dos movimentos, o qual aponta para um “desenvolvimento sociopolítico e econômico dos trabalhadores sem terra que conflita com as políticas compensatórias do projeto do governo Fernando Henrique Cardoso” (Fernandes, 2001: 37) e com o capital territorializado nas grandes propriedades.

Quando comparamos os levantamentos da CPT dos anos 2001 e 2002, verificamos que no primeiro aconteceram 194 ocupações com a participação de 26.120 famílias, numa área total de 344.513 ha. No segundo, 184 imóveis foram ocupados por 26.958 famílias distribuídas em 753.903ha em todo o país. Aparentemente, esses números demonstram pequena redução de ocupações envolvendo, porém, maior número de famílias e uma área bem maior. Entretanto, cabe salientar que as ocupações foram feitas à revelia da Medida Provisória 2.318, de 2000, que cria obstáculos jurídicos impedindo que as terras ocupadas sejam desapropriadas por um período de dois anos. Segundo Medeiros (2002: 115), “essas ações vêm sendo tratadas como ameaças à ordem pública e vistas com extrema desconfiança pelo governo”.

1. Geógrafos, professores do Departamento de Geografia da UFC.

No processo de ocupação pelo Brasil constata-se que esse fato ocorreu em 22 Estados, e os de maior incidência foram: Minas Gerais, com 28; Pernambuco e Pará, com 25; São Paulo, com 17; Alagoas, com 11; e Bahia e Rio Grande do Sul, com 10. Na análise por região, observa-se que a Nordeste, com 66 ocupações, seguida pela Sudeste, com 53, apresentam maior número de ocupações.

No conjunto das informações levantadas, o MST realizou 102 ocupações, e em parceria com CPT, CETA e STR, três, uma com cada entidade.

O Estado, via Medida Provisória 2.318 já citada, tenta impedir as ocupações e reproduz os princípios da Lei de Terra de 1850 porque prevê os mecanismos de proteção à propriedade privada, contudo, mantém o livre mercado, estimulando e direcionando a reforma agrária via instrumento de compra e venda. Assim os movimentos criam os acampamentos como uma alternativa à judicialização da questão agrária.

Os acampamentos são formas de organização das famílias de trabalhadores com vistas a reivindicar o cumprimento das ações sociais dos assentamentos. Essa é uma estratégia transformada em luta que deve ser somada às ocupações que estão acontecendo em lugares diferentes no espaço geográfico nacional com o intuito de mostrar para o então governo FHC que o movimento deveria continuar. Portanto, não seria diante da criminalização das ocupações de terra, por meio de Medida Provisória, como a 2.318, que o problema seria solucionado. Tal medida cria obstáculos jurídicos im-

pedindo que as terras que não cumprem a função social sejam ocupadas e desapropriadas para fins de reforma agrária, mas abre espaço para a ampliação dos acampamentos, e, fica evidente, favorece a venda de terras pelo Estado, estimulando o mercado de terras.

Outro fato a ser ressaltado no ano de 2002 foi a ocorrência das ocupações durante o processo eleitoral para a Presidência da República, porquanto alguns órgãos de imprensa insinuavam não estar acontecendo "invasões de terras" pelos sem-terra para não prejudicar o desempenho do candidato Lula. Considerando o "tempo da política", a partir de agosto até dezembro de 2002 aconteceram 50 ocupações em 16 Estados, ou seja, apesar do momento político da eleição presidencial, mais de um quarto das ocupações ocorreu nesse período. Aquela afirmação é, pois, um sofisma.

Por fim, o levantamento das ocupações, dos acampamentos e das áreas em disputa realizado pela CPT em 2002 demonstra: primeiro, que a reforma agrária continua presente nos sonhos cotidianos das classes subalternas do campo; segundo, como afirma Medeiros (2002: 115),

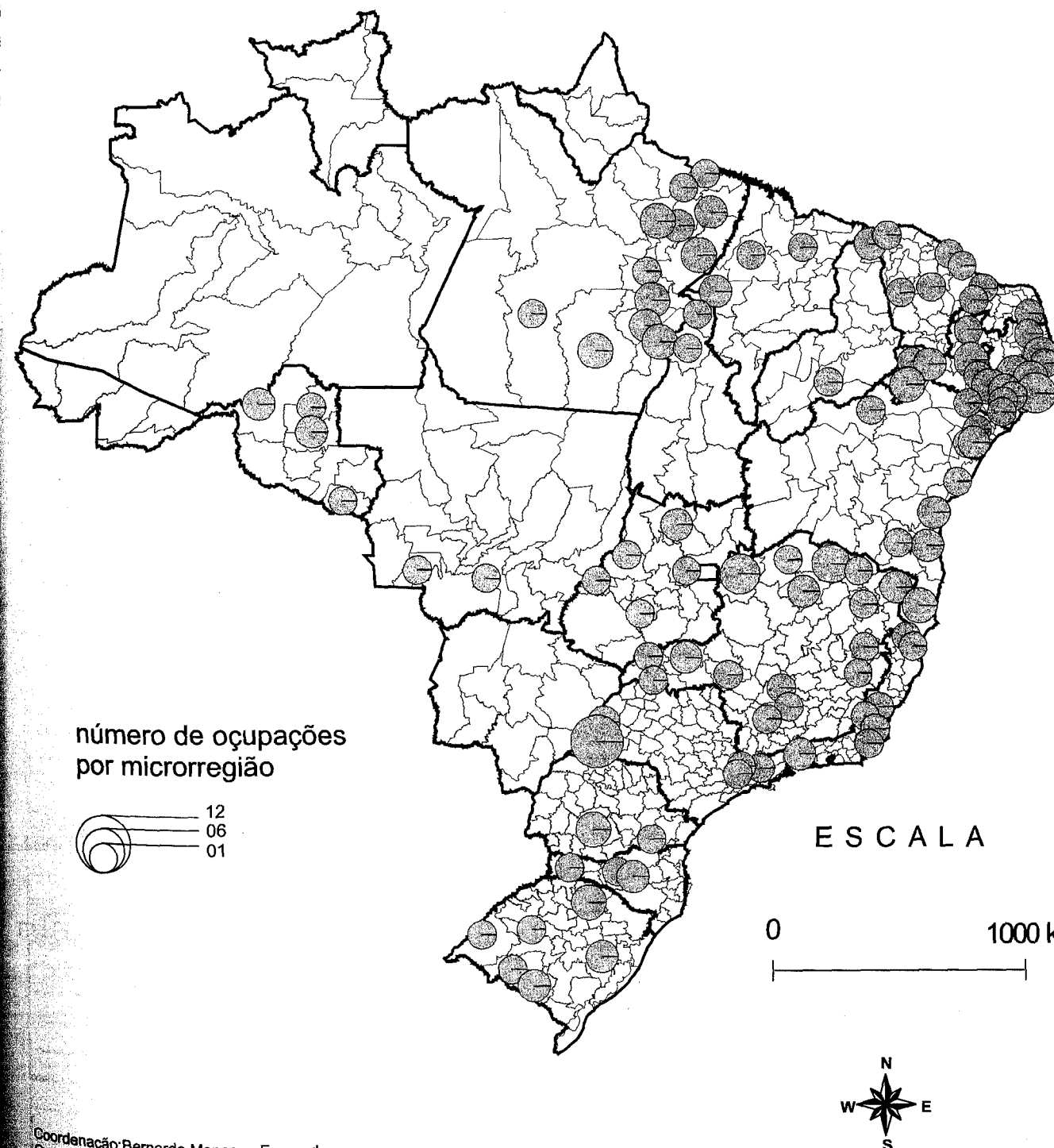
[malgrado] as novas regulamentações e conseqüentes restrições que vêm sendo colocadas à ação dos movimentos sociais, as ocupações de terra têm mostrado vitalidade, agregando-se a elas não só trabalhadores do campo, como também aqueles que vivem nas periferias das cidades e não encontram ali condições de se reproduzir.

Terceiro, que as ocupações das terras privadas e dos prédios públicos, os acampamentos nas estradas, nas cidades, as caminhadas, representam a expressão política mais nítida da resistência camponesa (Menezes s.d.) e da ruptura, porquanto tornam público o conflito entre os "trabalhadores rurais sem terra" e os grandes proprietários rurais, entre a terra de trabalho e a terra de negócio; quarto, que o programa de assentamento, que o Estado brasileiro chama de reforma agrária, deve ser visto como uma concessão do bloco hegemônico do poder, em virtude da "crescente capacidade política e ideológica dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem terra de construir um espaço político de contra-hegemonia" (Carvalho, 2002: 6).

Bibliografia

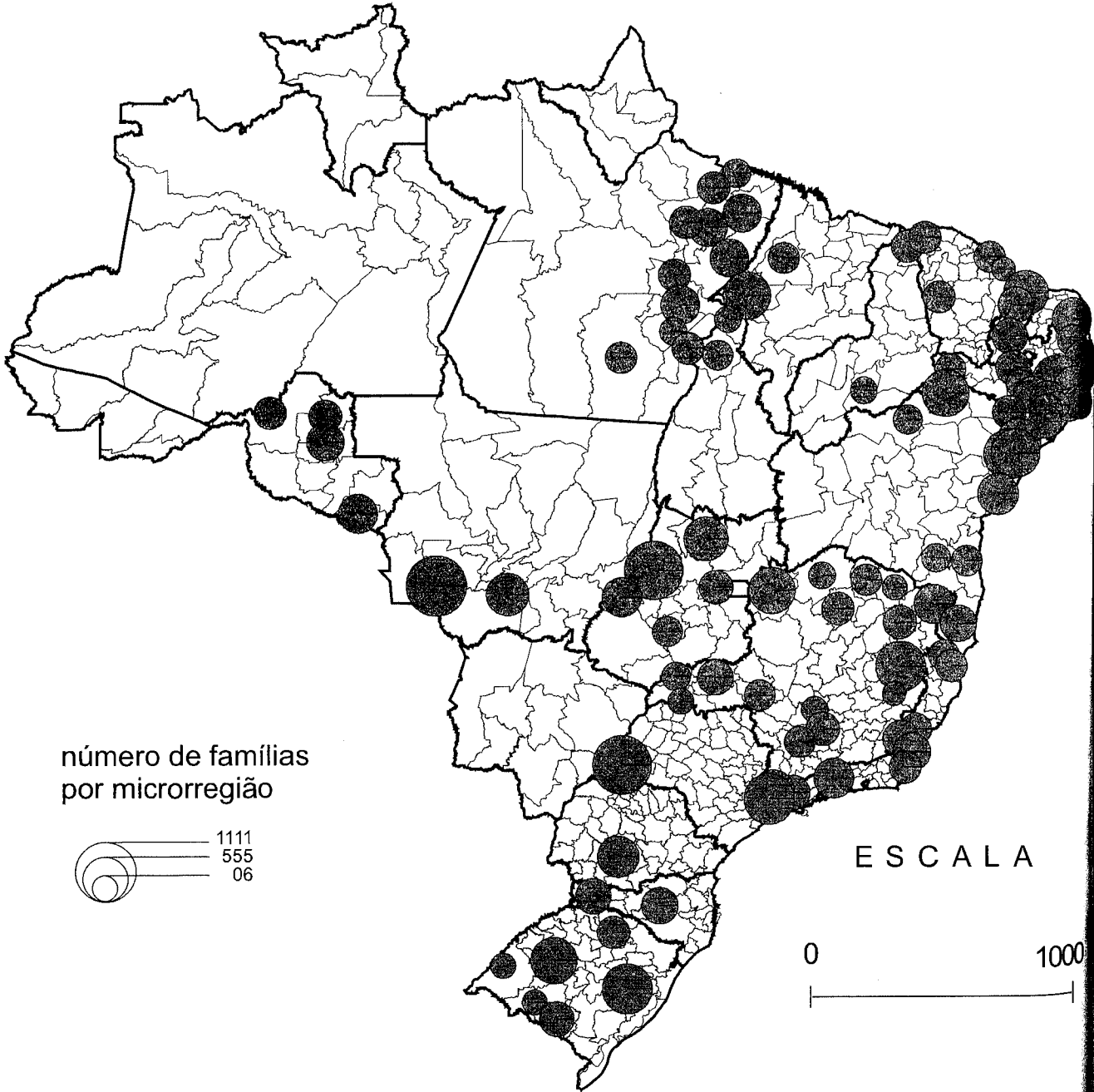
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. *Segredos Íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária*. Fortaleza: Edições UFC, 2000.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *A reforma agrária e o bloco no poder*. Curitiba: 2002 (mimeo).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e a reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- MENEZES, Marilda Aparecida. *Práticas cotidianas de resistência dos camponeses*. Campina Grande, s.d. (mimeo).
- MDA, INCRA. *Apreciação técnica para ajustes no orçamento - exercício 2003*. Brasília, 2003 (mimeo).

Geografia das ocupações de terras BRASIL - 2002

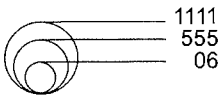


Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Organização: Anderson Antonio da Silva
Sistematização: Jovelino José da Silva Júnior
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP - Presidente Prudente, Março de 2003
Base Cartográfica - IBGE 2000
Base de dados: CPT, 2003

Geografia das ocupações de terras
BRASIL - 2002



número de famílias
por microrregião



Coordenação: Bernardo Mançano Fernandes
Organização: Anderson Antonio da Silva
Sistematização: Jovelino José da Silva Júnior
Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP - Presidente Prudente, Março de 2003
Base Cartográfica - IBGE 2000
Base de dados: CPT, 2003

Acampamentos

Estado	Município	Local do Acampamento	Data	Famílias	Sigla
Alagoas					
	Arapiraca	Estação Experimental de Alagoas	20-fev-02	500	MST
	Maceió	Área no Distrito de Saúde	20-fev-02	135	MST
	Maceió	Povoado de Riacho Doce /AL-101	07-out-02	150	MST
	Messias	Usina Bititinga	11-jul-02	250	MLST
	Paripueira	Praia Mirante da Sereia/Distrito de Ipioca	24-out-02	30	MST
	5			1065	
Bahia					
	Barra	Às margens da BR 242	08-jul-02	59	OTL
	Barra do Choça	Fazenda Cangussu/Fazenda Monte Alto	23-dez-02	60	MST
	Ibirapitanga	Fazenda Dois Riachões	13-abr-02	25	RACAA-SUL/CETA
	Muquém de São Francisco	Fazenda Sempre Viva	04-fev-02	17	MST
	Ubaitaba	Fazenda Cocos	15-abr-02	25	RACAA-SUL/CETA
	Várzea do poço	Fazenda Pampulha	02-nov-02	20	SI
	6			206	
Espírito santo					
	Jaguare	Fazenda Beta Norte/Acampamento Terra Livre	14-jul-02	120	MST
	Jaguare	Parque do Tancredão BR 101Norte/ Distrito de Pauli	08-jun-02	120	MST
	2			240	
Goiás					
	Aruanã	Às margens da BR-164	15-out-02	1100	MST
	Baliza	Próximo à Fazenda Bandeirantes	15-mar-02	300	MST
	Cezarina	Área em Cezarina	31-mar-02	89	MST
	Chapadão do Céu	Área em Chapadão do Céu	31-jan-02	80	MST
	Crixás	Às margens da GO-156	16-mar-02	900	MST
	Diorama/Arenópolis/Rio Verde	Estrada para Rio Verde	30-mar-02	50	MST
	Itaberaí	Área em Itaberaí	30-jul-02	25	MST
	Niquelândia	Às margens do Rio Maranhão	18-abr-02	70	MST
	Paranaiguara	Área em Paranaiguara	30-jun-02	60	MST
	Vila Propício	Área em Vila Propício	31-jan-02	80	MST
	10			2754	
Maranhão					
	Magalhães de Almeida	Em frente à Fazenda São Jorge	16-jul-02	55	CUT/MST/CPT
	São Mateus do Maranhão	Salão Paroquial	23-out-02	123	CPT/Fetaema
	2			178	
Mato Grosso do Sul					
	Angélica	Em frente à Fazenda Cerejo	07-mai-02	200	MST
	Dois Irmãos do Buriti	Às margens da BR-262	06-abr-02	30	MST
	Dourados	Às Margens da BR-463	28-jun-02	1500	MST
	Iguatemi	Em frente à Fazenda Cachoeira Bonita	14-fev-02	90	Fetagri
	Itaquiraí	Às margens da BR-163	12-abr-02	200	MST
	Japorã	Próximo à Fazenda Agrolake	17-jan-02	28	MST
	Maracaju	Em frente à Fazenda Recordação/Margens da Br-060	17-mar-02	26	Fetagri
	Ponta Porã	Fazenda São Jorge	11-jul-02	85	MST/CUT
	Rio Brilhante	Às margens da Estrada Municipal	15-abr-02	150	MST
	Sidrolândia	Rodovia Próxima ao Assentamento Vacaria	01-ago-02	35	MST
	10			2344	

FOTO: DAMIÁN SÁNCHEZ



Estado	Município	Local do Acampamento	Data	Famílias	Sigla
Minas Gerais					
	Frei Inocência	As margens da BR-116	17-abr-02	40	MST
	Uberlândia	As margens da BR-365	21-fev-02	70	MLST/L
Subtotal:	2			110	
Pará					
	Bannach	Ao lado da Faz. Serra Negra	12-nov-02	11	STR
Subtotal:	1			11	
Paraná					
	Luiziana	As margens da PR 549	08-jan-02	140	MST
Subtotal:	1			140	
Pernambuco					
	São Caitano	Ao lado da Fazenda Santa Isabel	05-abr-02	203	Fetape
	São José do Belmonte	Ao lado da Fazenda Pedra Bonita	30-jun-02	120	MST
	Sertânia	Acampamento no Sertão do Pajeú	25-jul-02	600	CPT
Total:	3			923	
Piauí					
	Buriti dos Lopes	Fazenda Iracema	12-jun-02	120	MST
Total:	1			120	
Rio Grande do Norte					
	Mossoró	Em frente à Fazenda Quixabeirinha	27-jun-02	60	MST
	Serra do Mel	Em frente à Fazenda Lajedo	19-mai-02	60	MST
Total:	2			120	
Rio Grande do Sul					
	Alvorada/Viamão	As Margens da RS 118	13-mai-02	260	MST
	Bagé	Passo do Neto	20-abr-02	110	MST
	Capão do Leão	As margens da BR- 293	12-fev-02	115	MST
	Pontão	Fazenda Mattei	16-nov-02	100	SI
	Pontão	Fazenda Mattei	17-jul-02	0	SI
Total:	5			585	
Rondônia					
	Ariquemes	Pátio do Incra/Faz.Barlat	04-jul-02	130	MSTR
	Governador Jorge Teixeira	Próximo ao Seringal São Francisco	14-ago-02	280	MST
Total:	2			410	
Santa Catarina					
	Gaspar	As margens da BR-470	01-jun-02	100	MST
	Palhoça	As margens BR-101	14-jul-02	100	MST
Total:	2			200	
São Paulo					
	Castilho	Ao lado da Fazenda Cafeeira	28-fev-02	50	MST
	Castilho	Ao ladoda Fazenda Santa Amélia	28-fev-02	50	MST
	Castilho	Em frente à Fazenda Tremembé	28-fev-02	60	MST
	Gália	As margens da Rodovia SP-331	06-jul-02	14	MST
	Sandovalina	Proximidades da Fazenda dos Bechara	14-nov-02	450	MST
	Teodoro Sampaio	Fazenda São João	23-abr-02	600	MST
Total:	6			1224	
Santins					
	Araguaína	Em frente à Fazenda Bela Vista	14-nov-02	25	STR
	Nova Olinda	Acampamento em frente à Fazenda Estrela Dalva	22-mai-02	0	CPT
	Nova Olinda	Em frente à Fazenda Vargem Grande	22-jul-02	25	STR
	Pugmil	As margens da Estrada, em frente à Fazenda	10-fev-02	70	MST
Total:	4			120	
Total:	64			10750	

Depoimento de trabalhadores rurais despejados dos povoados Pai Mané, Simão e Barrocão, no município de São Mateus do Maranhão

Pedro Marinho
CPT - MA

Fazenda: Retiro Velho, Data Veloso – Lago Verde

Povoados: Pai Mané, Simão e Barrocão

Município: São Mateus do Maranhão

Diocese: Coroatá

Nº. de Famílias: 123 famílias de posseiros, que moram e trabalham na área há cerca de cinquenta anos.

Área: 5.000 hectares

Proprietários: Srs. Francisco Nobre Macedo, com cerca de 1.500 hectares, e o filho José Leite com o restante.

☞ “Meu nome é Francisco Gonçalves Dutra, tenho 40 anos, nascido e criado nesse povoado Simão, município de São Mateus. Sou casado e tenho três filhos, dois maiores de idade e um menor. Sou lavrador e vivia de plantar minha roça onde eu trabalhava plantando o arroz, feijão, milho, fava, mandioca, banana, limão, laranja, acerola, enfim uma série de coisas que o caboclo da roça planta em volta da sua casa. Dia 23 de outubro de 2002, fomos abordados por 63 policiais, mais 20 jagunços e um fazendeiro, o seu Francisco Nobre Macedo e o filho José Leite de Macedo, que fizeram um despejo com nós; chegaram deram uma ordem que nós tinha uma hora para tirar todas as nossas coisas, ele iria derrubar as nossas casas e incendiar, então foi muito duro pra mim, lavrador honesto que nunca fiz mal a ninguém e nem sequer conhecia esse rapaz, esse fazendeiro, ter uma surpresa dessa porque tudo quanto eu fiz e desde do meu pai vinha fazendo lá, eu só tinha 4 anos de vida; então pra retirar tudo em uma hora, pra mim foi muito difícil. E daí o plano se venceu e eles fizeram o que foram fazer, a missão deles. Derrubaram a casa, incendiaram, botaram todo mundo pra fora e não deixaram mais que voltasse pra retirar nada. Então pra mim foi muito triste porque eu perdi tudo, perdi a casa com tudo que tinha feito, perdi as criações, a casa, roupa, tudo quanto eu tinha, tudo, não foi retirado nada e... e perdemos o direito de pisar dentro daquela área onde a gente nasceu e se criou. Então voltando a dizer, sou casado, o nome da minha esposa é Lenoar de Nora Sousa, tenho três filhos e... passando uma situação difícil, depois disso, ficamos alojados na Casa Paroquial da nossa cidade e vivendo de doações de pessoas que têm bom coração, aquelas pessoas que não são igual aquele fazendeiro pelo que ele fez com nós incluindo não só eu, mas tem mais pessoas; é uma pessoa sem coração, não é um ser humano. Daí a vida está sendo muito difícil porque não podemos tudo e não temos nada, não temos meio de sobrevivência e nem podemos voltar para a área pra recomençar tudo de novo.” ■

☞ “Meu nome é Maria das Graças Feitosa Gonçalves, moro no Simão há 26 anos, tenho 46 anos de idade, sou casada com Luis Gonçalves, e temos 6 filhos, 3 menores, os maiores vivem de roça, plantando milho, arroz, feijão, fava, e tudo que lavrador planta. No dia 23 de outubro, entrou um senhor dizendo que tinha comprado essa propriedade, que é verdade que nós conhecemos que não é deles — e queimou nossas casas acabando com tudo que a gente tinha, com as criações da gente com os plantios que a gente tinha. Então a gente está agora querendo saber por que razão ele fez isso. Eu sou moradora de lá, lavradora há muitos anos, como todos vivemos lá de roça. Minha situação agora está muito triste porque estou sem lugar pra trabalhar, pra tirar o pão de cada dia pra sustentar meus filhos. Meu marido vive de roça, não pode trabalhar mesmo já tem mais de 40 anos, temos nossos filhos pra dar comer e não temos de onde tirar; perdemos tudo que tínhamos e estamos enfrentando uma situação muito triste mesmo. Eu não sei nem que fazer daqui pra frente porque só justiça é que vai dizer.” ■

Violência contra a ocupação e a posse

ARQUIVO CPT NACIONAL



Violência contra a ocupação e a posse

Região Estado	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ancoragens de despejo	Ancoragens de ocupação	Com Casas Próprias	Famílias Perdidas	Conflitos Totais
Centro Oeste										
GO	25	3936	59030		1640	300	85	80		80
MS	20	3271	22287	26	89	220	200	11		11
MT	45	9428	351470	21	720	3483	1986	33	7	7
Subtotal:	90	16635	432787	47	2449	4003	2271	124	7	98
Norte										
AC	3	510	107500			300	150			
AP	9	192	81273	42		1	149			
PA	110	17421	1113049	169	416	7315	4215	139	79	172
RO	31	6568	393777	120	912	1047	3420	460	490	437
TO	10	343	11788	30	103	80	70	25		
Subtotal:	163	25034	1707387	361	1431	8743	8004	624	569	609
Nordeste										
AL	39	5476	14490	200	50	696	563			
BA	40	1073	71628	116	1101	137	193	113	80	36
CE	12	1225	17045			100	3			
MA	70	4039	582140	79	903	1317	1853	378	438	384
PB	23	1417	5109	107	96		570	66	161	100
PE	68	6294	32146		930		715			
PI	19	617	17967		246	206	70	24	126	86
RN	5	1110	3100							
SE	5	1800				40				
Subtotal:	281	23051	743625	502	3326	2496	3967	581	805	606
Sul										
PR	12	516	770	196	140		60	1		170
RS	31	2190	24006		550	1295	205			
SC	8	630	2170			350				
Subtotal:	51	3336	26946	196	690	1645	265	1		170
Sudeste										
ES	11	2190	1694		230	98	1700			
MG	88	8237	90486		279	6835	1364	3	3	4
RJ	14	1546	13608		560	82	91			
SP	45	5127	49903	50	750	1974	845	126		
Subtotal:	158	17100	155691	50	1819	8989	4000	129	3	4
Total:	743	85156	3066436	1156	9715	25876	18507	1459	1384	1487

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra.
O número de ocorrências é a soma de Conflitos por Terra(495), Ocupações(184) e Acampamentos(64).

TRABALHO ESCRAVO

Persistência e alastramento

Frei Henri de Roziers*

ARQUIVO CPT / MS



Não é de hoje a preocupação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB com a trágica realidade do trabalho escravo no Brasil. O Conselho Federal da OAB esteve sempre presente e ativo no Fórum Nacional contra a Violência no Campo, que escolheu como prioridade de 1991 a 2000 a questão do trabalho escravo. Em 1993, o Dr. Marcelo Lavenere, então presidente da OAB, foi pessoalmente apresentar na Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU e na Organização Internacional do Trabalho – OIT, em Genebra, um dossiê, produzido pela CPT, contendo denúncias de trabalho escravo. Nestes últimos anos, a OAB Federal teve sempre uma atuação importante em todas as comissões governamentais e seminários sobre esse assunto.

No ano passado, no II Fórum Social Mundial, a OAB – RS já tinha organizado um painel sobre o trabalho escravo, com a participação da CPT, e no documento público final, a Carta de Porto Alegre, entre outras resoluções, cobrou do governo “medidas concretas e urgentes para coibir a prática do trabalho escravo, degradante e análogo à escravidão, repudiando a atitude do governo brasileiro de reduzir as ações de repressão à exploração de trabalho humano sob o argumento de que lhe faltam recursos”.

Na 18ª Conferência Nacional dos Advogados do Brasil que se realizou, em Salvador-BA, em setembro/2002, entre os 32 painéis, havia um sobre o trabalho escravo com a participação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST, ministro Francisco Fausto, da doutora Cléia Karpi da Rocha e também da CPT.

E agora, em 2003, a OAB do Rio Grande do Sul escolhe de novo o trabalho escravo como tema de um painel neste Fórum Social Mundial. Isto mostra que a OAB é bem consciente da gravidade do problema do trabalho escravo, da sua persistência e de seu agravamento.

A realidade do trabalho escravo

No ano passado, em Porto Alegre, na oficina da OAB foi projetado, no início do painel sobre o trabalho escravo, um vídeo sobre a reportagem do *Fantástico*, da TV Globo de 21.10.01, do jornalista Marcelo Canellas, que foi premiada como uma das melhores reportagens do ano.

Essa reportagem mostra os fiscais do trabalho do Grupo Móvel e a Polícia Federal flagrando a existência de 57 trabalhadores submetidos a condições de trabalho escravo na fazenda Estrela das Alagoas, no município de Piçarra, no sul do Pará. A reportagem mostra os trabalhadores isolados na mata, presos ao sistema de endividamento, com as dívidas da viagem, das pensões onde esperavam a contratação, da alimentação, obrigados a comprar na cantina da fazenda tudo o de que precisavam, até seus instrumentos de trabalho, com preços superfaturados, descontados do salário. Não recebiam nenhuma remuneração, a alimentação era péssima, a água poluída, o alojamento de baixo de lona e o gerente andava armado. São as características essenciais do trabalho escravo.

O fato incrível e muito significativo é que em novembro de 2002, um ano depois, houve uma nova operação de fiscalização na mesma fazenda a

partir de denúncia de dois fugitivos. Foi de novo flagrada, pela Equipe Móvel e a Polícia Federal, a existência de 95 trabalhadores, aliciados em vários Estados, em condições de trabalho degradantes e desumanas. Vale destacar que o dono da fazenda Estrela das Alagoas, de uma família de usineiros do Estado de Alagoas, é proprietário também de outra fazenda no sul do Pará, a fazenda Estrela de Maceió, denunciada já três vezes, nestes últimos anos, por prática de trabalho escravo, e também em 2002. Isso mostra bem a persistência, a reincidência, o agravamento do trabalho escravo.

O trabalho escravo no Brasil nos últimos anos

Há realmente, nestes últimos anos no Brasil, um crescimento impressionante da utilização do trabalho escravo nas fazendas, como também nas carvoarias. Em 2002, houve 141 fazendas denunciadas só no PA, MT, MA e TO, envolvendo 5.321 trabalhadores escravizados, sem contar os casos registrados em GO, RS, SC e SP, entre outros. Em 2002, só no Pará, recebemos denúncias de 4.333 pessoas escravizadas em 117 fazendas. Três vezes mais do que em 2001: 24 fazendas envolvendo 1.389 trabalhadores. Quinze vezes mais do que em 2000: 288 trabalhadores escravizados. O Ministério do Trabalho avalia que para ter uma idéia mais próxima da realidade, precisa multiplicar por quatro esses números. De qualquer maneira, esses números estão bem aquém da realidade. Por exemplo, na região

de Iriri, de acesso muito difícil, no município de São Félix do Xingu, no sul do Pará, conhecida como aquela de maior concentração de trabalho escravo, há dois anos não há nenhuma operação de fiscalização.

Outro fator espantoso: as reincidências. Fazendas flagradas com prática de trabalho escravo, como o caso da fazenda Estrela das Alagoas, recomencem no ano seguinte. Latifundiários reincidiram até dez vezes, em 15 anos. Em 2002, de 117 fazendas denunciadas no Pará, 27 reincidiram.

Por quê?

Uma razão é que as equipes do Grupo Móvel, por falta de meios hu-

manos e materiais, apesar de sua exemplar dedicação, não conseguem fiscalizar todas as fazendas. Em 2002, o Grupo fiscalizou no Pará só 38% das fazendas denunciadas (42 sobre 111) e liberou só 31% dos trabalhadores (1.346 sobre 4.333).

Mas a razão principal continua a ser a **impunidade**. Aqueles que praticam o trabalho escravo, fazendeiros e empreiteiros, gozam de uma impunidade quase total. Pouquíssimos fazendeiros foram processados por crime de trabalho escravo (artigo 149 do CP), e as raras condenações se limitam ao pagamento de algumas cestas básicas. As multas administrativas por infrações trabalhistas nunca são pagas, pelo menos no Pará. A Justiça do Tra-

balho é quase sempre inacessível às vítimas, que, muitas vezes, vêm de outros Estados, precisam procurar outro trabalho e não ficam na região.

O que fazer?

É justo reconhecer que houve em 2002, a partir também da “Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo”, uma sensibilização e conscientização extremamente importante à trágica realidade do trabalho escravo e da impunidade por parte das autoridades governamentais responsáveis.

Foram criados em 2002: a Comissão Especial de Combate ao Trabalho Escravo e Infantil do Conselho da Defe-

ARQUIVO CPT / MS



* Frei Henri de Roziers é advogado da Comissão Pastoral da Terra, no Pará, e integra a coordenação da campanha da CPT de combate ao trabalho escravo. Este texto é a palestra que proferiu na Oficina da OAB, no III Fórum Social Mundial, em 26.01.03. Alguns dados não conferem com os dados finais da nossa tabela de trabalho escravo, porque o texto foi elaborado antes da conferência final dos dados, quando houve algumas alterações.

sa da Pessoa Humana – CDPH, do Ministério da Justiça, os Grupos de Trabalho do Ministério Público Federal – MPF, Ministério Público do Trabalho – MPT, dos Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho – MTE. Foram promovidos seminários pela OIT e Secretaria dos Direitos Humanos, e publicadas várias matérias sobre este assunto¹. Dessas comissões, desses grupos e seminários saíram várias propostas legislativas e administrativas: nova tipificação do art. 149 do Código Penal e aumento da pena, confisco de terra, competência da Justiça Federal, aumento do valor das multas administrativas...

Mas para que essas propostas se tornem leis e medidas reais e operacionais, teremos de lutar e esperar muito. A tragédia dos homens, mulheres e crianças escravizados não espera! Daí a necessidade de medidas urgentes e eficazes.

A esperança, a curto prazo, é a atuação do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

É importante distinguir, no combate ao trabalho escravo, as medidas a longo, médio e curto prazo.

— A longo prazo: o confisco da propriedade (por expropriação), a modificação do art. 149 do Código Penal (tipificação do trabalho escravo e aumento da pena) e a competência penal federal (seja a Justiça do Trabalho, seja a Justiça Federal), porque necessitam de novas leis ou mesmo emenda constitucional.

— A médio prazo: suspensão dos financiamentos públicos aos proprietários e pagamento das multas administrativas.

— A curtíssimo prazo: atuação do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

A única brecha atual e eficaz contra a impunidade dos escravizadores vem da atuação recente do MPT e da Justiça do Trabalho. No fim de 2002, esses órgãos, em ações eficazes, emitiram decisões e condenações contra os infratores extremamente importantes, e que poderiam ter um efeito realmente dissuasivo.

A criação da Vara Itinerante no sul do Pará e o bloqueio das contas do proprietário que se recusa a pagar aos trabalhadores.

No caso da fazenda Estrela das Alagoas, relatado no início, o poderoso fazendeiro de Maceió-AL, conhecendo a impossibilidade concreta de os trabalhadores recorrerem à Justiça do Trabalho, porque sem dinheiro, sem poder permanecer na região e obrigados a procurar outro trabalho imediatamente, recusou-se a acertar os direitos trabalhistas determinados pelos fiscais do Trabalho na operação de flagrante. Imediatamente, o procurador do Trabalho que acompanhava a operação ingressou, em 27.12.02, com uma Ação Civil Coletiva,

com pedido de liminar de bloqueio das contas correntes do fazendeiro. O juiz da Vara Itinerante do Sul do Pará, recém-criada a título experimental, concedeu imediatamente a liminar, bloqueando todas as contas do fazendeiro, o que foi feito por Internet através do Banco Central, no mesmo dia. O juiz foi pessoalmente à fazenda informar aos responsáveis. Algumas horas depois, o fazendeiro de Alagoas dava ordem a seu gerente no sul do Pará de pagar os trabalhadores. A medida de bloqueio das contas correntes do proprietário que se recusa a pagar foi utilizada de novo na nossa região na semana passada. Ao requerimento do MPT, o juiz substituto, da Vara de Conceição do Araguaia-PA, concedeu a liminar de bloqueio das contas do proprietário da fazenda Esmeralda, no município de Bannach, sul do Pará, o que foi efetuado imediatamente pelo Banco Central. No dia seguinte, 18.01.03, o fazendeiro chegava de avião de Minas Gerais, e pagava todos os trabalhadores.

2. Ação Civil Pública com pedido de danos morais

Nos últimos meses de 2002, o Ministério Público do Trabalho do Pará impetrou várias Ações Cíveis Públicas com pedido de danos morais coletivos. O juiz da Vara do Trabalho de Parauapebas, no sul do Pará, em 29.11.02, condenou um fazendeiro a pagar R\$ 60.000,00 por danos morais coletivos, a serem depositados no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em 16.12.2002, a 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro condenou várias empresas a pagar uma indenização, cada uma, de R\$ 100 mil, reversível ao FAT.

No caso da fazenda Estrela das Alagoas, o Ministério Público desistiu da Ação Civil Pública, uma vez que a liminar foi concedida e os trabalhadores pagos. Mas ele informou que vai impetrar uma nova Ação Civil Pública, com pedido de danos morais coletivos, em um valor muito alto, talvez de 500 mil a um milhão de reais, para ter um efeito dissuasivo. Vale a pena destacar que o proprietário é reincidente, já foi condenado em uma Ação Civil Pública anterior, decisão confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da oitava Região, em 17.12.02².

O mesmo juiz de Parauapebas, no sul do Pará, nos últimos meses de 2002, condenou vários fazendeiros a pagar indenizações altas, por danos morais individuais, aos trabalhadores submetidos às condições de trabalho degradantes e desumanas³.

Não há dúvida de que se essas condenações pela Justiça do Trabalho, por danos morais individuais, mas sobretudo coletivos, com um valor muito alto, se multiplicarem, serão dissuasivas. É aí, concretamente, que se encontra a brecha para o início do fim da impunidade dos escravizadores e, conseqüentemente, o caminho mais rápido da erradicação do trabalho escravo.

Sugestões

Sugerimos à Ordem dos Advogados do Brasil:

- Manifestar seu apoio à atuação do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho nas impetrações de Ações Cíveis Coletivas e Ações Cíveis Públicas com pedido de danos morais, e condenações altas por danos morais individuais e coletivos.
- Criação de Varas Itinerantes nas regiões de maior incidência de trabalho escravo.
- Criação de Varas do Trabalho nas regiões desprovidas, como no sul do Pará.
- Cobrar do novo governo: recursos humanos e meios materiais para o Grupo Móvel. De 1994 para cá, não se realizou mais concurso para recrutamento de novos auditores fiscais, chegando a 800 o déficit atual estimado de funcionários.
- Cortar o financiamento ou o subsídio aos empregadores que praticam trabalho escravo.
- Aumento do valor da multa até pelo menos R\$ 2.500,00 por infração/pessoa (este é o valor mínimo ne-

cessário para que, administrativamente, haja efetiva cobrança do Tesouro Nacional).

- Competência federal para os crimes de trabalho escravo.
- Modificação do art. 149 CP: aumento da pena, melhor tipificação do crime de trabalho escravo.
- Agilizar a votação da emenda constitucional sobre o confisco das fazendas com prática de trabalho escravo.

Conclusão

Este ano de 2003 se inicia com uma grande esperança nacional de mudanças, de justiça, de resgate da dignidade de todos os brasileiros. Prioridade proclamada é o Combate à Fome. A primeira condição para combater a fome é que aqueles(as) que trabalham, todos(as), sejam considerados(as) como seres humanos, cidadãos com direito a seu salário, um salário justo. O Combate à Fome e o resgate da cidadania começam pela erradicação do trabalho escravo. O trabalho escravo não é somente um ilícito trabalhista, é uma gravíssima violação dos Direitos Humanos.



2. RO 5609/02.

3. Duas sentenças de 09.10.02

1. Entre outros: *Revista Jurídica Consulex*, nº 142, 15.12.02; Binka Le Breton, *Vidas Roubadas, A escravidão moderna na Amazônia Brasileira*, ed. Loyola, 2002.

Trabalho escravo

UF	Município	Nome do Imóvel	Procedência	Data	Trab. Adultos	Trab. Menores	Trab. Escravos
Maranhão							
	Açailândia	Carvoaria do Diógenes	SI	17-nov-02	3		3
	Açailândia	Faz.Boa Esperança	SI	09-set-02	13	2	15
	Açailândia	Fazenda de Olindo Chaves	SI	18-set-02	32		32
	Açailândia	Fazenda do Mauro	SI	16-abr-02	13		13
	Açailândia	Fazenda Igarashi	SI	27-fev-02	3		3
	Açailândia	Fazenda Três Lagoas	SI	17-abr-02	19		19
	Amarante	Fazenda Pindaré	SI	30-ago-02	100		100
	Bacurituba	Faz.no Povoado São Miguel	MA/PI	22-ago-02	66		66
	Bom Jesus das Selvas	Fazenda Monte Cristo	SI	01-mar-02	20		20
	Bom Jesus das Selvas/Bacabal	Fazenda Lagoinha	MA	10-set-02	63		63
	Bom Jesus das Selvas/Bacabal	Fazenda Lagoinha	MA/PI	20-nov-02	40		40
	Gonçalves Dias	Fazenda Caraibas	SI	19-mar-02	58		58
Subtotal:				12	430	2	432
Mato Grosso							
	Alto Garças	Fazenda Brasília	SI	30-abr-02	124		124
	Campo Verde	Fazenda Mutum	SI	15-abr-02	52		52
	Campo Verde	Fazenda Vo Gercy	SI	15-jun-02	15		15
	Confresa	Fazenda do Evandro	MT	10-abr-02	28	2	30
	Itiquira	Fazenda Leonardo	AL/ MA/ BA	15-mar-02	129		129
	Jaciara	Fazenda Liberdade	SI	15-mai-02	44		44
	Pedra Preta/Guiratinga	Fazenda Prata	BA/ MT	14-mar-02	176	5	181
	Poxoréu	Fazenda São José/Onça Pintada	PE	15-abr-02	1		1
	Santo Antônio do Leste	Fazenda Maringá	SI	14-dez-02	71		71
	Vila Rica	Fazenda Onça Preta	MT	21-fev-02	68		68
	Vila Rica	Fazenda Taiacu	SI	15-mai-02	8		8
Subtotal:				11	716	7	723
Mato Grosso do Sul							
	Miranda	Fazenda Realejo	SI	27-jun-02	26		26
Subtotal:				1	26		26
Minas Gerais							
	Buritizzeiro	Fazenda das Almas	SI	01-mar-02	5		5
	Claraval	Fazenda Alagoas	SI	15-jun-02	24		24
Subtotal:				2	29		29
Pará							
	Água Azul do Norte	Fazenda Alvorada	MA	15-jun-02	40		40
	Água Azul do Norte	Fazenda Bananal	SI	28-out-02	16		16
	Água Azul do Norte	Fazenda Campos Altos	SI	07-dez-02	10		10
	Água Azul do Norte	Fazenda Gurupá	TO/PI/MA	15-mai-02	20		20
	Água Azul do Norte	Fazenda Santa Rita da União	SI	15-mai-02	17		17

UF	Município	Nome do Imóvel	Procedência	Data	Trab. Adultos	Trab. Menores	Trab. Escravos
PA	Água Azul do Norte	Fazenda Santaninha	SI	31-out-02	8		8
	Água Azul do Norte	Fazenda Surucucu	SI	06-mai-02	20		20
	Altamira/São Félix do Xingu	Fazenda Beira do Bala	PA	07-mai-02	52		52
	Bannach	Fazenda Bannach	SI	20-out-02	10		10
	Bannach	Fazenda Esmeralda	MG	15-jan-02	21		21
	Bannach	Fazenda Esmeralda	MG	24-out-02	8		8
	Bannach	Fazenda Retiro 3	SI	09-out-02	16		16
	Bannach	Fazenda Ricardo Queiroz	SI	15-mai-02	16		16
	Bannach	Fazenda Santa Luzia	SI	26-jun-02	50		50
	Brejo Grande	Fazenda Léguia de Pedra	SI	03-jan-02	12		12
	Brejo Grande do Araguaia	Fazenda Consolação	SI	19-jun-02	40	2	42
	Canaã dos Carajás	Fazenda Boa Esperança	SI	21-nov-02	25		25
	Cumarú do Norte	Fazenda Barreira das Furnas	SI	15-jul-02	11		11
	Cumarú do Norte	Fazenda Foracho	PA	16-fev-02	16		16
	Cumarú do Norte	Fazenda Mata Azul	SI	15-jul-02	22		22
	Cumarú do Norte	Fazenda Rio Dourado	SI	15-jan-02	100		100
	Cumarú do Norte	Fazenda Rio Dourado	SI	29-jul-02	80		80
	Cumarú do Norte/Santana do Araguaia	Fazenda Estrela de Maceió	PA	09-jan-02	70		70
	Curionópolis	Fazenda Curionópolis	SI	03-mar-02	80		80
	Curionópolis	Fazenda de Ninha Baiano	MA/PA	10-jun-02	14	1	15
	Curionópolis	Fazenda Santa Inês	SI	17-fev-02	80		80
	Curionópolis	Fazenda Santa Lúcia	SI	26-nov-02	25		25
	Dom Eliseu	Carvoaria	SI	01-ago-02	15		15
	Dom Eliseu	Faz. Senhor Ltda (Ex Bonal)	SI	18-set-02	170	30	200
	Dom Eliseu	Fazenda C. J. D. Vidal	SI	30-abr-02	56		56
	Dom Eliseu	Fazenda do Zuza	SI	02-mai-02	25		25
	Dom Eliseu	Fazenda Floresta Tropical	SI	15-mai-02	49		49
	Dom Eliseu	Fazenda Oriente Médio	SI	15-jun-02			0
	Dom Eliseu	Fazenda Pindaré	MA	10-mar-02	42		42
	Dom Eliseu	Fazenda Santa Lúcia	SI	30-abr-02	60		60
	Eldorado dos Carajás	Fazenda Santa Maria	SI	14-jan-02	10		10
	Gurupi	Fazenda Serben Madeira Ltda	SI	19-set-02	51		51
	Itupiranga	Fazenda Alto Bonito	SI	21-out-02	10		10
	Itupiranga	Fazenda do Pai do Beto	MA	03-dez-02	58		58
	Itupiranga	Fazenda Osivel	SI	22-out-02	24		24
	Itupiranga	Fazenda Santa Luzia	SI	13-set-02	51	1	52
	Itupiranga	Fazenda Sem Nome	PA	26-set-02	42		42
	Marabá	Fazenda Boi Branco	SI	19-dez-02	10		10
	Marabá	Fazenda Cabaceiras	PA	08-ago-02	25		25
	Marabá	Fazenda Cajueiro	SI	06-jun-02	30		30
	Marabá	Fazenda Califórnia	MA	06-mai-02	62	3	65
	Marabá	Fazenda Cinco Estrelas	SI	24-jun-02	12		12
	Marabá	Fazenda do Marcão	SI	29-out-02	15		15
	Marabá	Fazenda Meu Xodó	SI	30-ago-02	13		13
	Marabá	Fazenda Mutamba	SI	14-jul-02	25		25

UF	Município	Nome do Imóvel	Procedência	Data	Trab. Adultos	Trab. Menores	Trab. Escravos
PA	Marabá	Fazenda São Bento	SI	12-dez-02	14		14
	Marabá	Fazenda Sem Nome	MA/TO	11-dez-02	28		28
	Marabá/Itupiranga	Fazenda Parazinho	SI	29-jun-02	68		68
	Nova Ipixuna	Fazendas Andressa/Passa Bem	SI	16-abr-02	3		3
	Novo Progresso	Fazenda 3M	SI	06-out-02	3		3
	Novo Repartimento	Fazenda Aparecida	SI	09-out-02	22		22
	Novo Repartimento	Fazenda Ouro Preto/Assunil	SI	02-jul-02	47		47
	Novo Repartimento	Fazenda Rodeio/Três Iotas	TO/MA	16-jun-02	54	2	56
	Novo Repartimento	Fazenda Santa Clara I e II	MA	15-abr-02	39		39
	Novo Repartimento	Fazenda Sem Nome	SI	15-jun-02	19		19
	Novo Repartimento/Pacajá	Fazenda de João Boiadeiro	SI	17-jun-02	20		20
	Ourilândia	Fazenda Boa Fé	SI	17-set-02	20		20
	Pacajá	Fazenda Boca de Fumas	SI	15-fev-02	16		16
	Pacajá	Fazenda Desconhecida	TO	02-ago-02	106		106
	Pacajá	Fazenda do Cal	SI	06-nov-02	19		19
	Pacajá	Fazenda do Doutor Hermes	SI	02-jun-02	145	5	150
	Pacajá	Fazenda João Gonçalves	MA/PA	07-set-02	64		64
	Pacajá	Fazenda Marajoara	SI	29-out-02	34	2	36
	Pacajá	Fazenda Sem Nome	PA	07-set-02	45		45
	Pacajá/Novo Repartimento	Fazenda de Alziro e Ricardo Aguiar	TO/PA	07-set-02	65		65
	Pacajá/Novo Repartimento/Senador José Porfírio	Fazenda Tuerê	MA	12-abr-02	42		42
	Palestina do Pará	Fazenda Índia Sul	PA	19-set-02	6		6
	Parauapebas	Fazenda Bandeirantes	SI	31-jul-02	11		11
	Parauapebas	Fazenda Colorado	MA	27-jun-02	17		17
	Parauapebas	Fazenda Serra Grande	SI	01-ago-02	4		4
	Parauapebas	Fazenda União	MA	20-set-02	11		11
	Pau D'Arco	Fazenda Entre Serra	PA	15-jan-02	20		20
	Piçarra	Faz. Estrela de Alagoas	SI	15-nov-02	81		81
	Redenção	Fazenda Gaúcha	RS	07-out-02	10		10
	Região de Maracajá	Fazenda em Maracajá + 500KM	SI	12-abr-02	38		38
	Rio Maria	Fazenda de José Tranqüilão	MA	16-out-02	7		7
	Rio Maria	Fazenda São Pedro	TO	11-jun-02	19		19
	Rio Maria/Bannach	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	MA/TO	21-mai-02	29		29
	Santa Maria das Barreiras	Fazenda Caps	PA	01-jun-02	8		8
	Santa Maria das Barreiras	Fazenda Forkilha	SI	15-jul-02	45		45
	Santana do Araguaia	Agropecuária Sabran	PI/PA	18-jun-02	60		60
	Santana do Araguaia	Fazenda Garupa	PA	16-abr-02	80		80
	Santana do Araguaia	Fazenda Matão	MA/TO/PA	15-jan-02	20		20
	Santana do Araguaia	Fazenda São Roberto	MA/ PA	15-mar-02	181		181
	Santana do Araguaia	Fazenda Veluma	PA/MA	07-mai-02	118	1	119
	Santana do Araguaia	Fazenda Versátil	PA	15-abr-02	2		2
	São Félix do Xingu	Fazenda Bacuri/Cachoeirinha	PA	11-set-02	74		74
	São Félix do Xingu	Fazenda Canaã	CE/PA	07-jun-02	3	1	4
	São Félix do Xingu	Fazenda Catalão	SI	16-set-02	25		25

UF	Município	Nome do Imóvel	Procedência	Data	Trab. Adultos	Trab. Menores	Trab. Escravos
PA	São Félix do Xingu	Fazenda de Devanir	PA	02-mai-02	9		9
	São Félix do Xingu	Fazenda do Vilmar	PA	15-jun-02	40		40
	São Félix do Xingu	Fazenda Madeira Vermelha		15-out-02	18		18
	São Félix do Xingu	Fazenda Nicobran	PA	23-abr-02	15		15
	São Félix do Xingu	Fazenda Pista 1	TO/PA	02-ago-02	250		250
	São Félix do Xingu	Fazenda Ribeirão das Pedras	SI	30-ago-02	39	1	40
	São Félix do Xingu	Fazenda Riqueza	TO	15-jun-02	36		36
	São Félix do Xingu	Fazenda Sonho Dourado	SI	15-jul-02	17		17
	São Félix do Xingu	Fazenda Tabão	SI	22-abr-02	1		1
	São Félix do Xingu	Fazenda Tacajá	SI	03-jun-02	50		50
	São Geraldo do Araguaia	Carvoaria/Serraria Souza Madeira	PA	14-out-02	1		1
	São Geraldo do Araguaia	Fazenda Primavera	SI	16-jan-02	45		45
	Sapucaia	Fazenda Acapulco	MA	24-jun-02	11		11
	Sapucaia	Fazenda Boa Esperança	MA	27-jun-02	17		17
	Sapucaia	Fazenda Ouro Verde	SI	15-jan-02	20		20
	Sapucaia	Fazenda Stª Eliza e Stª Laura	SI	30-out-02	11		11
	Tailândia	Fazenda Carolina	SI	06-jun-02	8		8
	Tucumã	Fazenda de Artur Carvalho	MA	15-mai-02	21		21
	Tucumã	Fazenda Volta da Serra	SI	16-jan-02	25		25
	Xinguara	Fazenda Diadema	SI	20-set-02	9		9
	Xinguara/Sapucaia	Fazenda 21/São Paulo	SI	02-out-02	30		30
	Xinguara/Sapucaia/ Bannach	Fazenda Rio Vermelho	MA	27-jun-02	29		29
Subtotal:		116			4178	49	4227
Rondônia							
	Chupinguaia	Fazenda Santa Anita	SI	20-jun-02	19		19
	Pimenta Bueno	Faz. da Agropecuária Corumbiara	SI	03-dez-02	36		36
Subtotal:		2			55	0	55
São Paulo							
	Nova Odessa	Cortadores de Cana	PB	21-jul-02	50		50
Subtotal:		1			50		50
Tocantins							
	Ananás	Fazenda Brasília	TO	04-set-02	2		2
	Ananás	Fazenda São Francisco	TO	15-jan-02	15		15
Subtotal:		2			17		17
Total:		147			5501	58	5559

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra.

Conflitos trabalhistas

Estado	Município	Nome do Imóvel	Vítimas Exploradas	Peridos em Acidentes de Trabalho	Mortos em Acidente de Trabalho
Desrespeito Trabalhista					
Bahia	Porto Seguro	Fazenda Campina Grande	11	6	5
Mato Grosso do Sul	Sonora	Destilaria Sonora	800		
Minas Gerais	Buritzeiro	Fazenda Interlagos	3	1	
	São Roque de Minas	Fazenda do Vandinho	8		
Pará	Acará	Carvoarias na Alça Viária	20		
São Paulo	Araraquara	Fazenda Fitipaldi	160		
	Matão	Colheita de Laranja			
	Monte Mor	Plantações de Tomate			
	Nova Granada	Fazenda Fisher	4000		
Total: 9			5002	7	5
Superexploração					
Amazonas	Barcelos	Fazendas em Barcelos	150		
Maranhão	Imperatriz/Açailândia	Fazenda Retiro	3		
Mato Grosso	Canabrava	Fazenda Rio Preto	130		
	Nossa Senhora do Livramento	Fazenda Tecamat Florestal	21		
	Nova Mutum	Condomínio Horizonte Azul/Novo Horizonte	36		
Minas Gerais	Nova Mutum	Fazenda Rancho Alegre	2		
	Buritzeiro/Brasilândia	Fazenda Santa Clara/Rio Rancho	0		
	Cabo Verde	Fazenda Santo Antônio	190		
Pernambuco	João Pinheiro	Fazenda Boa Vista	2		
	Jaboatão	Engenho Camaçari	0		
	Moreno	Engenho Várzea do Una	0		
São Paulo	Piracicaba/Limeira	Corte de Cana	50		
	Rio das Pedras	Fazendas de Cana de Açúcar	0		
Total: 13			584	0	0

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra.

A vez da água

Roberto Malvezzi
Membro da Coordenação Nacional da CPT

A Comissão Pastoral da Terra, ao registrar os conflitos pela água, inaugura um filão de documentação sem precedentes no Brasil.

Não fazemos registros de conflitos por questões meramente estatísticas, mas para utilizar os dados em função das causas do povo com o qual trabalhamos. O que nos levou a registrar os conflitos pela água foi, mais uma vez, a proximidade que nossas equipes têm com as populações mais pobres do país, desde os ribeirinhos do Amazonas, Araguaia-Tocantins, São Francisco, Pantanal até os sertanejos das caatingas, passando pelas populações praieiras. Estamos envolvidos com os atingidos por barragens, assim como estamos envolvidos com a luta pela água de beber em todo o semi-árido, num trabalho sempre em parcerias. Por isso, a água é um dos nossos eixos de trabalho, juntamente com a terra e os direitos.

Pesa também nesse novo filão de registros a chamada “crise da água”. O chamado escasseamento da água, tanto em quantidade como em qualidade, passa pela forma como a humanidade se relaciona com as águas do planeta: barragens, poluição por esgotos domésticos, esgotos industriais, agrotóxicos, desmatamento das bacias hidrográficas, uso intenso da água na agricultura irrigada, geração de energia elétrica, enfim, o que se convencionou chamar de “uso múltiplo das águas”, sem regras e sem cuidados, impacta os mananciais, gera conflitos e ameaça o elemento fundamental para qualquer

forma de vida. A ONU afirma que, se a atitude fundamental não mudar, a crise será progressiva e hoje 1,2 bilhão de pessoas no planeta já não tem água potável, 2,4 bilhões não têm saneamento básico. Segundo dados da OPAS (Organização Pan-americana de Saúde, ligada a OMS), 20% da população brasileira não tem acesso à água potável, 40% da água das torneiras não é confiável para consumo humano, somente 50% dos brasileiros têm coleta de esgotos e aproximadamente 80% dos esgotos são lançados em estado bruto em nossos rios. Portanto, uma situação já caótica.

Atrás da crise da água estabeleceram-se em nível mundial duas posturas básicas: aqueles que vêem na crise uma oportunidade de negócios (empresas, organismos multilaterais e governos, os quais Ricardo Petrella chama de “Oligarquia Internacional da Água”) e aqueles que defendem a água como um patrimônio da humanidade e de todos os seres vivos, não sujeita a privatizações e negócios. Surgiu em nível mundial um novo discurso sobre a água e o que era “inodoro, insípido e incolor” agora é “ouro azul”, “comodities”, “elemento escasso”, “dotado de valor econômico” e que “haverá guerras pela água”. O Brasil, na sua Lei de Recursos Hídricos 9.433 de 97, incorpora todas as ambigüidades desse discurso e nos deixa em situação de apreensão quanto ao futuro de nossas águas.

Segundo os padrões da ONU, o Brasil é um país rico em água doce. Segundo especialistas da USP, temos

12% do volume de águas de todo o planeta em nossos rios. Temos ainda imensos lençóis freáticos, como o Aquífero Guarani. Temos ainda o privilégio de ser o único país de dimensões continentais em que chove em todo o território nacional. Na estratégia do futuro, já presente, água é fundamental. Nós temos o privilégio de ter simultaneamente água, solos, biodiversidade e sol em abundância. Porém, sem o cuidado devido e sem uma estratégia de longo prazo para o uso desses recursos, corremos o risco de jogar no lixo da história a oportunidade que a história nos dá.

Ao registrar os conflitos pela água — apenas um início, ainda quase que um experimento —, já percebemos os rumos que a situação está tomando. Conseguimos registrar apenas oito conflitos, mas que envolveram 1.227 pessoas, em diferentes regiões do país, sendo o acesso à água (3) e a poluição (3) as motivações básicas desses conflitos. Sabemos que os conflitos são em número muito maior e, ao aperfeiçoar nossa metodologia, a realidade despontará com mais transparência.

A CPT está consciente de que esse novo filão de registro contribuirá, em muito, com toda a sociedade brasileira, principalmente os mais pobres, as principais vítimas da depredação de nossas águas. O registro dos conflitos nos dará luzes para buscar alternativas e abrir novos caminhos. O gerenciamento racional da água é inevitável, criar os “excluídos da água” — embora já existam tantos — é inadmissível.



ARQUIVO CNPT NACIONAL

Conflitos pela água

Estado	Município	Nome do Lugar	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação do Conflito
Bahia						
	Buritirama	Brejão	01/01/2002	23	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Subtotal:	1			23		
Ceará						
	Araçoiaba	Açude São Sebastião	16/03/2002	0	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
	Cascavel	Praia da Caponga	10/07/2002	800	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:	2			800		
Espírito Santo						
	Colatina	Barra do Rio Doce	25/05/2002	50	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:	1			50		
Maranhão						
	Balsas	Bom Jesus	20/12/2002	4	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
	São Mateus do Maranhão	Povoados Sumaúma e Retiro Grande	13/07/2002	50	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:	2			54		
Paraíba						
	Sapé	Assentamento 21 de Abril e Comunidade Nova Vivência	08/04/2002	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:	1			300		
Tocantins						
	Formoso do Araguaia	Ass. Três Poderes / Caracol Pirarucu Araguaia Lagoa	07/01/2002	0	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:	1			0		
Total:	8			1227		

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra.

Conflitos em tempo de seca

Estado	Município	Denominação do Conflito	Tipo Ação	Tipo Reivindicação	Data	Pessoas
Ceará						
	Crato	Protesto por Bolsa-Renda	Ocupação	Sementes	04-fev-02	500
Subtotal:	1					500
Piauí						
	São Raimundo Nonato	Ato Público/Seca	Ato público	Água	13-jun-02	100
	Teresina	Protesto de Pequenos Agricultores	Ato público	Alimentos	05-mar-02	0
	Teresina	Luta por Programas que Amenizem os Efeitos da Seca	Pedido de ação do governo estadual	Água	15-mar-02	17
	Teresina	Protesto dos Atingidos pela Seca	Ato público	Água	23-mai-02	600
Subtotal:	4					717
Total:	5					1217

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra.

FOTO: LUÍS ALVES



A criminalização do direito à vida em nome da defesa do direito de propriedade

Jacques Távora Alfonsin

Os dados que a CPT publica anualmente relativos ao número de trabalhadores rurais e de posseiros pobres mortos e feridos em nosso país, além de constituir uma prova alarmante do aumento da violência e da criminalidade no meio rural, fazem pensar nas razões pelas quais, mesmo assim, essa multidão de vítimas continua sendo considerada criminoso, tratada como ré pela maior parte da imprensa e da própria sociedade civil.

Sem maior exame do contexto em que se trava a luta pela terra no Brasil, todos esses agricultores que ocupam latifúndios rurais seriam culpados, no mínimo, de três crimes: formação de quadrilha, esbulho possessório e alteração de limites.

Cabe questionar-se esse julgamento, aqui antecipadamente avaliado como reducionista, sob quatro fatos geradores de responsabilidades político-jurídicas, no mínimo:

1. A lei reconhece como crime o descumprimento da função social da propriedade?

Parece certo o fato de que as premissas que presidiram a tipificação legal desses crimes — artigos 161, “caput”, 161, inciso II, e 288 do Cód. Penal — procuraram legitimação na circunstância de que era indispensável

garantir-se a segurança jurídica do proprietário de terra contra qualquer agressão ao direito que ele titula sobre o mesmo bem, tanto que, do ponto de vista do Direito Civil, existe até a possibilidade de o mesmo proprietário, quando possuidor, usar do chamado “desforço imediato”, contra qualquer ofensa ao mesmo direito, garantindo-se ele mesmo da sua defesa, por mais material e cruenta que seja (art. 1210, § 1º do novo Cód. Civil).

O desforço imediato, portanto, como ocorre com a legítima defesa e o estado de necessidade, preexclui qualquer acusação de crime a quem o pratica.

É o caso, então, de se perguntar: que tipo de “desforço imediato” capaz de, igualmente, preexcluir cogitação de criminalidade a lei prevê para a defesa do direito humano fundamental à vida e à dignidade de milhões de agricultores sem-terra ameaçadas ou violadas por proprietários rurais que descumprem com a função social do seu direito, prevista na Constituição Federal em mais de um dos seus dispositivos (arts. 5º, inc. XXIII, 170, inc. III, 182, § 2º, 186).

Acaso o direito de propriedade de um ou de poucos vale mais do que a vida e a dignidade daquela multidão?

Embora a resposta jurídico-política desse questionamento esteja sendo respondida, especialmente por parte de alguns julgados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em favor dos

direitos humanos fundamentais quando em conflito com direitos patrimoniais, é difícil negar-se o fato de que uma cultura socioeconômica mais do que secular, em nosso país, se caracteriza por preconceitos que acusam e prejulgam gestos de ameaça ou agressão ao patrimônio como insuscetível de explicação e, muito menos, justificação.

Na mesma medida em que se pressupõe o cumprimento da função social devida pela grande propriedade rural, a ponto de dispensar-se o seu titular, como regra, de fazer prova disso, pressupõe-se como criminoso qualquer contestação levantada contra a forma do seu exercício. A segunda pressuposição desconhece, na prática, o direito humano fundamental, constitucionalmente reconhecido: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (art. 5º, inciso LVII da C.F.).

É preciso considerar-se, então, que é na terra que se sustentam casa e comida ou, em termos estritamente jurídicos, moradia e alimentação. Como diz a “carta da terra”, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Sem isso não há vida possível, direito que, para a esmagadora maioria do povo pobre brasileiro, está sendo literalmente inviabilizado pela forma secular com que se explora essa terra e se dividem os seus frutos em nosso país. O conselho “exportar ou morrer”, tão

sublinhado por autoridades e latifundiários brasileiros, no passado e no presente, não se dá conta de que a segunda alternativa pode muito bem estar, tragicamente, dependurada na primeira, negando, concretamente, a patrimonialidade comum, o destino não excludente do bem terra.

O primeiro questionamento cabível à criminalização dos agricultores sem terra num tal quadro econômico-político é: Qual é o “desforço” capaz de preexcluir qualquer acusação de criminalidade, que se reconhece às vítimas de violação de seus direitos humanos fundamentais, por força do mau exercício da propriedade privada rural?

2. As garantias devidas aos direitos patrimoniais, como o da propriedade privada, protegem da mesma forma a vida e a dignidade humana dos não-proprietários?

O primeiro responsável pela defesa do direito a uma vida livre e digna é a própria pessoa humana individual. Pelo simples fato de estar viva, numa sociedade organizada como Estado democrático e de direito, como a nossa Constituição Federal identifica a República Federativa do Brasil (art. 1º), o possível déficit que ela sofre em sua cidadania (“o direito de ter direitos”, como se costuma dizer) é comprovado, justamente, quando ela não consegue garantir a satisfação de necessidades vitais como as do pão e da casa, essencialmente dependentes da terra, sem as quais nem liberdade muito menos dignidade podem ser reconhecidas.

Os defensores do chamado livre mercado, particularmente aqueles que são proprietários de grandes latifúndios, “justificam” aquele déficit, a fome, a falta de teto, sob argumentos aleatórios do tipo “circunstâncias próprias da natureza das coisas”, “injunções do mercado”, “ausência de políticas adequadas”, ou seja, a responsabilidade que tanto cobram de terceiros nunca passa por eles, motivo pelo qual aí se encontraria outro fundamento à criminalização de quem, de alguma forma, põe em dúvida tal responsabilidade a ponto de colocar em risco, ou mesmo agredir, o seu direito de propriedade privada.

Então passa-se a atribuir a prática de um crime a uma pessoa — por exemplo, um pobre sem-terra necessitado de comida e/ou de casa — não pelo que ela fez ou faz, *mas pelo que ela é*. A mesma cultura de preconceito e de prejulgamento que preside a valorização do direito de propriedade privada acima do direito à vida, como visto no primeiro questionamento, desconhece aqui as causas da pobreza necessitada e exclui antecipadamente qualquer possibilidade de ela derivar, justamente, do acúmulo espacial garantido sem limites ao poder econômico do proprietário de terra.

Assim, considera-se “normal” o fato de que a defesa da vida e da dignidade humana dos pobres, de resto sustentada pela Constituição Federal em mais de um dos seus dispositivos, deva ser punida, inclusive com a humilhação e a cadeia, sempre que afete o direito de propriedade alheio. Se o preconceito e o prejulgamento derivavam, antes, da interpretação tendenciosa do direito, como previsto em lei, aqui eles procuram “fundamento” na classe econômica das pessoas, como se essas fossem responsáveis por ali terem sido enclausuradas.

É que a “naturalidade” atribuída a tal situação está amparada por defesa ideológica predisposta, muito con-

venientemente, à conservação do desigual *status quo*, pois se o estado de necessidade em que aquelas pessoas vivem for investigado com rigor, é quase certo que encontrará a sua causa no mau exercício do direito de propriedade privada do latifúndio, transformando a “vítima” da agressão a um direito patrimonial no réu de violação do direito social.

Seja o segundo questionamento a uma tal postura, então, o seguinte: antes mesmo de se considerar como “jurídico”, é ético, razoável, remotamente racional, garantir-se um direito que possibilita exclusividade individual e expansão ilimitada sobre um bem como a terra, que é necessário para todos?

3. Se o principal meio de acesso à terra é o da sua compra por dinheiro, é legal, legítimo e justo impedir-se tal acesso a quem não dispõe de recursos para essa forma de aquisição?

Ninguém ignora que o valor pecuniário da terra é um dique intransponível para o acesso a ela da maioria do povo pobre brasileiro. Esse bem é indispensável à vida de todos e não só dos proprietários, todavia, a violência presente naquela barreira é vencida frequentemente pela violência própria de quem não tem outra saída que não a do seu rompimento.

Tem-se procurado deslegitimar esse gesto de defesa da vida, por mais que um determinado conflito sobre terra comprove a aguda necessidade de não-proprietários, com um juízo prévio, geralmente apressado e simplório, de que ela é inspirada ideolo-

gicamente. Trata-se de um argumento que esquece constituir-se a defesa da propriedade privada concentrada em latifúndio, bem superior às necessidades vitais do seu proprietário, também como pura ideologia.

Assim, quando a violenta resistência do direito de propriedade privada do latifúndio rural se faz pela criminalização de quem o impugna em defesa da própria vida, deveria ser lembrado o preço que ela cobrou no passado, e ainda cobra hoje, com raras exceções, de todos os direitos sociais que a Constituição Federal reconhece, pois é bem difícil encontrar-se, no elenco daqueles direitos, algum que não tenha como sujeito passivo, responsável pelo respeito a eles devido, o proprietário privado.

Por tudo isso, espera-se que a interpretação do novo Código Civil brasileiro, que entrou em vigor em janeiro passado, não sofra daquela conhecida anemia hermenêutica que consagra sociologicamente a lei antiga, mesmo quando ela é revogada juridicamente pela nova; se a dita interpretação sujeitar o comando do novo Código à Constituição Federal, sempre que uma lide se estabelecer sobre o espaço físico terra, há de se preferir para um justo julgamento, muito antes do exame do título de propriedade, a rigorosa investigação do exercício, do uso e do gozo que o proprietário privado estiver fazendo do seu direito.

Que o acesso à terra já não passa, exclusivamente, pelo preço da sua compra, a cargo de possuidores de imóveis, de acordo com o novo Código, parece indubitado, diante de mais de uma disposição do novo Código, direta ou indiretamente relacionadas com o exercício de quaisquer direitos, entre os quais, de maneira especial, o de propriedade. Refere o art. 187, por exemplo, no capítulo relacionado a atos ilícitos: “Também comete ato ilícito o

titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”; o art. 1228, § 4º dispõe: “O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados, pelo juiz, de interesse social e econômico relevante.” O parágrafo seguinte dispõe sobre a indenização devida ao proprietário nesse caso, a ser coberta pelo Poder Público. O terceiro questionamento desse estudo, então, pode ficar subsumido no quarto, examinado a seguir.

4. Quando o Poder Público se mostra omissivo na defesa de direitos humanos fundamentais, ou quando a legislação que responsabiliza proprietários privados de latifúndio, que não exercem, ou exercem mal o seu direito, é deficiente, não há outro remédio para as vítimas desses males que não o de se conformar com a injustiça que sofrem?

A história testemunha que nenhum direito humano fundamental dos que foram legalmente reconhecidos até hoje, particularmente direito social, encontrou abrigo na Constituição Federal, sem penosa e sofri-

da luta política, demoradíssimo e injusto custo em vítimas:

“Pode afirmar-se tranquilamente que, na história da humanidade, não houve um direito fundamental que desceu do céu ou nasceu numa mesa de despacho, já escrito e redigido nos textos constitucionais. Todos são fruto de conflitos, às vezes seculares, e foram conquistados com revoluções e rupturas, ao preço de transgressões, repressões, sacrifícios e sofrimentos”...¹

É pouco provável que alguém impugne o raciocínio segundo o qual a principal finalidade da lei seja a de impedir ou reparar injustiças. Ora, se essa é a sua principal finalidade, não há como se afastar a conclusão de que o número de agricultores sem-terra mortos a cada ano, a mando de grandes proprietários rurais, de acordo com os dados que a CPT recolhe, se for comparado com o número das denúncias criminais e condenações, demonstra que no Brasil a sanção penal tem sido muito mais “eficaz” para punir os “crimes” praticados contra a propriedade privada do que aqueles que eliminam a vida dos trabalhadores.

Como o demonstra, aliás, de maneira inquestionável, Marilena Chauí, quando examina os efeitos jurídicos do direito de propriedade:

“...vivemos em sociedades onde esse direito não pode, por natureza e por definição, ser cumprido nem respeitado. Mais do que isto: em nossas sociedades, a lei e o Estado, que devem proteger a propriedade privada, porque esta é um direito do homem e do cidadão, só poderão defendê-la contra os sem-propriedade, de forma que a defesa do direito de alguns significa a coerção, a opressão, a repressão e a violência sobre outros, no caso, sobre a maioria. Em outras palavras, a partir do momento em que a propriedade privada é definida como um direito que, abstratamente, é de todos

1. FERRAJOLI, Luigi, *Derecho y razón, teoría del garantismo penal*. Madri: Trotta S.A., 1998, p. 945, trad. livre para o português, nossa.

e, concretamente, exclui desse direito a maioria, a exclusão faz com que a propriedade privada se ache ameaçada, e não será casual que o *crime* (violação do direito) em nossa sociedade seja preferencial e primordialmente definido como crime contra a propriedade..." (...) Assim, somos forçados a reconhecer que as declarações modernas dos direitos humanos trazem consigo a violência e produzem o medo. São fonte de medo, em lugar de serem fonte de emancipação"².

Isso somente comprova que os direitos humanos fundamentais, como aqueles ligados à vida dos pobres, especialmente os sociais, terão a sua existência, validade e eficácia permanentemente colocadas sob suspeita e jamais serão efetivamente respeitados e garantidos a não ser que se convertam em *poderes* sociais.

A história testemunha, como Chauí revela, que o direito de propriedade privada sobre terra, enquanto não for, pelo menos, limitado por um módulo máximo, vai continuar desrespeitando todos aqueles direitos e colocando em permanente risco até os que já foram conquistados, como tem ocorrido com as emendas constitucionais pós-88.

Então, não é que os trabalhadores pobres e a sociedade civil possam lutar contra isso. Eles têm o *dever* de lutar e, naquilo em que tais direitos dependem da terra, essa luta não se dá somente em benefício próprio, mas de toda a sociedade, como diz muito bem o professor Fabio Konder Comparato, em entrevista recente e informal à revista *Caros Amigos*:

"A lei está submetida à Constituição, e a de 1988 está organizada em torno de princípios, e esses princípios começam pela proteção da dignidade humana, no artigo 3º (...) que tem até quase um sabor religioso (...): "São

objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade justa, livre e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a miséria e a marginalização, reduzir as desigualdades setoriais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de raça, classe, religião"... etc. Depois tem um capítulo sobre direitos humanos. Ora, quando o juiz verifica que uma lei, na sua aplicação prática, contraria esses princípios, não é que ele pode deixar de aplicar a lei, *ele é obrigado, em consciência, a deixar de aplicar a lei*"³.

Como se observa, seja do ponto de vista jurídico, seja do ponto de vista ético-político, a criminalização dos movimentos sociais que hoje lutam, no Brasil, em defesa da sua dignidade própria e da reforma agrária não resiste ao mais superficial exame. Quando se dá a ocupação de uma terra ociosa, antes de se cogitar dos crimes de formação de quadrilha, esbulho possessório e alteração de limites, o que tem de se conferir, com o rigor que a Constituição Federal exige, é a compatibilidade que o exercício do direito de propriedade alegadamente agredido está guardando com a sua inarredável função social, como, aliás, vem fazendo, em mais de um precedente judicial, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

A força normativa das necessidades vitais que de tais gestos populares transparece é o próprio conteúdo dos direitos humanos fundamentais que dependem da terra, e a satisfação de tais necessidades está moldando, literalmente, uma nova sociedade em um novo Estado democrático e de direito:

"Pode-se dizer, com efeito, que assim como a identidade e o valor de um indivíduo como pessoa provêm de seus direitos fundamentais e da luta pela sua

realização, também um povo ou um movimento adquirem identidade e valor de sujeitos coletivos enquanto lutam pela afirmação de direitos fundamentais; e que, de outra parte, uma luta tem um valor universal enquanto sinaliza e reivindica um direito fundamental insatisfeito, por ter sido violado ou não ser reconhecido. Parece-me que essa é a principal diferença entre os movimentos de massa e as multidões e, por outro lado, entre as lutas de libertação e as de natureza corporativa ou, ainda mais, em defesa de interesses ou culturas fundadas na opressão e no privilégio. Há todavia uma segunda diferença relacionada com a primeira: o fato de que a subjetividade social dos movimentos não só não entra em colisão com a dos indivíduos que a integram senão que ela mesma é um fator de sua identidade. Nesse sentido, não existem povos, movimentos ou sujeitos coletivos dignos destes nomes que não se fundem na solidariedade e na comunicação entre os sujeitos que se reconhecem como pessoas. Se é certo que os direitos fundamentais unem, enquanto as situações de poder dividem, o que caracteriza um sujeito coletivo diferenciando-o de um grupo de poder é a 'comunhão' entre pessoas e a sua comunicação social conforme as iguais liberdades exercitadas por todos e reconhecidas a todos do mesmo modo"⁴.

Aí se encontra uma verdadeira tradução jurídica do conselho evangélico contrário ao exercício de um poder, como o da propriedade privada, quando ela criminaliza quem a questiona: "Os reis das nações as dominam, os que as tiranizam são chamados benfeitores. Quanto a vós, não deverá ser assim; pelo contrário, o maior dentre vós torne-se como o mais jovem, e o que governa como aquele que serve." (Lc 22,25-26)

Assassinatos

FOTO: CLÁUDIO CURADO



2. *Direitos humanos e medo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 25, grifo da autora.

3. Ano 6, nº 72, p. 37, grifos nossos.

4. FERRAJOLI, Luigi, op. cit. p. 946, trad. livre para o português.

Assassinatos

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Alagoas						
	Branquinha	Ass. Eldorado dos Carajás	25/07/2002	Sebastião Agrisio da Silva	44	Liderança
	Messias	BR-101 próximo a Usina Bititinga/Faz. Flor do Bosque	21/09/2002	Josiete da Silva	24	Sem terra
Subtotal:	2					
Bahia						
	Pau Brasil	Faz. Braço da Dúvida	18/07/2002	Raimundo Sota	A	Índio
	Pau Brasil	Faz. Letícia	03/01/2002	Milton Matos Silva	46	Índio
Subtotal:	2					
Espírito Santo						
	Santa Leopoldina	Cocal/Santa Leopoldina	15/08/2002	Fabiana Pagung	14	Pequeno arrendatário
	Santa Leopoldina	Cocal/Santa Leopoldina	15/08/2002	Lena Souza Calote	70	Pequeno arrendatário
	Santa Leopoldina	Cocal/Santa Leopoldina	15/08/2002	Luciana Pagung	16	Pequeno arrendatário
	Santa Leopoldina	Cocal/Santa Leopoldina	15/08/2002	Maria de Lourdes Cruz Pagung	43	Pequeno arrendatário
	Santa Leopoldina	Cocal/Santa Leopoldina	15/08/2002	Nicolau Pagung	53	Pequeno arrendatário
	Santa Leopoldina	Cocal/Santa Leopoldina	15/08/2002	Orlando Cruz de Mendonça	69	Pequeno arrendatário
Subtotal:	6					
Minas Gerais						
	Pompeu	PA 26 de Outubro	27/07/2002	Ivo de Castro Machado	59	Presidente de STR
Subtotal:	1					
Mato Grosso						
	Nossa Senhora do Livramento	Ass. Capão das Antas	13/07/2002	Aurélio Marcos de Assunção	39	Assentado
	Nossa Senhora do Livramento	Ass. Capão das Antas	13/07/2002	Marciano Marins da Costa	48	Assentado
Subtotal:	2					
Pará						
	Abaetetuba	Rio Tucumandiba, Região das Ilhas - Abaetetuba	09/07/2002	Maria de Nazaré Moraes Maués	53	Posseiro
	Abel Figueiredo	Complexo dos Morais	01/03/2002	Geraldo	70	Posseiro
	Afuá	Igarapé São Paulo	20/10/2002	Osvaldino Viana de Almeida	64	Ribeirinho
	Altamira/Novo Progresso	Vila Castelo dos Sonhos - Altamira	21/07/2002	Bartolomeu Moraes da Silva, "Brasília"	47	Dirigente sindical
	Baião	Acamp Zumbi dos Palmares	20/10/2002	Mineirinho	A	Sem terra
	Bannach	Pista Branca - Bannach	01/11/2002	Euzival Nascimento Maranhão	46	Assentado
	Cumaru do Norte	Ass. Erminio Brito	07/10/2002	Semir Magalhães	A	Assentado
	Curionópolis/Parauapebas	S. de Garimpeiros de Curionópolis	17/11/2002	Antônio Clênio Cunha Lemos	36	Dirigente sindical
	Irituia	Km 19 da Belém Brasília - Irituia	27/06/2002	Ivo Laurindo do Carmo	34	Liderança
	Marabá	Localidade Vilinha, Estrada do Rio Preto - Marabá	24/08/2002	Wilson Cardec Bento dos Santos	35	Sem terra
	Novo Repartimento	Ass. Tuerê I e II	25/12/2002	Raimundo Alves de Souza	44	Assentado
	Novo Repartimento	Faz. Abrolho Verde	06/11/2002	Valdir Sabino da Silva	30	Trabalhador Rural
	Novo Repartimento	Faz. Abrolho Verde	06/11/2002	Valdivan Ferreira da Silva	27	Trabalhador Rural

Estado	Município	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
	Rondon do Pará	Faz. Tulipa Negra/Gleba Água Azul	10/09/2002	Magno Fernandes do Nascimento	39	Posseiro
	São Félix do Xingu	Faz. Tibórnia	13/06/2002	Amarair Câmara da Silva	A	Sem terra
	Xinguara	Faz. Mandassaia/Xinguara	01/06/2002	Edvan Pereira	22	Trabalhador Rural
	Xinguara/Rio Maria	Ass. Diutá/Colônia Tupã	23/02/2002	Deuzimar	A	Assentado
	Xinguara/Rio Maria	Ass. Diutá/Colônia Tupã	23/02/2002	Nivaldo, sobrinho de Raimundo	A	Assentado
	Xinguara/Rio Maria	Ass. Diutá/Colônia Tupã	23/02/2002	Olavo, Filho de Deuzimar	A	Assentado
	Xinguara/Rio Maria	Ass. Diutá/Colônia Tupã	23/02/2002	Raimundo	A	Assentado
Subtotal:	20					
Pernambuco						
	Jaboatão dos Guararapes	Engenho Suassuna/Usina Jaboatão	22/12/2002	Antônio Silva	77	Sem terra
	São José do Belmonte	Fazenda Pedra Bonita	11/08/2002	Pedro Luiz do Nascimento	47	Sem terra
	Tamandaré	Engenho Coqueiro	12/03/2002	Amaro Rodrigues de Melo	A	Sem terra
Subtotal:	3					
Piauí						
	Luís Correia	Comunidade Mexeriqueira	01/04/2002	Sebastião Marques Sousa	52	Pescador
	Miguel Alves	Assentamento Tamanduá	17/02/2002	Manoel Alexandre da Silva	42	Presidente de STR
	Porto	Povoado São Francisco	26/01/2002	Francisco Romão Pereira	38	Posseiro
Subtotal:	3					
Rondônia						
	Buritis	Assentamento Jatobá	13/07/2002	Raimundo Ferreira de Oliveira	A	Trabalhador Rural
	Cacaulândia	Lt.Burareiro Licitação/Acamp.Cristo Rei	21/11/2002	Ivo Martins dos Santos	42	Posseiro
	Nova Mamoré	P.A Jacinópolis	30/07/2002	Edilson Ferreira	26	Assentado
	Nova Mamoré	P.A Jacinópolis	27/11/2002	Ozéias Martins de Souza	19	Assentado
Subtotal:	4					

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra.

Tentativas de assassinato

Estado	Município	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Bahia					
	Alcoçaba/Prado	08/06/2002	José Martins de Oliveira	68	Assentado
	Curaçá	14/07/2002	João da Mata de Jesus Silva	A	Trabalhador Rural
	Curaçá	14/07/2002	Manoel Gomes de Souza	A	Trabalhador Rural
	Curaçá	14/07/2002	Manoel Messias	A	Trabalhador Rural
	Curaçá	14/07/2002	Marcos Roberto	A	Trabalhador Rural
	Pau Brasil	15/07/2002	José Carlos da Silva	33	Índio
Subtotal:	6				
Goiás					
	Morrinhos	18/07/2002	Reginaldo Silva Mendes	A	Liderança
Subtotal:	1				
Maranhão					
	São Mateus do Maranhão	29/09/2002	Pedro Pereira	60	Posseiro
Subtotal:	1				
Minas Gerais					
	Montes Claros	22/12/2002	Agnelo Cardoso Vieira	68	Sem Informação
	Pompeu	01/01/2002	Ivo de Castro Machado	59	Presidente de STR
	Uruana de Minas	10/06/2002	José Batista Tavares de Melo	A	Sem - terra
Subtotal:	3				
Mato Grosso					
	Cuiabá	13/01/2002	Silvio Rodrigues	62	Dirigente sindical
	Cuiabá	06/07/2002	Silvio Rodrigues	62	Dirigente sindical
	Nossa Senhora do Livramento	13/06/2002	Aurélio Marcos de Assunção +	39	Assentado
	Nossa Senhora do Livramento	13/07/2002	Claudemar Lima Pereira	18	Assentado
Subtotal:	4				
Pará					
	Afuá	22/10/2002	Rosivaldo Braga Fernandes	25	Ribeirinho
	Bannach	03/08/2002	Juraci Alves de Oliveira	A	Posseiro
	Eldorado dos Carajás	17/07/2002	Valdeci de Oliveira	A	Sem - terra
	Piçarra	19/09/2002	Acampado da Fazenda Castanhal 1	A	Sem - terra
	Piçarra	19/09/2002	Acampado da Fazenda Castanhal 2	A	Sem - terra
	Piçarra	19/09/2002	Lourenço	A	Sem - terra
	Piçarra	19/09/2002	Manuel Filho	A	Sem - terra
	Xinguara	25/09/2002	Cristiano Arantes e Silva	A	Advogado
Subtotal:	8				
Paraíba					
	Jacaraú	15/09/2002	Claúdio Rodrigues da Silva	27	Sem - terra
	Jacaraú	15/09/2002	José Gomes da Silva	45	Sem - terra
	Mogeiro	04/04/2002	Elias Augusto dos Santos	25	Posseiro
	Mogeiro	04/04/2002	Francisco de Assis Silva	17	Posseiro
	Mogeiro	04/04/2002	Severino Augusto da Silva	31	Posseiro
	Santa Rita	13/06/2002	Genésio Sabino da Silva	A	Posseiro
Subtotal:	6				
Piauí					
	Luís Correia	15/04/2002	Pescador não identificado 1	A	Pescador
	Luís Correia	15/04/2002	Pescador não identificado 2	A	Pescador
	Luís Correia	15/04/2002	Pescador não identificado 3	A	Pescador

Estado	Município	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Subtotal:	3				
Rondônia					
	Cacaulândia	21/11/2002	Aucílio Jesus Ventura	A	Posseiro
	Cacaulândia	21/11/2002	Mário Correia Pinto	A	Posseiro
	Chupinguaia	20/06/2002	Nelson José de Oliveira	20	Trabalhador Rural
Subtotal:	3				
São Paulo					
	Rosana	19/01/2002	José Rainha Júnior	40	Liderança
Subtotal:	1				
TOTAL :	36				

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra.

Ameaçados de morte

Estado	Município	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Acre					
	Porto Acre/Boca do Acre	25/02/2002	Renato Fernandes de Souza	51	Presidente de STR
Subtotal:	1				
Alagoas					
	Branquinha	25/07/2002	Gilberto da Silva	A	Liderança
	Branquinha	25/07/2002	José Severino da Silva	A	Liderança
	Branquinha	25/07/2002	Manoel Lopes da Silva	58	Liderança
Subtotal:	3				
Espírito Santo					
	Santa Leopoldina	09/09/2002	Paulo César Dias	A	Pequeno arrendatário
	Santa Leopoldina	09/09/2002	Solange Cruz Pagung	24	Pequeno arrendatário
Subtotal:	2				
Maranhão					
	Barreirinhas	27/04/2002	D. Genoína	A	Quilombola
	Imperatriz/Açailândia	22/07/2002	Beni Garcia Leite	61	Trabalhador Rural
	Lago Verde	24/07/2002	Francisco Pereira de Melo	A	Presidente de STR
	Lago Verde	24/07/2002	João Sousa Marques	A	Posseiro
	Lago Verde	24/07/2002	Jonas Pereira da Silva	A	Posseiro
	Lago Verde	24/07/2002	José Braga de Moraes	A	Posseiro
	Lago Verde	24/07/2002	José Ribamar Silva	A	Posseiro
	Lago Verde	24/07/2002	José Valdo	A	Posseiro
	Lago Verde	24/07/2002	Raimundo Nonato Rocha	A	Posseiro
	Lago Verde	24/07/2002	Valdecir Fidalgo da Silva	A	Posseiro
	Magalhães de Almeida	03/05/2002	Darildo Marques da Costa	A	Liderança
	Magalhães de Almeida	03/05/2002	Pe.Isaque Marques da Costa	A	Religioso
	Magalhães de Almeida	03/05/2002	Valdir Sanches	A	Liderança
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	Antonio Francisco	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	Filho de Maria de Fátima 1	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	Filho de Maria de Fátima 2	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	Filho de Maria Helena 1	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	Filho de Maria Helena 2	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	Filho de Maria Helena 3	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	Filho de Maria Helena 4	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	José Luís Águido Pinto	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	Maria de Fátima	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	13/07/2002	Maria Helena	A	Posseiro
	São Mateus do Maranhão	23/10/2002	Antonia Calixto de Carvalho	A	Agente pastoral
	São Mateus do Maranhão	23/10/2002	Chico Piauí	A	Agente pastoral
	São Mateus do Maranhão	23/10/2002	Irmã Aleandra Lemos	A	Religioso
	São Mateus do Maranhão	23/10/2002	Irmã Naide	A	Religioso
	São Mateus do Maranhão	23/10/2002	José Daniel de Sousa	A	Agente pastoral
	São Mateus do Maranhão	23/10/2002	Mons. Gastão Tazzoli	A	Religioso
	São Mateus do Maranhão	23/10/2002	Pe.Valdeci Mendes	A	Religioso
	São Mateus do Maranhão	23/10/2002	Pedro Albuquerque da Costa Marinho	A	Agente pastoral
	São Mateus do Maranhão	15/11/2002	Antonio Dandô	A	Presidente de STR
Subtotal:	32				
Mato Grosso					
	Chapada dos Guimarães	07/05/2002	Dulcelino de Pontes Silva	A	Liderança

Estado	Município	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Mato Grosso					
	Nova Mutum/Lucas do Rio Verde	29/01/2002	Nilfo Wandscheer	A	Presidente de STR
	Nova Mutum/Lucas do Rio Verde	29/01/2002	Sebastião Antunes Borges	A	Dirigente sindical
	Nova Ubiratã	06/02/2002	Elias Monteiro da Silva	A	Liderança
	Pontes e Lacerda	01/04/2002	Antonio João Cardoso Murtinho	A	Liderança
	Pontes e Lacerda	01/04/2002	Evair Donizete Mourão	A	Liderança
	Pontes e Lacerda	01/04/2002	José Ferreira Paiva	A	Dirigente sindical
Subtotal:	8				
Pará					
	Afuá	12/05/2002	Júlio Rodrigues Fernandes	60	Ribeirinho
	Afuá	30/11/2002	Maria do Carmo Santos Chagas	54	Posseiro
	Afuá	30/11/2002	Vangelina Chagas de Almeida	30	Liderança
	Afuá	30/11/2002	Virgílio Chagas de Almeida	35	Posseiro
	Afuá	01/12/2002	Alessandro Gallazzi	56	Agente pastoral
	Afuá	01/12/2002	Anna Maria Rizzante	47	Agente pastoral
	Afuá	01/12/2002	Manoel de Nazaré Oliveira da Silva	44	Dirigente sindical
	Afuá	01/12/2002	Maria Aldenir Santiago da Silva	50	Dirigente sindical
	Afuá	01/12/2002	Pe.Valentino Berlinghieri	64	Religioso
	Afuá	01/12/2002	Simão Nahum Barbosa	48	Liderança
	Água Azul do Norte	18/05/2002	Trabalhador da Fazenda Surucucu 1	A	Trabalhador Rural
	Água Azul do Norte	18/05/2002	Trabalhador da Fazenda Surucucu 2	A	Trabalhador Rural
	Altamira/Novo Progresso	06/07/2002	Bartolomeu Moraes da Silva, "Brasília" +	47	Dirigente sindical
	Altamira/Novo Progresso	21/07/2002	Maria de Fátima Romualdo da Silva Nunes	A	Liderança
	Baião	26/12/2002	Hilário Lopes Costa	A	Agente pastoral
	Baião	26/12/2002	Paulo Bispo	A	Liderança
	Baião	26/12/2002	Vitoriano Rosa de Oliveira	A	Liderança
	Bannach/Rio Maria	30/07/2002	Lourival Moraes de Lima	A	Posseiro
	Belém	15/08/2002	João Batista	A	Liderança
	Belém	15/08/2002	Maria dos Anjos	A	Liderança
	Belém	15/08/2002	Ulisses Manacás	A	Liderança
	Bujaru	13/07/2002	Maria José Cabral Marques	A	Posseiro
	Castanhal	14/11/2002	Cristiano de Jesus dos Santos Lopes	A	Liderança
	Castanhal	14/11/2002	Luiz Gonzaga	A	Liderança
	Castanhal	14/11/2002	Raimundo Nonato Coelho	A	Liderança
	Cumaru do Norte	10/10/2002	Elias Santos	A	Liderança
	Cumaru do Norte	10/10/2002	Veneranda Silva Santos	A	Liderança
	Curionópolis	24/05/2002	Oswaldo Araújo	A	Outros
	Curionópolis	24/05/2002	Valderes Tavares da Silva	A	Outros
	Curionópolis/Parauapebas	01/11/2002	Antonio Clênio Cunha Lemos +	36	Presidente de STR
	Curionópolis/Parauapebas	19/11/2002	João Lemos	A	Liderança
	Curionópolis/Parauapebas	19/11/2002	Luiz da Mata	A	Dirigente sindical
	Curionópolis/Parauapebas	19/11/2002	Raimundo Benigno	A	Liderança
	Eldorado dos Carajás	05/06/2002	Simão Pedro	A	Liderança
	Gurupá	02/08/2002	Agenor Ramos Pombo	A	Liderança
	Gurupá	02/08/2002	José Vagner Primavera Pinto	A	Dirigente sindical
	Gurupá	02/08/2002	Manoel Francisco de Matos	A	Político
	Gurupá	02/08/2002	Manuel Pantoja da Costa (Fase)	A	Liderança
	Gurupá	02/08/2002	Pedro Alves Vieira (Fase)	A	Liderança
	Ititua	27/06/2002	Arlison Campos, "Neném"	A	Liderança
	Ititua	27/06/2002	Raimundo Nonato dos Santos, "Índio"	A	Liderança
	Marabá	24/08/2002	Antonio Marques de Oliveira	A	Sem - terra
	Marabá	24/08/2002	Francisco de Jesus, "Grande"	A	Sem - terra
	Marabá	24/08/2002	Jurandir Alves Feitosa	A	Sem - terra
	Marabá	24/08/2002	Sebastião Rodrigues de Castro, "Tião"	A	Liderança

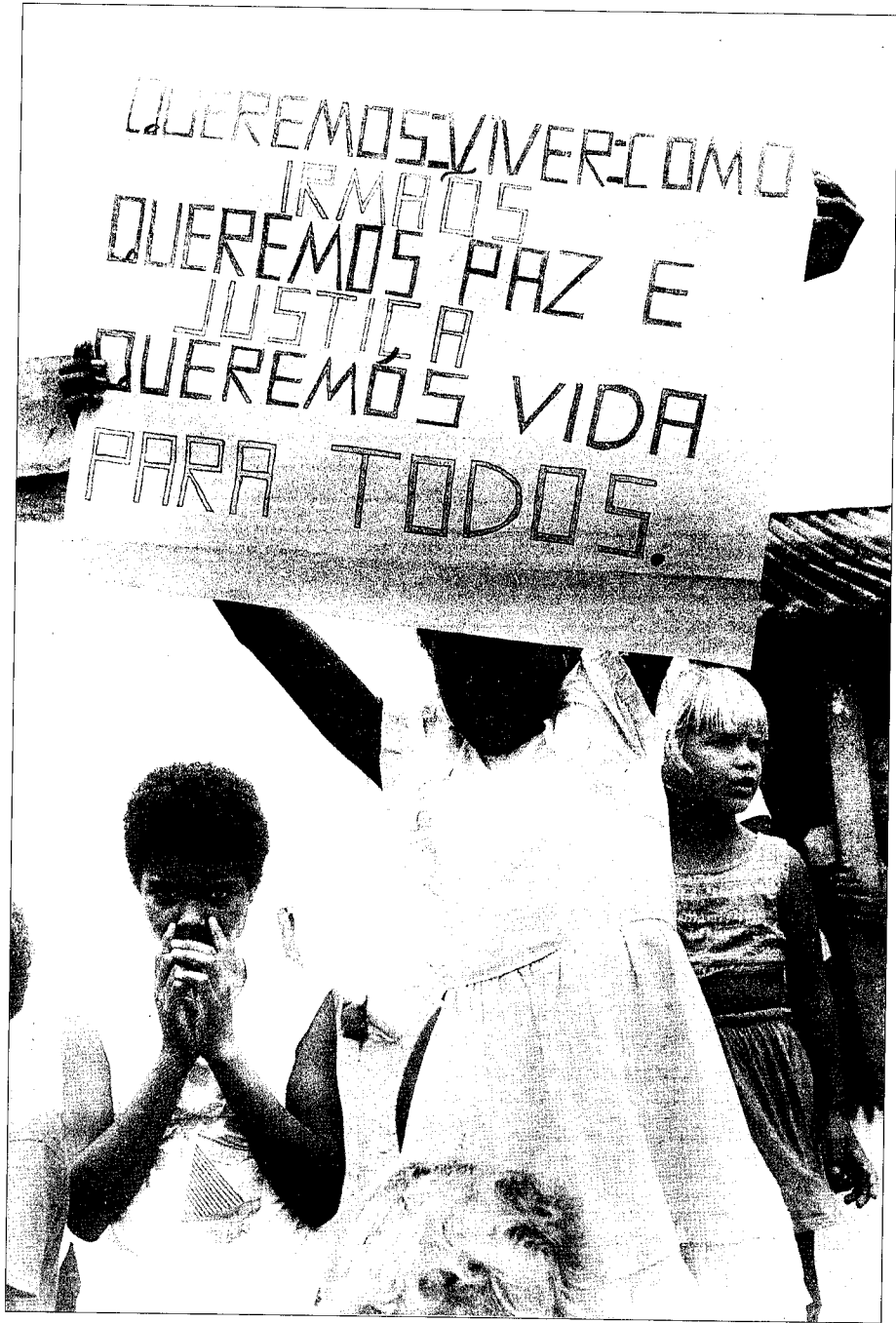
Estado	Município	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Pará					
	Marabá	30/12/2002	Edinaldo Campos Lima	22	Outros
	Marabá/Itupiranga	25/07/2002	Trabalhador da Fazenda Parazinho	A	Trabalhador Rural
	Marabá/Itupiranga	01/01/2002	Antônio Gomes	A	Dirigente sindical
	Marabá/Itupiranga	01/01/2002	Sebastião Alves de Souza	A	Presidente de STR
	Moju	11/11/2002	Antonio Nunes	32	Posseiro
	Nova Ipxuna	03/08/2002	José Cláudio Ribeiro da Silva	A	Dirigente sindical
	Novo Progresso	25/09/2002	Adriano Cabral da Silva	A	Trabalhador Rural
	Novo Progresso	25/09/2002	José Cabral da Silva	A	Trabalhador Rural
	Novo Repartimento-Marabá	19/10/2002	Fininho	A	Sem - terra
	Novo Repartimento-Marabá	19/10/2002	Senhorzinho	A	Sem - terra
	Novo Repartimento-Marabá	19/10/2002	Zezão	A	Sem - terra
	Parauapebas	15/08/2002	Antônio Rodrigues da Silva, "Doutor"	A	Dirigente sindical
	Piçarra	25/09/2002	Rui Gomes Ferreira	A	Liderança
	Piçarra	09/10/2002	Otacílio Rodrigues de Jesus	A	Assentado
	Piçarra	09/10/2002	Pedro Filho Correa	17	Assentado
	Porto de Moz	21/09/2002	Cláudio Wilson S. Barbossa	A	Trabalhador Rural
	Porto de Moz	21/09/2002	Hely Soares Barbosa	A	Trabalhador Rural
	Porto de Moz	21/09/2002	Idalino Nunes de Assis	A	Trabalhador Rural
	Porto de Moz	21/09/2002	Letrícia Duarte	A	Trabalhador Rural
	Porto de Moz	21/09/2002	Maria Creusa Ribeiro	A	Trabalhador Rural
	Porto de Moz	21/09/2002	Maria do Socorro B. Soares	A	Trabalhador Rural
	Porto de Moz	21/09/2002	Pedro Maciel	A	Trabalhador Rural
	Porto de Moz	29/09/2002	Adernei Gemaque Leal	A	Agente pastoral
	Rio Maria	01/01/2002	Luzia Canuto	A	Liderança
	Rio Maria	01/01/2002	Orlando Canuto	A	Liderança
	Rondon do Pará	11/09/2002	José Soares de Brito	A	Dirigente sindical
	Rondon do Pará	11/09/2002	Maria Joel Dias Costa	A	Liderança
	Santana do Araguaia	30/12/2002	Carlos Cabral Pereira	A	Presidente de STR
	São Félix do Xingu	14/06/2002	Sem Terra da Fazenda Flor da Mata 2	A	Sem - terra
	São Félix do Xingu	14/06/2002	Sem Terra da Fazenda Flor da Mata 1	A	Sem - terra
	Tomé-Açu	30/12/2002	Josias Nascimento	A	Liderança
	Tomé-Açu	30/12/2002	Laércio Correia Ferreira	A	Liderança
	Xinguara/Sapucaia	02/04/2002	Cristiano Arantes e Silva	A	Outros
Subtotal:	78				
Paraíba					
	Itabaiana	29/06/2002	Almir Muniz da Silva	40	Liderança
	Itabaiana	01/08/2002	Francisco Moreira da Silva	A	Posseiro
	Itabaiana	01/08/2002	Francisco Moreira Filho	A	Posseiro
	Itabaiana	01/08/2002	Genildo Alves	A	Posseiro
	Itabaiana	01/08/2002	Moacir Muniz da Cruz	A	Posseiro
	Itabaiana	01/08/2002	Pedro Muniz da Silva	A	Posseiro
	Itabaiana	01/08/2002	Severino Inácio Ferreira da Silva	A	Posseiro
	João Pessoa	18/06/2002	Frei Anastácio Ribeiro	A	Político
	João Pessoa	23/08/2002	Pe. Luiz Couto	A	Político
	Mari	24/09/2002	Edivaldo Martins	A	Liderança
	Santa Rita	13/06/2002	Ivanildo Soares	A	Posseiro
	Santa Rita	13/06/2002	José Gomes	A	Posseiro
	Santa Rita	13/06/2002	Josias Pereira Nunes	A	Posseiro
Subtotal:	13				
Paraná					
	Guaratuba	27/11/2002	João Alberto Inácio Júnior	A	Posseiro
	Guaratuba	27/11/2002	Mário Rita	A	Posseiro
Subtotal:	2				

Estado	Município	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Pernambuco					
	Aliança	08/01/2002	Severino Luiz da Silva	22	Trabalhador Rural
	Jaboatão	18/01/2002	Paulo Mesquita	A	Dirigente sindical
	São Lourenço da Mata/Paudalho	03/01/2002	Jailson José de Andrade	21	Posseiro
	São Lourenço da Mata/Paudalho	03/01/2002	Leandro José de Souza da Silva	18	Posseiro
Subtotal:	4				
Piauí					
	Buriti dos Lopes	13/07/2002	Juvenal Peres	A	Liderança
	Buriti dos Lopes	13/07/2002	Pe. Carlos Seixas Alberto de Aquino	A	Religioso
	Buriti dos Lopes	13/07/2002	Trabalhador rural não identificado 1	A	Trabalhador Rural
	Buriti dos Lopes	13/07/2002	Trabalhador rural não identificado 2	A	Trabalhador Rural
	Luís Correia	15/04/2002	Francisco Martins Pereira	A	Posseiro
	Luís Correia	15/04/2002	João Cassiano	A	Posseiro
	Luís Correia	15/04/2002	Manuel Raimundo Reis de Araújo	A	Posseiro
	Luís Correia	15/04/2002	Paulo César Soares Freitas	A	Liderança
	Luís Correia	15/04/2002	Paulo Eneudo Fernandes	A	Posseiro
	Luís Correia	15/04/2002	Pe. Ladislau João da Silva	A	Religioso
	Luís Correia	15/04/2002	Valdenir Pereira da Silva	A	Presidente de STR
	Miguel Alves	07/02/2002	Venceslau Gomes da Silva	52	Assentado
	Miguel Alves	27/02/2002	Antonio do Nascimento Silva	36	Assentado
	Piripiri	26/02/2002	Antonio Alves de Assunção	49	Liderança
	Piripiri	26/02/2002	Moacir	A	Liderança
	Porto	15/05/2002	Antonio Araújo de Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Antonio Carlos de Moraes	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Antonio de Oliveira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Antonio Domingos da Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Antonio Domingos Gomes Almeida	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Antonio Gonçalves do Carmo	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Antonio Manoel Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Antonio Pereira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Antonio Santana da Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Bernardo Marques Damasceno	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Bernardo Menes	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Cícero Vidal da Costa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Delson Pereira da Costa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Domingos Alves da Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Feliciano Ferreira Chaves	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisca da Silva Pereira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco Alves Mergelino	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco das Chagas Brito	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco das Chagas Oliveira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco das Chagas Vaz	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco de Assis Oliveira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco de Assis Silva Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco Dias dos Santos	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco José de Sousa Filho	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco Machado da Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco Pontes de Oliveira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco Rodrigues	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Francisco Sebastião Sousa Santos	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Genivaldo Nunes Castelo Branco	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Geraldo Alves Mergelino	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Gilcélio Chaves	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Ilédio Gomes de Oliveira	A	Posseiro

Estado	Município	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Piauí					
	Porto	15/05/2002	Inácio Polino	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Iraci Sousa Maurão	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Imar Nunes Rodrigues	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	João Batista da Conceição	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	João Batista Nunes Castelo Branco	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	João Dias Santos	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	João Pereira de Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Alves Mergelino	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Bento de Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José da Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José de Sousa Cardoso	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Dias do Nascimento	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José dos Santos de Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Ferreira Chaves	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Ferreira de Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Irinato de Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Luís de Sousa Oliveira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Nunes Rodrigues	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Oliveira Mariano de Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Renato Carvalho Martins	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Roberto Chaves	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	José Sousa Chaves	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Laerte Moraes Oliveira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Lestiano Moraes Oliveira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Luís Nobre	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Luís Roberto Alves Mergelino	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Manoel Alves da Costa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Manoel de Fátima Oliveira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Manoel Gomes Almeida	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Manoel Pinheiro Rodrigues	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Manoel Rodrigues Castelo Branco	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Marcelino Alves Costa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Marcelino Pontes de Oliveira	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Maria de Lourdes Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Maria do Socorro Sousa Chaves	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Maria Ivanilde Silva Araújo	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Nelma Gomes da Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Neuton Pereira Costa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Osmar Sousa Chaves	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Pedro Alves de Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Pedro Araújo	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Pedro Ferreira Chaves	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Pedro Rosa do Nascimento	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Raimunda Geci Costa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Raimundo Correia da Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Raimundo Ferreira de Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Raimundo Medeira Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Raimundo Nonato da Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Raimundo Nonato da Silva Filho	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Raimundo Nonato de Sousa Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Raimundo Nonato Vaz da Silva	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Raimundo Nonato Ventura Sousa	A	Posseiro
	Porto	15/05/2002	Wilsomar Araújo	A	Posseiro

Estado	Município	Data	Nome da Vítima	Idade	Categoria
Piauí					
Subtotal:	100				
São Paulo					
	Iaras/Tietê	27/01/2002	Gonçalo Laurindo dos Santos, "Indio"	36	Sem - terra
	Rosana	09/04/2002	José Rainha Júnior	40	Liderança
Subtotal:	2				
TOTAL :	245				

Fonte: Setor de Documentação Comissão Pastoral da Terra.



Violência contra a pessoa: detalhamento

Região/Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
Centro-Oeste		
Goiás		
	Intimidação	1
	Tentativa de Assassinato	1
Mato Grosso		
	Agressão	1
	Ameaça de morte	7
	Ameaça de Prisão	1
	Assassinato	2
	Intimidação	6
	Prisão	11
	Tentativa de Assassinato	4
Norte		
Acre		
	Ameaça de morte	1
Pará		
	Agressão	9
	Ameaça de morte	78
	Ameaça de Prisão	1
	Assassinato	20
	Ferimento em consequência de conflito	6
	Humilhação	1
	Intimidação	14
	Morte em consequência (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças)	7
	Prisão	49
	Seqüestro	1
	Tentativa de Assassinato	8
	Tortura	5
Rondônia		
	Agressão	1
	Assassinato	4
	Intimidação	2
	Morte em consequência (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças)	1
	Prisão	14
	Tentativa de Assassinato	3
Tocantins		
	Ameaça de Prisão	15
	Prisão	1
Nordeste		
Alagoas		
	Ameaça de morte	3
	Assassinato	2
	Ferimento em consequência de conflito	3
Bahia		
	Agressão	4
	Assassinato	2
	Prisão	4

Região/Estado	Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
Nordeste		
Maranhão		
	Tentativa de Assassinato	6
	Agressão	4
	Ameaça de morte	32
	Ameaça de Prisão	2
	Humilhação	1
	Prisão	2
	Tentativa de Assassinato	1
	Tortura	5
Paraíba		
	Agressão	1
	Ameaça de morte	13
	Ferimento em consequência de conflito	3
	Prisão	8
	Seqüestro	1
	Tentativa de Assassinato	6
	Tortura	8
Pernambuco		
	Ameaça de morte	4
	Ameaça de Prisão	3
	Assassinato	3
	Ferimento em consequência de conflito	2
	Morte em consequência (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças)	1
	Prisão	2
	Tortura	1
Piauí		
	Ameaça de morte	100
	Assassinato	3
	Tentativa de Assassinato	3
Sudeste		
Espírito Santo		
	Agressão	2
	Ameaça de morte	2
	Assassinato	6
	Prisão	3
Minas Gerais		
	Assassinato	1
	Ferimento em consequência de conflito	1
	Intimidação	2
	Prisão	21
	Tentativa de Assassinato	3
São Paulo		
	Agressão	1
	Ameaça de morte	2
	Ameaça de Prisão	6
	Ferimento em consequência de conflito	1
	Intimidação	1
	Prisão	16
	Seqüestro	1
	Tentativa de Assassinato	1
	Tortura	1
Sul		

Região / Estado		Descrição do Tipo de Violência	Vítimas
Paraná			
	Agressão		1
Sul			
Paraná			
	Ameaça de morte		2
	Prisão		27
Rio Grande do Sul			
	Ameaça de Prisão		26
	Ferimento em consequência de conflito		4

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra

FOTO: PAULO FRANKEN ZH



Violência contra a pessoa

Região/ Estado	Nº de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassi- natos	Tentativas de Assassinato	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Tortu- rados	Agredidos Fisicamente	Presos	Ameaçados de Prisão	Feridos
Centro Oeste											
DF											
GO	25	19680		1							
MS	22	17181									
MT	60	48052	2	4		7		1	11	1	
Subtotal:	107	84913	2	5		7	0	1	11	1	0
Norte											
AC	3	2550				1					
AM	1	150									
AP	9	960									
PA	227	91352	20	8	7	78	5	9	49	1	6
RO	33	32895	4	3	1			1	14		
TO	13	1732							1	15	
Subtotal:	286	129639	24	11	8	79	5	10	64	16	6
Nordeste											
AL	39	27380	2			3					3
BA	42	5491	2	6				4	4		
CE	15	10625									
MA	85	20900		1		32	5	4	2	2	
PB	24	8585		6		13	8	1	8		3
PE	70	31470	3		1	4	1	2	2	3	
PI	23	3802	3	3		100					
RN	5	5550									
SE	5	9000									
Subtotal:	308	122803	10	16		152	14	11	16	5	6
Sul											
PR	12	2580				2		1	27		
RS	31	10950								26	4
SC	8	3150									
Subtotal:	51	16680	0			2		1	27		4
Sudeste											
ES	12	11200	6			2		2	3		
MG	95	41417	1	3					21		1
RI	14	7730									
SP	52	29895		1		2	1	1	16	6	1
Subtotal:	173	90242	7	4		4	1	3	40	6	2
Total	925	444277	43	36	8	244	20	26	158	28	18

Fonte: Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra

Esta tabela é constituída a partir do número de pessoas que sofreram violência nas Situações de Conflitos por Terra, Seca, Água, Trabalhista e Garimpo.

Manifestações de luta: uma forma de efetivação do direito e da democracia

Jelson Oliveira

Secretário Executivo CPT-PR

A luta pelo cumprimento dos direitos dos pobres e excluídos da sociedade passa e sempre passou pelos movimentos reivindicatórios, como reflexo do processo histórico de construção do protagonismo de indivíduos e grupos antes isolados e que se tornam parte do cenário político e social a partir da sua organização (requisito básico para o exercício do protagonismo político). A própria evolução histórica do conceito de direitos humanos está rodeada pela luta e pelo conflito de interesses, guardando uma relação dialética com várias circunstâncias históricas, no sentido de conquistas progressivas de condições para sua implementação. Conforme Norberto Bobbio, os direitos humanos são antes de tudo, direitos históricos: “os direitos humanos, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes e nascidos de modo gradual, não de uma vez e nem de vez por todas”¹. Assim, os direitos não são algo dado socialmente e com o qual pode uma sociedade conformar-se porque nunca — ou raramente — ele está garantido para todos e ele sempre pode sofrer algum tipo de recuo. Como parte da história, pertencem à lacuna e ao acidental da história, aos abalos e surpresas da história. Os direitos nascem fora da linearidade,

mas juncados no entorno de uma força sempre presente: uma força histórica que nasce às margens da história oficial, de um lugar onde ninguém imaginaria poder brotar algo de bom (não é esta, justamente, a mensagem cristã da encarnação de Deus? E na tradição da CPT, o que é protagonismo, se não fabricar uma história paralela, legitimada na força dos pequenos que assumem o seu papel na construção da história?). Assim, olhar as mobilizações de luta dos pobres da terra é tomar o ponto de vista daqueles que “sofrem a história e não daqueles que a fazem”, parafraseando Albert Camus.

Se reconhecemos que os direitos são resultado da história (dos vácuos da história), isto significa reconhecer também que eles são resultado das transformações históricas provocadas pela ascensão de novos movimentos reivindicatórios. No caso brasileiro, a gradual efetivação do direito à terra, conquistada duramente pela longa temporada sob a lona preta e pelas inúmeras marchas que cruzam o país de ponta a ponta, é um claro exemplo da eficácia da mobilização reivindicatória para a conquista do direito e da democracia.

Ao Estado cabe o reconhecimento da legitimidade das ações reivindicatórias e a proteção deste, que é um dos direitos humanos, que deve ser ratificado não apenas diplomaticamente

nos documentos oficiais, mas sobretudo cotidianamente, na ação individual ou coletiva dos cidadãos. O que ocorre, entretanto, é que o Estado brasileiro dos últimos anos tem se mostrado incapaz de absorver esses movimentos como parte do exercício democrático e, conseqüentemente, tem criado estruturas de poder repressivas, fazendo uso da violência física, do impedimento legal e de sanções morais públicas, alardeadas com o amparo dos meios de comunicação de massa. O Estado, assim, transforma os direitos humanos em meros enunciados estilísticos. E as manifestações de luta, não raras vezes, acabam em violência, sangue e morte dos pobres que “se atrevem” a gritar pelos seus direitos, em nome da manutenção de uma pretensa ordem, baluarte de uma elite que se nega a abrir mão de seus privilégios linearmente montados na história que eles mesmos fabricam.

Conclui-se, portanto, que o berço dos direitos é sempre uma luta pelo seu reconhecimento, principalmente das classes excluídas ou mesmo de indivíduos que sofrem ameaças ou são vítimas diretas do exercício coercitivo e violento do poder de outrem, seja o Estado por intermédio da polícia, seja o latifúndio, por meio de seus serviços. Direito é demanda de direito, portanto. Cidadania é exercício de cidadania. Democracia é reivindicação de democracia. E tudo isso é o caminho

para a conquista dos direitos fundamentais dos pobres, que passam a ser protagonistas de sua própria história.

Por esses motivos, desde 1998 a CPT vem registrando as manifestações de luta. É uma forma de mostrar a imensa mobilização popular que se mantém na base das lutas reivindicatórias do povo do campo. Mesmo em momentos de cerco à luta pela terra, com a criminalização das ocupações, a perseguição às lideranças e a asfixia econômica, que criaram obstáculos às ações concretas de luta dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, esses números são o reflexo do corpo social que continua pulsando nos campos do país. Quando muitos identificam o recuo ou um certo cansaço da luta camponesa, os números da CPT mostram um vigor que fere a solenidade das leis e das armas bem montadas pelo Estado para impedir a luta reivindicatória. As manifestações de luta são o reflexo do movimento ininterrupto e da respiração ofegante de homens e mulheres que continuam organizados contra a emergência do aparato judicial que pretende embriagar e dividir, agredir e interromper a luta social. Bloqueio de estradas e agências bancárias, caminhadas, marchas, ocupações e acampamentos em pré-

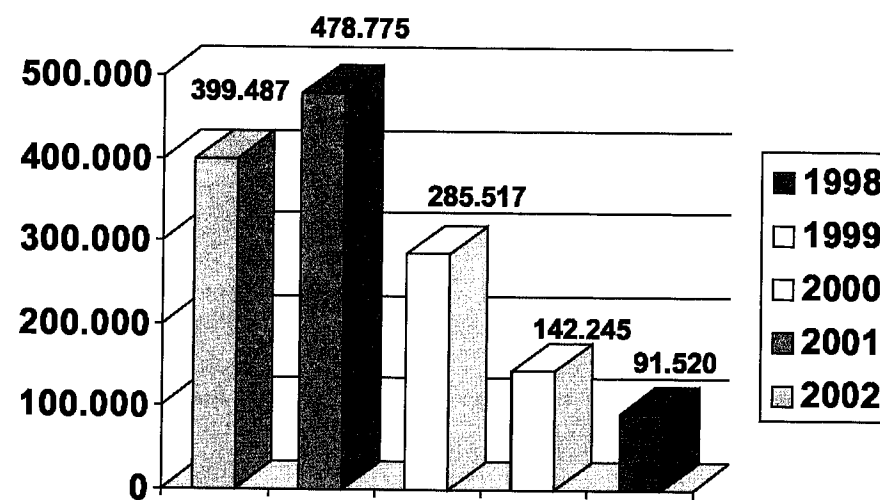
dios e praças públicas, atos ecumênicos, vigílias, romarias e o velho-novo saque, são formas reivindicatórias de exercício da cidadania dos pobres do campo e demonstração de sua potência.

O exemplo característico é o ano de 2001. Justamente no ano em que se identificou de forma mais bruta e consensual a “judicialização” da luta agrária, as manifestações populares alcançaram o seu auge — 493 eventos, envolvendo 478.775 pessoas. Os números mostram mesmo uma ascensão da capacidade de mobilização dos movimentos sociais: saltando de 91.520 pessoas mobilizadas em 127 eventos no ano de 1998 para 399.487 em 382 manifestações no ano de 2002.

Alguns Estados têm se destacado anualmente pelo número de pessoas mobilizadas. Se somarmos os dados dos últimos três anos (2000-2002), 165.186 pessoas participaram de mobilizações no Rio Grande do Sul (muitas delas com reivindicações ligadas à luta da agricultura familiar, demonstrando a capacidade de mobilização do Movimento de Pequenos Agricultores e da Fetraf-sul nesse Estado); o Pará aparece como o segundo Estado, com 112.934 pessoas mobilizadas, seguido do Paraná, com 109.040 pessoas.

Em relação a 2002, o Rio Grande do Sul, não fugindo à regra, aparece com 66 manifestações de luta, reunindo 75.920 pessoas (o que representa 18,99% das pessoas mobilizadas em todo o Brasil no mesmo ano). Entre essas mobilizações destacam-se 36 ações realizadas pelos movimentos ligados à agricultura familiar (MPA, Fetraf e Fetag), que se mobilizaram em torno da luta pelo preço do leite, renegociação das dívidas e liberação de crédito. O Pará aparece como o segundo Estado em número de pessoas mobilizadas (36.574), tendo realizado 15 ações, a maior delas ligada ao movimento reivindicatório dos garimpeiros de Serra Pelada, reunindo 20 mil pessoas em Curionópolis. Em terceiro lugar, o Paraná aparece com 35.720 pessoas, com apenas 9 manifestações, o que se explica pela realização da Romaria da Terra que, sozinha, reuniu cerca de 30 mil pessoas.

Em termos de mobilização popular, de fato as Romarias da Terra têm se caracterizado como um dos maiores eventos do país. O aspecto constitutivo da Romaria, como uma celebração religiosa (e, como no Paraná, ecumênica) que reflete um estágio temporal e temático da luta dos camponeses e camponesas, reunindo trabalhadores/as rurais e urbanos, faz desta uma manifestação que traz a luta para o espaço sagrado, lidando com elementos simbólicos, históricos, culturais, antropológicos, teológicos e bíblicos que revivem as origens da própria CPT e as proveniências mais fundamentais da luta dos pobres da terra. Assim, a Romaria não se faz apenas uma manifestação de luta, mas traz “a luta para dentro da luta”, já que a festa e a esperança, a denúncia e o anúncio acendem nos corações dos romeiros/as o compromisso e a animação para as outras lutas em torno de pautas específicas. Nas palavras de Dom Orlando Dotti: “o tema da luta entra aqui com a conotação de reivin-



1. BOBBIO, Norberto, *A Era dos Direitos*, p. 5.

Manifestações de luta



dicação por direitos preteridos e como forma de pressão para conquistas sociais concretas". As Romarias da Terra são espaço de luta e de animação para a luta. Diferentemente de outras manifestações, nelas a CPT é a principal — senão a única — força convocatória. Reflexo de um serviço empreendido nesses quase 30 anos de caminhada da CPT. A CPT convida a partir da legitimidade de seu trabalho; o povo aceita porque aí encontra os motivos de sua própria esperança.

Não à toa, 2002 foi marcado pelo Seminário Nacional sobre as Romarias da Terra. De 16 a 18 de agosto, vários agentes e assessores da CPT se reuniram para trocar experiências a respeito da realização desse evento nos seus regionais. Nas suas diversas formas, "inserindo-se no tronco milenar da tradição bíblico-cristã", a Romaria da Terra se torna um reflexo das lutas reivindicatórias dos trabalhadores/as rurais brasileiros e passa, ano a ano, a despertar o interesse de mais pessoas. Nela, a luta ganha um teor sagrado, já que os

pequenos da terra sentem-se grandes com o conforto de Deus.

No ano 2002 foram realizadas no Brasil 11 Romarias (incluindo os Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí e Tocantins). No Rio Grande do Sul, a 25ª Romaria da Terra reuniu 35 mil pessoas em Sananduva; no Paraná, 30 mil pessoas celebraram a vida da juventude da roça, em Palmeira; em Minas Gerais, 20 mil participaram da 7ª Romaria da Terra e das Águas; e na Bahia, 12 mil foram a Bom Jesus da Lapa para a 25ª Romaria da Terra (para citar as 4 maiores Romarias de 2002). Se somarmos todos os números, as Romarias da Terra reuniram 129 mil pessoas no Brasil em 2002, o equivalente a 32,28% do número de pessoas mobilizadas durante este ano. Em 2001, foram 10 Romarias (incluindo a Romaria dos Mártires, realizada no Mato Grosso), reunindo 131.500 pessoas (27,46% do número total de pessoas mobilizadas neste ano). Alguns desses regionais realizam as

Romarias anualmente (alguns só bianualmente), entre eles o Rio Grande do Sul, o Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais aparecem anualmente com o maior número de participantes.

Vale destacar ainda que, além das Romarias da Terra, outros eventos como vigílias e atos ecumênicos e religiosos são registrados como manifestações de luta, comprovando a importância da mística e da espiritualidade da terra na explicitação das reivindicações do povo do campo, que caminha pelas ruas do país, ocupa os espaços desocupados, acampa em praças e prédios públicos, celebra e festeja, denuncia e propõe, como forma de exercer a sua cidadania e conquistar os seus direitos. Ao registrar esses dados, a CPT ouve o clamor que vem do campo e atualiza na história o grito dos/as camponeses/as (esses homens e mulheres que, mobilizados, são e fazem a história), mostrando que nenhuma ação está isolada, mas reflete um movimento constante, ascendente, solidário e cheio de esperança.



Manifestações de luta

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Acre						
	Plácido de Castro	Bloqueio da Rodovia AC-40	02-abr-02	200	Infra-estrutura	APRNE
	Rio Branco	Bloq.da Rod. Transacre-ana/Ass.Moreno Maia	11-set-02	60	Infra-estrutura	SI
	Rio Branco	Grito da Terra Brasil 2002	30-abr-02	2500	Cumprimento de acordos	Fetacre/CUT
Subtotal:	3			2760		
Alagoas						
	Arapiraca	Bloqueio da AL-220	14-abr-02	500	Regularização fundiária	MST
	Atalaia	Bloqueio da Várias Rodovias/Regularização Fundiária	19-jun-02	0	Desapropriação	MT/MST/CPT
	Atalaia	Ocupação por Desapro- ação/Us. Ouricuri	02-dez-02	100	Desapropriação	MST
	Chã Preta	Ocupação do Incra/Faz. Val Paraíso	07-mar-02	200	Desapropriação	MST
	Flexeiras	Bloqueio da AL-430/Faz. Papuan	12-abr-02	150	Desapropriação	MT
	Flexeiras	Bloqueio da AL-430/Faz. Papuan/Santa Luzia	05-jun-02	100	Desapropriação	MT
	Flexeiras	Protesto na BR-101 Km 78 a 75	23-jan-02	300	Desapropriação	MST
	Flexeiras e São Luiz do Quitunde	Bloqueio da Várias Rodovias/Regularização Fundiária	19-jun-02	0	Regularização fundiária	MT/MST/CPT
	Flexeiras/São Luís do Quitunde	Bloqueio da AL-430	06-jun-02	100	Desapropriação	MT
	Girau do Ponciano	Manifestação em frente ao Banco do Nordeste/Ass. Rendeira	09-jul-02	200	Liberação de crédito	SI
	Joaquim Gomes	Bloqueio da BR-101/Reivindicação por Alimentos	04-jul-02	0	Cesta básica	MST
	Joaquim Gomes	Bloqueios de Várias Rodovias/Regularização Fundiária	19-jun-02	3000	Regularização fundiária	MT/MST/CPT
	Joaquim Gomes	Manifestação na BR-101 Km 34/Serrana	19-mar-02	150	Desapropriação	MST
	Joaquim Gomes	Protesto na BR-101 Ponte do Rio Camaragibe/Serrana	11-jul-02	150	Regularização fundiária	MST
	Joaquim Gomes	Saque na BR-101	09-ago-02	200	Regularização fundiária	SI
	Maceió	Acampamento das Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	1000	Regularização fundiária	CPT/MT/MST
	Maceió	Acampamento em frente à Sede do Incra	21-mar-02	515	Regularização fundiária	CPT/MST
	Maceió	Acampamento na Praça da Faculdade	04-jul-02	400	Desapropriação	MLST
	Maceió	Acampamento no Ginásio de Esportes da UFAL	15-abr-02	0	Regularização fundiária	MST
	Maceió	Ato Público na frente do TRI	30-jul-02	0	Combate à injustiça e a violência	MST/MT/CPT
	Maceió	Bloqueio da AL-101/Acamp. Riacho Doce	01-nov-02	750	Cesta básica	MST

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Alagoas						
	Maceió	Bloqueio da Rua Sol e Melo Moraes	17-abr-02	200	Cumprimento de acordos	CPT/MT
	Maceió	Bloqueio na Frente do Supermercado Bompreço	25-abr-02	0	Cesta básica	MST
	Maceió	Bloqueio nas ruas do centro de Maceió	18-abr-02	0	Cumprimento de acordos	CPT/MT
	Maceió	Dia do Trabalhador Rural	24-jul-02	300	Regularização fundiária	MST/MT/CPT
	Maceió	Dia Internacional de Luta pela Terra	16-abr-02	800	Desapropriação	MST
	Maceió	Ocupação da Secretaria de Assistência Social	23-abr-02	0	Cesta básica	MST
	Maceió	Ocupação do Banco do Nordeste	18-abr-02	0	Liberação de crédito	MST
	Maceió	Ocupação do Incra	26-jul-02	0	Desapropriação	MST/MT/CPT
	Maceió	Protesto por Regularização Fundiária	01-jul-02	250	Regularização fundiária	MLST
	Maceió	Tentativa de Saque Supermercado Makro	17-abr-02	0	Cesta básica	CPT/MT
	Maceió	Vigília na Praça da Faculdade	29-jul-02	0	Regularização fundiária	MST/MT/CPT
	Maragogi	Bloqueio da AL101/Reivindicação para Vários Assentamentos	26-jul-02	0	Liberação de crédito	MT
	Messias	Ato Público na Frente da Usina Bititinga	15-abr-02	0	Desapropriação	MLST
	Messias	Bloqueio da Br-101/Acamp. Flor do Bosque	27-set-02	45	Regularização fundiária	MST/CPT
	Messias	Saque no Trevo do Tibúrcio	16-abr-02	0	Cesta básica	CPT/MT
	Murici	Bloqueio da Várias Rodovias/Regularização Fundiária	19-jun-02	0	Desapropriação	MT/MST/CPT
	Murici	Protesto na BR-104/Faz. Bota Velha/Mumbuca	22-mai-02	0	Regularização fundiária	CPT
	Novo Lino	Bloqueio da BR-101/Reivindicação por Alimentos	04-jul-02	0	Cesta básica	MST
	Novo Lino	Bloqueio da Várias Rodovias/Regularização Fundiária	19-jun-02	0	Desapropriação	MT/MST/CPT
	Novo Lino	Bloqueio na BR-101	05-jun-02	45	Desapropriação	MT
	Novo Lino	Bloqueio na BR-101/Usina Santo Antônio	06-jun-02	45	Desapropriação	MT
	Novo Lino	Bloqueio por Desapro- ação/Faz. Belo Horizonte	02-fev-02	200	Desapropriação	MT
	Novo Lino	Ocupação da Secretaria de Finanças	21-mai-02	100	Liberação de crédito	STR
	Novo Lino	Protesto contra Fome dos Acampados	11-mar-02	100	Cesta básica	MT
	Novo Lino	Saque BR-101/Faz. Belo Horizonte	11-jul-02	0	Cesta básica	MT
	Novo Lino	Saque na BR-101	05-jul-02	150	Regularização fundiária	MT
	Novo Lino	Saque na BR-101	14-out-02	350	Combate à injustiça e a violência	MTL
	Novo Lino/Messias	Bloqueio na BR-101	22-abr-02	800	Cumprimento de acordos	CPT/MT
	Olho D'Água das Flores	Bloqueio da Várias Rodovias/Regularização Fundiária	19-jun-02	0	Desapropriação	MT/MST/CPT
	Porto Calvo	Protesto em Frente ao Banco do Brasil	15-ago-02	500	Liberação de crédito	MST/MT/CPT
	Porto de Pedras	Protesto na BR-101/Faz. Santana	12-jun-02	2500	Desapropriação	MT

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Alagoas						
	Porto Real do Colégio	Protesto de Pequenos Agricultores	27-mai-02	2200	Renegociação de dívidas	SI
	São Luís do Quitunde	Bloqueio na AL-430	14-out-02	400	Combate à injustiça e a violência	MTL
	São Luís do Quitunde	Bloqueio pela Desap./Faz. Belo Horizonte/St. Luzia/Papuan	15-mai-02	800	Desapropriação	MT
	São Luís do Quitunde	Bloqueio por Desapro- ação/Faz. Papuã e Stª Luzia	02-abr-02	150	Desapropriação	MT
	São Miguel dos Campos	Bloqueio da BR-101	13-abr-02	1000	Direitos humanos	MST/CPT
	União dos Palmares	15ª Romaria da Terra	16-nov-02	10000	Direitos humanos	CPT
Subtotal:	58			28750		
Amapá						
	Laranjal do Jari	Ato Público/Parque do Tumucumaque	17-jun-02	146	Questões Ambientais	CPT/STR/Coema
	Macapá	Ato Público/Assentados	11-jun-02	90	Infra-estrutura	MAAP/CPT
	Oiapoque	Ato Público/Parque de Tumucumaque	21-jun-02	63	Questões Ambientais	CPT/STR/Coema
	Serra do Navio	Ato Público/Parque de Tumucumaque	19-jun-02	201	Questões Ambientais	CPT/STR/Coema
Subtotal:	4			500		
Amazonas						
	Barcelos	Protesto de Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	0	Direitos humanos	CPT/ANMTR
	Coari	Protesto de Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	0	Direitos humanos	CPT/ANMTR
	Itacoatiara	Ato Público/Com.Monte Cristo do Rio Arari	05-abr-02	110	Direitos humanos	CPT
	Itacoatiara	Protesto de Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	0	Direitos humanos	CPT/ANMTR
	Itapiranga	Protesto de Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	0	Direitos humanos	CPT/ANMTR
	Lábrea	Protesto de Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	0	Direitos humanos	CPT/ANMTR
	Manaus	Ato Público/Trabalhadoras Rurais	22-jul-02	110	Direitos humanos	CPT/ANMTR
	Maués	Protesto de Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	2100	Direitos humanos	CPT/ANMTR
	Parintins	Protesto de Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	0	Direitos humanos	CPT/ANMTR
	Tefé	Protesto de Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	0	Direitos humanos	CPT/ANMTR
Subtotal:	10			2320		
Bahia						
	Biritinga	Protesto pela Libertação de Trabalhador	20-ago-02	0	Outros	FETAG - BA
	Bom Jesus da Lapa	XXV Romaria da Terra e das Águas	07-jul-02	12000	Todos	MST/MAB/MPA/CETA/CPT
	Feira de Santana	Dia Internacional de Luta Campo/Marcha pela Reform	12-abr-02	1400	Combate à injustiça e a violência	MST/CETA
	Guaratinga	Vigília pela Libertação de Trabalhadores	28-ago-02	2000	Outros	MST
	Itabuna	Ato Público por Liberação de Recursos para Assentados	23-jul-02	200	Liberação de crédito	MST
	Itabuna	Manifestação por Recursos para Assentados	23-jul-02	200	Desapropriação	MST
	Itabuna	Passeata de Trabalhadores Rurais	30-abr-02	200	Liberação de crédito	CETA/MLT/FETAG
	Juazeiro	Bloqueio Ponte Presidente Dutra	20-mar-02	100	Liberação de crédito	MPA
	Juazeiro	Dia de Cidadania	04-abr-02	150	Combate à injustiça e a violência	MST
	Monte Santo	Ocupação da Sede da Prefeitura	04-jul-02	300	Liberação de crédito	STR

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Bahia						
	Salvador	Acampamento no Parque de Exposições	15-abr-02	1400	Combate à injustiça e a violência	MST e CETA
	Salvador	Ato Ecumênico em frente ao Fórum Ruy Barbosa	16-abr-02	800	Combate à injustiça e a violência	MST e CETA
	Salvador	Dia Internacional de Luta Contra Barragens	13-mar-02	450	Outros	MAB
	Salvador	Encontro Estadual do MST	23-jan-02	1300	Desapropriação	MST
	Ubaitaba	Protesto por Melhorias em Estradas	21-nov-02	0	Infra-estrutura	SI
Subtotal:	15			20500		
Ceará						
	Crateús	Protesto contra Medida Provisória Nº24	11-mar-02	500	Renegociação de dívidas	STR
	Crato	3ª Romaria das CEBs e CPT	22-set-02	3000	Outros	CPT/CEBs
	Crato	Grito da Terra Brasil 2002	06-mai-02	0	Liberação de crédito	Fetraece
	Crato/Juazeiro/Barbalha	Manifestação nas ruas de Crato/Juazeiro e Barbalha	06-mar-02	6000	Combate à injustiça e a violência	CPT/STR/Fetraece
	Fortaleza	Acampamento Nacional das Trabalhadoras Rurais Margarida Alves	08-mar-02	1500	Combate à injustiça e a violência	Fetraece/CPT/MST
	Fortaleza	Dia Nacional de Luta no Campo/Acamp em Frente ao Incra	28-mai-02	400	Desapropriação	CPT/MST/MPA
	Fortaleza	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	1500	Liberação de crédito	Fetraece
	Icó	Acampamento no Dnocs	10-jul-02	250	Infra-estrutura	MPA/CPT
	Nova Russas	Protesto contra Medida Provisória Nº24	11-mar-02	500	Renegociação de dívidas	STR
	Quixadá	Manifestação nas ruas de Quixadá	08-mar-02	0	Combate à injustiça e a violência	STR
	Santa Quitéria	Protesto contra Medida Provisória Nº24	11-mar-02	500	Renegociação de dívidas	STR
	Tamboril	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	500	Infra-estrutura	STR
	Tauá	Protesto contra Medida Provisória Nº24	11-mar-02	600	Renegociação de dívidas	STR
Subtotal:	13			15250		
Distrito Federal						
	Brasília	Acampamento Margarida Alves	06-mar-02	100	Transgênicos	MMTR
	Brasília	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	3500	Todos	Contag
	Brasília	Manifestação contra Aprovação dos Transgênicos	20-fev-02	40	Transgênicos	MST
	Brasília	Manifestação contra Aprovação dos Transgênicos	12-mar-02	50	Transgênicos	MST
	Brasília	Manifestação na Fazenda Larga	26-jul-02	100	Sem Informação	MST
	Brasília	Manifestação por Políticas Públicas	23-mai-02	4500	Todos	MMTR
Subtotal:	6			8290		
Espírito Santo						
	Aracruz	Ato de Resistência ao Deserto Verde	02-ago-02	700	Cumprimento de acordos	MST
	Vitória	Acampamento de Trabalhadoras Rurais na Praça do Papa	05-mar-02	300	Cumprimento de acordos	CPT/MPA/MST
	Vitória	Ato de Resistência ao Deserto Verde	13-ago-02	100	Cumprimento de acordos	MST
	Vitória	Ato Público pelo Dia Internacional da Mulher	08-mar-02	1500	Todos	MPA/CPT/MST

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Espírito Santo						
	Vitória	Marcha pela Agilização da Reforma Agrária	08-mar-02	1500	Cumprimento de acordos	CPT/MPA/MST
Subtotal:	5			4100		
Goiás						
	Aruanã	Protesto por Alimentos	29-nov-02	2500	Cesta básica	MST
	Aruanã	Protesto por Reforma Agrária	08-set-02	3000	Desapropriação	MST
	Crixás	Bloqueio da GO-336	08-jul-02	3000	Cesta básica	MST
	Crixás	Marcha por Alimentos/Acamp.Dom Roriz	02-abr-02	3000	Cesta básica	MST
	Crixás	Protesto por Alimentos	10-jul-02	3000	Cesta básica	MST
	Diorama/Arenópolis/Rio Verde	Bloqueio da GO-060	04-jul-02	800	Cesta básica	MST
	Goiânia	Acampamento na Praça do Trabalhador	20-mai-02	0	Desapropriação	MST/MAB/CPT
	Goiânia	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	1400	Desapropriação	MST/MAB/CPT
	Goiânia	Manifestação na frente do Incra	22-mai-02	0	Desapropriação	MST/MAB/CPT
	Goiânia	Mobilização em frente ao Palácio das Esmeraldas	22-mai-02	0	Liberação de crédito	MST/MAB/CPT
	Mossâmedes	Romaria dos Mártires	31-ago-02	5000	Combate à injustiça e a violência	CPT
	Piranhas	Marcha das Margaridas	08-mar-02	500	Questões trabalhistas	STR/CPT/PJR
Subtotal:	12			22200		
Maranhão						
	Alcântara	1ª Romaria dos Atingidos/Base Espacial	16-nov-02	6000	Cumprimento de acordos	CPT
	Bom Jardim	Ocupação do Incra/Faz.Rio dos Bois	06-mar-02	110	Desapropriação	Sem informação
	Itapecuru Mirim	Dia Nacional de Luta no Campo	17-abr-02	70	Combate à injustiça e a violência	MST
	Magalhães de Almeida	Ato Público/Faz.São Jorge	01-ago-02	0	Combate à injustiça e a violência	CPT/MST/CUT/Cáritas
	Pedreiras	Grito da Terra Brasil 2002	25-jul-02	3000	Desapropriação	Fetaema
	São Luís	Ato Público/Trabalhadores em Carvoarias	16-fev-02	47	Questões trabalhistas	CPT/Fetaema e Fórum Carajás
	São Luís	Marcha das Margaridas	08-mar-02	8000	Saúde	Fetaema/CPT/CUT/MST/SMDDH/STR'S
Subtotal:	7			17227		
Mato Grosso						
	Cáceres	Ato Público para Resistência na Terra	26-abr-02	5000	Desapropriação	MST
	Cáceres	Bloqueio da BR-070	03-abr-02	450	Cumprimento de acordos	CTRC/ CMTR
	Cáceres	Bloqueio da BR-070/Fazenda São Paulo	20-nov-02	200	Combate à injustiça e a violência	MST
	Cáceres	Vigília em frente à Cadeia Pública	04-ago-02	200	Combate à injustiça e a violência	MST
	Chapada dos Guimarães	Dia Internacional de Luta contra Barragens	11-mar-02	5000	Cumprimento de acordos	MAB
	Chapada dos Guimarães	Ocupação da Usina de Manso	28-mai-02	150	Cumprimento de acordos	MAB
	Cuiabá	Acampamento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	06-mar-02	0	Liberação de crédito	MST/MAB/MPA

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Mato Grosso						
	Cuiabá	Acampamento diante da Assembléia Legislativa	26-mar-02	700	Cumprimento de acordos	MAB
	Cuiabá	Acampamento diante do Incra	29-mai-02	250	Cumprimento de acordos	MAB
	Cuiabá	Acampamento diante do Incra	16-dez-02	350	Cumprimento de acordos	MTAA/MT
	Cuiabá	Acampamento diante do Incra/Pe. Ezequiel	16-dez-02	350	Desapropriação	MTAA/MT
	Cuiabá	Ato pela libertação de lideranças/Faz. S. Paulo	15-ago-02	200	Combate à injustiça e a violência	MST
	Cuiabá	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	350	Cumprimento de acordos	Contag/Fetagri-MT
	Cuiabá	Jornada Nacional de Lutas	23-mai-02	350	Cumprimento de acordos	MST
	Cuiabá	Marcha pelo Dia Internacional da Mulher	08-mar-02	800	Liberação de crédito	MST/MAB/MPA
	Cuiabá	Ocupação da Sede de Furnas	27-mai-02	150	Cumprimento de acordos	MAB
	Cuiabá	Ocupação do Incra/Abrol 2002	29-abr-02	500	Cumprimento de acordos	MST
	Cuiabá	Ocupação do Incra/Acampamento Pe. Ezequiel	05-ago-02	350	Desapropriação	MTAA/MT
	Cuiabá	Protesto contra a Usina de Manso	04-jun-02	250	Cumprimento de acordos	MAB
	Jaciara	Ocupação da Prefeitura de Jaciara	30-jul-02	150	Infra-estrutura	Dissidentes do MST
	Mirassol do Oeste	Bloqueio e saque na BR-174	29-jul-02	1200	Desapropriação	MST
	Mirassol do Oeste	Bloqueio e saque na BR-174	29-jul-02	1200	Desapropriação	MPA
	Mirassol do Oeste	Ocupação da Prefeitura de Mirassol D'Oeste	20-mai-02	320	Infra-estrutura	SI
	Nortelândia	Bloqueio da MT-240/Fazenda Barreirão	05-mar-02	2200	Desapropriação	ATR de Nortelândia
	Nova Olímpia	Ocupação da Prefeitura de Nova Olímpia/Faz. Monte Alegre	13-fev-02	0	Desapropriação	MST
	Pedra Preta	Acampamento diante do Incra/Pe. Ezequiel Ramin	19-nov-02	500	Desapropriação	MTAA/MT
	Pedra Preta	Ocupação da Prefeitura	29-out-02	350	Infra-estrutura	Dissidentes do MST
Subtotal:	27			21520		
Mato Grosso do Sul						
	Anastácio	Protesto na frente da Prefeitura	17-abr-02	0	Combate à injustiça e a violência	MST
	Aquidauana	Bloqueio da BR-262	17-abr-02	200	Combate à injustiça e a violência	MST
	Aquidauana	Protesto na frente do Fórum, da Prefeitura e do Banco do Brasil	17-abr-02	0	Combate à injustiça e a violência	MST
	Campo Grande	Acampamento no Ginásio Guanandizão	22-jul-02	1000	Infra-estrutura	MST
	Campo Grande	Dia Nacional de Luta no Campo	17-abr-02	73	Combate à injustiça e a violência	MST
	Campo Grande	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	1200	Desapropriação	Fetagri
	Campo Grande	Ocupação do Incra	23-jul-02	1000	Liberação de crédito	MST
	Dourados	Bloqueio da BR-463/Acamp.Curral de Arame	28-jun-02	1500	Desapropriação	MST

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Mato Grosso do Sul						
	Dourados	Protesto às Margens da BR463	17-abr-02	150	Combate à injustiça e a violência	MST
	Dourados	Protesto na frente da Agência dos Correios	27-mai-02	1200	Desapropriação	MST
	Iguatemi	Bloqueio da Rod.MS-386/Faz.Cachoeira Bonita	14-fev-02	450	Desapropriação	Fetagri
	Itaquiraí	Bloqueio da BR-163	17-abr-02	300	Combate à injustiça e a violência	MST
	Itaquiraí	Bloqueio da BR-163	20-jul-02	600	Desapropriação	MST
	Itaquiraí	Protesto na frente da Prefeitura	17-abr-02	0	Combate à injustiça e a violência	MST
	Nova Andradina	Bloqueio da BR-262/Faz.Teijn	23-jul-02	400	Desapropriação	Fetagri
	Ponta Porã	Ocupação do Banco do Brasil/Ass.Dorcelina Folador	14-mar-02	350	Liberação de crédito	MST
	Rio Brilhante	Acamp.na frente da Prefeitura/Faz.Engenho Novo/Ass.Sílvio Rodrigues	31-jan-02	50	Educação	MST
	Rio Brilhante	Bloqueio da BR-267	17-abr-02	700	Combate à injustiça e a violência	MST
	Sidrolândia	Protesto por Crédito Agrícola	27-set-02	30	Liberação de crédito	STR
Subtotal:	19			9203		
Minas Gerais						
	Águas Formosas	7ª Romaria das Águas e da Terra em Minas Gerais	04-ago-02	20000	Todos	CPT
	Arinos	Ocupação da Prefeitura 2002	03-jun-02	80	Infra-estrutura	MST
	Belo Horizonte	Ocupação da Feam	13-mar-02	300	Cumprimento de acordos	MAB
	Buritit	Marcha pela libertação dos líderes do MST	26-mar-02	150	Combate à injustiça e a violência	MST
	Buritit	Ocupação da Prefeitura 2002	10-jan-02	100	Cumprimento de acordos	MST
	Buritit/Brasília	Vigília diante do Ministério da Justiça	27-mar-02	90	Combate à injustiça e a violência	MST
	Diogo de Vasconcelos	Ocupação do Canteiro de Obras da usina de Fumaça	13-mar-02	150	Cumprimento de acordos	MAB
	Frei Inocência	Dia do Trabalhador Rural/Faz. Eldorado	25-jul-02	600	Desapropriação	MST
	Governador Valadares	Caminhada por Reforma Agrária Já	24-jul-02	700	Desapropriação	MST
	Governador Valadares	Dia do Trabalhador Rural 2002	25-jul-02	700	Desapropriação	MST
	Manhuaçu	Ato Público dos Pequenos Cafeicultores	25-jul-02	800	Renegociação de dívidas	Fetaemg/STRs da região de Manhuaçu
	Manhuaçu	Carreata de Pequenos Cafeicultores na BR-262	25-jul-02	800	Renegociação de dívidas	Fetaemg/STRs da região de Manhuaçu
	Montes Claros	Ocupação da Codevasf	23-mai-02	100	Desapropriação	LOC
	Pequi	Ato Público contra Perseguições/Faz. Brenha	02-set-02	120	Combate à injustiça e a violência	MST
	Ponte Nova	Protesto contra a Barragem de Baú	10-jul-02	80	Outros	MAB
	Uberlândia	Bloqueio da BR-497	25-abr-02	500	Desapropriação	MLST
	Uberlândia	Manifesto por Assentamento e Cestas Básicas	14-jun-02	400	Cumprimento de acordos	MST

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Minas Gerais						
Subtotal:	17			25670		
Pará						
	Altamira	Acampamento em frente ao Basa	13-mar-02	2000	Renegociação de dívidas	Fetagri-PA
	Ananindeua-Belém	Marcha por Justiça às Vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás	14-abr-02	900	Combate à injustiça e a violência	MPA
	Belém	Acampamento na Praça da Leitura	09-abr-02	1000	Cumprimento de acordos	MST
	Belém	Ato diante do Tribunal de Justiça do Pará	17-abr-02	5000	Combate à injustiça e a violência	MST/MPA
	Belém	Dia Nacional de Luta pela Terra	17-abr-02	5000	Combate à injustiça e a violência	MST/MPA
	Belém	Manifestação pelo Projeto Família Rural	22-abr-02	300	Educação	Contag/Fetagri/PA
	Belém	Manifesto por Verbas para a Educação	23-jul-02	60	Educação	MST
	Belém	Marcha pela Educação Rural	02-abr-02	100	Educação	GTE-PA/Fetagri/Fata/MEB
	Castanhal	Bloqueio da BR-316	23-jul-02	250	Infra-estrutura	Associação dos Moradores da Colônia Cupiúba
	Curionópolis/Parauapebas	Acampamento de Garimpeiros de Serra Pelada	19-mar-02	20000	Indenização	Coomigasp
	Eldorado dos Carajás	Ocupação da Prefeitura de Eldorado	30-abr-02	500	Infra-estrutura	Fetagri-PA
	Porto de Moz	Bloqueio do Rio Jaraucu	19-set-02	600	Cumprimento de acordos	CPT/Greenpeace
	São Félix do Xingu	Ocupação da Câmara Municipal/Projeto Casulo	23-mar-02	32	Cumprimento de acordos	Appruca/STR/Fetagri/CPT
	São Félix do Xingu/Xinguara	Bloqueio da Estrada de Acesso ao Projeto Casulo	26-ago-02	32	Cumprimento de acordos	STR de Xinguara/Fetagri/CPT
	Tucuruí	Bloqueio da PA-156 - Transcmetá	13-ago-02	800	Infra-estrutura	Freda/CPT/MST/STR
Subtotal:	15			36574		
Paraíba						
	Araçagi	Ocupação do Interpa/Ass. Tainha e Mulugunzinho	26-nov-02	150	Regularização fundiária	CPT
	Cabedelo	Protesto dos Sem Terrinha	21-out-02	350	Educação	MST
	Cajazeiras	IX Romaria da Terra e das Águas	27-jul-02	2500	Direitos humanos	CPT
	Itabaiana	Ocupação do Incra/Faz. Tanques	04-nov-02	70	Desapropriação	MST
	João Pessoa	14ª Romaria da Terra	19-out-02	15000	Renegociação de dívidas	CPT
	João Pessoa	Acampamento Margarida Alves	06-mar-02	150	Regularização fundiária	CPT/MST
	João Pessoa	Dia Internacional de Luta no Campo	17-abr-02	1800	Renegociação de dívidas	MST/CPT/FETAG
	João Pessoa	Ocupação da Sede do Incra/Eng. Palmeira	16-dez-02	600	Desapropriação	CPT
	João Pessoa	Ocupação do Incra/Faz. Bananeiras/Juazeiro/Boa Sorte	04-abr-02	50	Desapropriação	Fetag/CUT

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Paraíba						
	João Pessoa	Ocupação do Incra/Faz. Boa Sorte	15-jan-02	265	Infra-estrutura	Fetag
	João Pessoa	Ocupação do Interpa/Faz. Boa Sorte	04-fev-02	300	Desapropriação	MST
	João Pessoa	Protesto em Defesa da Terra	27-ago-02	600	Regularização fundiária	CPT
	Pitimbu	Ocupação do Incra/Eng. Palmeira	14-out-02	110	Desapropriação	CPT
Subtotal:	13			21945		
Paraná						
	Cascavel	II Acamp. Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	800	Todos	MMTR
	Curitiba	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	2000	Desapropriação	Fetaep/MST
	Diamante do Oeste	Protesto contra a Morosidade do Incra	17-ago-02	300	Cumprimento de acordos	MST
	Foz do Iguaçu	Bloqueio da Ponte da Amizade/Dia Int. Luta no Campo	17-abr-02	1000	Combate à injustiça e a violência	MST
	Laranjeiras do Sul	Bloqueio BR 277	21-mar-02	300	Transgênicos	MPA
	Palmeira	Bloqueio BR 277	05-ago-02	600	Outros	SI
	Palmeira	XVII Romaria da Terra	25-ago-02	30000	Todos	CPT/CNBB
	Rio Bonito do Iguaçu	Bloqueio BR 158	03-set-02	600	Cumprimento de acordos	MST
	São Jerônimo da Serra	Ocupação da Prefeitura / Assent. D. Helder Câmara	05-mar-02	120	Infra-estrutura	SI
Subtotal:	9			35720		
Pernambuco						
	Afogados da Ingazeira	Ocupação do INSS	22-jan-02	1000	Questões trabalhistas	Fetape
	Água Preta	Ocupação do Edifício Empresarial Center III	30-dez-02	40	Liberação de crédito	MST
	Arcoverde	Dia Nacional de Luta no Campo	17-abr-02	500	Regularização fundiária	MST
	Barreiros	Protesto nas ruas da Cidade	15-mai-02	400	Desapropriação	MTB
	Buenos Aires/Escada	Protesto por Indenização	16-dez-02	43	Indenização	MST
	Caruaru	Protesto Contra Exclusão de Agric. na Previdência	02-abr-02	366	Questões trabalhistas	Fetape
	Glória do Goitá	Protesto contra Violência	22-ago-02	1500	Combate à injustiça e a violência	Fetape
	Gravatá	Ocupação da Prefeitura	05-jun-02	100	Infra-estrutura	MST
	Itambé	Ocupação da Prefeitura/Engenho São Vicente	12-mai-02	500	Cesta básica	MST
	Lagoa Grande	Protesto contra Falhas na Pol. de Assen/Ass. Alto da Areia	29-nov-02	600	Infra-estrutura	MST
	Petrolina	Protesto Contra Exclusão de Agric. da Previdência	02-abr-02	368	Questões trabalhistas	Fetape
	Petrolina	Protesto Contra Falhas na Política de Reforma Agrária	06-mai-02	400	Desapropriação	MST/CPT
	Recife	Dia Nacional de Luta no Campo-Marcha	17-abr-02	1300	Regularização fundiária	MT/MST/CPT
	Recife	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	500	Assistência técnica	Fetape
	Recife	Manifestação dos Sem Terrinha	10-out-02	2500	Infra-estrutura	MST/CPT
	Recife	Manifestação na Frente da CPRH	23-mai-02	600	Assistência técnica	Fetape
	Recife	Ocupação da Sede da Secretária de Produção Rural	04-fev-02	500	Liberação de crédito	MST

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Paraíba						
	João Pessoa	Ocupação do Incra/Faz. Boa Sorte	15-jan-02	265	Infra-estrutura	Fetag
	João Pessoa	Ocupação do Interpa/Faz. Boa Sorte	04-fev-02	300	Desapropriação	MST
	João Pessoa	Protesto em Defesa da Terra	27-ago-02	600	Regularização fundiária	CPT
	Pitimbu	Ocupação do Incra/Eng. Palmeira	14-out-02	110	Desapropriação	CPT
Subtotal:	13			21945		
Paraná						
	Cascavel	II Acamp. Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais	08-mar-02	800	Todos	MMTR
	Curitiba	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	2000	Desapropriação	Fetaep/MST
	Diamante do Oeste	Protesto contra a Morosidade do Incra	17-ago-02	300	Cumprimento de acordos	MST
	Foz do Iguaçu	Bloqueio da Ponte da Amizade/Dia Int. Luta no Campo	17-abr-02	1000	Combate à injustiça e a violência	MST
	Laranjeiras do Sul	Bloqueio BR 277	21-mar-02	300	Transgênicos	MPA
	Palmeira	Bloqueio BR 277	05-ago-02	600	Outros	SI
	Palmeira	XVII Romaria da Terra	25-ago-02	30000	Todos	CPT/CNBB
	Rio Bonito do Iguaçu	Bloqueio BR 158	03-set-02	600	Cumprimento de acordos	MST
	São Jerônimo da Serra	Ocupação da Prefeitura / Assent. D. Helder Câmara	05-mar-02	120	Infra-estrutura	SI
Subtotal:	9			35720		
Pernambuco						
	Afogados da Ingazeira	Ocupação do INSS	22-jan-02	1000	Questões trabalhistas	Fetape
	Água Preta	Ocupação do Edifício Empresarial Center III	30-dez-02	40	Liberação de crédito	MST
	Arcoverde	Dia Nacional de Luta no Campo	17-abr-02	500	Regularização fundiária	MST
	Barreiros	Protesto nas ruas da Cidade	15-mai-02	400	Desapropriação	MTB
	Buenos Aires/Escada	Protesto por Indenização	16-dez-02	43	Indenização	MST
	Caruaru	Protesto Contra Exclusão de Agric. na Previdência	02-abr-02	366	Questões trabalhistas	Fetape
	Glória do Goitá	Protesto contra Violência	22-ago-02	1500	Combate à injustiça e a violência	Fetape
	Gravatá	Ocupação da Prefeitura	05-jun-02	100	Infra-estrutura	MST
	Itambé	Ocupação da Prefeitura/Engenho São Vicente	12-mai-02	500	Cesta básica	MST
	Lagoa Grande	Protesto contra Falhas na Pol. de Assen/Ass. Alto da Areia	29-nov-02	600	Infra-estrutura	MST
	Petrolina	Protesto Contra Exclusão de Agric. da Previdência	02-abr-02	368	Questões trabalhistas	Fetape
	Petrolina	Protesto Contra Falhas na Política de Reforma Agrária	06-mai-02	400	Desapropriação	MST/CPT
	Recife	Dia Nacional de Luta no Campo-Marcha	17-abr-02	1300	Regularização fundiária	MT/MST/CPT
	Recife	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	500	Assistência técnica	Fetape
	Recife	Manifestação dos Sem Terrinha	10-out-02	2500	Infra-estrutura	MST/CPT
	Recife	Manifestação na Frente da CPRH	23-mai-02	600	Assistência técnica	Fetape
	Recife	Ocupação da Sede da Secretária de Produção Rural	04-fev-02	500	Liberação de crédito	MST

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Pernambuco						
	Recife	Ocupação do Incra/Eng. São João	28-ago-02	150	Desapropriação	MST
	Recife	Protesto Contra Exclusão de Agríc. da Previdência	02-abr-02	366	Questões trabalhistas	Fetape
	Recife	Protesto Contra Falhas na Política de Reforma Agrária	06-mai-02	1500	Desapropriação	MST/CPT
	Recife	Protesto Contra Violência e Impunidade	27-jun-02	200	Combate à injustiça e a violência	SI
	Recife	Protesto no Incra/Us. Central Barreiros e Jaboatão	19-nov-02	300	Desapropriação	MTB
	Recife	Protesto por Bolsa Renda	13-ago-02	500	Direitos humanos	Fetape
	Sertânia	Acampamento no Sertão do Pajeú	25-jul-02	150	Desapropriação	CPT
Subtotal:	24			14383		
Piauí						
	Barras	Protesto de Pescadores	06-fev-02	0	Liberação de crédito	Sem informação
	Picos	Marcha contra a Corrupção e pela Vida	14-abr-02	500	Desapropriação	Fetag/CUT
	Porto	Ato Público/Fazenda Estanhado	04-jun-02	35	Desapropriação	CPT
	Teresina	Grito da Terra Brasil 2002	23-mai-02	600	Liberação de crédito	Fetag/CPT
	Teresina	Protesto em frente ao INSS	12-abr-02	300	Questões trabalhistas	Fetag
	União	Romaria da Terra	27-jul-02	6000	Combate à injustiça e a violência	CPT
Subtotal:	6			7435		
Rio de Janeiro						
	Conceição de Macabu	Bloqueio da Rodovia BR-101	25-jul-02	80	Desapropriação	MST
	Conceição do Macabu	Caminhada de Fé pela Terra/ Assentamento S. Domingos	28-abr-02	3500	Outros	MST/CPT/IECLB
	Rio das Ostras	Manifesto dos Acampados na Fazenda Cantagalo	15-jun-02	300	Combate à injustiça e a violência	MST
	Rio de Janeiro	Caminhada contra a Barragem de Itaocara	14-mar-02	300	Outros	MAB
	São Francisco do Itabapoana	Marcha pela Reforma Agrária	18-fev-02	250	Desapropriação	MST
Subtotal:	5			4430		
Rio Grande do Norte						
	Natal	Acampamento das Trabalhadoras Rurais	07-mar-02	100	Infra-estrutura	MST
	Natal	Dia Nacional de Luta pela Terra	17-abr-02	50	Desapropriação	MST
Subtotal:	2			150		
Rio Grande do Sul						
	Arroio do Ratos	Caminhada por Justiça - Dia Internacional de Luta no Campo	16-abr-02	0	Combate à injustiça e a violência	MST
	Arroio dos Ratos	Bloqueio de Rodovias - Dia Internacional de Luta no Campo	16-abr-02	250	Combate à injustiça e a violência	MST
	Bagé	Marcha contra a Impunidade - Acampamento do Passo do Neto	17-abr-02	550	Combate à injustiça e a violência	MST
	Bento Gonçalves	Caminhada por Política Agrícola - Marcha de Luta e Solidariedade	16-mai-02	0	Todos	MPA/MAB/MST/MMT R/PJR
	Capão do Leão	Ocupação Consulati - Protestos do Leite	21-mar-02	400	Preços	MAB/MST/MPA/PJR/MMTR

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Rio Grande do Sul						
	Carazinho	Acampamento da Seca - Protestos do Leite	19-mar-02	450	Preços	MAB/MST/MPA/PJR/MMTR
	Carazinho	Ocupação Usina da Parmalat - Protestos do Leite	19-mar-02	800	Preços	MAB/MST/MPA/PJR/MMTR
	Caxias do Sul	Protesto contra Alca e Transgênicos - Marcha de Luta e Solidariedade	17-mai-02	0	Todos	MPA/MAB/MST/MMT R/PJR
	Eldorado do Sul	Bloqueio BR 290 - Dia Internacional de Luta no Campo	17-abr-02	80	Combate à injustiça e a violência	MST
	Erechim	Protesto por Anistia das Dívidas do Custeio	14-mai-02	0	Renegociação de dívidas	Fetraf - Sul
	Herval	Ocupação da Prefeitura de Herval	12-ago-02	50	Infra-estrutura	MST
	Ijuí	Manifestação por Direitos Previdenciários	05-abr-02	500	Questões trabalhistas	FETAG
	Iraí	Acampamento por Anistia de Dívidas	06-mai-02	700	Renegociação de dívidas	Fetraf-Sul
	Iraí	Bloqueio da BR 386	08-mai-02	700	Renegociação de dívidas	Fetraf-Sul
	Jóia	Protesto contra os Transgênicos	25-fev-02	1000	Transgênicos	MST
	Jóia	Protesto por Infra-estrutura	03-dez-02	300	Infra-estrutura	MST
	Manoel Viana	Ocupação da Prefeitura de Manoel Viana	12-ago-02	100	Infra-estrutura	MST
	Marcelino Ramos	Bloqueio BR 153	07-mai-02	500	Renegociação de dívidas	Fetraf - Sul
	Marcelino Ramos	Bloqueio da BR 153	06-mai-02	500	Renegociação de dívidas	Fetraf - Sul
	Nonoai	Acampamento por Anistia de Dívidas	06-mai-02	200	Renegociação de dívidas	Fetraf-Sul
	Nonoai	Bloqueio RST 480	07-mai-02	200	Outros	Fetraf - Sul
	Palmeira das Missões	Ocupação da Prefeitura de Palmeira das Missões	15-ago-02	0	Saúde	MMTR
	Passo Fundo	Manifestação por Direitos Previdenciários	04-abr-02	100	Questões trabalhistas	FETAG
	Pelotas	Manif. por Liberação de Recursos Pronaf C	11-nov-02	0	Liberação de crédito	MPA
	Pelotas	Manifestação por Direitos Previdenciários	03-abr-02	600	Questões trabalhistas	FETAG
	Pelotas	Vigília pela Ampliação do PRONAF C	24-jun-02	120	Desapropriação	Fetraf - Sul
	Pinhal da Serra	Bloqueio da Entrada da Usina Barra Grande	15-mar-02	1000	Reassentamento	MAB
	Pinhal da Serra	Protesto contra a Construção da Usina Barra Grande	12-mar-02	1000	Reassentamento	MAB
	Porto Alegre	Acampamento ao Lado do Incra	22-jan-02	400	Desapropriação	MST
	Porto Alegre	Acampamento contra Barragens	12-mar-02	400	Indenização	MAB
	Porto Alegre	Acampamento em Frente ao Banco Central - Marcha de Luta e Solidariedade	20-mai-02	0	Todos	MPA/MAB/MST/MMT R/PJR
	Porto Alegre	Acampamento Margarida Alves	06-mar-02	1000	Todos	ANMTR/MST
	Porto Alegre	Acampamento no Pátio do Incra	24-jul-02	250	Regularização fundiária	MST
	Porto Alegre	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	4000	Liberação de crédito	Contag/Fetag/MST
	Porto Alegre	Manifestação Durante a CPI do Leite	10-jul-02	400	Outros	Fetag

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Rio Grande do Sul						
	Porto Alegre	Manifestação pela Anistia das Dívidas do Custeio	03-abr-02	1000	Renegociação de dívidas	Fetraf - Sul
	Porto Alegre	Manifestação por Direitos Previdenciários	02-abr-02	6000	Questões trabalhistas	FETAG
	Porto Alegre	Manifestação por Liberação de Recursos	20-dez-02	200	Liberação de crédito	MST
	Porto Alegre	Manifestação pela Anistia das Dívidas do Custeio	04-abr-02	1000	Renegociação de dívidas	Fetraf - Sul
	Porto Alegre	Marcha de Luta e Solidariedade	16-mai-02	1000	Todos	MPA/MAB/MST/MMT R/PIR
	Porto Alegre	Ocupação da Sec. Est. Agricultura e Abastecimento	22-mai-02	0	Liberação de crédito	Fetag/Contag/MSTR
	Porto Alegre	Ocupação Delegacia Ministério Agricultura	19-mar-02	600	Incentivos fiscais à pequena produção	MST
	Porto Alegre	Ocupação Sede do Incra	26-mar-02	300	Desapropriação	MST
	Porto Alegre	Ocupação Usina da Parmalat - Protestos do Leite	20-mar-02	300	Preços	MPA/MAB/MST/PIR/MMTR
	Porto Alegre	Protesto em frente à Sema	22-mai-02	0	Liberação de crédito	Fetag/Contag/MSTR
	Porto Alegre	Protesto em frente ao Banco do Brasil	25-fev-02	300	Desapropriação	Fetraf-Sul
	Porto Alegre	Protesto pela Anistia das Dívidas do Custeio	15-mai-02	500	Renegociação de dívidas	Fetraf - Sul
	Porto Alegre	Protestos do Leite - Ocupação Delegacia Ministério da Agricultura	19-mar-02	600	Incentivos fiscais à pequena produção	MPA/MAB/MST/PIR/MMTR
	Porto Alegre	Vigília pela Ampliação do PRONAF C	24-jun-02	100	Desapropriação	Fetraf - Sul
	Ronda Alta	Bloqueio RS 324 - Fazenda Mattei	25-nov-02	500	Desapropriação	Sem informação
	Sananduva	Romaria da Terra 2002	12-fev-02	35000	Todos	CPT/CNBB
	Santa Cruz do Sul	Acampamento Parque Oktoberfest - Marcha de Luta e Solidariedade	16-mai-02	0	Todos	MPA/MAB/MST/MMT R/PIR
	Santa Cruz do Sul	Manifestação por Direitos Previdenciários	04-abr-02	500	Questões trabalhistas	FETAG
	Santa Rosa	Caminhada por Crédito contra a Estiagem	29-jul-02	1000	Renegociação de dívidas	Fetraf - Sul
	Santa Rosa	Manifestação por Crédito contra a Estiagem	28-fev-02	2600	Liberação de crédito	Fetraf - Sul
	Santa Rosa	Ocupação da Usina Elegê Alimentos - Protestos do Leite	19-mar-02	300	Preços	MAB/MST/MPA/PIR/MMTR
	Santo Ângelo	Acampamento contra a Alca	07-ago-02	70	Todos	MST/MPA
	São Borja	Protesto por Infra-estrutura para os Assentamentos	12-mar-02	70	Infra-estrutura	SI
	São Lourenço do Sul	Ocupação da Usina Elegê Alimentos - Protestos do Leite	19-mar-02	800	Preços	MAB/MST/MPA/PIR/MMTR
	Seberi	Bloqueio BR 386	24-jul-02	2000	Desapropriação	Fetraf - Sul
	Teutônia	Ocupação da Usina Elegê Alimentos - Protestos do Leite	19-mar-02	800	Preços	MAB/MST/MPA/PIR/MMTR
	Três Passos	Bloqueio de Agências Bancárias	27-fev-02	3000	Desapropriação	Fetag
	Três Passos	Protesto pela Anistia das Dívidas do Custeio	14-mai-02	500	Renegociação de dívidas	Fetraf - Sul
	Tupanciretã	Manifestação por Crédito e Assessoria Técnica	21-jan-02	300	Infra-estrutura	MST
	Venâncio Aires	Protesto contra Alca e Transgênicos - Marcha de Luta e Solidariedade	17-mai-02	0	Todos	MPA/MAB/MST/MMT R/PIR

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
Rio Grande do Sul						
	Venâncio Aires	Vigília pela Ampliação do PRONAF C	26-jun-02	30	Desapropriação	Fetraf - Sul
Subtotal:	66			75920		
Rondônia						
	Ariquemes	Caminhada/Ass.Novo Amanhecer e 14 de Agosto	24-jul-02	200	Infra-estrutura	MST/MPA
	Corumbiara	Ato Público/Pela Revisão do Julgamento do Massacre de Corumbiara	09-ago-02	100	Combate à injustiça e a violência	CPT/CUT/MCC
	Jaru	Protesto contra a Violência no Campo	23-jul-02	100	Direitos humanos	LCP
	Jaru	Protesto na frente do Ministério Público	16-abr-02	100	Combate à injustiça e a violência	LOC
	Ji-Paraná	Acamp.no Ginásio Gerivaldo José de Souza	06-mar-02	1500	Liberação de crédito	MST/MPA
	Ji-Paraná	Ato Público na Praça Dom Bosco	08-mar-02	0	Liberação de crédito	MST/MPA
	Ji-Paraná	Bloqueio da Ponte sobre o Rio Machado	07-mar-02	0	Liberação de crédito	MST/MPA
	Ji-Paraná	Ocupação do Incra	07-mar-02	0	Liberação de crédito	MST/MPA
	Ji-Paraná	Ocupação do Incra	09-out-02	450	Desapropriação	MST
	Ji-Paraná	Protesto de Pequenos Produtores	13-mar-02	200	Renegociação de dívidas	Fetagro
	Nova União/ Mirante da Serra	Ato Público/Ass.Palmares/Margarida Alves e Pe.Ezequiel	01-out-02	60	Questões Ambientais	MST/Fetagro
	Ouro Preto do Oeste	Protesto dos Sem Terrinha	21-out-02	500	Educação	MST/MPA
	Ouro Preto do Oeste	Protesto na frente da Parmalat	20-mar-02	2000	Direitos humanos	MPA
	Porto Velho	Caminhada contra a Alca e os Transgênicos	20-mai-02	300	Transgênicos	MST/MPA
	Porto Velho	Ocupação do Incra/Ass.Joana Darc I, II e III	15-abr-02	500	Infra-estrutura	MCC
	Presidente Médici	Protesto na Br-364	25-jul-02	500	Infra-estrutura	MST/STR
Subtotal:	16			6510		
Santa Catarina						
	Chapecó	Acampamento no Trevo da BR 282	13-mai-02	0	Desapropriação	Fetraf - Sul
	Chapecó	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	1000	Desapropriação	Via Campesina
	Chapecó	Protestos por Recursos contra a Estiagem	14-mai-02	700	Desapropriação	Fetraf - Sul
	Florianópolis	Acampamento na UFSC	07-ago-02	300	Cumprimento de acordos	MST
	Florianópolis	Grito da Terra Brasil 2002	22-mai-02	3000	Todos	Via Campesina
	Florianópolis	Manifestação por Assentamentos	07-ago-02	500	Desapropriação	MST
Subtotal:	6			5500		
São Paulo						
	Bauru	Bloqueio da Rodovia Marechal Rondon	22-mar-02	100	Desapropriação	MST
	Caieiras/São Paulo	Bloqueio da Rodovia Anhangüera	30-jul-02	1000	Regularização fundiária	MST
	Campinas/Jundiaí/São Paulo	Marcha pela Paz	05-mar-02	1200	Combate à injustiça e a violência	MST
	Euclides da Cunha	Bloqueio da Rodovia Arlindo Bétio	03-abr-02	200	Indenização	MST
	Euclides da Cunha	Vigília pela Libertação dos Sem Terra	06-jun-02	100	Combate à injustiça e a violência	MST

Estado	Município	Nome da Manifestação	Data	Pessoas	Reivindicação	Organização
São Paulo						
	Franco da Rocha	Marcha pela Liberação da Fazenda São Roque	18-jun-02	400	Cumprimento de acordos	MST
	Franco da Rocha	Ocupação da Escola Maria Trindade pelos Sem Terrinha	29-jul-02	150	Educação	MST
	Jundiaí/Cajamar	Bolqueio da Rodovia Anhangüera	06-mar-02	1200	Combate à injustiça e a violência	MST
	Jundiaí/São Paulo	Marcha pela Paz e contra a Violência	05-mar-02	1200	Combate à injustiça e a violência	MST
	Paulínia	Marcha contra Gastos Excessivos da Prefeitura	21-mai-02	100	Infra-estrutura	MST/CUT
	Pereira Barreto	Marcha até a fazenda Marimbondo	25-abr-02	250	Desapropriação	MST
	Presidente Prudente	Ato Público contra a Violência	30-jan-02	1200	Combate à injustiça e a violência	MST
	Rosana	Ato contra a Violência no Pontal do Parapanema	21-jan-02	400	Combate à injustiça e a violência	MST
	São Paulo	Dia Internacional da Mulher	08-mar-02	1450	Combate à injustiça e a violência	MST
	São Paulo	Dia Internacional de Lutas contra as Barragens	14-mar-02	600	Regularização fundiária	MAB
	São Paulo	Dia Nacional de Luta no Campo	17-abr-02	400	Combate à injustiça e a violência	MST
	Serra Azul	Acampamento em Ribeirão Preto	22-jul-02	50	Regularização fundiária	MST
	T Sampaio/Mirante/P. Bernardes	Protesto contra o Itesp	04-dez-02	300	Cumprimento de acordos	MST
	Teodoro Sampaio	Ato pela Libertação de José Rainha	01-mai-02	500	Combate à injustiça e a violência	MST
	Teodoro Sampaio	Bloqueio de Rodovia/Fazenda Margarete	30-abr-02	80	Regularização fundiária	MTB
Subtotal:	20			10880		
Sergipe						
	Simão Dias	Bloqueio da Rodovia Lourival Batista	28-mai-02	0	Desapropriação	MST
Subtotal:	1			0		
Tocantins						
	Buriti	VIII Romaria da Terra	10-mai-02	1000	Todos	CPT
	Palmas	Ato Público	03-set-02	250	Desapropriação	MST
	Palmas	Manifestação dos Atingidos por Barragem	12-mar-02	500	Reassentamento	MAB
Subtotal:	3			1750		
Total:	382			399487		

Notas emitidas
pela CPT e outros
documentos

MST

Nota de solidariedade ao MST*

A Coordenação Nacional da CPT
Goiânia, 27 de março de 2002

“Manifestação, muitas vezes, de situações intoleráveis e deploráveis no plano moral, a ocupação das terras é um sinal alarmante que exige a atuação, em nível social e político, de soluções eficazes e justas. São, sobretudo, os governos a ser interpelados, na sua vontade e determinação, a fim de fornecerem urgentemente estas soluções. O retardamento e adiamento da reforma agrária tiram toda a credibilidade às suas ações de denúncia e repressão da ocupação das terras.” (Pontifício Conselho Justiça e Paz, “Para uma melhor Distribuição da Terra”, cap. III).

A CPT Nacional, fazendo eco a essas palavras proféticas de um alto organismo do magistério da Sé Apostólica, quer, publicamente, expressar sua solidariedade com o MST na ocupação da fazenda Córrego da Ponte, dos filhos do presidente da República. Somos solidários porque, com toda a população brasileira, desde o massacre de Eldorado dos Carajás reclamamos veementemente a reforma agrária, até hoje bloqueada, protelada e burlada, apesar da farta propaganda oficial. Diante desta política que vem, progressivamente, emasculando e de-

sativando o Incra, cortando de ano para ano o orçamento para desapropriações de terra e assentamentos, desvirtuando, enfim, a reforma agrária numa operação de mercado, reafirmamos em coro, com muitas entidades, a legitimidade deste gesto desesperado dos pobres, de repercussão nacional e internacional.

A odiosa ação da polícia federal, determinada pelo governo, de humilhante repressão aos líderes da ocupação, prendendo-os, algemando-os e deitando-os na lama, assim como a repetitiva proclamação de uma lista de “crimes” unilateralmente a eles imputados, não é novidade na história do tratamento das organizações de lavradores por este governo, infelizmente acompanhado, em geral, pela mídia, enquadrando-os como bandidos e terroristas. Diante deste tratamento discriminatório no país inteiro e que ocupa todo o aparato policial e até o Exército, pensamos naquela condenação de Jesus, lançada aos fariseus hipócritas “que coam um mosquito e engolem um camelo” (Mt 23,24). Em outras palavras, fecham os olhos à enorme corrupção e crimes dos grandes e se abatem sobre pequenos crimes dos camponeses.

O governo não deveria jogar assim com sua credibilidade, indispensável à governabilidade do nosso país. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, junto com a OAB, retirou-se da mesa de negociação entre governo e MST por descumprimento do mesmo governo de pauta já concluída entre as partes. Agora o senhor ministro do Desenvolvimento Agrário vem a público dizendo que já dera terra e crédito aos ocupantes daquela fazenda. E o mesmo ministro junto com o ministro da Justiça tergiversaram publicamente do acordo celebrado por seus dois representantes junto àquelas lideranças dos sem-terra.

Estamos entrando no Tríduo Pascal, de memória da morte e ressurreição do Senhor. Que as sementes de morte sejam suplantadas pelas sementes de vida. Que a Mãe Terra, uma vez libertada das cercas físicas e jurídicas de proteção da iníqua concentração fundiária, venha a ser a realização do sagrado gesto do Senhor, na Ceia com os discípulos, de partilha do pão como sinal da partilha da vida e da dignidade. E que assim venha a nós a “Terra sem males”.

* Nota divulgada pela CPT, por ocasião da ocupação da fazenda Córrego da Ponte, dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis, MG.

O julgamento de Eldorado dos Carajás

Últimas informações e posição oficial do MST, CPT e Renap*

Movimento dos Sem Terra — MST
Comissão Pastoral da Terra — CPT
Rede Nacional de Advogados Populares — Renap

Nos últimos seis anos, temos acompanhado atentamente o desenrolar do processo de Eldorado dos Carajás. Dezenove trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foram assassinados, bem como outros sessenta e nove trabalhadores rurais foram gravemente feridos, em 17 de abril de 1996.

Desde o início, a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Comissão Pastoral da Terra e de outras organizações populares foi decisiva no processo. Em função da pressão exercida em dezenas de mobilizações em todo o país e em conjunto com mobilizações internacionais, foi possível a criação de condições que romperam com o padrão de impunidade constatado no Estado do Pará. Os policiais militares acusados, em número de cento e cinquenta, foram encaminhados para julgamento pelo Tribunal do Júri. O julgamento do processo do massacre foi transferido para Belém, a sessão de julgamento onde foram absolvidos os três oficiais comandantes do massacre foi anulada, a utilização da principal prova de acusação — um parecer técnico da Unicamp que comprova o massacre —, após intensa batalha jurídica e pressão da sociedade organizada, foi permitida no julgamen-

to. Outros fatos significativos também poderiam ser elencados como conquistas das organizações populares.

Por outro lado, ao longo dos últimos dois anos, as organizações populares perceberam que haviam chegado a um limite objetivo. As forças reacionárias da elite do Pará não mais cederiam posições no processo de Eldorado dos Carajás. As conquistas dos movimentos populares não mais seriam aceitas no processo de Eldorado dos Carajás.

Pudemos comprovar, na prática, esta disposição das forças reacionárias do Estado do Pará. Em março de 2000, em situação inédita em termos de Brasil, todos os juízes criminais de Belém se deram por impedidos para presidir o julgamento de Eldorado dos Carajás. Foi necessária a nomeação de um juiz de uma cidade próxima a Belém — José Maria Teixeira do Rosário. Posteriormente, a imprensa noticiou que esse juiz havia determinado a prisão em flagrante de todos os homens, mulheres e crianças de um acampamento do MST, próximo de Belém. A repercussão negativa desse fato levou o juiz a solicitar o afastamento da presidência do processo de Eldorado dos Carajás.

Em substituição a Teixeira do Rosário, em fevereiro de 2001, foi designada para presidir o julgamento de Eldo-

rado dos Carajás a juíza Eva do Amaral Coelho. Essa juíza se recusou a presidir, em junho de 2000, o julgamento do fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim, acusado pelo assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. As razões que motivaram a juíza Eva do Amaral Coelho a dar-se por impedida nesse julgamento nunca foram apresentadas à opinião pública. O advogado de Jerônimo Alves de Amorim, na época — Américo Lins Leal —, é o mesmo advogado do Coronel PM Mario Colares Pantoja, comandante da operação policial que resultou no massacre de Eldorado dos Carajás.

A juíza Eva do Amaral Coelho designou o dia 18 de junho de 2001 como data para o novo julgamento dos três oficiais comandantes, absolvidos em agosto de 1999.

Contudo, alguns dias antes do início da sessão, a juíza Eva do Amaral Coelho determinou a retirada do processo da principal prova da acusação, um minucioso parecer técnico da Unicamp, subscrito pelo professor Ricardo Molina, que, em conjunto com um CD-Rom de imagens digitais, comprova claramente que os responsáveis pelos primeiros disparos contra os trabalhadores rurais foram os policiais militares, entre outros fatos importantes.

* Nota da CPT, MST e Renap, 07/05/02, expondo a decisão destas entidades de não participarem do julgamento dos envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás

Novamente o MST e outras organizações populares reagiram a essa nova situação absurda. A reação da sociedade foi de tal intensidade que a juíza Eva do Amaral Coelho suspendeu o julgamento que seria realizado a partir de agosto de 1999.

No final de fevereiro desse ano, a juíza Eva do Amaral Coelho marcou o início do julgamento de Eldorado dos Carajás para o dia 8 de abril. A juíza iria dar início ao julgamento sem a principal prova de acusação. Em uma ação articulada, o MST conseguiu que no dia 1º de abril, faltando exatamente uma semana para a retomada do julgamento, o Tribunal de Justiça do Pará reformasse a decisão da juíza Eva do Amaral Coelho, determinando a utilização da principal prova de acusação no julgamento. Todavia, a reação da juíza Eva do Amaral Coelho a essa vitória da acusação foi extremamente agressiva — acusou os advogados da acusação de estarem tentando denegrir a imagem do Poder Judiciário do Pará e ameaçou publicamente pela imprensa processar o MST quando foi levantada sua suspeição, em função do seu comportamento notoriamente favorável aos acusados. Mencione-se que o julgamento havia sido preparado com a disposição de restrição absoluta de acesso da imprensa ao local do julgamento. Toda a imprensa ficaria três andares acima do local onde seria realizado o julgamento, não tendo contato com o que se passasse durante o julgamento. Por uma decisão dos juízes que trabalham no caso Eldorado dos Carajás, dos duzentos assentos existentes no local do julgamento, somente três foram reservados para ativistas ligados ao MST e à CPT e demais pastorais sociais do Pará, bem como para todos os convidados

e observadores nacionais e internacionais destas organizações.

Utilizando procedimentos legais, o MST conseguiu que o Superior Tribunal de Justiça, no dia 5 de abril de 2002, suspendesse a realização do julgamento de Carajás marcado para 8 de abril. A decisão foi tomada porque foram considerados os argumentos quanto à suspeição da juíza Eva do Amaral Coelho.

Entretanto, o Tribunal de Justiça do Pará determinou que a juíza Eva do Amaral Coelho permanecesse presidindo o julgamento de Eldorado dos Carajás. Novo julgamento foi marcado para o dia 14 de maio de 2002. As restrições ao acesso da imprensa foram mantidas. As restrições ao acesso de ativistas do MST, familiares dos mortos, sobreviventes do massacre, observadores nacionais e internacionais e convidados do MST e CPT continuam.

Há cerca de uma semana tomou-se conhecimento que a juíza Eva do Amaral Coelho solicitou ao Ministério Público do Estado de São Paulo que processe criminalmente um dos principais advogados do MST no caso Carajás — Carlos Guedes do Amaral Junior, em função da publicidade de um artigo em uma revista especializada. No artigo, onde se comentava o julgamento de Eldorado dos Carajás, foi feito simplesmente um resumo de uma notícia publicada por um dos jornais diários mais respeitados de Belém. Por tal motivo, a juíza Eva do Amaral Coelho decidiu processar os advogados da acusação ligados ao MST, o que demonstra claramente sua perda de isenção de ânimo para presidir um julgamento imparcial e correto.

O juiz Ronaldo Valle, que presidiu o julgamento que resultou na absolvi-

ção dos três oficiais comandantes em agosto de 1999, contratou um dos advogados da defesa dos policiais para processar criminalmente advogados do MST que trabalham na acusação no caso Eldorado dos Carajás, em razão de um artigo publicado em revista especializada comentado as nulidades no julgamento realizado em agosto 1999.

Ora, tudo indica que estamos, mais uma vez, diante de agentes do Estado com claras intenções de, ao restringir e dificultar o trabalho dos advogados ligados ao MST e outras organizações populares, beneficiar a defesa dos acusados. Afora isso, as inexplicadas restrições ao acesso da imprensa ao local de julgamento e a não disponibilização de credenciais para o MST e outras organizações populares, as sucessivas decisões judiciais sempre favorecendo a defesa (a retirada da principal prova da acusação do processo, a mais escandalosa), também indicam uma disposição para beneficiar os acusados.

Não seremos nós, entidades historicamente comprometidas com as lutas dos trabalhadores rurais, que tanto contribuíram neste caso, que vamos concordar com a continuidade do massacre de Eldorado dos Carajás, nesta nova farsa judicial.

Por tal motivo, os advogados ligados às organizações ao fim mencionadas não comparecerão ao julgamento marcado para o dia 14 de maio de 2002. Por uma questão de solidariedade e compromisso com os trabalhadores rurais brasileiros estamos convictos quanto ao acerto desta decisão.

Participaremos do julgamento quando os poderes públicos ofereçam condições iguais para a acusação e para a defesa.

Belém, 7 de maio de 2002

O escandaloso julgamento do massacre de Eldorado*

CPT Nacional, CPT Pará,
CJP da CNBB Norte 2, Cáritas Norte 2

Terminou na madrugada da última quinta-feira, em Belém, a primeira sessão do julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, onde 19 trabalhadores sem-terra foram assassinados e mais de setenta saíram gravemente feridos, pela ação da Polícia Militar de Parauapebas e Marabá, sudeste do Pará.

O coronel Mário Colares Pantoja, que comandou o batalhão da Polícia Militar de Marabá, foi condenado pelo Júri Popular a 228 anos de prisão (12 anos x 19 mortos), mas saiu livre do tribunal e aguardará, em liberdade, o julgamento de recurso impetrado por seus advogados. Já o capitão Raimundo Almendra Lameiro, que comandou, junto a Pantoja, o batalhão da PM de Marabá, foi absolvido pelos jurados. Apesar da condenação pela metade, ela é fruto das pressões feitas pelo MST, CPT e outras entidades populares, com o apoio das organizações internacionais, junto à Justiça do Pará, durante todo o curso do processo.

A sessão de julgamento aconteceu com um plenário quase vazio, com total ausência dos familiares das vítimas mutiladas, dos movimentos sociais e religiosos, das entidades de direitos humanos nacionais e internacionais e da imprensa estrangeira. A ausência revelou a insatisfação e a desconfiança das organizações sociais de que o julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do

Pará pudesse, de fato, fazer justiça. A ausência da sociedade civil organizada reflete também a solidariedade ao MST e a seus advogados de não comparecerem ao julgamento por discordarem da forma como o Tribunal de Justiça do Pará conduz o processo e por defenderem que crimes dessa natureza sejam julgados na esfera *FEDERAL*, onde há maiores condições de ocorrer um julgamento com imparcialidade.

A absolvição do capitão Almendra, que comandou a tropa juntamente com o coronel Pantoja e o major Oliveira, é vergonhosa. Essa decisão indica uma tendência que poderá ocorrer nas demais sessões do julgamento, uma absolvição em massa dos demais acusados, prevalecendo a impunidade aos crimes ocorridos no campo no Pará, repetindo o episódio que ocorreu no julgamento de Carandiru, em São Paulo.

As declarações do coronel Mário Pantoja, durante o julgamento, mais uma vez confirmaram o que o MST e as entidades de direitos humanos já anunciaram várias vezes: o governador do Estado (Almir Gabriel — PSDB), o secretário de Segurança Pública (Paulo Sette Câmara) e o então comandante da Polícia Militar (Fabiano Lopes) também teriam de estar sentados no banco dos réus. Pantoja afirmou perante o juiz que a ordem final partiu do governador, afirmou ainda que o governador se recusou a negociar com os sem-terra e o obrigou a desobstruir a estrada ime-

diatamente. Acrescentou ainda que, mesmo após o massacre, o governador disse novamente que, se houvesse nova ocupação pelo MST, ele voltasse com a tropa para lá novamente e fizesse nova desocupação. Na verdade, conforme noticiaram na época os jornais da região, a desobstrução da estrada foi parte de um acordo feito entre o governador e os grandes latifundiários da região. O cumprimento do acordo feito pelo governador resultou em 19 mortos e mais de 70 feridos graves.

Por que Almir Gabriel, Sette Câmara e Fabiano Lopes foram excluídos do processo? Por acaso seria pelas influências políticas do governador junto ao Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça? São questões que emergem no silêncio da sociedade civil, que clama por uma resposta. Na verdade o julgamento de Eldorado é um exemplo do que vem acontecendo em relação aos inúmeros massacres já ocorridos nesse país. A justiça brasileira nunca pune as principais autoridades que dão as ordens para a execução dessas operações criminosas. A condenação quando ocorre atinge apenas alguns oficiais que não são os únicos responsáveis pelas mortes.

É preciso continuar firme na luta pela justiça no campo e contra a impunidade reinante no Estado do Pará e no Brasil e pela *Federalização dos Crimes de Direitos Humanos*.

Belém, 17 de maio de 2002

* Nota emitida pela CPT, junto com outras entidades, logo após o término da primeira sessão do julgamento dos envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás.

Resultado do julgamento de Eldorado dos Carajás confirma a farsa anunciada*

CPT Pará, MST Pará,
CJP da CNBB e Cáritas

Dois dias após o encerramento da última sessão do julgamento de Eldorado dos Carajás, os meios de comunicação local, nacional e internacional apresentaram as idéias centrais de algumas entidades de Direitos Humanos nacionais e internacionais indicando que o resultado do julgamento foi “a crônica de uma frustração anunciada”, como declarou Paulo Sérgio Pinheiro, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A Anistia Internacional incisivamente também mostrou indignação e preocupação com o Judiciário Paraense. “O maior julgamento da história do Brasil, totalizando 120 horas, em cinco sessões, mais uma vez expõe as profundas falhas no sistema de justiça do Estado do Pará”, informou o comunicado da Anistia Internacional.

Na verdade, o pronunciamento da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a nota da Anistia Internacional confirmaram o que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Rede Nacional de Advogados Populares (Renap) e Pastorais Sociais da CNBB Norte 2 já haviam anunciado, antes mesmo do início da primeira sessão do Julgamento de Eldorado. “A justiça bra-

sileira nunca pune as autoridades que mandam e executam crimes que violam os direitos humanos. A condenação quando ocorre é apenas um arranjo feito para disfarçar a impunidade que é assegurada pelo próprio estado, através do judiciário”.

Dos 142 policiais, entre soldados e oficiais, apenas duas condenações que evidenciam uma ação simbólica e incoerente como afirmou a Anistia Internacional: “As condenações agora parecem ser pouco mais que um gesto simbólico, dada a inabilidade da investigação policial e do processo judicial em identificar individualmente os responsáveis criminais pelas mortes a tiros e golpes de facão de 19 ativistas rurais”. Mesmo a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos que manteve a esperança de um julgamento isento e imparcial teve de se retirar às vésperas da última sessão, por somente neste momento se convencer da farsa anunciada.

Durante todas as sessões do julgamento ficou evidente a total ausência da sociedade civil organizada. Mesmo quando foi aberto ao público em geral, por ocasião da 4ª. Sessão, a sociedade se manteve distante da sala do júri. Membros de entidades de Direitos Humanos passaram pelo sa-

lão do júri apenas para confirmar, *in loco*, de um lado, a nítida insegurança do juiz Roberto Moura na condução do julgamento e, de outro, o vazio do plenário, ocupado apenas pela imprensa local, que registrou o quanto a intolerância e a opulência do Tribunal de Justiça do Estado (TJE) demonstrou a fragilidade do judiciário paraense para julgar crimes que violam os direitos humanos.

Pedimos a todas as entidades de Direitos Humanos e de apoio à organização e a luta dos trabalhadores rurais enviarem carta de protesto ao ministro da Justiça e à presidente do Tribunal de Justiça do Pará, pedindo **A ANULAÇÃO DO JULGAMENTO E A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA DOS CRIMES DE DIREITOS HUMANOS PARA A ESFERA FEDERAL**. Este julgamento desnudou definitivamente a necessidade e a urgência da aprovação da Lei que julgará os crimes de Direitos Humanos.

É preciso continuar firme na luta pela justiça no campo e contra a impunidade reinante no Estado do Pará e no Brasil e pela **Federalização dos Crimes de Direitos Humanos**.

Belém, 14 de junho de 2002

Carta ao ministro da Justiça*

Exmo. Sr.
Dr. Aloysio Nunes Ferreira
DD. Ministro da Justiça
Brasília

Excelentíssimo Senhor,

Tendo estado todos estes últimos dias cumprindo uma série de compromissos agendados, só agora tomo conhecimento de sua carta convite e da Resolução n. 5 que cria a “Comissão Especial para acompanhar denúncias de violência no campo, exploração do trabalho forçado e escravo e exploração do trabalho infantil e propor mecanismos que proporcionem maior eficácia à prevenção e repressão a essas práticas”. Agradeço o convite e a nomeação da Comissão Pastoral da Terra CPT, como membro desta Comissão.

Mesmo não sendo oficialmente membro do Gertraf, há cinco anos a CPT vem reiteradamente atendendo aos convites constantes deste “Grupo Executivo”, apresentando naquela instância os problemas que tem presenciado e acompanhado, bem como críticas, propostas e sugestões de solução para os mesmos. Infelizmente, essas propostas e sugestões não se transformaram em ações concretas à altura das necessidades, e continuaram sem solução gravíssimas questões tais como: total impunidade, fraco empenho da Polícia Federal, falta de coordenação entre órgãos públicos, insuficiência de recursos materiais e humanos, ausência de priorização política, deficiências da legislação, omissão do governo perante as cobranças da Corte Interamericana dos Direitos Humanos da OEA. Preocupa-nos o fato dessa Comissão ser criada com uma pauta tão abrangente (violência no campo, trabalho infantil, trabalho forçado e trabalho escravo): como esperar alcançar ou fomentar assim a operacionalidade que sempre faltou ao Gertraf com sua pauta “restrita” à erradicação do trabalho forçado?

Diante disso, depois de ter consultado os demais membros da Coordenação Nacional, decidi que a CPT não fará parte desta Comissão, mas continuará colaborando com seu Ministério e com o Gertraf, como sempre se dispôs, em todas as questões que resultem em benefício para os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O que se faz necessário é uma ação mais rápida e eficaz, articulada e coordenada, por parte dos órgãos públicos. Isto não se resolverá, no meu entender, com a criação de mais uma comissão.

Sendo só para o momento, firmo-me com protestos de estima e consideração.

Dom Tomás Balduino
Presidente

Goiânia, 8 de fevereiro de 2002

* Carta endereçada ao ministro da Justiça, em 08.02.02, não aceitando a nomeação para compor a “Comissão Especial para acompanhar denúncias de violência no campo, exploração do trabalho forçado e escravo e exploração do trabalho infantil e propor mecanismos que proporcionem maior eficácia à prevenção e repressão a essas práticas”.

* Nota emitida pela CPT Pará em conjunto com outras entidades após o término do julgamento dos envolvidos nos massacre de Eldorado dos Carajás.

Ano 2002

Ação do Grupo Móvel no sul do Pará

O ANO COMEÇA MUITO MAL

A Coordenação da Campanha da Comissão Pastoral da Terra de Combate ao Trabalho Escravo quer manifestar, mais uma vez, sua extrema preocupação a respeito da demora (até 4 meses) da fiscalização do Grupo Móvel, no sul do Pará, sempre adiada.

Lembramos que a última operação do Grupo Móvel em 2001, esperada desde novembro de 2001, se realizou por volta de 15.12.01, de maneira muito desarticulada. Quinze fiscais do Grupo Móvel esperaram quatro dias a chegada programada da equipe de proteção da Polícia Federal. Finalmente chegaram somente quatro policiais e ficaram apenas alguns dias, o que possibilitou só duas operações que resgataram 150 trabalhadores. Ficaram esperando a ação do Móvel vários trabalhadores que tinham conseguido sair de quatro fazendas onde permaneceram pelo menos 80 trabalhadores em situação de trabalho escravo. A Dra. Vera Olímpia Gonçalves, responsável pela Secretaria da Inspeção do Trabalho — SIT, se comprometeu a enviar uma equipe a partir de 15.01.02 se os recursos do Governo Federal do ano 2002 fossem liberados. Depois, essa data foi adiada para o dia 25.01.02, e novamente para o dia 15.02.02. Depois de muitas cobranças às autoridades pela CPT (Ofício ao Ministro da Justiça, Secretário dos Direitos Humanos e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, em 15.02.02), seis agentes do Grupo Móvel chegaram, no dia 20.02.02, a Marabá. Novamente esperaram três dias pela Polícia Federal; chegaram só três policiais, impossibilitando operações perigosas como aquela da fazenda Rio Dourado, no município de Cumaru do Norte, já flagrada em 2001, e com várias outras denúncias posteriores.

Nessa operação, o Grupo Móvel fiscalizou no total só quatro fazendas cujos fugitivos esperaram vários meses. Consequentemente encontraram poucos trabalhadores.

Em Xinguara, o Móvel fiscalizou só uma fazenda. Quatro outras fazendas, das quais 14 trabalhadores esperavam o Grupo, de dois a quatro meses, não puderam ser fiscalizadas, pois os três agentes da Polícia Federal tiveram de voltar urgentemente para Marabá, no dia 5 de março, para outra diligência, enquanto a presença do Móvel era prevista até o dia 9 de março.

Vale destacar que 11 trabalhadores da fazenda Nobreza, município de Bannach, esperam desde novembro (quatro meses) a fiscalização do Móvel e que, em 15.12.01, o próprio Grupo Móvel os levou de Xinguara para Sapucaia para esperar a fiscalização nos próximos dias, que até hoje não foi feita. Esses 11 homens estão ainda esperando na região.

Na presente data, 15 trabalhadores de seis fazendas (onde, na época da denúncia, tinha, pelo menos, 137 trabalhadores em regime forçado) esperam, na região de Xinguara, a fiscalização do Móvel.

Até quando?

Xinguara, 11 de março de 2002

Frei Henri Burin des Roziers

P/Coordenação da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo

* Nota da Coordenação da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo encaminhada ao Gertraf – Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, em 11/03/02.

Combate ao trabalho escravo

Continuando assim perderemos a batalha*

Frei Xavier Plassat

Coordenação da Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo

Conforme levantamento provisório, incluindo o resultado das últimas operações (03 a 16/07 — duas equipes no sul-sudeste do Pará), o número de trabalhadores resgatados da escravidão neste ano já está próximo ao número total nacional do ano passado (1.433). **Infelizmente isso não é nenhum motivo para gritar vitória.** Pela frequência redobrada de transportes irregulares de trabalhadores observados nestes últimos meses por nossas equipes nas estradas do Norte e pela explosão do número de denúncias que recebemos de peões fugindo das fazendas (só no sul e sudeste do Pará: mais de 20 fazendas envolvendo 1.853 trabalhadores, para os primeiros seis meses deste ano: 50% a mais que no conjunto do ano passado), é provável que esteja ultrapassada a estimativa anterior de 10.000 trabalhadores mantidos sob o jugo da escravidão. A constatação de auto-satisfação formulada pelo Governo Brasileiro, em maio passado, perante o Grupo de Trabalho da ONU sobre Formas Contemporâneas de Trabalho Forçado (Genebra), aparece neste contexto, no mínimo, irreal¹. Para nós que vivenciamos o drama desses trabalhadores *in loco*, a situação está piorando a cada dia. Continuando assim, perderemos a batalha.

1. **Insuficiência operacional da fiscalização:** das denúncias recebidas só no sul e sudeste paraense (mais de 20 fazendas, 1.853 trabalhadores), 13 continuam sem fiscalização, envolvendo 500 trabalhadores, permanecendo os mesmos, há várias semanas, em condições humanamente catastróficas. Neste momento, 60 trabalhadores estão aguardando, há semanas, uma solução, precariamente alojados na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Redenção onde foram literalmente despejados pela fazenda Forkilha (Jair Andrade). Outros vinte informantes, na maioria deles fugitivos em condição de total insegurança, estão sob nossa proteção há mais de mês, sem nenhum apoio financeiro. Recordamos que nossa CPT não tem recursos específicos para esse tipo de assistência. Solicitamos providências extraordinárias para poder continuar a manter esses informantes, essenciais à apuração dos crimes denunciados, até a solução de seus respectivos casos.
2. **Trabalho escravo envolvendo crianças e famílias:** vários dos casos atualmente em espera de fiscalização comportam evidências de trabalho infantil, com algumas situações dramáticas:

Faz.X / Quatro Bocas/São Félix do Xingu — “*Que levou sua esposa e duas filhas menores, e o filho casado foi com sua esposa e dois filhos menores. Que morava em um barraco feito de madeira, por ele mesmo, longe da estrada para fugir de fiscalização do Ministério do Trabalho. Que trabalhavam com a ajuda das duas mulheres e a filha menor cozinhava e cuidava das crianças... Que saiu, com a mulher, da fazenda de girico e deixou seus filhos em uma colônia próxima da fazenda*” [onde não tem como voltar sem apoio dos fiscais].

Faz.Y Quatro Bocas: “*Que quando o ‘gato’ e os proprietários estão na fazenda eles levam três moças da periferia de Marabá, menores de idade, para ficarem com eles na sede*”.

Além disso, convém recordar que, em no mínimo dois casos, nos deparamos com ocorrência de acidentes mortais do trabalho, em contexto de total falta de proteção e de atendimento por parte do empregador: Dois trabalhadores de Ananás-TO foram devolvidos mortos para suas famílias, outros cinco trabalhadores foram vítimas de acidentes (sendo dois fatais) em derrubadas irregulares, todos em empreitas no Pará.

* Nota da Coordenação da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo apresentada na reunião da Comissão Especial, realizada em julho de 2002.

1. Como também o teor do documento oficial *O Combate ao Trabalho Forçado no Brasil*, divulgado em 13/05/02, 114º aniversário da abolição da escravatura.

3. O funcionamento atual das equipes de fiscalização demonstra várias falhas que já levantamos. Voltamos a insistir: a quantidade de casos a apurar exige meios humanos e logísticos bem mais conseqüentes.

> Pela demora exigida por cada fiscalização nas condições atuais, não se pode, com somente uma ou duas equipes em campo, apurar em tempo hábil o conjunto de casos que estão na fila de espera; facilita-se assim aos fazendeiros e gatos a execução de táticas para se safar da fiscalização (faz. Sobran em Cumaru mandou embora seus 60 peões; na faz. Veluma, vizinha da Sobran, um bilhete apreendido pela PF orientava para esconder os trabalhadores).

> O número de funcionários disponíveis para essas operações deve ser imediatamente ampliado, os mesmos devem ser efetivamente liberados de suas missões rotineiras pelas respectivas DRTs (o que não acontece sistematicamente hoje).

> Nas condições de alta insegurança da região — comprovadas pelo recente assalto à própria equipe móvel —, a estratégia de ação policial deve ser mais bem definida e reforçada: na semana passada, por recusa dos PF em arriscar-se na região de Quatro Bocas devido à falta de efetivo suficiente, três operações deixaram de ser realizadas (com um dos casos envolvendo duas famílias com crianças, atualmente presas na fazenda).

> Conhecida como a de maior concentração de derrubadas, queimadas e trabalho escravo, a região de São Félix do Xingu e Iriri continua sem nenhuma fiscalização há mais de um ano, por falta de acesso. Porém o Gertraf se comprometeu, com prioridade, a providenciar, este ano, operações nessa região com meios de transporte adequados, inclusive helicópteros. Por que até o momento não foi colocada em

prática a oferta da Polícia Rodoviária Federal de disponibilizar seus seis helicópteros? Não agilizaria imediatamente tanto em rapidez quanto em eficiência e segurança as atuais fiscalizações?

> É normal que a Dra. Valderez tenha ficado sem nenhuma comunicação por mais de uma semana por falta de equipamento telefônico apropriado, enquanto, segundo depoimento de trabalhadores [da faz. Y/Quatro Bocas], ali o "gato" tem um celular da Globo Sat que usa para se comunicar quando está na Fazenda?

4. Existe entendimento entre os fazendeiros da região para, no caso dos trabalhadores não alcançados pela fiscalização ou já saídos da fazenda, resistir a qualquer injunção do GM para que sejam pagos. A própria equipe móvel não consegue mais obrigar ao pagamento dos direitos desses trabalhadores e parece abandoná-los à sorte da Justiça do Trabalho, deixando-os sem solução... Cobramos do MPT que efetive urgentemente procedimentos apropriados para enfrentar essa situação.

5. Embora conste das declarações dos informantes a realização de derrubadas abrangendo mais de 1.000 alqueires de mata, lamentamos a ausência habitual do Ibama entre os integrantes das equipes de fiscalização. Exigimos que seja devidamente cobrada sua participação.

6. O tempo de permanência do Grupo Móvel na região deve ser revisto. Na região onde temos inúmeras denúncias em situações geograficamente isoladas, uma operação de 10 dias, com investimento de deslocamento altíssimo, fica muito aquém da necessidade. Dessa vez a equipe da Cláudia apurou apenas duas das oito denúncias existentes e a da Dra. Valderez quatro das dez apresentadas.

7. Sabendo o papel preponderante da impunidade na reincidência, aguardamos informação sobre as iniciativas e providências tomadas pelo MP em decorrência das operações deste ano e solicitamos sua imediata comunicação aos membros desta Comissão. Entre os casos de 2002, chamam de novo a atenção: 1) o do fazendeiro Antonio Barbosa, já condenado por crime de trabalho escravo, em 1996, na fazenda Alvorda, município de Água Azul do Norte, denunciado pela terceira vez em junho pp., inclusive por ameaças de morte e espancamento de trabalhadores; 2) As denúncias fundamentadas, em junho pp., de graves infrações trabalhistas na fazenda Rio Vermelho do Grupo Quagliato, já denunciado várias vezes (cf. processo na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA).

Pela firme orientação inicial dada ao trabalho desta Comissão Especial por seu presidente, Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, e pelo professor José de Souza Martins [A Comissão deverá fazer propostas concretas para chegar rapidamente a resultados concretos e não ficar na teoria... Sem substituir o Gertraf, deve exercer pressão para reforçar a efetivação deste combate que é prioridade do Governo Federal], acreditamos que um posicionamento radical desta Comissão neste momento se faz necessário, a fim de que, nessa hora em que urge uma solução concreta, todos os meios sejam disponibilizados para acertar.

Concretamente exigimos de imediato:

> a confirmação de uma nova operação do GM até, no mais tardar, o final de julho, com compromisso de recursos e meios aptos a solucionar todos os casos pendentes (só no sul e sudeste Pará, são

13 fazendas pendentes, envolvendo mais de 500 trabalhadores); > a realização de uma operação emergencial nos próximos dias na região de Quatro Bocas-PA, onde existem evidências de situações de escravidão envolvendo famílias e crianças.

Em tempo, recordamos a seguir as recomendações que apresentamos a esta Comissão Especial em 11 de abril pp. pois continuam com toda atualidade.

1. Criar um grupo especial de apoio dentro da Secretaria de Inspeção do Trabalho-SIT, para agilizar as providências burocráticas, de forma que não seja mais atrasado e prejudicado o encaminhamento das operações que são sempre urgentes: passagens de avião, diárias, carros, articulação com a Polícia Federal etc...
2. Estruturar as Coordenações nos locais em que estão lotados os coordenadores: escritório, fax, secretaria etc....

3. Autonomia dos coordenadores do Grupo Móvel: alguns delegados das Delegacias Regionais do Trabalho não permitem que as equipes do Grupo Móvel funcionem nos seus Estados e que seus fiscais participem das equipes do Móvel, por exemplo: nos Estados de Alagoas, Sergipe, Bahia.
4. Estruturação da equipe da Polícia Federal que participa das operações do Grupo Móvel: liberação de 10 agentes, formação, presença de um delegado nas operações.
5. Quatro carros do Ministério do Trabalho, com quatro rodas motrizes, completamente equipados para camping, com material de socorro, inclusive soro, um por cada equipe, ficando em Brasília e prontos para sair imediatamente.
6. Quatro telefones por satélite, um para cada coordenador, de forma que os coordenadores possam se comunicar de qualquer lugar durante as operações.
7. Aeronaves ou helicópteros disponíveis de acordo com a urgência necessária.

8. Providências contra o aliciamento pelos gatos e o transporte ilegal dos trabalhadores rurais dos Estados de contratação até os locais de exploração. Por enquanto a articulação entre Ministério Público dos Estados, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal etc... não está funcionando a contento.

9. Anulação ou complementação do acordo assinado em Belém, em 09.04.01, entre os três maiores latifundiários do sul do Pará e representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, que inviabiliza qualquer fiscalização séria nas 23 fazendas desses fazendeiros, além de outras "vantagens" que, ao nosso ver, estão em contradição com a lei.

10. Participação de um representante dos coordenadores regionais nas reuniões da Comissão Especial do CPDDH sobre trabalho escravo.

Atenciosamente,
Araguaína, 17 de julho de 2002

JORNAL POPULAR / FOTO: LAILSON DUARTE



Solicitação urgente*

Dr. Paulo Sérgio Pinheiro
Secretário de Estado de Direitos Humanos
Presidente da Comissão Especial de Combate ao Trabalho Escravo e ao Trabalho Infantil

Solicitação urgente

Prezado Senhor,

A evolução crítica da situação no sul do Pará nos deixa inconformados, pois infelizmente confirma, e dramaticamente, as previsões que formulamos em oportunidades anteriores e aponta para deficiências seriíssimas do aparelho de fiscalização existente; somada à contínua e total impunidade, cria um terreno fértil à multiplicação da prática criminoso, gera descrédito entre as poucas forças heroicamente empenhadas neste combate e favorece o surgimento de novas táticas no campo adverso.

Avaliação da fiscalização realizada de 26/07 a 14/08/02

Segundo as nossas informações, as fiscalizações realizadas nos últimos 18 dias (26/07 a 14/08) pelas três equipes postas em campo entre Marabá, Xinguara e São Félix do Xingu têm possibilitado a investigação de denúncias em 12 fazendas e permitido o resgate de cerca de 280 trabalhadores (número que, somado aos resgates efetuados desde o início do ano, entre Maranhão, Mato Grosso e Pará, já está quase igualando, em sete meses e meio, o resultado de todo o ano passado):

- Uma fazenda do mun. de São Félix do Xingu, resgatando uns 30 trabalhadores (furando o cerco, o fazendeiro, antes da chegada dos fiscais, tirou mais da metade dos peões ali trabalhando) [equipe Marinalva, com helicóptero do Ibama]
- Duas fazendas no mun. da Água Azul, resgatando 13 e 16 trabalhadores [equipe Valderez]. Numa delas a polícia prendeu quatro armas, sendo tres ilegais, e encontrou capuzes...
- Duas fazendas do mun. de Marabá resgatando 27 e 15/20 trabalhadores, respectivamente [equipe Paulo Mendes/Paulo César]
- Uma fazenda do mun. de Paraupabas, resgatando 25/30 trabalhadores [id.]
- Quatro fazendas da região de Marabá, resgatando em torno de 80 trabalhadores [equipe Paulo Mendes]
- Uma fazenda no município de Sapucaia, resgatando 39 trabalhadores [equipe Valderez]
- Uma fazenda no município de Santa Maria das Barreiras, com acerto de 50 trabalhadores [id.]

Vários desses casos estão ainda pendentes de acerto financeiro com os empregadores, o que às vezes leva um prazo considerável (cf. operação conduzida pela Dra Marinalva na região de Pacajá, e caso da faz. Sabran, Cu-

maru do Norte, onde 20 trabalhadores aguardam o acerto de seus direitos há um mês). O compromisso inicial era de uma ampla operação correndo até o final do mês de agosto e apta a resolver o conjunto dos casos já denunciados desde maio e junho. Ora, sem ter conseguido esgotar o rol de denúncias acumuladas nos últimos três meses, as equipes já estão de saída desde o dia 14, só ficando (até dia 20/08?) a da Dra Valderez, na região de Xinguara.

O número de denúncias ainda pendentes de fiscalização nessa região continua dramaticamente elevado: quatro na região de Xinguara/Redenção (somando 177 trabalhadores, nos municípios de Água Azul, Xinguara, Cumaru do Norte e Sapucaia), mais três da região de Pacajá, São Félix do Xingu e Dom Eliseu (somando em torno de 350 trabalhadores).

Portanto, só no Pará, um total de sete casos pendentes, somando 527 trabalhadores, entre os quais temos grupos de informantes (umas dez pessoas), aguardando há mais de dois meses, em condição extremamente precária e perigosa, além de contar, em dois dos casos citados (faz. do Brinquinho e faz. do Joaquim do Tato), com as evidências de, no mínimo, sete mortes, repetidas, relacionadas às péssimas condições de trabalho impostas em derrubadas ilegais, e/ou a possíveis

assassinatos, como relatado em nossa nota de 15/08/02, reproduzida a seguir (*Tragédias do TE em Ananás, Angico e Tocantinópolis-TO: entre 05/06 e 06/08/02, sete trabalhadores mortos em empreitas irregulares no sul do Pará*).

Consequências trágicas da demora e interrupção da fiscalização

Perante este quadro, é impossível admitir que não sejam não somente continuadas mas sim intensificadas as operações em andamento, aproveitando inclusive a disponibilização de helicópteros pelo Ibama e pela Polícia Rodoviária Federal. A interrupção da operação atual é sinônimo de um verdadeiro desastre humano, coloca lá em baixo a credibilidade do Grupo Móvel e oferece um trunfo fantástico aos infratores.

Desastre humano: como explicar a trabalhadores que confiaram em nossa palavra (*"Aguardem! Os fiscais voltam dentro de 15 dias"*), que vivem sob proteção de nossas equipes ou do sindicato há mais de dois meses, com a família passando fome e eles interdidos de procurar outro serviço pois aguardam os fiscais para orientá-los; trabalhadores que, por serem foragidos e às vezes procurados por pistoleiros, correm risco de vida... como explicar-lhes que a operação cobrada, prometida e pronta para iniciar, agora está sem dia marcado?

Descrédito da fiscalização e rearticulação dos infratores. A desarticulação entre Polícia Federal e Grupo

Móvel continua patente: a equipe da Dra. Valderez ficou parada quatro dias em Marabá, de 26 a 30 de julho, na espera da chegada da PF. Dia 13 de agosto, os quatro PF foram embora deixando a equipe sem segurança e paralisada. Só com intensa pressão, nos últimos dias, se conseguiu a volta de quatro PF que devem estar chegando dia 15 e 16 de agosto. De novo, dois dias sem ação. Os trabalhadores descobrem-se frustrados, pois, depois de tanta demora para fiscalizar, não sobra mais ninguém na fazenda e os informantes são deixados à sorte da Justiça do Trabalho. Enquanto demora a fiscalização, os fazendeiros, rapidamente informados da presença do GM na região, tomam suas providências e inventam novas táticas. Exemplo: a de publicar no jornal local um aviso de abandono de emprego visando aos trabalhadores fugitivos, onde consta o nome completo e o número da carteira de trabalho (devidamente retida no primeiro dia da empreita, sem, no entanto, ser assinada ainda) e convocando-os a comparecer no escritório da fazenda "sob pena de sofrer sanções por abandono de emprego" (cf. *jornal Araguaia da semana de 10/08, notícia veiculada pela fazenda Rio Dourado, de Cumaru do Norte*).

E mais: Como explicar que não tenha sido realizada praticamente nenhuma fiscalização há dois anos na região do Iriri? Com 500 alqueires de derrubada somente na fazenda Pista 1, e cinco mortes registradas, como justificar que não tenha sido combinada nenhuma operação de envergadura, entre Ibama (e seus helicópteros), Polícia Federal e Ministério do Trabalho?

Como entender que, no auge das denúncias, não haja na Secretaria de Inspeção do Trabalho, nesse tempo que é também de férias, nenhum plantão para administrar uma situação tão caótica?

Nossa solicitação

As autoridades devem se comprometer em garantir a permanência e o reforço das equipes de fiscalização, bem como a constituição de novas equipes para lhes dar continuidade se ou quando estas tiverem de sair. Mas isso, pelo visto, ainda não basta: é indispensável a criação imediata de um grupo permanente de uns 30 fiscais, voluntários, por período determinado, para agilizar a mobilização efetiva das equipes móveis. Também é indispensável que, em regime de urgência, sejam implementadas as principais orientações definidas na Oficina de aperfeiçoamento Legislativo, organizada pela OIT-Brasil em junho passado (especialmente o aumento imediato das multas previstas na Lei 5809 — art. 18, o que poderia, desta vez, justificar uma medida provisória, de teor coerente com os compromissos assumidos em 1995 pelo presidente da República). Que enfim seja agilizada a aprovação da lei criando seguro desemprego especial para trabalhadores vítimas de trabalho escravo.

Desde já agradecemos as providências.

Atenciosamente
Araguaína, 15 de agosto de 2002

Fr. Xavier Plassat
Coordenação da Campanha da CPT

* Ofício da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo endereçado ao secretário de Estado dos Direitos Humanos e presidente da Comissão Especial de combate ao Trabalho Escravo, solicitando a continuidade da fiscalização no sul do Pará.

BLABLABLÁ

GOVERNO POSTERGA ACORDO VISANDO REPARAR DANOS DECORRENTES DE TRABALHO ESCRAVO*

Fr. Xavier Plassat

Coordenador da Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo

Foi mais uma vez protelada a assinatura do histórico Acordo de Solução Amistosa do caso José P., pelo qual o Estado brasileiro iria se responsabilizar, publicamente e internacionalmente, por grave omissão na proteção e repressão contra o trabalho escravo, violando direitos previstos na Convenção Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Inicialmente marcada para o dia 05/09/2002 e adiada para o dia 12/09/2002, foi de novo postergada, sem nova data marcada, em mais uma lamentável demonstração de indeterminação e frieza frente ao dramático alastramento da escravidão moderna, diariamente manifestado na atualidade do país.

Iniciado há mais de 10 anos, o processo aberto contra o Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana (San José), por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra e do Centro pela Justiça e o Direito Internacional, tornou-se um marco emblemático na luta contra o moderno navio negreiro.

Em setembro de 1989, o jovem José P., 17 anos, foi atingido por disparos de arma de fogo, ao tentar escapar de pistoleiros que impediam a saída de trabalhadores mantidos em condições aná-

logas à de escravos na Fazenda Espírito Santo, no Estado do Pará. José P. foi gravemente ferido, tendo sofrido lesões permanentes no olho e na mão direita.

Por se tratar de um caso exemplar da omissão do Estado brasileiro em cumprir com suas obrigações de proteção dos direitos humanos, uma denúncia foi apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 22/02/1992, pela CPT e o CEJIL. Depois de mais de sete anos de trâmite, em setembro de 1999, o Governo brasileiro, interessado em se livrar de provável condenação por violação da Convenção Interamericana, prontificou-se a negociar uma solução amistosa. A oferta foi aceita pelos petionários. Um convênio marco foi firmado em Washington, em 08/03/2000, registrando os pontos já acordados e estabelecendo um calendário de dois meses, para negociar as pendências.

O governo nunca cumpriu este calendário. Em nova reunião em Washington, em novembro de 2001, foi acordado novo prazo de 15 dias para o Governo apresentar sua proposta definitiva.

Mesmo assim, e apesar de repetida cobrança dos petionários, o texto final só chegou a ser definido no dia 16/08/02, em reunião com representante da

Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Na oportunidade não foi levantada nenhuma divergência substancial.

O teor do acordo relaciona basicamente: o reconhecimento público de responsabilidade internacional pelas violações de direitos humanos constatadas no caso em pauta; o compromisso de julgamento e punição dos responsáveis individuais; as medidas de reparação dos danos sofridos pela vítima; um conjunto de medidas legislativas e de procedimentos administrativos visando reforçar a fiscalização e a repressão do trabalho escravo, bem como a sensibilização e informação da sociedade.

Era preciso amargar dez anos de complexa discussão e despertar esperanças expectativas para se chegar ao impasse atual, lamentável, se não indecente?

De um lado, uma vítima — imagem de milhares — que cobra simplesmente justiça e respeito, e uma sociedade, nacional e internacional, que exige reparação da omissão do Estado e cumprimento de uma palavra publicamente empenhada. Do outro o blablablá¹.

Araguaína,

12 de setembro de 2002

* Nota emitida pela Coordenação da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo sobre o protelação da assinatura de acordo envolvendo o Estado e a vítima do trabalho escravo. O nome da vítima, por medida de segurança, não é divulgado. Até o final de 2002 o termo do acordo não havia sido assinado. 1. "Ninguém aguenta blablablá nessa questão [do combate ao trabalho escravo]. É preciso agir de forma séria e determinada...", ministro Francisco Fausto, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, 02/09/2002.

18/09/02

7ª Reunião da Comissão Especial

QUAIS SÃO OS RESULTADOS?*

Livro de Josué, cap. 6, vv. 15-20, *passim*

No sétimo dia, ao romper da aurora, levantaram-se e rodearam a cidade sete vezes (...). Na sétima volta, os sacerdotes tocaram as trombetas. O povo lançou o grito e tocaram-se as trombetas. Ao ouvir o toque de trombeta, o povo deu um grande grito e a muralha da cidade veio abaixo. O povo entrou para a cidade, cada um do seu lugar, e tomou a cidade.

Em um ano farto em compromissos e promessas, a Comissão Especial do CDDPH contra o Trabalho Escravo e Trabalho Infantil nasceu sob bons auspícios, com o propósito explícito de, fugindo da teoria, apontar para soluções possíveis e rápidas, para erradicar a praga do trabalho forçado. Conjugada com outras iniciativas positivas — projeto da OIT de apoio ao combate ao trabalho escravo, oficina de aperfeiçoamento legislativo, comprometimento do TST na pessoa do seu presidente, comprometimento da OAB, mobilização de magistrados e procuradores federais, especialmente no âmbito do MPT —, tem contribuído, sem dúvida, para provocar vários segmentos da sociedade e do Estado a encarar com maior compromisso a urgência imprescindível desse combate. Já surgiram vários indícios disso e temos toda a razão de reconhecer esses avanços positivos.

Pena que todos esses indícios felizes estejam, em boa medida, contritados pela insuportável paralisia do instrumento central do dispositivo de

repressão ao trabalho escravo: o Grupo Móvel de Fiscalização. Somente no Pará, de 1º de janeiro até 17 de setembro de 2002, em oito meses e meio portanto, a CPT já tem registro de denúncias de trabalho escravo em 75 fazendas envolvendo 3.119 trabalhadores (contra 1.350 para todo o ano de 2001). Desse total, pelas informações que temos, o GM teria apurado em torno de 37 casos (envolvendo cerca de 1.600 trabalhadores) por ocasião de três campanhas de fiscalização no Pará, encerrando a última praticamente em 14/08, ficando em campo somente uma equipe até 31/08 (equipe Valde- rez). Quase 1.500 trabalhadores, portanto, continuam neste momento na espera de uma possível operação de fiscalização ou, possivelmente já desistiram ou foram despejados na rua sem nenhum direito: vários deles aguardavam uma luz há mais de três meses...

A insuficiência operacional e as deficiências do GM estão infelizmente demonstradas: falta de recursos na hora H, insuficiência e esgotamento de recursos humanos, participação

fraca de alguns componentes, indisponibilidade dos meios logísticos prometidos.

Resultado: as regiões de maior ocorrência e gravidade dessas empreitadas ilegais, basicamente em derubadas desmedidas onde prolifera o trabalho escravo, tais como Tuerê (interior de Novo Repartimento-PA) e Pacajá-PA — área atual de novo investimento de pecuaristas — ou o tristemente conhecido Iriri, não sofreram nenhuma ou quase nenhuma fiscalização neste ano.

Resultado: já temos entre os denunciados deste ano no mínimo dez reincidentes, com uma média de reincidência de quase quatro vezes por reincidente.

Resultado: sete cadáveres de trabalhadores mortos em empreitadas irregulares ainda não foram o suficiente para justificar uma operação pesada na região do Iriri, de onde, em somente duas fazendas e dois meses, eles foram tirados.

Resultado: em ações totalmente desarticuladas, assistimos ao cúmulo

* Documento elaborado para ser apresentado na 7ª reunião da "Comissão Especial para acompanhar denúncias de violência no campo, exploração do trabalho forçado e escravo e exploração do trabalho infantil e propor mecanismos que proporcionem maior eficácia à prevenção e repressão a essas práticas", realizada no dia 18.09.02.

de acontecer operações isoladas dirigidas pelo Ibama ou pela Polícia Civil ou Militar, ou mesmo a Federal, interrompendo derrubadas ilegais sem nenhuma atenção aos trabalhadores ali explorados em regime degradante, os quais foram literalmente abandonados à sua sorte ou mesmo despejados na margem do rio Xingu, como ocorreu essa semana em São Félix do Xingu (fazenda Cachoeirinha¹, de

propriedade do senhor Geová, também dono da tristemente conhecida fazenda Maciel II). Cadê a tão propalada integração das ações de repressão e combate ao crime?

Sem fiscalização não há como pôr em prática nenhuma das boas disposições assumidas pelos diversos parceiros deste combate: nem flagrante, nem inquérito, nem indiciamento, nem julgamento, nem condenação. Até quan-

do vamos assistir impotentes ao contínuo e dramático alastramento do trabalho escravo no Pará, como também nos demais Estados?

É urgente desbloquear essa intolerável situação. A muralha ainda está a nossa frente.

Araguaína, 18 de setembro de 2002

Fr. Xavier Plassat
Coordenador da Campanha da CPT
contra o Trabalho Escravo

ANTONIETA DE SANT'ANA (CBFC/291)



1. "Que o total da derrubada era de 215 alqueires; Que no dia 24 de julho as Polícias Civil e Militar de Altamira, coordenadas pelo delegado Carlito, entraram na área, prenderam o "gato" Haroldo e levaram todos os trabalhadores para a área da firma Entre Rios, localizada a uns 20 km do local de trabalho. Que o delegado apreendeu as motosserras e mandou todos os trabalhadores irem embora. Que foram abandonados no porto onde a maioria ficara seis dias esperando por transporte que os levasse para São Félix. Que ao final dos seis dias o resto da turma chegou a São Félix e cada um ficou devendo R\$ 50,00 para o dono do transporte. Que ao chegar a São Félix procuraram o "gato" Josafá, irmão de Geová, e o gerente da fazenda Maciel II de nome Taurini, os quais propuseram um acerto, sendo que a turma do Sr. Expedito tinha um saldo de R\$ 12.284,00, a turma de Francisco R\$ 6.400,00, e com as demais turmas nem acerto foi feito. Que após o acerto tanto o "gato" quanto o gerente desapareceram e não pagaram ninguém; Que dos trabalhadores que voltaram para São Félix ainda restam 21 aguardando pelo acerto na cidade, alguns deles sem ter para onde ir." (depoimento colhido em Marabá dia 11 de setembro).

Julho-outubro de 2002: três meses de agravamento da situação no front do trabalho escravo no Brasil*

Gostariamos de ter celebrado nesta nova reunião a tão esperada assinatura pelo Governo brasileiro do Acordo de Solução Amistosa junto à Corte Interamericana da OEA, no caso conhecido como José P. (um jovem que ao fugir da escravidão na fazenda Espírito Santo, no Pará, em 1989, foi baleado pelos seguranças da fazenda e deixado por morto), caso que vem se arrastando há anos sem que a vítima tenha recebido ainda nenhuma reparação. A oportunidade para o Estado brasileiro de mostrar para a sociedade nacional e internacional sua determinação em assumir responsabilidade e compromisso na erradicação do trabalho escravo foi de novo postergada.

Desde a última reunião do Gertraf — 10/07/02, 95 dias atrás — a evolução da situação no front do trabalho escravo tem confirmado vários motivos de preocupação que havíamos apontado na época (cf. nota da CPT de 17/07/02: *Continuando assim perdemos a batalha*). Permitam-nos sintetizar aqui algumas dessas preocupações:

1. face à explosão confirmada, assustadora, dos registros de denúncias de 2002 (já estamos nesta data na

casa de 90 fazendas denunciadas, envolvendo 3.700 trabalhadores, entre Pará, Maranhão e Mato Grosso, das quais menos da metade tem sido alvo de fiscalização, sendo resgatadas em torno de 2.300 pessoas até o momento, conforme sondagem informal realizada entre os fiscais do GM), a insuficiência operacional da fiscalização é gritante. Entre outras situações inaceitáveis, está a do Irii: apesar de repetidas cobranças, baseadas na morte brutal de cinco trabalhadores em empreitas irregulares nesta região, entre 15/06 e 15/08, ainda não houve fiscalização no Irii. Há dois anos! E desta vez, o argumento da falta de helicóptero não pode ser mais alegado¹.

2. Fica cada vez mais patente a inépcia do raciocínio que consiste em contar com o Grupo Móvel para erradicar o trabalho escravo. Como fruto lógico da continuada impunidade, a reincidência tem crescido também assustadoramente (cf. tabela anexa calculada com base nas denúncias), e apareceram novas estratégias para burlar tanto a lei quanto a fiscalização². O Grupo Móvel não pune os infratores; tão-somente res-

gata as vítimas e — quando pode — obriga os infratores a pagar as remunerações sonegadas. Após a fiscalização, tudo volta como dantes: vítimas retornam aos seus aliciadores e infratores aos seus crimes. O falado programa de qualificação de trabalhadores resgatados não sai do papel. A Justiça continua sem ação real. As multas permanecem inalteradas. Ano após ano, a comunidade internacional reitera suas cobranças e o Estado promete que desta vez...

3. Temos sérias interrogações quanto a alguns sinais de mau funcionamento observados na direção e na coordenação da fiscalização móvel:

a. A Coordenação do Grupo Móvel se torna cada vez mais de difícil de acesso, nos deixando frequentemente sem contato, nem informação sobre as ações que, junto com informantes em situação precária, aguardamos com ansiedade; exigimos a manutenção, em Brasília, de um plantão sistemático.

b. Circulam informações contraditórias sobre a disponibilidade orçamentária do GM: na Comissão Especial o doutor Leonardo confirmou o efeito do contingen-

* Nota da Coordenação da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo apresentada na reunião do GERTRAF de 16.10.02.

1. Em tempo: em Ananás-TO, uma operação coordenada pelo MPF-TO e MPT-TO, com apoio da PF, permitiu nos dias 15 e 16 de outubro evidenciar um importante esquema de aliciamento e pistolagem relacionado com os casos de trabalho escravo e homicídios denunciados pela CPT desde junho no Irii e desde agosto na região de Pacajá-PA. Cinco pessoas foram presas e quatro continuam sendo procuradas.

2. Em tempo: ao mesmo momento surgem pressões e ameaças preocupantes contra os participantes do Grupo Móvel: dia 20.10.02, à noite, um desconhecido foi ao hotel de Xinguara-PA onde o GM estava hospedado e ditou para o porteiro um bilhete assim redigido: "Antes dos Sres irem embora, o cemitério de Xinguara ganhará mais uma cruz. Aguardem!".

ciamento, embora o mesmo venha sendo negado em várias ocasiões (na 1ª Jornada, realizada no STJ, por exemplo): como está realmente a situação orçamentária do Grupo Móvel?

- c. Ouvimos informações desconstruídas quanto ao destino das contribuições oferecidas pelo Programa OIT-Brasil de combate ao Trabalho Escravo: qual foi mesmo a origem da escandalosa recusa em receber apoio da OIT (USD 20.000 só para 2002) para diárias e viagens dos fiscais do GM, material informático e aluguel de helicóptero, no exato momento em que os meios do GM demonstram evidente insuficiência: Ministério das Relações Exteriores? Ministério do Trabalho?
- d. Por que tanta demora por parte do Ministério do Trabalho em agilizar a constituição do Comitê de Assessoria ao Programa OIT-Brasil, solicitado há mais de quatro meses? Má vontade?
- e. A agilização das providências penais e administrativas relativas a

cada caso fiscalizado não sofre atualmente real monitoramento, a não ser, parcialmente, por meio de ações do MPT ou do MPF (que seria oportuno relatar, caso por caso); um dos vários motivos é a quase total ausência de circulação dos resultados das operações fiscais. Por que fica tão complicado acessar os relatórios de fiscalização? Quais as medidas previstas para melhorar esse ponto?

- f. Nessa mesma dificuldade reside em boa parte a incrível precariedade das estatísticas atualmente disponíveis. Lembrando que a sistematização de dados é um dos alvos principais do programa de apoio da OIT (construção de um banco de dados), solicitamos informação sobre o andamento real deste componente central do projeto, e as orientações que os parceiros e administrações envolvidos têm dado a respeito.

4. Aguardamos com ansiedade medidas concretas suscetíveis de coibir

a continuada contribuição financeira do Tesouro Público a fazendas flagradas na prática de trabalho escravo: este é um ponto inscrito na pauta da reunião do Gertraf. Esperamos encaminhamentos efetivos, possibilitando, nos casos visados, corte de financiamentos públicos e proibição de incentivos de qualquer tipo.

5. Aguardamos enfim sinais concretos de real e maior articulação, envolvimento e integração entre os setores do Estado convocados para combater o trabalho escravo, antes, durante e depois da ação fiscal, garantindo-lhe eficácia no curto como no longo prazo (portanto assumindo desde a prevenção até a construção de alternativas de emprego e renda digna): PF, MPF, MPT, Ibama, Incra, Receita, INSS, Justiça. Zelar para que isso aconteça não era afinal o papel principal do Gertraf?

Araguaína, 16/10/02

Fr. Xavier Plassat

Coordenação da Campanha da CPT
contra o Trabalho Escravo
REUNIÃO DO GERTRAF — 16/10/2002

Final de ano

Uma experiência inovadora e animadora (a Vara Itinerante da Justiça do Trabalho no caso da fazenda Estrela de Alagoas-PA)

Pela primeira vez esteve presente no sul do Pará uma Vara Itinerante da Justiça do Trabalho, junto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), uma equipe da Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e a Polícia Federal. A contribuição dessa operação articulada foi decisiva para que 81 trabalhadores, aliçados no Maranhão e Tocantins, submetidos a condições degradantes de vida e trabalho e não pagos, fossem libertados e seus direitos acertados. Diante dos obstáculos interpostos pela empresa proprietária em atender os pedidos dos Fiscais do Trabalho visando acertar os direitos dos trabalhadores, o juiz da Vara Itinerante, provocado por uma Ação Civil Coletiva do Procurador do Trabalho, se deslocou até a fazenda Estrela de Alagoas, município de Piçarra, sul do Pará, e concedeu, em 27/11/02, a liminar requerida pelo MPT. Nessa liminar, o juiz ordenou, por meio do Banco Central (SISBACEN), o bloqueio nas contas da empresa de R\$ 110.000,00, para garantir o pronto pagamento das verbas rescisórias. No dia seguinte, a empresa pagava todos os direitos dos trabalhadores que assim puderam voltar aos seus Estados.

Vale a pena destacar o fato que a fazenda Estrela de Alagoas já foi flagrada com trabalho escravo, em outubro de 2001, e que a operação de resgate foi objeto de reportagem do *Fan-*

tástico na TV Globo, em 21/11/01. A empresa rural Araújo Lima Ltda., proprietária da fazenda Estrela de Alagoas, é também proprietária da fazenda Estrela de Maceió (município de Santana do Araguaia), notória reincidente. Seu principal sócio é genro de um grande usineiro do Estado de Alagoas.

Porém, quantas
fazendas
denunciadas
este ano
por trabalho escravo
e ainda
sem fiscalização...*

A atuação da Vara Itinerante da Justiça do Trabalho, bem planejada em conjunto com o Grupo Móvel, o MPT e a Polícia Federal, constitui-se num exemplo inovador e animador. Pela primeira vez, houve uma ação articulada dos vários órgãos competentes, e o Estado se fez realmente presente, eficaz e respeitado, contribuindo efetivamente no combate ao trabalho escravo, pautando-se no interesse das vítimas. Afinal, mesmo por um grupo econômico e politicamente poderoso, a lei teve de ser respeitada. Esse exemplo mostra que o combate eficaz con-

tra a prática criminal do trabalho escravo é possível, quando se tem vontade política, determinação dos órgãos governamentais responsáveis e firme planejamento.

Porém, ao mesmo tempo, lamentamos mais uma vez a extrema insuficiência da atuação do Grupo Móvel frente à quantidade de casos aguardando fiscalização na região.

A Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) tinha-se comprometido, semanas antes, em enviar, pelo menos, duas equipes do Grupo Móvel para o sul e sudeste do Pará, em vista de fiscalizar 12 fazendas denunciadas por prática de trabalho escravo nas últimas semanas. Só foi uma delas. Apesar da sua exemplar dedicação e competência, só conseguiu fiscalizar três fazendas. Até a presente data, deixaram de ser fiscalizadas as demais e outras três novas denúncias chegaram ao conhecimento da CPT, somando aproximadamente 200 trabalhadores no cativeiro. Isso quer dizer que neste momento 200 trabalhadores encontram-se em situação desumana e trágica, até com ameaças de morte.

Isso constitui apenas um retrato parcial da dramática situação que prevaleceu durante o ano todo, quando, face ao recrudescimento dos casos denunciados, esbarramos num permanente déficit de fiscalização, não

* Nota da Coordenação da Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo apresentada na reunião do Gertraf, realizada no dia 04/12/02.

só no tão falado Iriri (Alto Xingu), mas em toda a região. Segundo dados da Campanha da CPT (PA, MA, MT, TO), foram cerca de 130 as fazendas denunciadas em 2002, envolvendo 5.000 trabalhadores, dos quais 4.300 só no Pará. Desse total, a fiscalização não alcançou, provavelmente, nem 40%... O que faltou? Planejamento, recursos, vontade? Sem fiscalização, como pretender erradicar o trabalho escravo? Continuando assim, perderemos a batalha.

Neste momento de celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, a constatação de tamanha impotência deve inspirar humildade, bem como uma profunda vontade de mudar e de afirmar, enfim, completa determinação política para combater o trabalho escravo, que continua e se alastra. *Os órgãos de coordenação da política de combate ao trabalho escravo devem ser urgentemente reestruturados pelo novo governo federal para poder alcançar, para valer, o objetivo da erra-*

dicação da escravidão, resgatando assim a dignidade e cidadania de milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil.

De imediato, exigimos para os próximos dias o deslocamento de duas equipes do Móvel para Marabá.

Xinguara, Marabá,
4 de dezembro de 2002

*Frei Xavier Plassat &
Ana de Souza Pinto*
Coordenação da Campanha da CPT
contra o Trabalho Escravo

© J. R. RIPPER / IMAGENS DA TERRA



Transporte de trabalhadores (menores) na Usina Cachoeira — Rio Brilhante - MS / 1992.

Metodologia

A CPT desde sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Essa violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 70. Desde 1985 os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de cadernos. Durante todo esse tempo, o setor de Documentação trabalhou intensamente no levantamento de dados da luta pela terra, pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos; e neste ano de 2002 começa a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa da questão agrária em escala nacional. Com esse trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos de pesquisas das lutas camponesas.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e tem como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra e da água e a violência

contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque, de acordo com a história bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores (Ex 3, 7-10). A luta é em si mesma um ritual celebrativo dessa presença e da esperança que anima o povo.

Além dessa dimensão, outras levam a CPT a fazer registros, as dimensões ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética — porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política — porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.

Pedagógica — porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica — porque todo o esforço e toda a luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica — porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não

em si mesma, ela existe para que o acesso aos dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

Procedimentos

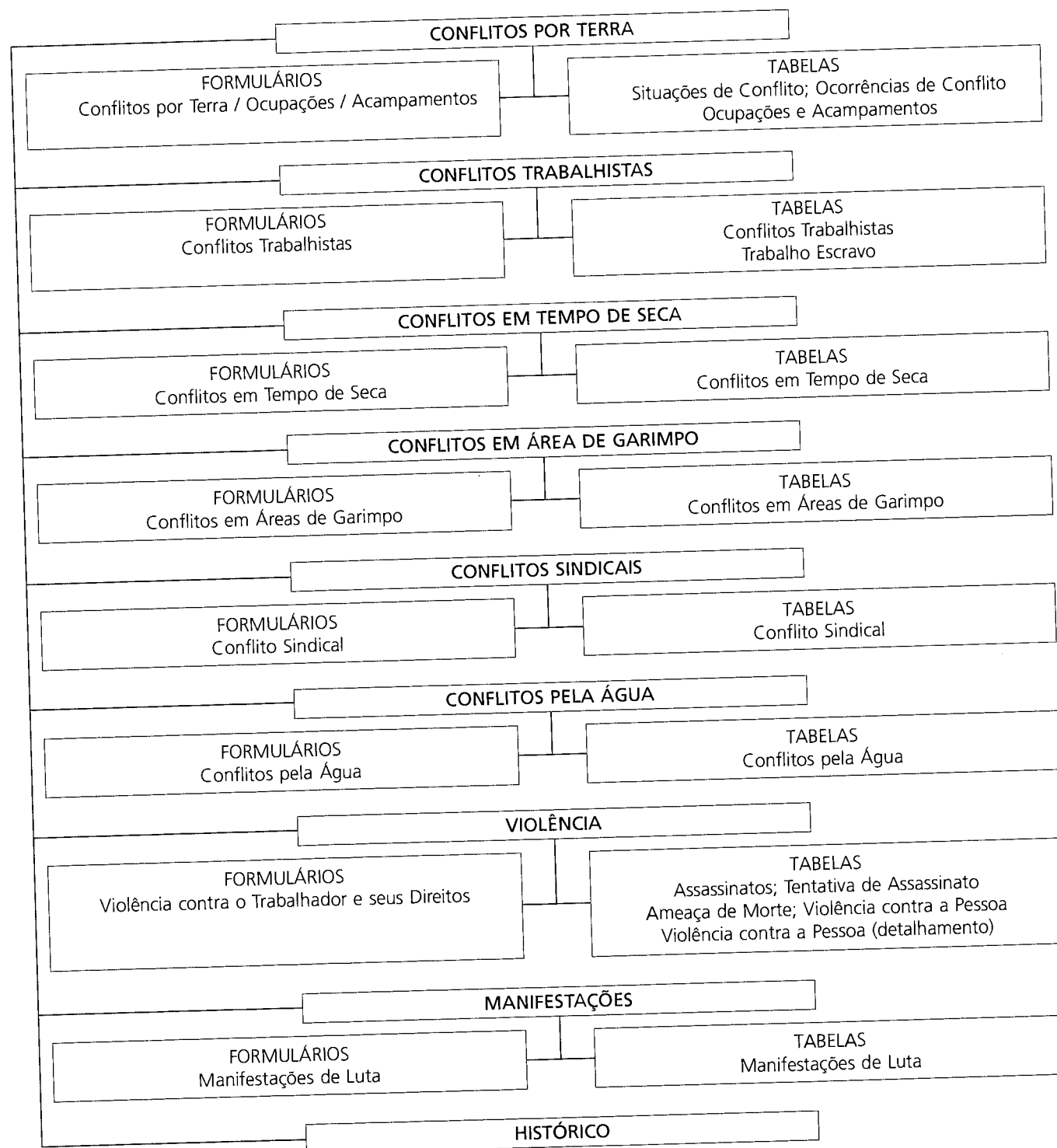
Os dados apresentados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. São realizados levantamentos de informações e dados em jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições: movimentos sociais, sindicatos, partidos, órgãos governamentais e Igrejas; declarações e cartas assinadas, boletins de ocorrência, além das informações e dados pesquisados pelos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. Essas são as fontes de nossos registros.

Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações, para contagem das pessoas participan-

Organograma dos temas documentados

No organograma a seguir se apresentam os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros

TEMÁTICAS



tes das que são prolongadas (marchas, jornadas etc.) considera-se o número inicial de pessoas, somando as diferenças a maior, nos atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação, de modo que o número total dos participantes é igual à soma das pessoas nos atos, menos o número inicial.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do *Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra*, são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico, onde se encontram todos os dados da documentação reunida a respeito dele. Para análise das tabelas, são convidados diferentes cientistas, agentes de pastoral, religiosos e outros profissionais para elaborar textos que contribuam com a compreensão da questão agrária.

Conceitos

O objeto de documentação e análise são os conflitos. Por conflitos se entendem as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Os conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, pela água, trabalhistas, em tempos de seca, sindicais e em áreas de garimpo.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a *seringais, babaçuais ou castanheais*, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arren-

datários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc.

São também enquadrados na categoria de conflitos por terra as

Ocupações: ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social; e os

Acampamentos: espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos trabalhistas são ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

Conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores etc.

Conflitos em tempos de seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semi-árido.

Conflitos sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Conflitos em áreas de garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Observações:

- Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados.
- Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante o ano trabalhado.

Estrutura

Os dados dos conflitos por terra estão assim organizados:

- Uma tabela em que são registradas as situações de conflito, que entendemos como ações ou lugares dos conflitos. Na tabela se registram o nome do imóvel, a área ou ação, o número de famílias envolvidas e os hectares.
- Uma segunda tabela com a ocorrência de conflitos. Nela se registra o número de vezes que aconteceram as ações. Assim, numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Na tabela são registrados os tipos de propriedade e sua respectiva situação jurídica; o número de famílias vítimas de despejo e expulsão; ou que tiveram bens destruídos durante as violências sofridas; ou que foram vítimas da ausência de políticas públicas e/ou da má gestão da política de assentamentos.
- Uma terceira tabela registra as ocupações de terra.

4. Uma quarta os acampamentos.

Nesse caso registra-se apenas o ato de acampar e não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese "Violência contra a Ocupação e a Posse".

Duas tabelas registram os Conflitos trabalhistas

Uma registra o trabalho escravo. O trabalho escravo tem como elemento essencial e central a sujeição do trabalhador, que pode ser física e/ou psicológica. A dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Em geral, ela começa com a contratação pelo "gato", que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a família. A dívida aumenta no deslocamento até o local de trabalho, uma vez que o "gato" paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o "sistema de barracão": obrigatoriamente o peão tem de comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a ser descontados no armazém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e às condições de trabalho, combinados no ato da contratação (quase sempre verbal), eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar. A situação descrita já caracteriza suficientemente o trabalho escravo. Porém, existem situações agudas em que se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados

que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores dos estabelecimentos. Há ainda os maus-tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto. Na maioria dos casos falta assistência médica (chegando ao cúmulo de terem de trabalhar doentes), o local de trabalho está isolado e ocorre apreensão de documentos pessoais.

A outra tabela registra as situações de *superexploração* que acontecem na esfera salarial, e referem-se às horas de trabalho não pagas pelo empregador que excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente esses casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia. É registrado também o *desrespeito trabalhista*, que tem como referência a legislação vigente e está ligado especialmente às condições de trabalho.

Pela primeira vez estão sendo registrados os *conflitos pela água*. Nesta edição registram-se os seguintes tipos: diminuição ou impedimento de acesso à água (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não-reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças); divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc.; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, o uso de agrotóxicos e outros poluentes diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo); cobrança pelo uso da água.

Os conflitos em tempos de seca constam de uma tabela que registra as

ações — saques ou tentativas de saque, manifestações e atos públicos, pedidos de ação dos governos, federal, estadual, municipal, e da justiça, bloqueios de estradas, acampamentos, piquetes, ocupações etc. — e as *reivindicações* — frentes de emergência, alimentos, água, sementes.

Além das tabelas que registram os conflitos, outra série de tabelas e de informações diz respeito à violência praticada contra a pessoa dos trabalhadores e sofrida por eles. Por violência entende-se o constrangimento e/ou destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Essa violência está relacionada aos diferentes conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

Os *tipos de violência* estão registrados nas seguintes tabelas: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e numa tabela síntese denominada *Violência contra a pessoa*, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões. Uma outra tabela apresenta o *detalhamento da violência contra a pessoa*, onde além das informações acima constam ainda seqüestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

O caderno *Conflitos no Campo* registra ainda as manifestações feitas pelos diferentes movimentos sociais durante o ano. Manifestações são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

A última parte do *Conflitos no Campo* reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, sobre diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos e outros documentos.

Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades

* Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

** Criamos a sigla OTC para designar associações, movimentos ou organizações ocasionais ou localizadas que surgem nas lutas no campo, mas que não têm alcance nacional ou não se mantêm perenes.

Aaico — Associação dos Amigos da Ilha de Colares
AAPSF — Associação dos Assentados do Projeto São Francisco
AAU — Associação dos Assentados de Uruará
AAV — Agente Ambiental Voluntário
Abanorte — Associação dos Bananicultores do Norte de Minas
Abra — Associação Brasileira de Reforma Agrária
AC* — Associação dos Chacareiros
Acaram — Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua
ACBP — Associação Comunitária Bom Pastor
ACRQ — Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
ACTRU* — Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unaí
ACUTRMU — Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
ADC — Associação Direito e Cidadania
Adufba — Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia
Adufpr — Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná
Adufro — Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia
AIMM* — Associação Independente Morro da Mesa
AMAR — Associação dos Moradores da Área Rural
AMC* — Associação dos Moradores de Cupiúba
Anab — Associação Nacional dos Atingidos por Barragens
ANMTR — Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
Antep — Associação Naviraiense Terra e Paz
APA — Associação dos Produtores Alternativos
Apapap — Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranha
Apapats* — Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí

Apeart — Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário
Apracf* — Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca
APRGER* — Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios
APRNE — Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança
Aprocel* — Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga
AQBC* — Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos
ARPRC* — Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros
ASA — Associação Santo Antônio
Aspparp — Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe
Assema — Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
Astelira — Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento
ATDST — Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra
Atesf — Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé
ATP — Associação Terra e Paz
ATR — Associação dos Trabalhadores Rurais
Atri — Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú
Atrust — Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros
Atuva — Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida
CAA — Centro de Agricultura Alternativa
CAR — Central dos Assentados de Roraima
Cáritas — Cáritas Brasileira
CCL — Centro de Cidadania e Liderança
CDH — Comissão de Direitos Humanos
Sigla — Nome do Movimento Social
CDHHT — Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
CEB — Comunidade Eclesial de Base

Cedefes – Centro de Documentação Eloy Ferreira
Cediter – Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
Cepami – Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
Ceris – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviços
Ceta – Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados
Cimi – Conselho Indigenista Missionário
CJG – Centro de Justiça Global
CLST – Caminho de Libertação dos Sem Terra
CMTRCR – Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
COAAMS – Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
Coema – Conselho Estadual do Meio Ambiente
Comag* – Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá
Comasses – Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coomigasp – Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada
Cooterra – Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
Cotrec – Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres
CP* – Consulta Popular
CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRABI – Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem do Rio Itaipu
Ctac – Conselho dos Trabalhadores Assentados de Cáceres
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DJP* – Dominicans for the Justice and Peace
FAF – Federação da Agricultura Familiar
FAF* – Fórum de Agricultura Familiar
Fase – Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional
Fata – Fundação Agrária de Tocantins/Araguaia
Feab – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
Feraesp – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
Fetacre – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre
Fetadef – Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno
Fetaeg – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
Fetaema – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
Fetaemg – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
Fetaep – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

Fetaes – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
Fetaesc – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Fetaesp – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
Fetaet – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins
Fetag/AL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas
Fetag/BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
Fetag/PB – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba
Fetag/PI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
Fetag/RR – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima
Fetag/RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fetagri/MS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
Fetagri/MT – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso
Fetagri/PA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá
Fetagro – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia
Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Fetarn – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
Fetase – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
Fetraece – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
Fetraf-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FLTDC* – Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania
FMA – Fórum de Mulheres da Amazônia
FMGBH* – Fórum de Mulheres da Grande BH
FMLTCS* – Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania
FNCVC* – Fórum Nacional contra a Violência no Campo
FNRAJC – Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
FPCDH* – Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos
FPLTTC* – Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania
FPPMG – Federação dos Pescadores Profissionais de Mato Grosso
FTR – Força dos Trabalhadores Rurais
FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar
GADDH – Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
GE* – Global Exchange
Greenpeace – Greenpeace

GTA – Grupo de Trabalho da Amazônia
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
LCC – Liga Camponesa Corumbiara
LCPR – Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia
LOC – Liga Operária Camponesa
M8M* – Movimento Dia 08 de Março
MAAP – Movimento dos Assentados do Amapá
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MACDV* – Movimento Alerta Contra o Deserto Verde
MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MBST – Movimento Brasileiro dos Sem Terra
MBUQT – Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra
MCC – Movimento Camponês de Corumbiara
MCST – Movimento dos Carentes Sem Terra
MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MEB – Movimento de Educação de Base
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLST-L – Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MND – Movimento Nacional de Desempregados
MNDDH – Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
Moral – Movimento para Reforma Agrária e Liberdade
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MSA – Movimento dos Sem Água
MSAR – Movimento dos Sem Água do Riachão
MSST – Movimento Social dos Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MSTR* – Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia
MT – Movimento dos Trabalhadores do Movimento Social
MTAA/MT – Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso

MTB – Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil
MTB – Movimento Terra Brasil
MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTP – Movimento Trabalhista de Poconé
MTR – Movimento dos Trabalhadores Rurais
MTRSTB – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
MTRUB – Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos
MUL – Movimento União dos Lavradores
OAS – Organização de Articulação do Semi-Árido
OMR* – Organização de Moradores da Resex
OPI – Organização de Produtores de Ipirá
OSR – Organização dos Seringueiros de Rondônia
OTC** – Organização dos Trabalhadores no Campo
OTL – Organização Terra e Liberdade
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PPE – Projeto Padre Ezequiel
PSRF* – Pólo Sindical do Recôncavo e Feira
Renap – Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
Sasop – Serviço de Associação às Organizações Populares Rurais
SI – Sem informação
Sinparf – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa
Sintero – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
SMDDH – Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
SOS Capivari – SOS Capivari
SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SQP – Sindicato dos Químicos e Petroleiros
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFT – União Força e Terra
UMP – União das Mulheres Piauienses
USST – União dos Santanenses Sem Terra
Via Campesina – Via Campesina

Fontes de pesquisa

*Declarações e Informes dos 21 Regionais da CPT
 *Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais
 *Relatórios de Sindicatos e Federações de trabalhadores rurais
 *Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

1. Acorda Zona da Mata - MG
2. A Cidade - Cascavel - PR
3. A Crítica - Manaus - AM
4. A Crítica - Campo Grande - MS
5. A Gazeta - Cuiabá - MT
6. A Gazeta - Rio Branco - AC
7. A Gazeta - Vitória - ES
8. A Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
9. A Gazeta do Povo - SP
10. A Gazeta do Povo - PR
11. A Matraca - SMDDH - São Luís - MA
12. A Notícia - Joinville - SC
13. A Província do Pará - Belém - PA
14. A Região - Itabuna - BA
15. A Tarde - Salvador - BA
16. A Tribuna - Porto Velho - RO
17. A Tribuna - Santos - SP
18. A Tribuna - Vitória - ES
19. A União - João Pessoa - PB
20. A Voz dos Sem Terra - Belo Horizonte - MG
21. Abrindo o Bico - CPT Araguaia-Tocantins - Araguaína - TO
22. Agence France-Press - Paris
23. Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
24. Além Mar - Lisboa - Portugal
25. Alto Madeira - Porto Velho - RO
26. Alerta - Medeiros Neto - BA
27. Alvorada - São Félix do Araguaia - MT
28. Anistia Internacional - Londres - Inglaterra
29. Anunciando e Defendendo - Ji-Paraná - RO
30. Aroeira - CPT Cuiabá - MT
31. Atenção - São Paulo - SP
32. Boletim Cáritas Brasileira - Belo Horizonte - MG
33. Boletim CIMI Sul - Chapecó - SC
34. Boletim da FAEP - Curitiba - PR
35. Boletim Informativo do DNTR - CUT
36. Bom Dia - Governador Valadares - MG
37. Caminhada - Goiás - GO
38. Caminhar Juntos - Juazeiro - BA
39. Caros Amigos - São Paulo - SP
40. Cheiro de Terra - CPT Santa Catarina - Florianópolis - SC
41. CNBB - Boletins e Informes - Brasília - DF
42. Comércio de Franca - SP
43. Contraponto - Marabá - PA
44. Correio - Uberlândia - MG
45. Correio Braziliense - Brasília - DF
46. Correio da Bahia - Salvador - BA
47. Correio da Manhã - Manaus - AM
48. Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
49. Correio de Notícias - Curitiba - PR
50. Correio de Pajeú - Pajeú - PE
51. Correio do Estado - Campo Grande - MS
52. Correio do Povo - Porto Alegre - RS
53. Correio Popular - Recife - PE
54. Correio Popular - Campinas - SP
55. Correio do Tocantins - Marabá - PA
56. Democracia (Ibase) - Rio de Janeiro - RJ
57. Diário Catarinense - Florianópolis - SC
58. Diário da Amazônia - Cacoal - RO
59. Diário da Manhã - Goiânia - GO
60. Diário da Serra - Campo Grande - MS
61. Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
62. Diário da Tarde - Vitória - ES
63. Diário de Borborema - Campina Grande - PB
64. Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
65. Diário de Minas - Belo Horizonte - MG
66. Diário de Natal - Natal - RN
67. Diário de Pernambuco - Recife - PE
68. Diário do Aço - Belo Horizonte - MG
69. Diário do Amapá - Macapá - AP
70. Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG

71. Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP
72. Diário do Grande ABC - S.B. do Campo - SP
73. Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
74. Diário do Pará - Belém - PA
75. Diário do Povo - Dourados - MS
76. Diário do Povo - Teresina - PI
77. Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
78. Diário do Sudoeste - Vitória da Conquista - BA
79. Diário Marco Zero - Marabá - PA
80. Diário Popular - Campinas - SP
81. Diocese de Barra - BA
82. Diocese de Itabuna - BA
83. Época - Rio de Janeiro - RJ
84. Extração - FTIMG - Belo Horizonte - MG
85. Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
86. Fala CPT - Boletim Informativo da CPT Goiás - Goiânia - GO
87. Folha da Manhã - Belo Horizonte - MG
88. Folha da Manhã - Campo dos Goytacazes - RJ
89. Folha da Terra - Belo Horizonte - MG
90. Folha de Boa Vista - Boa Vista - RR
91. Folha de Carajás - Marabá - PA
92. Folha de Januária - Januária - MG
93. Folha de Londrina - Londrina - PR
94. Folha de S. Paulo - São Paulo - SP
95. Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
96. Folha do Amapá - Macapá - AP
97. Folha do Estado - Cuiabá - MT
98. Folha do Norte - Manaus - AM
99. Folha do Paraná - Curitiba - PR
100. Folha de Pernambuco - Recife - PE
101. Folha do Povo - Campo Grande - MS
102. Folha do Povo - Curitiba - PR
103. Folha do Sul - São Paulo - SP
104. Folha Popular - Curitiba - PR
105. Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
106. Gazeta de Limeira - Limeira - SP
107. Gazeta do Oeste - Natal - RN
108. Gazeta do Paraná - Curitiba - PR
109. Gazeta do Povo - Curitiba - PR
110. Gazeta do Sul - Porto Alegre - RS
111. Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
112. Globo Rural - São Paulo - SP
113. Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
114. Hora da Verdade - Pinhão - PR
115. Informativo Bancário - Brasília - DF
116. Inf. Jurídico Com. Pró-Índio - São Paulo - SP
117. Informação - IECLB - Porto Alegre - RS
118. Informativo Inesc - Brasília - DF
119. Informativo MST - Recife - PE
120. Informativos Rio Maria - Rio Maria - PA
121. Informativo Terra das Águas - CPT Manaus - AM
122. Informe Agropecuário - Campo Grande - MS
123. Isto É - São Paulo - SP
124. Isto É - Dinheiro - São Paulo - SP
125. Jornal Bahia Hoje - Salvador - BA
126. Jornal Cultura - Guarapuava - PR
127. Jornal da Bahia - Salvador - BA
128. Jornal da Cidade - Bauru - SP
129. Jornal da Cidade - Macapá - AP
130. Jornal da Cidade - Campo Grande - MS
131. Jornal da Cidade - Pirassununga - SP
132. Jornal da Comunidade - Brasília - DF
133. Jornal da Fetag - Salvador - BA
134. Jornal da Manhã - Campo Grande - MS
135. Jornal da Manhã - Teresina - PI
136. Jornal da Manhã - Uberaba - MG
137. Jornal da Tarde - São Paulo - SP
138. Jornal de Alagoas - Maceió - AL
139. Jornal de Brasília - Brasília - DF
140. Jornal de Hoje - São Luís - MA
141. Jornal de Limeira - Limeira - SP
142. Jornal de Minas - Belo Horizonte - MG
143. Jornal de Opinião - Belo Horizonte - MG
144. Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
145. Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
146. Jornal do Comércio - Bauru - SP
147. Jornal do Comércio - Manaus - AM
148. Jornal do Comércio - Recife - PE
149. Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
150. Jornal do Dia - Cuiabá - MT
151. Jornal do Dia - Macapá - AP
152. Jornal do Diap - Brasília - DF
153. Jornal do Estado - Curitiba - PR
154. Jornal do Norte - Montes Claros - MG
155. Jornal do Tocantins - Palmas - TO
156. Jornal dos Direitos Humanos - São Paulo - SP
157. Jornal dos Mov. Populares - Campo Grande - MS
158. Jornal dos Municípios - Macapá - AP
159. Jornal do Senado - Brasília - DF
160. Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - São Paulo - SP
161. Jornal Indústria e Comércio - Curitiba - PR
162. Jornal Pequeno - São Luís - MA
163. Lá e Cá Migrantes Notícias - São Paulo - SP
164. Le Monde Diplomatique - Paris
165. Meio Norte - Teresina - PI
166. Mundo Jovem - Porto Alegre - RS
167. Mutirão da Vida - João Pessoa - PB
168. Nexo - Boletim da UNE - Rio de Janeiro - RJ
169. Notícias da Terra e da Água - CPT - Goiânia - GO
170. Notícias da Terra - CPT RO - Porto Velho
171. Nova Fronteira - Salvador - BA
172. O Combate - João Pessoa - PB
173. O Dia - Rio de Janeiro - RJ
174. O Dia - Teresina - PI
175. O Estado - Florianópolis - SC
176. O Estado - Teresina - PI
177. O Estado do Maranhão - Belo Horizonte - MG
178. O Estado de S. Paulo - São Paulo - SP
179. O Estado do Mato Grosso - Cuiabá - MT
180. O Estado do Norte - Porto Velho - RO

181. O Estado do Paraná - Curitiba - PR
182. O Estado do Tocantins - Palmas - TO
183. O Fluminense - Niterói - RJ
184. Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
185. O Globo - Rio de Janeiro - RJ
186. O Guaporé - Porto Velho - RO
187. O Imparcial - Presidente Prudente - SP
188. O Imparcial - São Luís - MA
189. O Jornal - Maceió - AL
190. O Lavrador - CPT Piauí - Teresina - PI
191. O Liberal - Belém - PA
192. O Liberal - Macapá - AP
193. O Migrante - Ji-Paraná - RO
194. O Momento - João Pessoa - PB
195. O Mossoroense - Mossoró - RN
196. O Norte - João Pessoa - PB
197. O Norte - Montes Claros - MG
198. O Paraná - Cascavel - PR
199. O Popular - Goiânia - GO
200. O Povo - Fortaleza - CE
201. O Progresso - Dourados - MS
202. Opinião - Marabá - PA
203. O Rio Branco - Rio Branco - AC
204. O Roceiro - Crateús - CE
205. O São Paulo - São Paulo - SP
206. O Trabalhador Rural (Contag) - Brasília - DF
207. O Trecheiro - São Paulo - SP

208. Página Agrária - PT - Brasília - DF
209. Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO
210. Pé no Chão - João Pessoa - PB
211. Pelejando - CPT Minas Gerais - Belo Horizonte - MG
212. Ponto de Vista - Goiânia - GO
213. Porantim - CIMI - Brasília - DF
214. Problemas Brasileiros
215. República - São Paulo - SP
216. Sem Fronteiras - Taboão da Serra - SP
217. Sinais dos Tempos - Imperatriz - MA
218. Sindicato dos Bancários - Rio de Janeiro - RJ
219. Sindicato dos Bancários - São Paulo - SP
220. Solidariedade - Sorocaba - SP
221. Top News - Goiânia - GO
222. Tribuna da Bahia - Salvador
223. Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
224. Tribuna de Cricaré - São Mateus - ES
225. Tribuna de Guararapes - Guararapes - PE
226. Tribuna de Guarapuava - Guarapuava - PR
227. Tribuna do Brasil - DF
228. Tribuna do Norte - Natal - RN
229. Tribuna do Norte - Apucarana - PR
230. Tribuna do Sertão - Salvador - BA
231. Tribuna Judiciária - São Paulo - SP
232. Vai e Vem - São Paulo - SP
233. Veja - São Paulo - SP
234. Zero Hora - Porto Alegre - RS

CPT no Brasil

SECRETARIA NACIONAL

Rua 19 n. 35 1º andar Ed. D. Abel - Centro
74030-090 - Goiânia/GO
Fone: 62. 212-6466
Fax: 62. 212-0421
E-mail: cptnac@cultura.com.br

ACRE

Travessa Amapá, 261 - Bairro Cerâmica
69908-270 - Rio Branco/AC
Fone/Fax: 68. 223 2193
E-mail: cptac@uol.com.br

AMAPÁ

Avenida Pe. Manoel da Nóbrega 1000 -
Bairro Jesus de Nazaré
68906-010 - Macapá/AP
Fone: 96. 223-2539
Fax: 96. 222-3997
E-mail: cptap@uol.com.br

AMAZONAS

Avenida Presidente Dutra, 127 -
Bairro São Raimundo
69027-110 - Manaus/AM
Fone: 92. 625-2482
Fax: 92. 625-3236
Email: cptam@argo.com.br

ARAGUAIA - TOCANTINS

Rua Porto Alegre, 446 - Bairro São João
77813-650 - Araguaína/TO
Fone: 63. 412-3200
E-mail: cptartoc@cultura.com.br

BAHIA - SERGIPE

Rua Gal. Labatut, 78 - Bairro Barris
40070-100 - Salvador/BA
Fone: 71. 328-4672
Fax: 71. 328-4683
E-mail: cptba@terra.com.br

CEARÁ

R. Mons. Otávio de Castro, 150 -
Bairro de Fátima
60050-150 - Fortaleza/CE
Fone/Fax: 85. 226-1413
E-mail: cptce@fortalnet.com.br

ESPÍRITO SANTO

C.P 25
29780-000 - São Gabriel da Palha/ES
Fone. 27. 3727-2245
E-mail: cpt@sgpnet.com.br

GOIÁS

Rua 19 nº 35 1º andar Ed. D. Abel - Centro
74030-090 - Goiânia/GO
Fone: 62. 223-5724
Fax: 62. 213-1733
Email: cptgo@cultura.com.br

MARANHÃO

Rua do Sol, 457 - Centro
65020-590 - São Luís/MA
Fone: 98. 222-4243
Fax: 98. 232-8763
E-mail: cptma@elo.com.br

MATO GROSSO

Rua Amambaí, 160 -
Setor Alvorada
78048-460 - Cuiabá/MT
Fone: 65. 621-3068
Fax: 65. 621-2942
E-mail: cptmt@zaz.com.br

MATO GROSSO DO SUL

Rua Nicolau Frageli, 71 -
Bairro Amambaí
79008-570 - Campo Grande/MS
Fone/Fax: 67. 324-7729
E-mail: cptms@zaz.com.br

MINAS GERAIS

Rua Cassiterita, 59 – Bairro Santa Inês
31080-150 – Belo Horizonte/MG
Fone: 31. 3466-0202
E-mail: cptmg@inet.com.br

NORDESTE

Rua Esperanto, 490 - Ilha do Leite
50070-390 – Recife/PE
Fone: 81. 3231-4445 / 3221-7314
Fax: 81. 3222-2943
E-mail: cptpe@terra.com.br

PARÁ

Rua Barão do Triunfo, 3151 – Bairro Marco
66093-050 – Belém/PA
Fone: 91. 226-5258
Fax: 91. 226-6491
E-mail: cptpa@conectus.com.br

PARANÁ

Rua Paula Gomes, 703 1º andar
Bairro S. Francisco
80510-070 – Curitiba/PR
Fone/Fax: 41. 224-7433
E-mail: cptpr@softone.com.br

PIAUÍ

Rua Des. Pires de Castro, 631 – Centro Norte
64000-390 – Teresina/PI
Fone: 86. 222-4555
Fax: 86. 226-9370
E-mail: cptpi@uol.com.br

RIO GRANDE DO SUL

Rua Eng. Walter Bohel, 230 apto. 101 – Vila Ipiranga
91360-090 – Porto Alegre/RS
Fone/Fax: 51. 3344-4415
Celular: 51. 958-0398
E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

Rua Sen. Álvaro Maia, 1034 – Bairro Olaria
78900-970 – Porto Velho/RO
Fone: 69. 224-4800
Fax: 69. 223-1135
Celular: 69. 9984-9964
E-mail: cpt@enter-net.com.br

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 243
69301-320 – Boa Vista/RR
Fone: 95. 224-4636
E-mail: cprr@technet.com.br

SANTA CATARINA

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524 – Bairro Pantanal
88040-001 – Florianópolis/SC
Fone/Fax: 48. 234-4766
E-mail: cptsc@iaccess.com.br

SÃO PAULO

Rua Dr. Álvaro Coelho, 241
69301-320 – Marabá Paulista/SP
Fone: 18. 3996-7100
Celular: 18. 9773-2084
E-mail: pe.Jurandir@uol.com.br

Piada Velha

Luiz Fernando Veríssimo

Não lembro de quem é o Cartum. Mostra Pedro Álvares Cabral e seus homens desembarcando das caravelas e chegando na praia. Em primeiro plano, um nativo diz para outro:

— Iiih, lá vem aquele papo de reforma agrária...

O papo de reforma agrária acompanha nossa história há tanto tempo que virou folclore. Virou bordão. Pode ser incluído na plataforma de qualquer partido sem perigo de ser levado a sério. Até a UDR era a favor de uma forma de reforma.

Partidos de esquerda precisam dizer "uma verdadeira reforma agrária" sempre que falam da sua, para diferenciá-la da de todo mundo. Para dizer que a deles não é só papo.

A protelação da reforma agrária virou piada e a piada, de alguma maneira, absolveu a protelação. Toda a miséria rural e urbana cuja causa direta é a demora de uma verdadeira reforma agrária acaba atribuída a uma fatalidade amena, à nossa velha, bem intencionada e divertida inconseqüência. Conflitos e mortes no campo, como têm acontecido com triste freqüência ultimamente, revelam a tragédia por trás da piada reincidente. A protelação criminosa perde o seu disfarce de apenas outro mau costume brasileiro.

A necessidade de uma reforma agrária não contraria nenhuma doutrina, salvo a do direito feudal à propriedade. Faz sentido nos termos mais pragmaticamente capitalistas. Todos concordam que a reforma agrária imposta pelos americanos no Japão foi responsável, em grande parte, pelo reerguimento daquele país depois da guerra. Há pouco li um boletim do Instituto Fernand Braudel, de São Paulo, que é tudo, menos um panfleto de esquerda, que Calcutá, na Índia está se livrando do título mundial da sordidez humana graças a uma reforma agrária nos seus arredores. Uma lição para todas as grandes cidades do mundo sitiadas pela miséria.

A violência não resolve. Cedo ou tarde, sempre favorece à reação. Mas é curioso que denunciem a nova organização dos sem terra como prova de ilegitimidade do movimento. Querem-no desorganizado e impotente para mostrar que é autêntico. Isso quando não procuram sinistros instigadores profissionais em seu meio, como se a injustiça não bastasse. Organizando-se, eles estariam traindo alguma regra de esportividade. Quando só querem é fugir do seu papel assinalado na piada.

Última versão: homenzinho espacial chega à Terra, olha um mapa do Brasil e pergunta qual é o principal problema deste país.

— Falta de terra – respondem.

O homenzinho verde rola no chão, gargalhando por todas as bocas.

(Publicado no *Especial Domingo* de *O Estado de São Paulo*, em 1 de outubro de 1995)

ISBN 85-15-02717-8



Cód. 8896